

FERNANDO PAIXÃO E FLÁVIA CAMARGO TONI (ORGs.)

ESTUDOS BRASILEIROS EM 3 TEMPOS: 1822-1922-2022

PENSAR O BRASIL: DESAFIOS E REFLEXÕES

FINO TRACO

FEI
EDITORA





[pós) IEB



FERNANDO PAIXÃO E FLÁVIA CAMARGO TONI (ORGS.)

ESTUDOS BRASILEIROS EM 3 TEMPOS: 1822-1922-2022

PENSAR O BRASIL: DESAFIOS E REFLEXÕES

Fino Traço Editora Ltda.

© Fernando Paixão e Flávia Camargo Toni

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seu autor e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO SINDICATO NACIONAL
DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E85

Estudos brasileiros em 3 tempos: 1822-1922-2022: Pensar o Brasil: desafios e reflexões / [Jaime Tadeu Oliva ... [et al.]]; organização Fernando Paixão, Flávia Camargo Toni. - Ebook - Belo Horizonte [MG] Fino Traço, 2021.

366 p. ; 23 cm.

ISBN: 978-65-89011-41-5

1. Brasil - Condições sociais - Discursos, ensaios e conferências. 2. Ensaios brasileiros. I. Oliva, Jaime Tadeu. II. Paixão, Fernando. III. Toni, Flávia Camargo.

21-69707

CDD: 869.4

CDU: 82-4(81)

COLEÇÃO ESTUDOS BRASILEIROS | EDITORA FINO TRAÇO

COORDENADORES:

Monica Duarte Dantas

Instituto de Estudos Brasileiros | USP (Brasil)

Marcos Antônio de Moraes

Instituto de Estudos Brasileiros | USP (Brasil)

CONSELHO EDITORIAL:

Amy Chazkel

Columbia University (EUA)

John Tofik Karam

The Lemann Center for Brazilian Studies, University of Illinois (EUA)

Anthony Pereira

King's College (Inglaterra)

Peter W. Schulze

Instituto Lusobrasileiro, Universidade de Colônia (Alemanha)

Diana Gonçalves Vidal

Instituto de Estudos Brasileiros | USP (Brasil)

FINO TRAÇO EDITORA LTDA

www.finoeditora.com.br

Sumário

<i>Apresentação</i>	7
1. <i>É possível o objeto Brasil?</i>	11
Jaime Tadeu Oliva	
2. <i>Saldos, sobras e dívida ativa: A estrutura tributária dos municípios paulistas durante a primeira metade do século XIX</i>	87
Luciana Suarez Galvão	
3. <i>“Sertão do Conselheiro”: dinâmica social e transformações econômicas na comarca de Itapicuru (Bahia, século XIX)</i>	143
Monica Duarte Dantas	
4. <i>A circulação internacional de artefatos escolares: a Bibliotheca do Povo e das Escolas, de David Corazzi (Portugal, Brasil, 1881-1896)</i>	205
Diana Gonçalves Vidal	
5. <i>O ar do tempo: uso do passado e idealização de futuro nos paralelos 1922-2022</i>	231
Inês Gouveia	
6. <i>O pensamento econômico e sociológico sobre o desenvolvimento no Brasil: Interações entre dois campos em formação nos 1950 e 1960</i>	255
Alexandre de Freitas Barbosa	
7. <i>Contribuições da obra de Milton Santos para os estudos discursivos da técnica algorítmica: uma introdução ao problema dos objetos técnicos como partícipes da produção dos sentidos</i>	299
Luciana Salazar Salgado	
8. <i>Acessibilidade em museus: reflexões teóricas sobre as mudanças do pensamento museológico que contribuíram com a inclusão de pessoas com deficiência e novos públicos</i>	315
Viviane Sarraf	
9. <i>O Brasil e os brasis no Antropoceno: bifurcações à vista</i>	335
Stelio Marras	
<i>Sobre os autores</i>	364

Apresentação

Estudos Brasileiros em perspectiva

Estudos Brasileiros em 3 tempos: 1822, 1922, 2022, publicação gestada no âmbito da Pós-Graduação em *Culturas e Identidades Brasileiras* do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, IEB-USP, reúne um expressivo conjunto de artigos e ensaios, em torno das efemérides expressas em seu título.

O sentido de *Estudos Brasileiros em 3 tempos: 1822, 1922, 2022* está intimamente ligado à história do IEB-USP, assim como à trajetória do Programa de Pós-Graduação em *Culturas e Identidades Brasileiras*. O Instituto foi criado em 1962, como órgão de integração da USP, por iniciativa do historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Mais que uma nova unidade acadêmica, o que se fundava naquele momento era uma nova área do saber: os Estudos Brasileiros. Nova área porque, apesar de o Brasil constituir-se objeto de estudo na diversificada arquitetura disciplinar instituída no sistema universitário do país, é somente com a criação dessa área que o Brasil será entronizado como um objeto global, o que exigirá uma postura epistemológica própria que o apreenda em sua complexidade constitutiva. Isso faz dos Estudos Brasileiros uma área do conhecimento que deve necessariamente investir na interdisciplinaridade. Do ponto de vista teórico e metodológico, buscando iluminar interfaces das humanidades, ciências sociais e artes, essa tarefa não é nada fácil, mas o IEB foi se dotando ao longo de sua história de condições e recursos preciosos para enfrentá-la, entre os quais:

1. Constituição de extraordinário patrimônio bibliográfico, documental e artístico. Entre as razões da criação do IEB destacou-se a necessidade de conservar a memória cultural brasileira, de preservar seu

patrimônio artístico e intelectual como fontes de pesquisa indispensáveis para os Estudos Brasileiros. Assim, desde sua fundação o IEB vem constituindo um acervo excepcional em termos de extensão, originalidade e importância. O IEB acolheu inicialmente acervos de brasileiras e fundos ligados à história do modernismo, entre os quais os pertencentes a Alberto Lamego, Yan de Almeida Prado e a Mário de Andrade. Desde então, houve uma notável ampliação dos acervos com a incorporação dos fundos pessoais de renomados artistas e intelectuais brasileiros como João Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Camargo Guarnieri, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Milton Santos, Gilda e Antonio Candido de Mello e Souza, Fernando de Azevedo, entre tantas outras personalidades de igual grandeza. O conjunto assim constituído, e em expansão, compõe um mosaico, no qual as diversas artes, várias disciplinas e áreas temáticas entram em diálogo e se oferecem há mais de cinquenta anos como um grande manancial para os pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

2. Criação do Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras. Em 2008, como resultado do amadurecimento das pesquisas em Estudos Brasileiros desenvolvidas no IEB, foi criado o Programa de Pós-Graduação com o mestrado em *Culturas e Identidades Brasileiras*. Nessa oportunidade introduziu-se pela primeira vez no quadro da pós-graduação da Universidade de São Paulo, e também no sistema de pós-graduação no Brasil, a formação de mestres na área de concentração em Estudos Brasileiros, em duas linhas de pesquisa: “Brasil: tensões, rupturas e continuidades entre passado, presente e futuro” e “Brasil: a realidade da criação, a criação da realidade”. Nesses doze anos de existência o Programa se empenhou na construção epistemológica dos Estudos Brasileiros, tendo a interdisciplinaridade sido encarada não apenas como uma metodologia, mas como algo que devia compor a substância dos Estudos Brasileiros. Sedimenta-se a percepção de que essa área se ocupa da multiplicidade de experiências da vida em sociedade verificáveis em suas diversas dimensões (o social, o político, o econômico, o cultural/artístico/científico, o temporal, o espacial) e que ela nos desafia a produzir interpretações mais integradas que não mutilem contextos, nem percam de vistas as suas interações, tensionamentos e conexões, refletindo

o mundo globalizado. Desse modo, os vários elementos constitutivos e dinâmicos dessa realidade complexa que é o Brasil são estudados sempre tendo em vista como eles operam nessa totalidade. De caráter inovador, o Programa vem se notabilizando na formação de recursos humanos de excelência, aptos a enfrentar, em suas atuações intelectuais e profissionais (em largo espectro), o desafio de produzir impactos transformadores da realidade, em termos sociais, culturais, educacionais, políticos e econômicos.

É nesse contexto acadêmico/intelectual, e nesse momento de convergência de comemorações de datas emblemáticas para a história e a cultura do Brasil, que *Estudos Brasileiros em 3 tempos: 1822, 1922, 2022* foi concebido e está sendo lançado, beneficiando-se da subvenção da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da verba PROAP, e de aporte do Instituto de Estudos Brasileiros. Pretende-se contribuir para a reflexão crítica dos contextos históricos tratados, dando uma mostra daquilo que o nosso Programa vem produzindo sob a perspectiva dos Estudos Brasileiros, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em *Culturas e Identidades Brasileiras*. O volume comemorativo considera igualmente os sessenta anos da criação do IEB, em 2022.

Apresentamos duas publicações: a primeira se centra em temas diversos da história e das culturas brasileiras; a segunda é dedicada ao modernismo artístico, entendido a partir de distintas obras e perspectivas de abordagem.

CAPÍTULO 1

*É possível o objeto Brasil?*¹

Jaime Tadeu Oliva

No cenário das ciências humanas brasileiras, as obras clássicas cujo objeto era o Brasil visto globalmente nem sempre foram bem recepcionadas. Isso não deixa de soar estranho diante da celebridade que cerca algumas delas, a ponto de renderem aos seus autores uma denominação referencial na nossa cultura: “intérpretes do Brasil”. Em seus livros, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Raymundo Faoro e outros respondiam sobre *como pensar o Brasil* utilizando o *ensaio* como gênero discursivo e quase sempre a figura teórica da *formação* para encontrar o “vínculo estruturador do país”, como diz Paulo Arantes:

[...] verdadeira obsessão nacional dá testemunho a insistente recorrência do termo nos principais títulos da ensaística de explicação do caso brasileiro: *Formação do Brasil contemporâneo*; *Formação política do Brasil*; *Formação econômica do Brasil*; *Formação do patronato político*

1. Este texto surge como desdobramento do curso *Intérpretes do Brasil: Como pensar o Brasil hoje*, que foi ministrado três vezes com os colegas Paulo Teixeira Iumatti e Alexandre de Freitas Barbosa no Programa de Pós-Graduação “Culturas e Identidades Brasileiras”, e que resulta da própria história do IEB, uma instituição que possui acervos documentais, artísticos e bibliográficos que representam parte expressiva do pensamento sobre o Brasil e de sua cultura.

brasileiro, etc. – sem contar que a mesma palavra emblemática designa igualmente o assunto real dos clássicos que não a trazem enfatizada no título como *Casa-Grande & Senzala*, e *Raízes do Brasil*.²

Se atualmente for possível pensar globalmente sobre o país, não será uma empreitada que possa prescindir de uma avaliação da relação dessa herança com o quadro que se estruturou nas ciências humanas no Brasil, principalmente no seu aspecto epistemológico. Também não se pode escapar de uma problematização rigorosa do objeto-país Brasil, configuração de difícil definição, cuja constituição é externa ao pensamento científico e que condensa contradições abundantes que o tornam mais ou menos hostil aos métodos dominantes de tratamento científico. Do ponto de vista prático, esse pensar o Brasil hoje exige ainda uma nova relação com as realidades sociais, que obviamente podem ser compreendidas de formas mais complexas.

A pretensão aqui é passar por essas tarefas elencadas, o que não é nada modesto em si, mas certamente a ambição será refreada pela impossibilidade de ir muito além do superficial em vários aspectos.

O pensamento social brasileiro e sua cientificidade

Como se sabe, as grandes interpretações do Brasil, da chamada geração de 1930, não são universitárias, surgiram num contexto bem distinto, e isso irá marcá-las tanto no estilo epistemológico quanto nos seus conteúdos. Essa geração pode ser designada como sendo composta por intelectuais públicos,³ cujas vozes repercutiram junto à sociedade, contando muitas vezes, aliás, com o papel do Estado para incensá-las. As obras são vistas como brilhantes, certamente, até fundadoras do chamado “pensamento social brasileiro”,⁴ mas ainda assim como algo especulativas, nem sempre

2. ARANTES, Paulo E. Providências de um crítico. In: ARANTES, Otilia B. F. & ARANTES, Paulo. *Sentido da formação: Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 9-66.

3. Russel Jacoby, no seu ensaio *Os últimos intelectuais*, argumenta justamente que os intelectuais públicos desaparecem quando avança a institucionalização universitária do pensamento (JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Trajetória Cultural: Edusp, 1990).

4. BOTELHO, André & LAHUERTA, Milton. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. *Perspectivas*, São

sustentadas por uma pesquisa de base empírica razoável ou por fontes factuais confiáveis. Quer dizer: nalguma medida duvida-se de sua cientificidade, de uma dada cientificidade.⁵ No entanto, não parece justo que o eventual “déficit científico” dessas obras sirva para condenar o ato interpretativo.⁶ Quanto ao aspecto globalizante dessas interpretações há uma ambivalência em sua recepção: 1. Ser globalizante ofende, de certa maneira, as práticas parcelares/analíticas dominantes no contexto disciplinar acadêmico contemporâneo; 2. As interpretações globalizantes clássicas não deixam de enfatizar dimensões diferentes da realidade, como a econômica, a cultural, a cultural estética, a histórica, a política etc., e, diante da influência notória que elas exerceram, aconteceu de terem sido reivindicadas pelas disciplinas atuais. Entretanto, algo de muito relevo pode-se notar: com a institucionalização das ciências humanas não se verificou uma “cientificização” do objeto Brasil (a não ser raramente), mas sim certa recusa epistemológica sobre a pertinência de adotar-se um objeto global dessa magnitude, já circunscrito e naturalizado. Como diz o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, “esse objeto compulsório de todo cientista social no Brasil [...] o Brasil é uma circunstância para mim, não é um objeto”⁷

A despeito das contestações sobre a pertinência do objeto-país Brasil, permanece a demanda social produzida no “âmbito do Brasil” por elaborações discursivas mais globais, que de certo modo transcendam os territórios disciplinares e que explicitem, interpretem o Brasil, especialmente em momentos de crise quando essa formação social se instabiliza, parece desmoronar ou tomar rumos imprevisíveis. Porém, quando a “formação

Paulo, n. 28, pp. 7-15, 2005.

5. O historiador Tony Judt realça que o brilho de muitos intelectuais públicos (ele está se referindo aos ensaístas franceses, Sartre, Merleau-Ponty etc.) escondia uma relação com o mundo empírico frágil, relação essa melhor resolvida num mundo acadêmico que protagoniza uma pesquisa mais metódica, mais paciente, mais documental etc. (JUDT, Tony. *Passado imperfeito. Um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007).

6. Alguns outros autores, já no âmbito universitário (Florestan Fernandes, por exemplo), foram também identificados como “intérpretes do Brasil”, realizando obras com uma cientificidade mais reconhecida.

7. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 492.

brasileira” entra num regime de cruzeiro, o objeto global é mais ou menos abandonado.

Um pouco na contramão do que domina nas ciências humanas, a ideia aqui é defender a legitimidade científica dessa demanda epistemológica pelo objeto-país Brasil. Seguramente, como já mencionado, isso não pode ser feito sem que se questione o novo contexto epistemológico, que é caracterizado pela pulverização das pesquisas em razão de uma disciplinarização intensa, por estudos acadêmicos mais restritos a públicos especializados e por um desprestígio crescente da forma epistemológica *interpretação* e do gênero discursivo *ensaio*. Esses últimos foram substituídos pela *análise*, figura epistemológica de maior prestígio científico e por gêneros discursivos fortemente normatizados no âmbito das revistas científicas das instituições disciplinares.⁸

Um aspecto que ilustra a mutação epistemológica mencionada se revela no prestígio diferenciado dos intelectuais da área, que varia conforme suas características. Uma distinção heurísticamente interessante seria entre os *ideólogos* (os que trabalham princípios) e os *experts* (especialistas que fornecem conhecimentos técnicos), tal como notou o sociólogo Marco Aurélio Nogueira em prefácio de livro de Milton Lahuerta.⁹ Diz ele que especialistas proliferam aos borbotões, colados à lógica da racionalização instrumental que nos domina. Esses tendem a empurrar para os bastidores os ideólogos, a estigmatizá-los como dinossauros, sobretudo quando eles são associados a qualquer perspectiva antissistêmica, insistindo num ensaísmo rebelde, não se submetendo às rotinas institucionais e experimentando “interpretações globais”. E justamente esses ideólogos são designados com o epíteto de “intérprete do Brasil”, mesmo nos ambientes acadêmicos. Esse é o caso do professor Carlos Lessa que, em nota de pesar pelo seu falecimento (a 5 de

8. Russel Jacoby, em *Os últimos intelectuais* (1990), lamenta o empobrecimento do pensamento crítico quando este é restrito aos ambientes universitários (os intelectuais saem dos cafés nos espaços públicos e se instalam nas lanchonetes dos *campi* universitários isolados). Lastima também a substituição do texto escrito para o público em geral por textos voltados apenas para os pares; e se queixa da disciplinarização e de suas disputas.

9. NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Intelectuais, cultura e política. Apresentação de LAHUERTA, Milton. Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 1940*. São Paulo: Ministério da Cultura; CPFL Energia; Andreato Comunicação e Cultura, 2014.

junho de 2020), do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi caracterizado e homenageado como alguém que era mais que um economista e um acadêmico convencional: ele foi, na verdade, um dos “intérpretes do Brasil”, foi um intelectual público.¹⁰

No entanto, essa crítica a um conhecimento mais hermenêutico em favor de uma postura mais analítica aparenta como modesta demais e apenas como um detalhe residual que está longe de se situar no coração do problema. A concorrência nas formas de se criticar a ciência é acirrada e há outras possibilidades mais radicais. A começar pela ascensão da cultura que desabrochou no final dos anos 1970, no contexto de uma inquietude que assola nossa época desde então, traduzida no espírito filosófico que questiona tudo que está estabelecido por meio do prefixo *pós*. O filósofo Jean-Marc Ferry se refere a uma angústia apocalíptica, pois o pensamento não é mais lugar de nada.¹¹ A marca dessa cultura é a negação das noções do iluminismo de universalidade da verdade, de razão, de objetividade, de progresso ou emancipação universal. Nessa onda questionadora, as “grandes narrativas” sistêmicas são desmontadas em nome de processos contingentes, diversos, instáveis, imprevisíveis e suficientes em si.¹²

Em nome de um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas, entroniza-se um relativismo que insere diferentes produções culturais num mesmo padrão de dependência contextual e cultural, igualando a contribuição específica do trabalho científico a qualquer outra produção, o que não deixa de ser uma negação do seu conteúdo cognitivo próprio.¹³ Esse cenário foi e é fértil na criação de formulações críticas direcionadas contra a ciência de pretensões universalizantes. São práticas e escolas expressas por

10. BICALHO, Ronaldo. Nota de pesar pelo falecimento do professor Carlos Lessa. *Jornal GGN*, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/memoria/nota-de-pesar-pelo-falecimento-do-professor-carlos-lessa/>.

11. FERRY, Jean-Marc. *Les puissances de l'expérience* (Tome I: *Le Sujet et Le Verbe*). Paris: Les Éditions du Cerf, 1991, p. 19.

12. EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 6.

13. LÉVY, Jacques. Contre la phonie du CACOS, contre le refus d'expliquer le social par le social. *EspacesTemps.net* [En ligne], 2014. A esse propósito, ver: “Cultura do cancelamento, lugar de fala e a teoria crítica”, do cientista político Leonardo Avritzer, que discute um caso de desautorização da antropóloga Lília Schwarcz (*A Terra É Redonda*, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/cultura-do-cancelamento-lugar-de-fala-e-a-teoria-critica/>. Acesso em: 13 ago. 2020).

denominações como coloniedade/decoloniedade¹⁴ e epistemologias do Sul,¹⁵ assim como versões de pensamento que identificam elementos estruturais que se somariam às classes sociais irredutíveis, tais como gênero, raça ou etnia. Pertencer ou não pertencer a esses grupos passa a ser uma qualificação intelectual/ontológica, o que, convenhamos, é um deslocamento importante no campo do conhecimento científico convencional.¹⁶

Uma questão que delinea o campo crítico que interessa particularmente a este texto é o fato de a cultura pós-moderna (assim como esse “neoestruturalismo”) não valorizar a instrumentalização do trabalho científico como razão da sua perda de potência e de abrangência e insistir numa visão de falha congênita e irremediável da ciência moderna, tal como afirma Mignolo: “[...] para Toulmin, a pauta oculta da modernidade era o rio humanístico correndo por trás da razão instrumental. Para mim, a pauta oculta (e o lado

14. Trata-se de uma visão que problematiza a hierarquia do pensamento imposta pela colonização europeia que instituiu a superioridade do conhecimento científico. A própria ideia de ciência já seria dominação, pois engendra a desvalorização (ou, no dizer de muitos, um epistemicídio) de outros conhecimentos da ordem cultural geral. A formação colonial teria nos impingido uma ordem do mundo que invadiu nossas estruturas mentais, o nosso inconsciente. O nome mais conhecido dessa inflexão é o do sociólogo peruano Aníbal Quijano, cuja contribuição mais conhecida é o conceito de “colonialidade do poder”. Em tese, a modernidade capitalista possui sua gênese na conquista colonial da América e esse *know-how* moldou profundamente o mundo, não pelos óbvios efeitos econômicos, mas por introduzir em seu modelo de dominação a classificação social da população mundial pelo viés de raça que perdurou após o final da colonização, o que é justamente um elemento de colonialidade que resiste como instrumento de dominação. A dependência dos capitalistas senhoriais desses países é resultado da colonialidade do seu poder, que os levava, de forma distorcida, a perceber seus interesses sociais como sendo idênticos aos dos brancos dominantes na Europa e nos Estados Unidos. Quijano identifica, como decorrência dos elementos de colonialidade, o dualismo fraturado da identidade latino-americana: de um lado seu desencontro consigo mesma, provocado pelo eurocentrismo; por outro, sua fertilidade potencialmente subversiva presente em aspectos nem sempre evidentes no campo estético, no cotidiano e, por certo, no político, fonte da decolonialidade do poder. Para maiores detalhes dessa corrente de pensamento, ver: “Uma breve história dos estudos decoloniais”, de Pablo Quintero, Patrícia Figueira e Paz Concha Elizalde.

15. A referência no caso é Boaventura de Sousa Santos, que parte da hipótese de que situações diferentes geram epistemologias distintas.

16. Fernando Lara, arquiteto e urbanista, ao discutir a questão da arquitetura racista nos condomínios contemporâneos das cidades brasileiras, ele que se preocupa com isso há tempos, diz, quase pedindo licença para falar desse tema, que reconhece “que tem gente muito mais qualificada do que eu para discutir tudo isto, até porque sou homem e branco”, <https://revistaforum.com.br/blogs/urbanidades/o-desenho-do-racismo/>, 07/06/2020.

mais escuro) da modernidade era a colonialidade”.¹⁷ Jean-Marc Ferry, por outro lado, pensa que, para enfrentar essa angústia apocalíptica, exige-se um exame mais sereno de nossas formas atuais de comunicação:

[...] devemos preservar as condições da identidade argumentativa e sermos capazes de nos comunicar com as outras culturas, inclusive do passado (portanto reconhecendo-os e reconhecendo nossos crimes) sem retornar às formas anteriores de identidade (que são reservas autoritárias também). Essa é a missão da identidade reconstrutiva.¹⁸

É com esse espírito mais reconstrutivo e menos desconstrutivista¹⁹ e iconoclasta, que a crítica adotada no texto questiona a ciência moderna (questiona o seu conteúdo, inclusive epistemológico), mas não deslegitima o continente, pois se entende que os atributos e recursos que as ciências possuem podem desmontar internamente a impertinência de uma razão universal acrítica/metafísica e prevenir-se contra as armadilhas do universo mental dos colonizadores. O pressuposto é que há uma vertente nas ciências humanas de grande relevância, apesar de ofuscada pelo cientificismo/disciplinarização no “interior da modernidade”,²⁰ capaz de ser a contenção dos ímpetos instrumentais e eurocêtricos do universo científico. Suas maiores virtudes encontram-se no ato de interpretar/explicar o social pelo social. Interpretar, que é um ato que se concentra nas relações entre as dimensões das realidades sociais, diferente da postura analítica que as separa. Logo, argumentar que a interpretação nas ciências humanas pode ser legitimamente evocada como científica, diante do quase monopólio epistemológico da disciplinarização cientificista/analítica na cultura acadêmica, será o percurso da argumentação que se seguirá.

17. MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n. 94, 2017, p. 1.

18. FERRY, Jean-Marc. *Les puissances de l'expérience* (Tome I: *Le Sujet et Le Verbe*), 1991, pp. 19-20, tradução nossa.

19. Um exemplo de desconstrutivismo (crítica externa à ciência) é a recusa da distinção entre ciências da natureza e ciências humanas, pois ontologicamente essa distinção (homem/sociedade/cultura – natureza), só faria sentido para a cultura moderna/colonizadora, eurocêntrica, sendo, porém, desprovida de significado para muitos povos do mundo.

20. Essa crítica possui vários pontos de convergência com a iconoclastia pós-moderna, pós-disciplinar, mas se encontra em outro continente.

Mas seria censurável passar a impressão de que não cultivar o objeto-país Brasil deva-se apenas às condições do novo contexto epistemológico, ignorando as dificuldades reais inerentes a esse objeto. Por sua condição de objeto pré-construído e disputado por todas as forças sociais quanto ao seu sentido histórico, cultural e político, o objeto-país Brasil foi (e é) instrumentalizado no passado e no presente ao bel-prazer de forças diferentes e antagonicas. Daí ser um risco tentar produzir discursos globais consistentes sobre esse campo minado. Contudo, essa tarefa é incontornável, pois haverá prejuízos se discursos produzidos no âmbito acadêmico não forem oferecidos aos debates públicos. Esse objeto teria que dar conta de uma realidade social abrangente que não se resume a um recorte delimitado histórico e espacialmente. A complexidade interna desse próprio recorte não pode prescindir de contextos mais amplos na sua interpretação. Uma presumida autonomia do objeto-país Brasil se prestou à criação e à alimentação de ideologias nacionais, papel esse explicitamente cumprido pela “história do Brasil” e pela “geografia do Brasil”, e menos diretamente pelas outras ciências sociais,²¹ reforçando uma espécie de “nacionalismo metodológico”, que é especialmente inadequado na fase histórica em que se acentua o processo de mundialização. Esse objeto atrofiado e abstraído de seu contexto geral sofre um segundo grau de reducionismo, pois o estilo territorial das ciências revela vários Brasis, vistos pela óptica da economia, da sociologia, da história, da geografia etc. Brasis que em geral dialogam pouco entre si.

Na terceira parte do texto (“Então, como pensar o Brasil hoje?”), será retomada a problematização do objeto-país Brasil quanto à sua pertinência e possibilidade, mas não sem antes discorrer sobre algumas questões epistemológicas surpreendentemente pouco discutidas.

Por que interpretar? Por que o ensaio?

No que segue, a opção foi partir para uma descrição pormenorizada (até bem esquemática) sobre os campos científicos e suas manifestações, para argumentar a favor do ato interpretativo e também do gênero discursivo que

21. O que é uma demonstração de que as disciplinas não se orientam sempre por razões conceituais.

melhor lhe serve, que é o ensaio. Isso decorre da percepção de que muita coisa se perdeu e se confundiu nas práticas contemporâneas acadêmicas e que distinções elementares não instrumentais foram ofuscadas ora pela instrumentalização/subordinação das práticas científicas a uma arquitetura social interessada, ora por um criticismo iconoclasta que desidrata o potencial cognitivo das ciências em razão de sua origem e alcance eurocêntricos, por exemplo.

Na prática, as ciências institucionalizadas nas universidades assumiram a forma de disciplinas que delimitam domínios de conhecimento. A evolução das ciências modernas não pode ser descrita sem considerá-las, visto que o conceito de disciplina se confundiu/fundiu com o de ciência. As disciplinas circunscrevem os objetos de pesquisa e modulam seus métodos; institucionalizam os procedimentos de formação e de recrutamento de novos praticantes, assim como os lugares de debate e divulgação dos seus conhecimentos.²² Elas se autorregulam e organizam a reprodução do seu saber e do corpo de cientistas, de forma que o conhecimento se acumule controladamente. A criação de disciplinas, na verdade “territórios”, dependeu de múltiplas operações de seleção, de distinção e, mesmo, de fechamento, que conferiram autonomia e especificidade a elas, tanto uma em relação às outras, como em relação aos saberes, discursos e criações fora do âmbito acadêmico.

Ora, esse processo de institucionalização não tomba do céu e, na sua condição terrena, ele resulta de culturas e contextos que não permitem nenhuma ingenuidade epistemológica. Afinal, qual a garantia de que a arquitetura disciplinar que conhecemos esteja integralmente ancorada em lógicas influenciadas pela pura busca do saber? Qualquer sociologia do conhecimento de boa qualidade dissolve as ilusões nesse sentido. São bem conhecidos os trabalhos de Bruno Latour (1989) e Michel Callon, por exemplo, que enfraqueceram a crença de que as comunidades científicas tenham suas ações regidas exclusivamente por desafios científicos. Para o filósofo Jean-Marc Ferry,

22. Revistas científicas, congressos das associações disciplinares, por exemplo.

[...] a organização institucional das disciplinas científicas não resulta [necessariamente] de uma reflexão sobre os métodos de constituição dos domínios de objetos, mas sobretudo de uma demanda empiricamente condicionada e largamente independente da arquitetura conceitual do saber.²³

As questões ontológicas da disciplinarização condicionam vários dos procedimentos epistemológicos e, por consequência, a própria substância do saber produzido. O principal aspecto condicionante é o referido estilo “territorial” (o caráter parcelar) de delimitação dos campos de atuação de cada disciplina. Diante da situação conflitante entre a afirmação das identidades disciplinares (que implica um fechamento controlado) e o trânsito dos saberes entre as outras disciplinas e a ordem cultural em geral (que provoca abertura), quase sempre prevaleceu a concepção de objeto de estudo isolado que subestima a complexidade e as relações transversais na construção dos objetos. As disciplinas de tal modo recortadas criaram um regime de verdade específico. A verdade, mesmo que transitória, estaria em cada “pedaço” da realidade. Edgar Morin, em sua conhecida crítica a esse modelo de parcelamento, diz que ele nos leva a pensar que existe uma realidade econômica de um lado, uma realidade psicológica do outro, outra realidade demográfica do outro etc.²⁴ A esse propósito, eis uma analogia possível com os recortes disciplinares e suas consequências. Ela foi encontrada numa cena do documentário *Point of Order*.²⁵ Nessa, uma testemunha de acusação reconhece a veracidade de uma foto em que duas pessoas conversam a sós²⁶ sugerindo intimidade; porém, depois de saber que se tratava de um recorte de uma foto

23. FERRY, Jean-Marc. *Les puissances de l'expérience* (Tome II: *Les ordres de la reconnaissance*). Paris: Les Éditions du Cerf, 1991, p. 96, tradução nossa.

24. DAGORN, René-Éric. Contre l'intelligence aveugle. *EspacesTemps.net* [En ligne], Books, 2005. Disponível em: <http://www.espacestemp.net/articles/contre-lrsquointelligence-aveugle/>. Acesso em: 24 fev. 2011.

25. *Point of Order!* é um documentário de 1963, de Emile de Antonio, sobre audiências jurídicas realizadas nos Estados Unidos em 1954, numa questão que envolveu o exército americano e o senador Joseph McCarthy. Quem chama a atenção sobre esse documentário é Ismail Xavier, teórico e professor de cinema na Universidade de São Paulo num ensaio magistral intitulado “Cinema: revelação e engano”.

26. O filme segue com uma cena em que o advogado do exército questiona a origem de uma fotografia que mostra Schine em uma reunião com o secretário do Exército, Robert T. Stevens. A fotografia é mostrada cortada para sugerir uma relação mais próxima entre

maior que mostrava que a conversa se dava num encontro aberto e público com muitas outras pessoas na cena, mesmo assim, surpreendentemente, a testemunha insistia na verdade expressa pela primeira foto. Afinal, “aquele canto da imagem, aquele fragmento extraído da situação maior, foi obtido sem que se adulterasse cada ponto da foto, sem maquiagem, sem alterações das relações que lhe são internas”.²⁷ Era uma verdade fotoquímica. Mas nesse caso a verdade não depende da ordem física, e sim da ordem de significação. O que está em relação são os sentidos e não os elementos físicos da foto. São os sentidos que (re)constróem o contexto. Não será esse também o risco dos recortes disciplinares, o de mutilarem os contextos e verem os sentidos de seus objetos esvair-se? Talvez aí esteja a principal fragilidade da vida disciplinar acadêmica. O geógrafo Christian Grataloup afirma que a disciplinarização não é o melhor que as ciências humanas podem oferecer. Se a disciplina faz a força dos exércitos, ela nem sempre é a força das ciências.²⁸

Diante dessa questão, um desafio científico é tentar criar um cenário de interação heurística entre a multiplicidade de pontos de vistas gerados no mundo acadêmico/disciplinar. Um espaço produtivo que permita o trânsito dos conhecimentos. Compreender as clivagens do mundo acadêmico-disciplinar e propor caminhos para sua superação é o desafio teórico que está posto. Um segundo desafio é promover uma interação fecunda com os conhecimentos surgidos na ordem cultural em geral. Essas perspectivas resumem a pretensão da interdisciplinaridade (ou de algo mais além), que, evidentemente, encontra obstáculos de várias ordens. Um importante é o *teste da comunicabilidade*. A divisão de trabalho científico, sob o recorte territorial, costuma produzir “enclaves semânticos” ou “bolhas de incomunicabilidade”, que exigem habilidade “geopolítica” para fazer circular os conhecimentos para além de seus territórios de origem. Uma situação de incomunicabilidade renitente, talvez a mais grave, resulta da entronização das ciências da natureza/exatas como portadoras de práticas epistemológicas tidas como as únicas

Schine e Stevens, mas o advogado de McCarthy nega qualquer conhecimento de alteração fotográfica.

27. XAVIER, Ismail. Cinema: revelação e engano. In: *O olhar e a cena*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 32.

28. GRATALOU, Christian. La discipline ne fait la force des sciences. *L'Information Géographique*, vol. 52, n. 4, pp. 182-187.

que podem ser reconhecidas como científicas. As práticas que resistem a esse modelo único costumam a ter seus resultados sancionados como científicos, o que indica uma convivência conflituosa nos ambientes acadêmicos, produzindo “identidades científicas” fortemente marcadas e avessas entre si.²⁹ Num plano mais profundo, é possível nos referirmos a perfis distintos de personalidade entre os praticantes de ciências “estranhas” ontologicamente, umas às outras. A busca de consistência e coerência para um pensamento interdisciplinar e intercultural (sobre o Brasil, por exemplo) passa pela problematização dessas identidades.

A questão da formação das identidades científicas se vincula à própria constituição do saber científico.³⁰ As formulações científicas têm suas raízes numa ordem cultural mais geral, pré-científica, o chamado *mundo vivido*.³¹ A diferenciação chave que se deu, e que é um elemento fundamental do pensamento moderno e do pensamento científico, foi a distinção entre *natureza* e *cultura*. Para os modernos a natureza é o mundo das coisas, que será o domínio da razão instrumental e de uma atitude objetivante. A cultura, por sua vez, é o mundo de pessoas, um mundo social, fonte da razão comunicacional, e nesse âmbito as atitudes são performativas.³² A partir dessa diferenciação principal, outras vão se sucedendo e do mesmo modo orientando a discriminação dos domínios do saber. A vantagem de fazer trabalhar a crítica a partir do mundo vivido é tornar conscientes os axiomas, cujos fundamentos não mais percebemos, e também problematizar outros

29. Mostrou-se, antes, uma manifestação dessas identidades científicas conflitantes que é a contraposição mencionada por Marco Aurélio Nogueira entre “experts” e “ideólogos”.

30. O raciocínio e a descrição desenvolvidos nesta parte do texto, que dizem respeito à caracterização do dualismo epistemológico, são tributários diretos das elaborações de Jean-Marc Ferry, a partir, principalmente, de seu grande livro *Les puissances de l'expérience* e do seu texto “Épistémologie des sciences politiques”, de 2005/2006, que foi organizado como um curso. É claro que há interferências e elaborações pessoais, como alguns quadros, mas o maior esforço foi o de expressar as elaborações do autor da forma mais clara possível. Quis se construir uma apresentação que fizesse jus ao pensamento do filósofo.

31. *Mundo vivido* é uma célebre elaboração de E. Husserl referente à ordem primeira, de base, da vida social. Habermas, em sua *Teoria da ação comunicativa*, remete-se ao mundo vivido, onde, segundo ele, impera a razão comunicativa. Jean-Marc Ferry, em *Les puissances de l'expérience*, relaciona o desenvolvimento das ciências com representações construídas no mundo vivido (Tome II: *Les ordres de la reconnaissance*), 1991, pp. 96-112).

32. FERRY, Jean-Marc. *Épistémologie des sciences politiques*. Bruxelles: L'a.s.b.l. Humanités, 2005-2006.

axiomas surgidos em dissonância com o mundo vivido, como aqueles que sustentam um modelo único de ciência, por exemplo.

A partir desse raciocínio, a grande questão para o mundo das ciências e das disciplinas acadêmicas é a seguinte: a essa diferenciação sobre em qual delas os objetos das ciências se definiram, terão correspondido saberes científicos, com métodos ajustados ao conhecimento específico de cada um dos aspectos diferenciados da realidade? No cenário das teorias do conhecimento surgiram duas respostas, conhecidas pelos praticantes das disciplinas, mas que na prática, provavelmente, não trabalham na consciência de todos.

Eis as respostas:

1. Monismo epistemológico: demonstra o problema notado acima. Existiria apenas um modelo de cientificidade que legitima um saber como científico. Trata-se de um modelo originário nas ciências da natureza e exatas. O que o caracteriza é o *método experimental*, que tem como base as práticas da observação, da mensuração por meio da análise e da explicação. Com ele se trabalham a reprodutibilidade das experiências, a preditibilidade dos efeitos e a falseabilidade das hipóteses científicas em forma de leis.³³ Karl Popper é uma grande referência do método científico, assim no singular.

2. Dualismo epistemológico: o ponto aqui é que as ciências da natureza e as ciências humanas corresponderiam a duas regiões ontologicamente diferentes do conhecimento, com métodos fundamentalmente distintos. Relações entre coisas/objetos e relações entre pessoas/sujeitos são movidas por princípios que não coincidem. A presença da *intenção* na relação entre as pessoas é o grande diferencial, já que o humano age e cria novas realidades. Para o mundo físico, a ideia de um sistema de forças equilibradas (por exemplo, o sistema solar) é a referência. No caso do mundo social, num sistema religioso ou filosófico, ou mesmo numa obra de arte ou num texto (por exemplo), as relações e conexões não são físicas, mas sim semânticas (de significados).

A admissão de uma região do saber relativa ao mundo social que ontologicamente seria distinta da natureza (o que faz não ser pertinente um único modelo científico para apreender o mundo físico e o mundo

33. Ou hipóteses nomológicas.

social) abre uma divergência séria, pois os *cientificistas* (defensores do modelo único), habituados ao *utilitarismo instrumental* das ciências da natureza, querem avaliar as ciências humanas perguntando a estas *para que servem?* Essa pergunta é uma emboscada, porque é instrumental/utilitarista e fere a substância das ciências humanas, desqualificando o seu sentido. Contudo, essa questão nem sempre é mal recebida em âmbitos das ciências humanas, como nas chamadas ciências sociais aplicadas (ou que agregaram esse qualificativo por razões não necessariamente científicas), mas também em outras ciências sociais, cuja concessão ao cientificismo oscila conforme a instituição acadêmica ou culturas dominantes nos vários países, como ilustra o caso estadunidense, em que o domínio do cientificismo tem uma abrangência bem grande.

Na realidade, o cientificismo (monismo epistemológico) é muito forte e permanece com seu prestígio em crescimento, inclusive colonizando as ciências humanas,³⁴ submetidas que estão a esse ideal de ciência. No interior do quadro cultural das sociedades contemporâneas, as competências das ciências humanas, praticadas de acordo com seu objeto e fora desse “paradigma cientificista”, são comumente desdenhadas. E não só pelos cientificistas, mas também pelas autoridades institucionais acadêmicas e políticas, pelo mercado, e mais difusamente pela cultura comum das sociedades modernas. O cientificismo é tão onipresente que os praticantes das ciências do espírito³⁵ recusam o epíteto *ciência* ligado às suas práticas, pois temem a violação e a condenação dos seus métodos de abordagem quando tratam dos seus temas.

No argumento que será desenvolvido se ambiciona explicitar um perfil das ciências humanas que dê legitimidade e significação aos *procedimentos interpretativos* das realidades sociais e simbólicas do humano, mas, como já está claro, não se avança nessa direção sem enfrentar a questão do *cientificismo*, que inviabiliza uma epistemologia própria das ciências humanas, e para tal é imperativo revelar a impotência do modelo científico único para acessar o mundo social.

34. Algumas delas são evidentemente mais afetadas, como no caso da Economia e da Ciência Política, que cada vez mais trabalha com as correlações externas entre agregados estatísticos.

35. Jean-Marc Ferry reserva ao mundo simbólico/psíquico do humano, forjado no ambiente social, uma identidade própria, como ciência do espírito. Assim, haveria uma tricotomia composta por ciências sociais e do espírito (humanas) e ciências da natureza.

As ciências da natureza constituem o campo que pode ser caracterizado como *ciências empírico-analíticas*, tal como as denomina Jürgen Habermas.³⁶ Em seu domínio, a atividade de referência (atitude de base) é a *instrumentalização*,³⁷ isso porque há um interesse técnico no conhecimento da natureza, traduzido na produção de tecnologias que servem para dispor das coisas. Nesse ponto vale mencionar o denominado *princípio de Vico*, que descreve a essência e a pretensão epistemológica dessa postura instrumental, conforme o sociólogo Hermínio Martins, admirável intérprete das questões referentes ao mundo da técnica:

Entre os princípios filosóficos [...] que têm, implícita ou explicitamente, legitimado e de certo modo definido a aventura tecnológica moderna, conta-se o princípio ou axioma de Vico, o famoso *verum ipsum factum, verum factum convertuntur* (a interconvertibilidade entre o verdadeiro, por um lado, e o feito ou produzido, pelo outro, dado que o termo latino *facere* tem os dois sentidos) ou simplesmente *verum factum*: só compreendemos plenamente o que fazemos ou realizamos (ou na sua versão mais fraca: compreendemos ou podemos, em princípio, compreender plenamente tudo o que fazemos ou realizamos, precisamente porque o fazemos ou realizamos). Reciprocamente, não podemos compreender, não podemos ter conhecimento válido do que não podemos produzir, refazer ou criar...³⁸

Em termos epistemológicos e metodológicos, as ciências da natureza produzem conhecimento focando nas relações externas entre as coisas. Os fenômenos físicos são abordados como reações, que decorrem de relações causais mecânicas. Daí o termo epistemológico chave ser *explicação*, que descreve relações únicas (necessárias) de causa e efeito. As pesquisas são fundamentalmente analíticas/elementaristas como meio para a construção

36. HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e interesse. In: *Textos escolhidos: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 301-312.

37. Nem sempre foi assim, entre os gregos antigos a atitude de base era a *contemplação*.

38. MARTINS, Hermínio. O Deus dos artefactos: o princípio de Vico e a tecnologia. In: *Experimentum Humanum: Civilização tecnológica e condição humana*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2011, p. 83.

de objetos que somente adquirem significação no interior de paradigmas.³⁹ Do ponto de vista metodológico pressupõe a *observação*. O pensamento que aí se estrutura é o *pensamento empírico-analítico*, daí porque Habermas se refere a ciências empírico-analíticas.

Quanto às ciências humanas (quando livres do cientificismo), a atitude de base em relação ao mundo social é a *interação*, visto que os seus estudos colocam em relação seres dotados de linguagem. Nessas relações há um *interesse prático de conhecimento*. Uma ligeira digressão: a “técnica” (interesse das ciências da natureza) concerne ao ajustamento de meios a fins que não precisam ser acordados socialmente; a “prática” (*praxis*) é a ideia de ação comum discutida e acordada em relação a um fim determinado a ser alcançado. Daí a atitude de base nas ciências humanas ser a interação. Do ponto de vista epistemológico, as ciências humanas pretendem *apreender os sentidos internos das ações humanas*. Para realçar o que não devia estar obscurecido, o historiador François Dosse,⁴⁰ numa demonstração de que a busca dos sentidos das ações humanas é que deve mover, principalmente, as ciências humanas, escreveu um livro, fazendo certo balanço das inovações nesse domínio, de título bastante sugestivo: *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*.

A compreensão do sentido das ações não se coaduna com a ideia de *causas*, mas sim com as categorias dos *motivos* e das *razões*. Do ponto de vista metodológico exige o *questionamento*. Ao inverso das ciências da natureza que procedem de *forma analítica*, a construção dos objetos nessa esfera utiliza a *forma holística*. Parte-se de uma totalidade para distinguir seus componentes significativos, o que nos leva à questão do *círculo hermenêutico*. Isso quer dizer que não se pode conhecer uma totalidade significativa sem identificar seus elementos, porém, como é óbvio, não se identificam os elementos relevantes de um conjunto significativo sem constituir uma totalidade prévia. Esse procedimento hermenêutico diz respeito à *interpretação*.

39. No sentido de Thomas Kuhn consagrado no livro *Estrutura das revoluções científicas*.

40. DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru: Edusc, 1997.

BOX – O texto como modelo paradigmático da hermenêutica

Na prática da hermenêutica o modelo “paradigmático” é o texto. Ele é o contexto para a compreensão de cada um de seus componentes. Não se pode compreender o sentido de uma passagem de um texto sem observar-se o seu conjunto. O próprio texto, para ser bem compreendido, precisa ser relacionado a um contexto mais largo, constituído por outros textos, e, nessa progressão, se chega à “última” totalidade contextual significativa, que é o mundo histórico. Última? Esse também não é inteligível senão em relação aos seus antecedentes (as épocas anteriores), e em relação a seus subsequentes (culturas ulteriores) que interpretarão esse mundo histórico à sua maneira. Assim, o método da compreensão dos sentidos das ações humanas nas ciências humanas é o método hermenêutico da interpretação.

Adaptado de Jean-Marc Ferry.⁴¹

É lógico que a interpretação não se dá às cegas, e alguns pressupostos devem ser considerados: as ciências humanas lidam com um mundo social previamente estruturado simbolicamente pelos atores sociais, diferentemente do que acontece com os cientistas da natureza. Conforme a visão de W. Dilthey, que é uma das referências mais importantes nessa discussão, haveria uma continuidade lógica entre o saber prático do indivíduo socializado e o saber teórico do pesquisador em ciências humanas, o que, de certo modo, inverte o *princípio de Vico* citado anteriormente. No caso das realidades humanas/sociais, tenta-se compreender o que já está feito, pois a total compreensão do que fazemos não é pressuposto para a ação. Como dito acima, as ciências humanas, na busca do sentido das ações, procuram desvendar motivos, porém a “explicação” motivacional não basta, afinal as ações têm níveis e relações complexas de *racionalidade*. Compreender as organizações sociais, o estado, as instituições políticas, o direito, a cultura (linguagens e representações simbólicas diversas), a história, o espaço e tudo aquilo que constitui o mundo social não se dá pela experimentação, e sim interagindo com os sujeitos, incluindo aqueles que antes de nós entraram em diálogo e se entenderam sobre os motivos e as razões das ações humanas. Dito de outro modo:

41. FERRY, Jean-Marc. *Épistémologie des sciences politiques*. Bruxelles: L'a.s.b.l. Humanités, 2005-2006, p. 10.

integramos, como de forma muito arguta diz Jean-Marc Ferry, um “grande diálogo”, cujos contextos se recortados analiticamente serão mutilados e perderão credibilidade como fonte das interpretações. Por isso, caracteriza-se o pensamento que alimenta as ciências humanas como pensamento *histórico-hermenêutico*. Sabendo que os atores sociais (indivíduos e coletivos) são seres que agem, e que as ações são orientadas por diversos tipos de racionalidade, vale detalhar esses níveis e o que eles orientam: 1. *Racionalidade teleológica* – racionalidade que visa a um fim. Trata-se de uma racionalidade técnica, instrumental ou estratégica; 2. *Racionalidade nomológica* – conforma as ações às normas sociais (políticas, jurídicas) vigentes e coordena boa parte das ações sociais; 3. *Racionalidade axiológica* – conforma as ações aos valores escolhidos pelos atores sociais, seus ideais, visões de mundo, crenças, representações. Essa racionalidade, além de corresponder à cultura histórica que envolve os atores, inspira ações rebeldes contra as normas vigentes. Esses três tipos formam a complexidade da racionalidade humana, mas que ainda não está completa. Como conciliar indivíduos e coletividade, como viver juntos? Daí a *racionalidade procedimental*, que também é comunicacional, que é o *quarto tipo*.⁴² Levando em consideração esses níveis da racionalidade humana, a “explicação” das ações não é remetida às causas, nem mesmo somente às razões próprias dos atores sociais, mas sim a razões que interagem e são inflexionadas pelas razões dos outros. Desse modo, a “explicação racional” se aprofunda e se faz cada vez mais “compreensiva”.⁴³

Com a admissão da pertinência da existência das duas regiões do saber, foi explicitada a tese do dualismo epistemológico comparando as diferenças de fundo, segundo algumas dimensões. Dando concretude visual à diferenciação entre essas duas formas de saber, apresentam-se, a seguir, quatro tabelas que foram elaboradas visando a organizar, sem obscurantismos retóricos, os termos epistemológicos ainda incontornáveis na discussão científica. São elas: 1. *Princípios das duas regiões do saber*; 2. *Formas do pensamento científico*; 3. *Métodos das práticas científicas*; 4. *Potencial/aplicabilidade das*

42. Usando uma clássica distinção de Max Weber para operar esse nível da racionalidade (o procedimental), é preciso distinguir a “ética da convicção” da “ética da responsabilidade” e fortalecer os espaços de formação da vontade política coletiva, onde se privilegia a deliberação (racionalidade comunicacional) sobre a negociação (racionalidade estratégica).

43. FERRY, Jean-Marc. *Épistémologie des sciences politiques*, pp. 25-27.

práticas científicas. Esse momento didático complementa-se com uma tabela de Jean-Marc Ferry, denominada “Resumo geral do dualismo epistemológico”.

1. Princípios das duas Regiões do Saber		
	<i>Ciências da natureza</i>	<i>Ciências humanas</i>
<i>Atitude de base</i>	Instrumentalização	Interação
<i>Interesse</i>	Técnico	Prático/Pragmático
<i>Método</i>	Análítico/elementarista	Círculo hermenêutico
<i>Pensamento</i>	Empírico-analítico	Histórico-hermenêutico

As formas de pensamento podem ser descritas, na medida em que elas exigem operações mentais e cognitivas diferentes, assim como a mobilização de linguagens específicas, que são mais dominantes numa modalidade de pensamento do que em outra.

2. Formas do Pensamento Científico	
<i>Empírico-analítico (Ciências da natureza)</i>	<i>Histórico-hermenêutico (Ciências Humanas)</i>
Número	Verbo
Matemática	Sintaxe
Técnica do cálculo	Prática da língua natural
Operações	Conceituações

Quando a discussão sobre as ciências se concentra no nível metodológico, fica mais visível o predomínio do *cientificismo*, pois as próprias ideias de concretude e de objetividade parecem estar mais legitimadas culturalmente quando expressas por meios da observação controlada (o laboratório) e da mensuração, do que de descrições e avaliações verbais expressas com a linguagem que é de todos e não só dos cientistas, como acontece no caso das ciências humanas, que seriam portadoras de um grau de exatidão e consistência inferiores aos das ciências da natureza. No já clássico artigo “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, Carlo Ginzburg justifica que esse paradigma funciona para a descoberta de algumas conexões causais para as ciências humanas, e afirma que isso ajuda “a sair dos incômodos da contraposição entre ‘racionalismo’ e ‘irracionalismo’”.⁴⁴ Porém, passa a

44. GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2 ed. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, [1989] 2011, p. 143.

impressão de que, em relação às ciências da natureza, tem-se que admitir um déficit cognitivo, pois esse paradigma não pode ir muito longe. Jean-Marc Ferry atribui essa posição ao fato de que a justificativa para o paradigma indiciário “é um pouco curta”, se a pretensão não fosse simplesmente propor um modelo que atendesse aos limites metodológicos das ciências sociais, quanto à descoberta de conexões causais.⁴⁵

Surpreendentemente, o discernimento minucioso da epistemologia e dos métodos das ciências humanas costuma gerar estranhamento aos próprios estudiosos dessa região do saber. Essa é uma das consequências de certas naturalizações instaladas no pensamento em geral, que concedem mais “efeito de verdade” a algumas formas de conhecimento do que a outras.

3. Métodos das Práticas Científicas	
Ciências da natureza	Ciências humanas
Experimentação	Interpretação
Observação	Questionamento
Análise	Crítica
Mensuração	Contextualização
Explicação (Relações de causa e efeito)	Compreensão

Um questionamento poderia surgir diante da explanação desenvolvida: não seria válido aplicar-se nessas regiões do saber um intercâmbio de métodos? Não há fatos humanos suscetíveis à explicação causal? É claro que há. As ações dos atores individuais e coletivos resultam em fatos mais ou menos palpáveis que são seus resultados objetivos. Esses podem ser examinados em suas eventuais *conexões causais* ou *quase causais* que estabelecem entre si, sem que elas sejam reguladas estritamente pela postura hermenêutica de uma “compreensão dos sentidos”. Nesse caso, elas expressam um *aspecto formal* (relações externas) e não um *aspecto substancial* (relações internas) de “explicação” em ciências humanas. Na ciência econômica, que é uma ciência sistemática,⁴⁶ as explicações são *quase causais*. Considera-se que

45. FERRY, Jean-Marc. Le paradigme indiciare. In: *L'interprétation des indices: Enquête sur le paradigme indiciare avec Carlo Ginzburg*, n. 21-22, 2007, p. 91.

46. São ciências humanas que se organizam como sistemas e não trabalham com objetos únicos, originais. O exemplo de referência é o das línguas. Outro é a ciência econômica com

os componentes do sistema mobilizados para certos fins já estão mais ou menos descritos, assim como alguns aspectos de sua dinâmica no interior do sistema. Uma operação cognitiva desse tipo guarda semelhanças com as ciências da natureza. Todavia, os sistemas sociais (organizações) não são *organismos naturais*, pois eles são um sistema de ações que pressupõe uma coordenação mais ou menos consciente de divisão de funções, de controles, de investimentos etc. Há atores sociais, e apenas a lógica interna do sistema não basta para elucidá-lo. A explicação causal é apenas formal, e não substancial. E não pode ter as mesmas pretensões que as ciências da natureza,

[...] não é nenhum escândalo requerer uma aplicação da causalidade aos fatos sociais e históricos, mesmo se é verdade, como especifica Weber, que, diferentemente das ciências da natureza, as conexões causais reconstruídas no quadro das ciências do espírito não poderiam legitimamente ser remetidas às leis, invariantes de aparência nomológica.⁴⁷

Não deixa de ser curioso e desconcertante para as discussões epistemológicas que uma ciência humana sistemática, como a economia, em especial na forma de sua escola neoclássica, vê transformada essa sua limitação epistemológica (não ter meios de acessar à verdadeira dinâmica humana e social que move as lógicas econômicas em interação com as diversas dimensões sociais) numa condição de maior prestígio por conta da aproximação relativa com o modelo cientificista das ciências da natureza.⁴⁸

Por outro lado, há realidades sociais que são suscetíveis a abordagens científicas originárias das duas modalidades de ciência. Um dispositivo social com a complexidade da cidade pode ser um bom exemplo. As ciências da natureza/exatas aplicadas (o pensamento empírico-analítico) têm um papel de peso na avaliação das cidades e, principalmente, na intervenção em seus

sistemas (monetário, fiscal, produtivo), ou a ciência jurídica que também trabalha com um sistema. Esses sistemas justificam uma abordagem cognitiva funcionalista ou sistêmica.

47. FERRY, Jean-Marc. *Le paradigme indiciare*, 2007, p. 94, tradução nossa.

48. São vastas as discussões a esse respeito, mas uma referência de peso encontra-se em Amartya Sen em *Sobre ética e economia* (São Paulo: Companhia das Letras, 1999). Ele discute, especialmente, essa questão no primeiro capítulo (“Comportamento econômico e sentimentos morais”).

espaços. Ocorre que seu enfoque é reducionista e não ultrapassa a dimensão funcional/sistêmica e técnica da vida urbana. É comum nesse registro se pensar preferencialmente em *equipamentos* e menos em *serviços*, em oferta de *sistema viário* (e seus suportes), e omitir-se sobre a questão do *espaço público*. É prática comum desse pensamento, legitimado por sinal em nossa “cultura urbana”, recortar os problemas em pequenas unidades para reduzi-los a casos conhecidos, desinteressando-se pelos efeitos psicossociológicos das ações produzidos nesse contexto, dando preferência a soluções técnicas e se recusando a verificar as consequências políticas das escolhas efetuadas.⁴⁹ Por exemplo, a inconsciência absoluta da opção massacrante pelo automóvel, a despreocupação em relação às consequências da lógica imperante da construção de conjuntos habitacionais. Evidentemente que esse saber tem funções positivas e necessárias nos estudos e nas ações nas cidades. O problema se coloca se ele for o único pensamento que conta como racional, assumindo uma condição imperialista na formulação de políticas urbanas. Ora, as cidades possuem outra racionalidade em sua substância, mais fundamental, que torna a racionalidade técnica em auxiliar e não substancial. A cidade é um geotipo social, uma forma espacial de vida, na qual os humanos se organizam social e concentradamente de modo a criar um quadro potencialmente interacional, o que parece ser um processo social definido pelo humano, justamente por essa condição relacional que é produtora de sociedade e de indivíduos. Pensar a cidade exige uma inteligência hermenêutica que compreenda isso e não viole seus princípios. Um pensamento que considere as lógicas do social, que observe os contextos de integração e de segregação social, que reflita sobre os espaços públicos como forjadores da essência da cidadania, enfim, aspectos fundamentais da vida em cidade que o pensamento empírico-analítico não tem como acessar.

49. LÉVY, Jacques. *Le Tournant Géographique: penser l'espace pour lire le monde*. Paris: Belin, 1999, p. 201 (Mappemonde, 8).

4. Potencial das Práticas Científicas	
<i>Ciências da natureza (Experimentação)</i>	<i>Ciências humanas (Interpretação)</i>
Reprodutibilidade das experiências	Sentidos da ação humana
Preditibilidade	Motivações
Falseabilidade	Crítica/Razões
Leis/regularidades	Modelos intencionais
Aplicação técnica	Repertório emancipatório

Ao refletir sobre o potencial (o “para que serve?”) das ciências, o caráter instrumental/utilitário exercido pela técnica/tecnologias ficará nítido, assim como a força do *cientificismo*, cuja *razão de ser* tem uma expressão que parece mais tangível, parece produzir mais “impacto” (palavra tão amada, quanto inconveniente, para se tratar das relações ciências e sociedade), mas não só isso: vejam que *razão de ser* se traduz, no senso comum, como utilidade. Afinal, parece que viveríamos do mesmo modo sem os saberes das ciências humanas, mas isso desde que o *viver* fosse apenas sobrevivência instrumental/material. O grave é que essa concepção reduzida do *viver humano* não deixa de existir em situações de prestígio nas práticas científicas no campo das ciências sociais. Um exemplo notório já dado é o da chamada *economia neoclássica*, em que o humano é essa figura da sobrevivência instrumental, movido apenas por seus interesses materiais.

Resumo geral sobre o dualismo epistemológico		
<i>Mundo físico</i>	<i>Mundo humano</i>	
	<i>Mundo social</i>	<i>Mundo simbólico/histórico</i>
Sistema de relações entre as coisas	Sistema de relações entre as pessoas	Sistema de relações entre os símbolos
Relações mecânicas	Relações pragmáticas	Relações semânticas
Ordem causal	Ordem moral	Ordem gramatical
Fatos	Normas	Valores

Fonte: FERRY, 2005/2006, p. 13.

Ao dualismo epistemológico corresponde um dualismo ontológico estruturado pelas experiências históricas do humano no plano do *mundo vivido*, como já foi apontado. Desse ponto de vista, é cabível argumentar que será ilegítimo requerer das ciências humanas que elas se conformem

aos métodos das ciências da natureza, como pleiteia o *cientificismo*. Seria um “curto-circuito ontológico”. O pesquisador em ciências humanas não compreenderia (não compreende) os sentidos de uma ação social com os métodos das ciências exatas. Para corroborar essa cruzada, visando a sedimentar o óbvio que custa a vir à luz do dia,⁵⁰ um exemplo, até irônico, de Jean-Marc Ferry: não se compreende um texto escrito se medirmos os tamanhos das letras e o espaçamento entre elas, nem se acrescentarmos a análise da tinta e da granulação do papel.⁵¹ É claro que a compreensão vai derivar da relação entre os sentidos, que são semânticos e gramaticais, e não das relações entre as coisas, movidas por relações mecânicas e causais.⁵²

Uma das características consagradas do *cientificismo* é que os conhecimentos devem apresentar condições para serem testados, para serem falseados. É o caso da teoria da relatividade de A. Einstein. Esse princípio poderia ser aplicado da mesma maneira às ciências humanas? Será, por exemplo, que o marxismo ou a psicanálise⁵³ deveriam, para serem “científicos”, permitir o falseamento da mesma maneira que uma teoria da física? Ora, as teorias sociais com base no pensamento histórico-hermenêutico não podem ser experimentadas nos laboratórios, analisadas e mensuradas conforme esses parâmetros. Se a exigência da falseabilidade for incontornável, as ciências humanas padecerão irremediavelmente de um *déficit* de *cientificidade* e deverão abrir mão de sua *pretensão interpretativa*, satisfazendo-se em construir apenas hipóteses testáveis (falseáveis) nos moldes do *cientificismo*. Ficarão reduzidas ao quantitativismo e ao objetivismo, conforme constata Jean-Marc Ferry. Nada poderão interpretar, se não houver sustentação de agregados estatísticos que seriam a expressão *exata dos fatos*. Suprema

50. Nunca é demais, vista a força deletéria do *cientificismo*.

51. Que não se ignore a materialidade diferencial de um texto, que pode estar inscrito num livro de papel tradicional ou em plataformas digitais, por exemplo, como uma dimensão que participa do quadro geral de significação dos textos, conforme pesquisas relevantes vêm demonstrando. Mas esse aspecto trabalha em conjunto com a substância semântica do texto sem a qual a significação não existiria.

52. FERRY, Jean-Marc. *Épistémologie des sciences politiques*. Bruxelles: L'a.s.b.l. Humanités, 2005-2006, p. 14.

53. Exemplos que Karl Popper gostava de dar. Dizia que o marxismo era ótimo, quase uma física do social, mas não podia ser considerado científico porque é atravessado por estratégias argumentativas avessas à contraposição, como se se autoimunizasse das críticas. Não se deixa falsear. Uma conhecida *boutade* de Foucault provocava dizendo que o marxismo e a psicanálise são muito sérios para serem tratados pela ciência.

ingenuidade e limitação epistemológica contra as quais é preciso, isto sim, imunização, pois o risco é de aceitar a supremacia do cientificismo e seus novos aliados, como o “cientificismo digital”.

A limitação epistemológica notada (a contenção do saber sobre o humano naquilo que pode ser quantificável) de acordo com o “cientificismo digital” teria deixado de ser um problema com as tecnologias da informação. Conforme seus próceres (serão “*influencers*”?), essas tecnologias libertarão a todos dos saberes sociais sustentados em teorias abstratas e especulativas, produzidos por interpretações, sem base de dados suficiente. Num de seus breves livros de intervenção, o filósofo Byung-Chul Han⁵⁴ chama atenção para um artigo da revista *Wired*⁵⁵ de Chris Anderson, intitulado “The End of Theory”, em que se argumenta que a quantidade inimaginavelmente grande de informações sobre as pessoas, sobre o mundo social, tornaria os modelos teóricos completamente inúteis. Citando: “Hoje, empresas como o *Google*, que cresceram em uma era de massas gigantescas de dados, não precisam se decidir a favor de modelos falsos. Elas não precisam nem mesmo se decidir a favor de nenhum modelo”. O próprio Han reconhece que a análise do *Big Data* digital dá a conhecer de tal modo o comportamento humano, que os prognósticos serão bem mais exatos (finalmente uma preditibilidade à disposição das ciências humanas). No lugar de modelos teóricos hipotéticos, entra uma comparação direta de dados. A questão do *por que é* assim se torna supérflua, em vista do *é assim que é*, segundo Anderson. Em suas confiantes palavras:

Chegou ao fim o tempo de toda a teoria do comportamento humano, desde a linguística até a sociologia. Esqueça a taxonomia, a ontologia e também a psicologia. Quem pode dizer por que o ser humano faz o que ele faz? Ele o faz simplesmente, e nós podemos medir e rastrear isso com exatidão sem igual. Quando há dados suficientes, os números falam por si.⁵⁶

54. HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. 134 p.

55. Revista de publicação mensal norte-americana de tecnologia, ciência, entretenimento, *design* e negócios.

56. ANDERSON, Chris. The End of Theory: The Data Deluge Makes the Scientific Method Obsolete. *Wired*, 23 jun. 2008, *apud* HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. 2018, p. 132.

Provavelmente, quando Anderson se refere à dispensabilidade das teorias sociais, ele estava se referindo àquelas que se desenhavam a partir de base de dados, já prisioneiras do cientificismo, conformadas ao modelo cientificista das ciências humanas norte-americanas. Elas eram, no entanto, precárias, apenas especulavam preenchendo o que não se sabia em razão da carência de informações. Com dados aos borbotões, e não só sobre o presente, mas também sobre o passado (os *Big Data* podem ser alimentados por cruzamentos infinitos de informações digitalizadas de documentos já produzidos), as teorias poderão ser dispensadas. Assim, tem-se sustentado a nova onda do cientificismo americano no âmbito das ciências humanas, agora convertida em “humanidades digitais”. Nem por sonho esse pensamento levava em conta as ciências humanas histórico-hermenêuticas (seria literatura), ainda menos agora que o método dessa “nova fronteira” do conhecimento fará uso da “mineração de dados” (*data-mining*), que – supõe-se – tornará visíveis os modelos coletivos de comportamento dos quais não se está, enquanto indivíduo, nem sequer consciente. Logo, o inconsciente coletivo virá à luz do dia como um “consciente digital”, após a mineração “sábia” dos dados, com a produção de metadados.

Essa certeza numa revelação solar do humano em razão da capacidade infinita, que foi adquirida de manipulação de informações, tem como solo a depreciação do pensamento histórico-hermenêutico, que, segundo uma visão, não é portador de exatidão. O raciocínio aqui é tautológico. Se a exatidão for a finalidade das ciências humanas, de fato deve-se descartar o ato interpretativo que não pretende sustentar seu conhecimento na mensuração superficial do comportamento humano. O turbilhão digital de dados sobre as ações humanas pode ajudar, mas não substitui teorias e o trabalho do intérprete. No entanto, aumenta a pressão do cientificismo sobre o pensamento histórico-hermenêutico com argumentos *ad hominem* que designam os praticantes das ciências humanas histórico-hermenêuticas (os “ideólogos” em contraposição aos “experts”) como conservadores tecnófobos. Isso não se sustenta diante de vários estudos de muita qualidade sobre a tecnosfera contemporânea, nos quais autores nada entusiasmados com o cientificismo digital revelam um profundo conhecimento sobre as tecnologias e suas aplicações (caso do já citado Hermínio Martins e do geógrafo Milton Santos, por exemplo). Não

precisa ser tecnóforo para estranhar a ligeireza e a superficialidade com as quais se pretende substituir o pensamento humano pelo processamento digital de informações, o que é um descarte do humano e de seu cérebro de carne e sangue por uma máquina digital que fará outra coisa. Hermínio Martins em mais um artigo notável percebe isso:

Considerese também a perspectiva seriamente encarada por investigadores de renome no campo da inteligência artificial (IA) e seja como for, pelos advogados do chamado “programa forte da IA” – de que dentro dos próximos quarenta anos “nós” estaremos em condições de substituir os nossos cérebros pensantes (que não passam de “computadores de carne”) por mentes sem cérebros, substituindo nosso “fleshware” por “software” e o nosso cogito por um computo.⁵⁷

Parece que a batalha da cientificidade estaria perdida, e o modelo único das ciências da natureza teria se imposto, enquanto que o pensamento histórico-hermenêutico foi rejeitado na ciência por sua incompatibilidade com o ideal de exatidão. Contudo, não pode ser assim, pois o que há de propriamente humano nas dinâmicas sociais e na existência dos indivíduos o cientificismo não alcança, embora sofistiquem “cientificamente” os aspectos externos e superficiais do comportamento humano. Mas não basta assinalar as diferenças ontológicas entre as regiões do saber, esquematizar e detalhar essas diferenças do ponto de vista das formas do pensamento científico, dos métodos das práticas científicas, do potencial/aplicabilidade das práticas científicas, se isso não for colocado em situação de modo a identificar algumas tendências que deveriam ser problematizadas. Eis duas delas:

1. *Quem pode ser o intérprete nas ciências humanas*: por irônico que pareça não é apenas o cientificismo que desqualifica (ou ignora) a interpretação como figura epistemológica central nas ciências humanas. Na “trincheira das humanidades” também há posturas problemáticas. Existe uma imagem que se formou na cultura brasileira de que ser intérprete não é para qualquer um e a interpretação não é para qualquer objeto. Ser intérprete constituiria uma prerrogativa dos grandes mestres, quase um título de nobreza: intérprete do

57. MARTINS, Hermínio. Hegel, Texas. In: *Experimentum Humanum: Civilização tecnológica e condição humana*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2011, pp. 19-20.

Brasil. Então, quem não estiver nessa condição especialíssima faz o quê no seu dia a dia de pesquisador? Se não têm a “autorização” para o ato interpretativo, ou reduz-se a “levantar” o empírico e a organizá-lo praticando um empirismo mudo (descritivo que não arrisca), ou então a ser um quantificador (construtor de base de dados) que produz enunciados “à guisa de conclusão”, ou ainda, o que não é melhor, o pesquisador se reduziria àquele que valoriza teorias ajustando o empírico a elas, por sua vez portadoras de interpretações prontas, adaptáveis a situações diversas. Ora, o dom da interpretação tratado como excepcionalidade no âmbito do conhecimento o retira do campo científico e desarma os praticantes das ciências humanas que deixam de visualizar e realizar o que seria central em sua atividade. Outra tendência no tratamento da interpretação que é mais tematizada é, de certo modo, aquela que recepcionou os “grandes intérpretes do Brasil”, como já mencionamos na abertura deste texto. Relembrando: a despeito do reconhecimento do brilho dos “grandes intérpretes” e da provocação produtiva que suas narrativas promovem, seus trabalhos permanecem recepcionados como movidos pela imaginação e até pela intuição (“*insights*”), e, portanto, especulativos. Curioso que, no caso das ciências humanas, especular, experimentar, parece ser, ironicamente, uma falha científica. Mas o ponto aqui é que a interpretação é “interpretada” como aquele recurso do autor que não conseguiu a ancoragem empírica suficiente para a sua narrativa e a preenche com uma criação, uma teoria (“já que não tenho dados, eu tenho uma teoria!”), uma interpretação. O que se espera é que as teses das interpretações venham a *posteriori* ser demonstradas ou negadas cientificamente, a partir de boas práticas do rigor científico! Que seriam quais mesmo? A interpretação como o pré-científico é o que se anuncia desse modo. Ora, na tese apresentada do dualismo epistemológico, a interpretação no trabalho científico em ciências humanas é a figura epistemológica que condensa e que resulta de várias outras operações intelectuais, tais como a contextualização, o questionamento, a crítica, a conceituação, a compreensão, o que deve ser permeado pela pesquisa cuidadosa (ancoragem empírica), e tudo sempre em diálogo com o repertório crítico e empírico já estabelecido. Logo, a interpretação não é prática elevada só de grandes pensadores nem, tampouco, uma prática aleatória e incerta sem ancoragem no mundo empírico, uma espécie de aquecimento para o verdadeiro conhecimento

científico. Trata-se da essência do trabalho em ciências humanas, é o que se faz ou deve-se fazer em harmonia ontológica com o que o humano produz. É o caminho para o conhecimento do social pelo social que deve orientar o trabalho de todos nessa região do saber.

2. *Os preconceitos contra o ensaio*:⁵⁸ assim como a interpretação custa a ganhar *status* epistemológico legítimo no âmbito das práticas científicas, o gênero discursivo *ensaio*,⁵⁹ normalmente associado às práticas e ao pensamento histórico-hermenêutico, ganhou também o epíteto de não científico. Com muita honra, por sinal, no caso dos praticantes das ciências do espírito, que não fazem questão da denominação ciência. Ora, se o ensaio é um gênero discursivo não científico para as ciências humanas, qual seria, então, o melhor veículo para expressar o conhecimento nesse campo? Seria o texto/discurso bastante normatizado que vai se estabelecendo nas disciplinas (afinal, disciplina normatiza) como gênero que se molda para as formas de apresentação dos resultados das pesquisas, seja para a submissão à titulação na carreira acadêmica⁶⁰ ou para a submissão de artigos nas revistas científicas (essas, particularmente, são bastante exigentes e criativas nas normas que estabelecem). Essa normatização seria o “cão-guarda contra o espírito”, como diz Adorno num texto muito conhecido, pois esse tem um veredito automático contra o ensaio dizendo que é “perda de tempo o esforço do sujeito para penetrar a suposta objetividade que se esconde atrás da fachada. Tudo é mais simples, dizem”.⁶¹ Histórica e culturalmente, reconhece-se que o grande “inventor” do gênero foi Michel de Montaigne. No seu clássico *Ensaaios*, os temas têm uma relação direta com a vida, partindo-se do que já está preconcebido, da própria experiência do autor etc. Daí a produção mais

58. Devo boa parte do teor desses comentários à professora e analista do discurso Luciana Salazar Salgado.

59. Conforme Luciana S. Salgado, um gênero é um conjunto de práticas discursivas acordadas e legitimadas socialmente (a ancoragem não é técnica, e sim nas práticas sociais). Assim, todo gênero é social, e é, por isso, histórico. Surge, desenvolve-se, alterna-se, desaparece, reforma-se etc.

60. Uma maneira de expressar a exclusão do ensaio do âmbito científico é opor-se uma tese a um ensaio.

61. ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: *Notas de literatura I*. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 19. Coleção Espírito Crítico. Lançado no original nos anos 1950.

autoral,⁶² no sentido de o autor também estar encarnado no que se discursa, sem aquela presumida necessidade de afastamento para um trabalho científico. E a que se presta esse gênero consagrado por Montaigne e explícito na sua própria denominação *ensaio*? Presta-se ao ato de ensaiar, de experimentar, de testar, de exercitar interpretações, de dar chances à fruição do pensar, abrigando de forma generosa o pensamento.⁶³ Um dos mais importantes economistas teóricos da Revolução Russa, Eugênio Preobajensky,⁶⁴ fazia uma analogia interessante, e provocativa, dizendo que a abstração, a teoria, a experimentação interpretativa nos ensaios é o correlato do laboratório do cientista da natureza para quem faz ciências humanas. E por que um gênero discursivo como o ensaio não teria legitimidade como gênero científico nas ciências humanas, se ele serve também como campo de experimentação, figura chave da epistemologia das ciências da natureza? Por que não um ensaio científico que retrabalhasse com rigor histórico-hermenêutico as situações e noções pré-interpretadas no âmbito social, aliás, o que vai ao encontro do que pensou W. Dilthey sobre a existência de continuidade lógica entre o saber prático do indivíduo socializado e o saber teórico do pesquisador em ciências humanas? Uma resposta positiva, nesse caso, afasta a visão preconceituosa em relação ao ensaio porque muito subjetivo, dado a relações excessivamente criativas sem a necessidade imperiosa de se reportar à realidade empírica com rigor. Trata-se de um estigma pejorativo identificado pelo mesmo Adorno: “Quem interpreta, em vez de simplesmente registrar e classificar, é estigmatizado como alguém que desorienta a inteligência para um devaneio impotente e implica onde não há nada para explicar. Ser um homem com os

62. Eis o conhecido conselho de Montaigne: leia muito, leia bastante, esqueça tudo e raciocine sozinho...

63. Isabelle Stengers, importante filósofa, também formada em química e que atualmente se destaca na avaliação da crise ambiental planetária, num livro bastante conhecido (*No tempo das catástrofes*) diz: “Este livro é literalmente o que pode se chamar de ‘ensaio’. Trata-se, de fato, de ensaiar, ou de experimentar, pensar com base no que é, antes de tudo, uma constatação: ‘a época mudou’. Ou seja, dotar essa constatação de nos fazer pensar, sentir, imaginar, agir” (STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes. Resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p. 13). Ou ainda: “É, em todo caso, uma aposta deste ensaio. E a palavra ‘ensaio’ tem aqui um sentido amplo. Trata-se decerto de ensaiar, ou experimentar, no sentido pragmático do termo, no sentido em que ensaio define o que seria seu êxito” (p. 17).

64. PREOBAJENSKY, Eugênio. *A nova econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

pés no chão ou com a cabeça nas nuvens, eis as alternativas”.⁶⁵ O curioso são as situações nas quais esse autor “com a cabeça nas nuvens pode aparecer”, e elas em geral surgem na contraposição do ensaio ao “texto científico”, em que é comum o estranhamento com a figura do autor.⁶⁶ O ensaio é autoral, já o artigo científico nas ciências da natureza (no cientificismo, portanto), em muitas situações, implode a ideia de autor. Mas há também preconceito contra o ensaio na esfera das humanidades, aliás decorrência da atribuição de excepcionalidade àquele pensador que pode interpretar. É dado somente ao intérprete excepcional produzir ensaios. O que mais uma vez desarma o praticante das ciências humanas e o joga nos braços de gêneros discursivos com normatização enrijecida que dificultam a fruição autoral, essencial para o pensamento histórico-hermenêutico.

As ciências humanas, ao levarem a sério a questão da interpretação e do ensaio como componentes de seu coração epistemológico, com toda a sofisticação e detalhamento que a tese do dualismo epistemológico advoga, se colocarão na rota do questionamento da disciplinarização que ainda marca fortemente as práticas científicas contemporâneas nas instituições universitárias, especialmente. Ora, parcelar as realidades humanas, mutilando os contextos de significação, é uma prática analítica/elementarista em linha de negação às práticas hermenêuticas, que são holísticas, pois interpretar é principalmente identificar relações e conexões entre as diversas dimensões das realidades sociais, o que na organização institucional científica atual se torna uma demanda, no mínimo, pela interdisciplinaridade.

Aliás, por mais paradoxal que aparente, na própria esfera das ciências da natureza a fragmentação excessiva dos objetos de estudo (a obsessão analítica/disciplinar) é questionada. E para acentuar mais ainda um quadro estranho, segundo os avaliadores da Capes, na observação deles, as ciências humanas resistem mais à interdisciplinaridade que as ciências da natureza. A

65. ADORNO, Theodor. O ensaio como forma, 2003, p. 20.

66. Um exemplo, de experiência própria, foi o de ter um artigo submetido a uma revista científica questionado numa parte longa, na qual não havia citações de outros autores nem outro tipo de referência. Era um momento bem autoral do texto que parecia não caber nas normas da revista. Um texto/trecho, no caso, só se legitima se estiver vinculado/prisioneiro a um cipoal de referências. Boa ilustração do temor do “déficit científico”, da interpretação e do ensaio.

perplexidade aqui é de pasmar, pois os conhecimentos das ciências humanas não servem para aumentar a capacidade de manipulação das coisas, mas sim para alargar a competência de compreensão recíproca entre mundos culturais diferentes, o que pressupõe comunicação e alargamento de contextos, e não fechamento em rígidas fronteiras disciplinares.

Bem, mas o que conta é que são relativamente crescentes as críticas ao estilo acadêmico disciplinar que faz do meio científico um “arquipélago”, onde as ilhas não se comunicam. Instituições de grande importância no campo da experimentação científica como MIT’s Media Laboratory, a École Polytechnique Fédérale de Lausanne (EPFL) e o Santa Fe Institute (USA), são exemplos marcantes desse questionamento. O principal fundador do Santa Fe Institute, George Cowan,⁶⁷ testemunhou em sua carreira o aumento do fracionamento das ciências (tal como na física, que foi fonte de numerosas subdisciplinas), novos territórios segregados, cuja especialização crescente inviabilizou a interação entre grupos de cientistas. Segundo Cowan, os cientistas no final do século XX se sentiam compelidos a se especializar; contudo, se reunidos e desafiados a abordar problemas científicos globais, sentiam-se impotentes. Para ele, o reducionismo disciplinar fazia com que problemas fossem idealizados e apartados do mundo real, mundo esse que exige abordagens mais holísticas.⁶⁸

E aqui se retorna ao tema do trânsito entre os conhecimentos rumando para as constituições de objetos de estudos mais integrados. Certamente propostas interdisciplinares não podem deter-se ante as diferenças, embora muitas dessas, na prática, possam funcionar como obstáculos à interdisciplinaridade. Será possível construir pontes de comunicabilidade entre esses mundos disciplinares próprios e distintos? Obstáculos surgem, especialmente, quando no âmbito de cada disciplina se trata o conhecimento adquirido como uma verdade independente de um questionamento epistemológico. É de se lamentar, pois as atividades críticas no mundo da ciência são práticas indispensáveis e infundáveis para a ciência e a

67. Químico, participante chave no Projeto Manhattan no laboratório de Los Alamos.

68. DILLON, Dan. Review of the Santa Fe Institute: Institutional and individual qualities of expert interdisciplinary work. *GoodWork Project Report Series*, n. 22, 2012.

filosofia. Milton Santos indica uma postura importante para o trânsito dos conhecimentos entre as disciplinas:

[...] a interdisciplinaridade não se produz a partir das disciplinas. Ela se produz a partir das metadisciplinas. Eu converso com os outros colegas a partir da minha filosofia e da deles. Mas não da minha disciplina. Se eles não tiverem a filosofia, se eles não forem capazes de produzi-la, não há possibilidade de diálogo.⁶⁹

Abordagens que fazem uso da noção de complexidade⁷⁰ vêm demonstrando pertinência e colocam em xeque o recorte disciplinar convencional. É um método que não fragmenta o real e permite compreender os aspectos multidimensionais e integrativos que o compõem. Essa abordagem do real não coloca no limbo os campos científicos, mas exige uma nova perspectiva de construção disciplinar. Numa nova perspectiva, a economia, a história, a antropologia, a geografia, a sociologia etc. não teriam um “pedaço” do real para cada uma, pois na verdade elas explorariam dimensões não recortáveis. Assim, abordariam a *realidade total* a partir de um ponto de vista, de um ângulo de ataque. Essa disciplinarização dimensional, em oposição à disciplinarização parcelar, já é um caminho para a interdisciplinaridade, é uma “disciplinarização interdisciplinar”. Trata-se de privilegiar o cruzamento de pontos de vista parciais sobre um vasto conjunto de fenômenos, e de percorrer a totalidade do objeto, “atravessando-o de parte a parte”, e admitir que as relações entre as coisas, os objetos, e as realidades é que constituem o coração das investigações. Transitar na complexidade sem desfazê-la. Todo elemento do real é um “objeto social total”, multidimensional, em suma, complexo.⁷¹ Segundo o filósofo Thierry Paquot, entusiasta da produtividade interdisciplinar, ninguém sai nem sairá incólume dessa experiência.⁷²

69. SANTOS, Milton. *Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007, p. 177.

70. Ver: MORIN, Edgar. *Introduction à la pensée complexe*. Paris: Seuil, 2005.

71. LÉVY, Jacques. Dimension. In: LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel (orgs.). *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003, pp. 261-262.

72. PAQUOT, Thierry. Transdisciplinarité. *EspacesTemps.net* [En ligne], 2007. Disponível em: <http://www.espacestemp.net/articles/transedisciplinarite/>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Então, como pensar o Brasil hoje?

O Brasil, como objeto de estudo no mundo acadêmico, permeia um cenário fortemente marcado por análises diversas, em que o trânsito entre as áreas do saber é bem limitado. Isso resulta da disciplinarização a frio e da influência do cientificismo, nos termos da argumentação anterior. Num país com sistema universitário organizado, no qual há um exercício vasto das ciências humanas, formar-se uma imagem geral e consistente do Brasil poderia ser o esperado, mas não é assim! O Brasil é um objeto de estudo direto na história e na geografia (disciplinas mais ou menos transversais), e já não o é claramente nas outras ciências humanas (sociologia, economia, ciências políticas etc.) nas quais, além das abordagens mais “territorializadas”, a figura Brasil aparece como pano de fundo fragmentado.⁷³ Em vista dessas ciências sociais, a história e a geografia têm *status* científico inferior, talvez por serem mais “generalistas”.⁷⁴ As fronteiras disciplinares e toda a cultura e a institucionalidade reiterativas foram (e são) eficientes num certo bloqueio do trânsito dos saberes. Acrescentem-se a esse trânsito precário relações interculturais igualmente frágeis (entre a cultura universitária e a ordem cultural geral), o que também coloca um problema nas abordagens das bases empíricas e representa uma certa alienação da realidade.

Para resolver essa questão epistemológica, a tentação seria somar essas parcialidades situando-as lado a lado, de modo a se construir um mosaico na expectativa de que uma solução mágica dê sentido a essa globalidade. Não dá certo! Tentativas anteriores, “pré-científicas”, procuraram eixos de conexão e coerência que costurassem interpretações globais, indo além da soma de saberes isolados, o que é positivo, mas por si só não garante o sucesso na empreitada. Esses eixos de conexão são “figuras da totalidade”, tanto teóricas

73. É claro que há exceções, aliás exceções que são marcos na história do pensamento brasileiro, como a obra de Florestan Fernandes, por exemplo, cujo ápice é *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. O interessante é que a combinação dos termos *ensaio* e *interpretação* corrobora o discutido anteriormente, mas permanece o temor de que muitos leiam essa caracterização da obra como um aviso de que ela não é exatamente científica e sim um exercício mais “livre”, mais “imaginativo”.

74. Além disso, a História e a Geografia, por serem na tradição escolar História do Brasil e Geografia do Brasil, sofreram críticas (justas, por sinal) por serem saberes muito associados às ideias oficiais de nação e de pátria, afastando-se do ideal de ciências críticas, como dito anteriormente.

quanto pré-formadas na vida social, que podiam representar o Brasil de forma exclusiva ou em combinação. Colonização, país, nação, pátria, identidade, cultura, povo, mercado, capitalismo, imperialismo e sociedade são expressões de totalidades articuladoras, mais ou menos integradoras, emancipadoras, dominadoras ou opressoras. Essas figuras da totalidade que dariam sentido ao Brasil tanto podiam ser escolhas e construções metodológicas de intérpretes como adesões naturais ao que já estava estabelecido e instrumentalizado social e politicamente no processo social em andamento.

Um eixo articulador das interpretações (uma figura da totalidade), que vale destacar pela sua proeminência, que teve características híbridas, pois tanto foi decisão epistemológica quanto um operador social/político forte na formação nacional que forjaria o Brasil, foi a busca da identidade nacional,⁷⁵ o que supõe certa excepcionalidade. O risco que essa forma de abordar o objeto-país Brasil trazia era o de enclausurá-lo numa redoma à moda dos *American Studies*, em especial em sua primeira fase.⁷⁶ A propósito, no Brasil foi criado o Instituto de Estudos Brasileiros na Universidade de São Paulo (1962), que logo acoplou às suas atividades um programa de pós-graduação e ensaiou concepções que o aproximavam dos *American Studies*. É bem verdade que no Instituto não se foi muito fiel ao modelo e jamais se divulgou que ali se esclareceria o que “significa ser brasileiro”, como ainda é comum em várias universidades que têm *American Studies*.⁷⁷ Vernon

75. O que, aliás, foi comum na história de constituição dos “Estados-nação” e, nesse caso, as disciplinas História e Geografia desempenharam um papel, como já foi dito. Autores de perfil mais “oficial” foram os que mais se empenharam nessa direção.

76. Essa área de estudos, nos Estados Unidos, surgiu em 1920/1930, e de início se dedicou aos estudos das formações nacionais (inclusive as comunitárias ligadas a grupos étnicos) da literatura, das artes em geral, do folclore e da história intelectual (o pensamento americano), o que guarda algumas semelhanças com os intérpretes do Brasil. Enquanto área, está bastante disseminada e institucionalizada como cursos de graduação, pós-graduação e como área de pesquisa. Seriam mais de quatrocentas instituições que têm *American Studies* no seu elenco de cursos e atividades.

77. A graduação e a pós-graduação na Universidade Carolina do Norte em *American Studies* ilustram a busca da essência do ser americano: *O que é a América?, O que significa ser americano?* são os destaques na divulgação dos cursos. E se diz mais: “o programa de graduação em *American Studies* oferece a oportunidade de explorar tradições, instituições, literatura e artes americanas e expõe os alunos a uma diversidade de experiências e perspectivas americanas”. In: <https://americanstudies.unc.edu/areas-in-american-studies/american-studies/>.

Parrington, o precursor desse campo, queria identificar ideias germinais tidas como genuinamente americanas e a influência que elas exerceram na determinação dos ideais e das instituições características estadunidenses. Como se vê, o excepcionalismo americano (um essencialismo) é o núcleo da proposta. No caso dessa missão de delinear essa totalidade que seria a identidade nacional, outra figura totalizante, que é a cultura, foi associada à tarefa. Tanto nos *American Studies* como, de certa maneira, nos intérpretes do Brasil, a identidade nacional, cuja substância seria a cultura, permeou várias das interpretações globais do final do século XIX e do início do século XX.⁷⁸ Esse “culturalismo” prosperou, já que a cultura é uma dimensão do social que “adere” mais ou menos bem à identificação de uma essência nacional. A centralidade da cultura se encontra nas tradições de algumas escolas de pensamento que a veem não como uma das dimensões da sociedade, e sim como a síntese do humano em oposição à natureza. Isso já foi bastante contestado, mas está reatualizado numa espécie de “virada cultural”⁷⁹ que afeta as ciências humanas. Sendo síntese, essa figura da totalidade (a cultura) dialogou e absorveu outras totalidades próximas, além da questão da identidade, como nação e nacionalismo, pátria e patriotismo e a figura quase “mítica” de povo brasileiro. No entanto, não conseguiu absorver abordagens mais econômicas, o que criará uma evidente clivagem entre abordagens culturalistas e economicistas, movidas, cada uma, por figuras da totalidade de diálogo não óbvio. Voltando à postura culturalista, a despeito da postura metafísica que quer descobrir uma “identidade essencial” (isso no culturalismo mais radical), é notório que se atribuiu à cultura o *status* de “quase sociedade”. Esses termos, todavia, não são intercambiáveis, uma vez que *sociedade* é uma totalidade teórica bem mais capacitada para incluir a

78. Essa condição não pode ser atribuída a todos os “intérpretes brasileiros”, mas pode ser considerada como um elemento importante da atmosfera intelectual da época, porque se trata do “período da formação”, ainda marcado pelos traços da colonização, da qual o império é quase uma extensão; pelo pós-abolição; pela pós-proclamação da República.

79. A “virada cultural” estimula novos objetos e abordagens nas ciências sociais e inflexiona as abordagens estreitamente econômicas e sociológicas que são reducionistas. Ajuda a detectar o etnocentrismo e o viés identitário que nossas abordagens podem assumir. Reforça a importância das representações, do imaginário, do discurso, dos sistemas de signos na dinâmica das sociedades. Humaniza as ciências sociais. Mas, situada como uma centralidade, pode recair em reducionismo também.

complexidade da produção social que constituiu (e constitui) esse objeto-país Brasil. De todo modo, essa percepção não afasta da realidade contextual as tentativas de totalização do Brasil em torno de figuras como cultura, identidade nacional, nação, pátria. Há disputas e protagonistas em torno da ideia do que uniria e daria sentido a esse país.⁸⁰ Claro que isso não reflete apenas um debate intelectual! De fato, é o argumento que se avança aqui, o Brasil é uma arquitetura social onde o *ser sociedade* foi marcado por contradições profundas e por dinâmicas de totalização mais valorizadas do que essa constituição social (a sociedade).

Seja como for, pensar o objeto-país Brasil nos termos atuais da evolução dos saberes, que inclui novas e inovadoras posturas disciplinares que “desparcelarizam” a realidade social, não implica estudar essa realidade social global como um objeto direto e íntegro a todo momento. Ela deve permanecer como um contexto em relação a qualquer dimensão (ou fato) social que será ancorada e compreendida como um fato (ou objeto) social total. Desse modo, nessa área do conhecimento, vários elementos constitutivos e dinâmicos dessa realidade complexa que é o Brasil são estudados sempre tendo em vista como eles operam nessa totalidade. É preciso que nesse contexto ele esteja sempre sob escrutínio para a sua reconstrução constante. Por exemplo, essa realidade contextual estruturada em torno de totalidades em disputa não pode (aliás, nunca pode) mais ser pensada apenas nos limites do país, da sua circunscrição territorial. A integração no mundo na era da globalização e as consequências dessa realidade alargam o contexto de significação do que é estudado. E isso é apenas uma forma de pensar, pois para aqueles que se reivindicam as teorias críticas sobre a dinâmica do capitalismo, esse contexto alargado (e decisivo) é ponto de partida, visto que essa totalidade que é o capitalismo é uma figura que opera de forma decisiva na formação brasileira a partir de um lugar que não é nacional e sim um sistema mundial ou que tende à mundialização. O fato social total é cada vez menos só nacional, ou então, quase nunca foi.⁸¹

80. País, no Brasil, seria uma figura da totalidade de condição mais neutra, visto que há uma realidade territorial não contestada e reconhecida por todos identificada com esse termo.

81. As crises políticas e sociais que vêm afligindo o Brasil, do mesmo modo que outros países, na primeira vintena do século XXI estão afetadas e estimuladas por uma “guerra

Como mencionado, a busca de uma identidade nacional (certo “culturalismo”) foi um dos caminhos que procuraram expressar a “totalização” de uma realidade comum. Notou-se, porém, a incapacidade dessa postura teórica (e ideológica) de abarcar a complexidade das produções sociais. Aqui, vale uma retomada de algo elementar. O viver juntos que produz o vínculo social e o ser social implica variadas formas organizadas dessa vida em conjunto, como é óbvio. De um modo geral, na história da humanidade, essas formações sociais não tiveram grande alcance e se sustentaram sobre uma base comunitária, com uma institucionalização frágil, a ponto de muitas não terem chegado ao corpo orgânico institucional mais elevado de uma formação social que é o Estado. Não seria inconveniente designá-las como “sociedades tradicionais”,⁸² nas quais o peso das tradições orientava seu futuro, e, nesse sentido, a ideia de cultura como elemento central poderia fazer um pouco mais de sentido. O que, quem sabe, não esteja tão marcado nas leituras históricas é que na modernidade⁸³ veio se estruturando, a partir de algumas “nações territoriais”, uma forma social inédita para a qual se deve reservar especialmente a palavra *sociedade*. Isso porque se trata de um viver juntos que associa grupos sociais diversos (regionais, étnicos/culturais) formando um coletivo de escala geográfica inaudita que, para ter esse alcance, mobiliza diferentes dimensões interativas como o econômico, o sociológico, o político, o cultural, o cultural/artístico,⁸⁴ o temporal e o

cultural”, justificada por escatologias conspiratórias, que se desenvolve num contexto global, com protagonistas “transnacionais”. Há exemplos de todos os tipos para caracterizar esse alargamento de contexto.

82. “Sociedades nas quais o poder político era legitimado (validado) por tradições culturais – mitos, religiões e hereditariedade, como no caso de monarquias absolutistas [...] organização geográfica marcada por espaços relativamente isolados, com o fundamental da vida realizando-se nesses locais [...] conforme Leonardo Benévolo, ‘cada geração tendia a ocupar o lugar das precedentes e repetir seus destinos, os vivos substituíam, em quantidade parecida ou igual, os mortos.’” (OLIVA, Jaime & GIANANTI, Roberto. *Temas da geografia mundial*. São Paulo: Atual, 1995, p. 13).

83. “Se nas sociedades tradicionais o poder político derivava das tradições culturais e os papéis reservados ao indivíduo e ao mundo do trabalho eram secundários, na ‘era da modernidade’ será justamente a inversão dessas características que abrirá o espaço para as sociedades modernas [...] nas sociedades modernas o indivíduo foi superando a tutela das tradições... Assim, em tese, a ‘modernidade’ conduz ao advento das sociedades organizadas com base na soberania individual e popular...” (*Idem*, pp. 13-14).

84. Para aqueles que fazem coincidir integralmente a formação das sociedades modernas com o capitalismo (e, também, a própria ideia de modernidade), o que faz dessa formação

espacial numa abrangência até então desconhecida. Figuras da totalidade como nação, nacionalismo, pátria, identidade nacional não desaparecem, mas são agora mobilizadas e subordinadas em meio à complexidade da formação de uma sociedade moderna. A constituição das sociedades baseia-se na criação de várias instituições sociais que, integradas organicamente, resultam no Estado. Assim, é difícil separar a história dos Estados da história da formação das sociedades, nas quais ele é, ao mesmo tempo, produto e um ator maior.⁸⁵ Nas sociedades modernas, a base comunitária foi sendo substituída por uma sociabilidade, cujos principais operadores são atores individuais (nelas eclode a era do indivíduo, o *societal*) e atores coletivos tais como as classes sociais, partidos políticos, associações diversas, o Estado etc. E aqui um parêntese importante: a entronização da cultura como uma figura da totalidade “quase sociedade” não faz sentido, porque a ação dos atores sociais não se coaduna com isso, porquanto cultura induz a se pensar a força de algo muito superior à ação dos atores sociais (individuais ou coletivos) e, por mais que se possa insistir em “transformação cultural”, a ideia de cultura conota mais permanência do que movimento histórico, o que nas sociedades modernas está liberado. Por fim, não se pode negar o lugar, entre os operadores sociais, para os objetos técnicos/tecnológicos que constituem as tecnosferas, que inflexionam, de forma cada vez mais ativa, a dinâmica das sociedades.

social (para os anticapitalistas mais aguerridos) um conjunto em crise de morte permanente, Rainer Rochlitz lembra que Horkheimer e Adorno, na *Dialética da Razão*, externam uma desesperança em razão da decepção quanto às experiências revolucionárias de sua geração, ao mesmo tempo que subestimam a capacidade de integração da sociedade capitalista. De fato, a Rússia soviética frustra suas promessas, mas o capitalismo é bem-sucedido em sua manutenção, quer seja pela violência, como no nazismo ou no fascismo, ou, sem repressão aberta comparável, através de um sistema compensador da “cultura de massa” desenvolvida nos Estados Unidos. Trata-se, portanto, de explicar a passividade das classes exploradas e a potência de integração da indústria cultural (ROCHLITZ, Rainer. Culture et “système” chez Habermas. *Réseaux*, 1991, vol. 5, n. 1, p. 9).

85. “Na história geopolítica da Europa, os Estados se legitimaram próximos de sua sociedade construindo uma comunidade dedicada a seu apoio, a nação, à qual era demandado um sacrifício sem limite de seus membros ao serviço de projetos sangrentos de Estado, em troca de proteção, que a partir do século XX adquire também uma dimensão ‘social’ (o Estado-providência) e política (a democracia). Nós achamos lá os traços típicos de fidelidade comunitária, incompatível com a ideia de igualdade entre indivíduos, de onde o divórcio crescente entre o primado do Estado e cidadania de pleno serviço.” (LÉVY, Jacques; FAUCHILLE, Jean-Nicolas & PÓVOAS, Ana. *Théorie de la justice spatiale: Géographies du juste et de l’injuste*. Paris: Odile Jacob, 2019, pp. 312-313).

Também é de pleno conhecimento que, nessa nova realidade social (a sociedade) cujo amadurecimento se dará no século XX, se produzirá, em razão da necessidade do regramento coletivo em larga escala, uma nova era das formas políticas não somente com a construção árdua da democracia, mas, principalmente, com a organização de um regime político que deverá trabalhar em condições inéditas tanto de escala territorial quanto no que diz respeito ao volume populacional que envolverá, assim como com a diversidade de interesses e perspectivas sociais com as quais deverá lidar. Trata-se de uma aventura incorporadora/integradora de grande complexidade em busca de uma estabilidade social/política, que obviamente é de difícil realização e muito suscetível a crises. Nas sociedades modernas o regime político, mesmo com variações de forma e intensidade, que se generaliza é a República, lugar político dos governantes e dos governados que deverá ser marcado por legitimidade política constituída com base na soberania popular (se for uma República democrática), o que implicará necessariamente o Estado de direito, a separação dos poderes e as liberdades civis e individuais. E implicará também (e aqui a situação é bem mais oscilante) a presença interventora/reguladora do Estado atuando nas questões de bem-estar social e econômicas. A República democrática tende a organizar os poderes entronizados no Estado de forma federal, concedendo autonomia política aos diversos níveis territoriais do Estado/sociedade e por consequência aos membros da sociedade que pertencem politicamente, dessa maneira, aos vários escalões de poder, em que nenhum deve dominar os outros.

Uma arquitetura social de tamanha complexidade abriga muitas contradições e tensões de grande profundidade, isso só pela “pretensão da empreitada”, o que se somará à história real de todas as dimensões sociais que irão se desenvolver nessa construção. Uma contradição que merece ser tematizada por ser a mais importante é a *tensão entre igualdade e liberdade*, que muitas vezes põe em causa a própria conservação da sociedade. A liberdade plena de ação (com poucos limites e regramentos) dos atores (individuais e coletivos) tende a produzir um acréscimo de desigualdade. Regras, mediações e intervenções estatais produzidas socialmente, e que favoreçam a igualdade, tendem a uma diminuição de uma dada concepção

de liberdade.⁸⁶ A emergência do indivíduo que, sem dúvida, joga a favor das liberdades e da democracia, na medida em que a formação da vontade política pode ser livre, pode ser também ser pensada pejorativamente como o maior risco para a atomização social, para o fim do vínculo social, logo da sociedade.

A atomização da sociedade resultaria da autodeterminação do indivíduo com referência a si mesmo, como negação da intersubjetividade. É nessa direção mencionada que trabalhos como os de Christopher Lasch (*A cultura do narcisismo e Mínimo eu*) e os de R. Sennett (*O declínio do homem público: as tiranias da intimidade; Carne e pedra*) vão. Nessas obras, a emergência do indivíduo é tida como um individualismo teorizado a partir da confusão entre as esferas privada e pública, pela explosão do comportamento narcisista, em que o mundo é a extensão do eu. Outro exemplo notável que advoga a emergência do indivíduo atomizado, não só como característica contemporânea, mas como elemento constituinte da modernidade destacado por Alain Renaut,⁸⁷ é o de Louis Dumont.⁸⁸ Dumont diagnostica na modernidade o desaparecimento da relação homens/homens em benefício de uma simples relação homens/coisas cujo primado significaria que, doravante, o homem pode conceber-se como tal sem considerar a sua relação com os outros homens no seio da comunidade. Nesse caso, a dessocialização do homem estaria inscrita na lógica do individualismo e da própria modernidade. Ou, querendo estender esse raciocínio para a crítica marxista do capitalismo, a dessocialização nada mais é do que consequência da lógica capitalista. Na sequência desse gênero de diagnóstico, vários autores concluem que a dinâmica da produção e do consumo estaria voltada para a afirmação desse individualismo (relação homens/coisas), e que essa emancipação do indivíduo seria, portanto, uma faceta do universo

86. Pode-se chamar a versão mais incisiva em defesa da igualdade de “igualitarismo”, que advoga a igualdade absoluta de recursos sociais entre os seus membros como o horizonte de justiça desejável. O entendimento aqui é que não se pode falar em liberdade mantendo as desigualdades sociais. A centralização da igualdade e a liberdade pensada como dependente dela podem desequilibrar essa tensão com derivações autoritárias.

87. RENAUT, Alain. *L'ère de l'individu: contribution à une histoire de la subjectivité*. Paris: Gallimard, 1989, p. 88.

88. Cf. DUMONT, Louis. *Essais sur l'individualisme: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*. Paris: Seuil, 1983. Collections Esprit.

do consumo. Seria assim uma pseudoemancipação, destrutiva de outras dimensões humanas. Essas posições harmonizam-se com a célebre crítica de M. Heidegger à modernidade: na sua desconstrução da Filosofia moderna (de Descartes a Nietzsche), ele identifica uma metafísica da subjetividade, cuja expressão a ser condenada é o individualismo.⁸⁹

Mas, afinal, a emergência do indivíduo corresponde a uma emancipação do indivíduo que beneficia a vida societal e a esfera pública, ou, ao contrário, o declínio do homem público é insofismável, obscurecido que está por uma individualidade cujo oxigênio é o consumo e que atenta contra a formação do vínculo social e da esfera pública? Haveria como optar por uma posição, ou o melhor seria reconhecer a existência de uma tensão expressa na dialética indivíduo-sociedade, que em realidade é uma face da dialética liberdade-igualdade?

Em defesa da possibilidade de tornar essa tensão em algo não irreduzível, pois não considera o indivíduo uma figura indevassável, o filósofo Alain Renaut aponta uma simplificação na leitura de M. Heidegger sobre a modernidade. Houve (e há) junto à filosofia moderna uma valorização de uma autonomia do sujeito que não redundava no individualismo, que encarou a subjetividade tendo como pano de fundo a intersubjetividade, logo não implicando de modo algum uma tal dessocialização do indivíduo.⁹⁰ O mais importante exemplo é o pensamento de I. Kant:

[...] todo o esforço de Kant foi [...] no sentido de definir a autonomia de forma essencialmente anti-individualista [...] a “lei dos desejos e das inclinações” é uma “lei natural”, que apenas diz respeito ao homem enquanto “parte do mundo sensível” e, como tal, remetida para a “heteronomia da natureza” [...] o hedonismo, dimensão evidente do individualismo contemporâneo [...] é aqui remetido para heteronomia, à qual se opõe ao registro da verdadeira autonomia, onde não é a natureza em mim que me dita a lei das minhas ações, mas a razão prática como vontade livre.⁹¹

89. RENAUT, Alain. *L'ère de l'individu: contribution à une histoire de la subjectivité*, 1989, p. 14.

90. *Idem*, p. 86.

91. *Idem*, p. 87.

Quanto à questão da ética, I. Kant a localiza no campo da intersubjetividade racional: “[...] o submeter-se à lei e à exigência de universalizar a máxima de sua ação, o sujeito moral harmoniza-se idealmente com outros sujeitos possíveis com os quais concebe solidariamente como membro do reinado dos fins”.⁹²

Num quadro concreto, como a tensão presente na dialética liberdade individual-sociedade (que necessariamente possui elementos de igualdade) se revela? No ambiente de uma cidade, por exemplo, constitui-se em alguma medida uma dimensão pública formada por laços impessoais, que orienta coletiva e racionalmente as ações e as relações. Isso quer dizer que o indivíduo não está isento de responsabilidades sociais e públicas, que exigem algum nível de envolvimento, algum nível de relativização de sua liberdade. Porém, não há como negar que nas sociedades modernas os horizontes da liberdade individual se mostram contraditórios à construção e ao enriquecimento da esfera pública, da sociedade, portanto. O filósofo Renato Janine Ribeiro apresenta uma visão bastante sugestiva dessa tensão: trata-se da discussão sobre o custo da vida social.⁹³ Qual o preço social que cada indivíduo deve pagar para manter a esfera pública/sociedade? Que benefícios isso traz a ele? Se a perspectiva for o estreitamento dos elos de solidariedade, do enriquecimento dos espaços públicos e uma vida coletiva mais consistente, o custo a se pagar é mais elevado, e a conta será cobrada da individualidade de cada um. O que pode ser cobrado é que se abra mão de algum tempo pessoal para maior participação em situações de vida pública na sociedade; que se mitiguem alguns interesses econômicos; que se tenha atenção e alguma ação em relação a alguns fatos sociais que em princípio não afetam o indivíduo diretamente etc. Se o horizonte for uma situação de “elos sociais frouxos”, a vida social será mais barata para o indivíduo. Colando-se na balança a sociedade/igualdade e o indivíduo/liberdade, para que lado ela está pendendo? Janine Ribeiro refere-se a um desdobramento perverso no contexto atual: a sociedade moderna, em todos os planos, nos impõe missões novas (por exemplo, na arena do político e do trabalho). No entanto, tendemos a agir

92. *Ibidem*.

93. JANINE RIBEIRO, Renato. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 145.

com base em referentes cristalizados, muito reforçados na condição de elos frouxos, em razão do pouco empenho em repensarmos o coletivo e o público.⁹⁴ Como resolver essa questão? Não existem soluções fáceis para essa tensão contemporânea, especialmente em termos de sociedade brasileira, meio no qual a “vida social sempre foi muito barata” (com elos sociais frouxos) para as elites e segmentos sociais associados e beneficiados, que tradicionalmente evitam a esfera pública e atuam contra a sociedade, desinstitucionalizando-a e privatizando-a, o que é, no fundo, a negação da sociedade, uma saída desse tipo de organização social.

Essa discussão filosófica do problema da tensão entre liberdade e igualdade tem, como não poderia deixar de ser, uma expressão política bastante marcada por contendas, em geral inconciliáveis, que facilmente se transformam em crises de grande gravidade. A direita (“capitalista”) e a esquerda (“socialista”) políticas polarizaram essas duas alternativas. Os que litigam pela maior igualdade, especialmente em sociedades (como o Brasil) em que o grau de desigualdade coloca em xeque a permanência da sociedade, advogam a irredutibilidade das instituições coletivas, do Estado, por consequência. Logo, um aprofundamento da vida em sociedade. Por sua vez, os partidários da liberdade “sem adjetivos” podem assumir feições fortemente ideologizadas, a ponto de toda instituição social (logo, a sociedade) lhes parecer opressora. A versão mais radical desse posicionamento é a do “libertarianismo”, nem sempre notada em sua inteireza cultural, ideológica e política, porque vista apenas como um desdobramento do principal inimigo da igualdade na sociedade que seria o capitalismo, realidade estrutural naturalizada/reificada e onipresente nas interpretações críticas que dominam a cena política e, em boa medida, o cenário acadêmico. Nas crises que vêm corroendo ainda mais o arranjo da sociedade moderna brasileira na segunda década do século XXI, as teses libertarianistas, moldadas sob uma escatologia conspiratória de alta octanagem, têm jogado um papel de proa que não pode mais ser ignorado.

A rigor, a abordagem libertarianista reage negativamente à necessidade das instituições sociais e, claro, ao Estado. Coletivos sociais? No máximo os de

94. *Idem*, p. 146.

tipo comunitário ou efêmeros, vinculados a algum objetivo reversível, como mobilizações patrióticas e ideológicas, em geral. Não aceita a “societalidade”,⁹⁵ visto que contesta o pertencimento a uma totalidade que tem seus próprios recursos e seus próprios objetivos, que devem conviver com os objetivos individuais.⁹⁶ Nem é preciso dizer: esse ponto de vista orienta teorias e trabalhos na ciência econômica, especialmente na sua vertente neoliberal, a despeito de os neoliberais de ofício resistirem a ser identificados como ideológicos, pois se sentem blindados pela roupagem da neutralidade técnica e científica, outra notória ilusão ideológica.⁹⁷ O nó górdio do problema situa-se na postura libertarianista de que *qualquer movimento* pela igualdade é um ataque à liberdade, pois essa postura se funda na ideia de que é preciso preservar a todo preço a responsabilidade de cada um sobre seu destino⁹⁸ e de que instituições criam comodidades parasitárias no interior desse coletivo. Logicamente, os libertarianistas são ferrenhos opositores de políticas públicas fortes, especialmente se forem redistributivas, e têm verdadeira ojeriza a um regime fiscal orientado, nalguma medida, para as igualdades. Ora, a formação de larga escala que pode legitimar ações e políticas em busca de qualquer forma de regras comuns – logo, de alguma igualdade social – é a *sociedade*, com suas instituições e com seu regime político. Como se vê, apontando mais uma vez, não é apenas um juízo divergente no interior dessa forma social, mas, notadamente, um curso de saída da sociedade.

95. De societal, logo da forma sociedade.

96. LÉVY, Jacques; FAUCHILLE, Jean-Nicolas & PÓVOAS, Ana. *Théorie de la justice spatiale: Géographies du juste et de l'injuste*. Paris: Odile Jacob, 2019, p. 315.

97. Na história do pensamento econômico, Eugênio Gudin, um dos próceres do pensamento liberal na economia brasileira, desdenhava da obra de Celso Furtado, claramente situada no registro histórico-hermenêutico, como não científica, pois desprovida de qualquer econometria.

98. Por isso libertarianistas são contra a previdência pública e obrigatória. Por que eu sou obrigado a poupar hoje para a velhice? Se eu quero torrar tudo agora e ter uma velhice miserável, é uma decisão minha, um problema meu. Afinal, sou dono de mim mesmo, sou dono da minha juventude e da minha velhice. Tudo é uma questão de responsabilização individual dizem eles, ao declarar que os velhos devem ser punidos pela “imprevidência” da juventude e deixados ao deus-dará (MIGUEL, Luís Felipe. Joel Pinheiro da Fonseca e a descontextualização como estratégia argumentativa. *Jornal GGN*. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/artigos/joel-pinheiro-da-fonseca-e-a-descontextualizacao-como-estrategia-argumentativa-por-luis-felipe-miguel/>, Acesso em: 20 jan. 2020).

A filiação teórica mais imediata desse pensamento libertarianista é Friedrich Hayek, e também Ludwig von Mises, da chamada escola austríaca de pensamento econômico. O notável historiador Tony Judt, fazendo um balanço do século XX, em conversa com Timothy Snyder, assinala que

Lembre-se, o argumento de Hayek em favor do mercado irrestrito nunca foi principalmente sobre economia. Foi um argumento político baseado na experiência dele do autoritarismo austríaco no entreguerras e na impossibilidade de distinguir entre variedades de liberdade. De uma perspectiva hayekiana, não é possível preservar o direito A sacrificando ou comprometendo o direito B. [...] um lembrete permanente de que a perda de direitos políticos deve decorrer rapidamente do comprometimento da liberdade econômica. E isso, por sua vez, reforçava convenientemente a visão de Reagan-Thatcher: de que o direito de ganhar qualquer quantia de dinheiro sem impedimentos por parte do Estado faz parte de um contínuo direito à liberdade de expressão.⁹⁹

É chocante certo primarismo no tratamento da liberdade conferindo primazia à liberdade econômica, em especial ao direito de propriedade,¹⁰⁰ que seria um baluarte da liberdade humana (inclusive da liberdade de expressão). Relativizar a liberdade econômica (o que o regramento em sociedade geralmente faz) seria o caminho (da servidão) para o fim das liberdades políticas. O curioso é que essa fórmula não se mostrou reversível quando o próprio Hayek, ao lado de Milton Friedman, apoiou ativamente o golpe de Estado militar do general Pinochet no Chile, que, em nome da restauração da liberdade econômica, houve por bem reprimir todas as outras

99. JUDT, Tony (com Timothy Snyder). *Pensando o século XX*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, pp. 264-265.

100. Os libertarianistas partem da noção de que o único direito humano é o direito de propriedade (que um autor como L. Von Mises repetia), do qual todos os outros direitos derivariam. O direito à propriedade começaria com a propriedade sobre si mesmo. Assim, “eu tenho o direito de ir e vir porque o corpo é meu”. Tenho liberdade de expressão porque os pensamentos são meus, e eu decido se vou ou não os divulgar. Se minha voz é forte, grito alto, e se sou dono de uma rede de TV, posso usá-la para difundir minhas ideias ao máximo. Entre a propriedade de si mesmo e uma propriedade externa não há nenhuma diferença significativa. Por ser dona de si mesma, a pessoa pode usar as substâncias que desejar. Se qualquer destes comportamentos é restringido, incorremos no pecado do “paternalismo” (MIGUEL, 2020, s/p).

liberdades de forma sangrenta. Judt destaca também que essa visão não foi compartilhada pela maioria dos economistas neoclássicos, pois simplesmente nunca lhes teria ocorrido supor uma relação necessária e permanente entre as formas de vida econômica e todos os outros aspectos da existência humana.¹⁰¹ Essas interpretações e suas implicações circulam no mundo contemporâneo e no Brasil, de forma apurada e vulgar, via Chicago e Washington. Snyder, na mesma conversa com Judt, chama atenção para um aspecto chave, que diz respeito à desinstitucionalização da sociedade e do seu principal produto institucional que é o Estado. Na sua visão, o mercado não apenas busca alargar suas margens de manobra diante do regramento estatal/societal, mas no registro libertarianista ele próprio se transforma numa fonte de direitos ou até de ética. Diz Snyder que “no argumento hayekiano o mercado expande sua jurisdição e abraça o público e o privado simultaneamente. Longe de estabelecer as condições para uma vida moral, ele é a vida moral, e nada mais é necessário”.¹⁰² Uma figura da totalidade totalitária. A política, nessa condição, não tem lugar, e a “antipolítica” prospera. Tony Judt indaga o que resta num mundo pós-político, despojado de sentido ético ou narrativa histórica. E responde: “Certamente, não a sociedade. A única coisa que resta, como Margaret Thatcher foi famosa por insistir, são ‘famílias e indivíduos’.¹⁰³ E o autointeresse deles, economicamente definido”.¹⁰⁴

No âmbito sociopolítico e da filosofia política, o libertarianismo representa uma negação de qualquer solução para a tensão liberdade e

101. JUDT, Tony (com Timothy Snyder). *Pensando o século XX*, 2014, pp. 264-265.

102. *Apud* JUDT, Tony (com Timothy Snyder). *Pensando o século XX*, 2014, p. 265

103. Nunca é demais reavivar na íntegra as palavras já “clássicas” de Margareth Thatcher pelo libertarianismo que elas carregam e pela força inegável que elas possuem: “Eu acho que nós já passamos do período no qual várias pessoas entendiam que, se elas têm problemas, é função – responsabilidade – do governo lidar com eles. ‘Eu tenho um problema, eu vou conseguir uma bolsa – uma ajuda.’ ‘Eu sou sem-teto, o governo deve me abrigar.’ Elas estão lançando seus problemas à sociedade. E, você sabe, não existe coisa alguma como essa tal sociedade. Há homens e mulheres individuais, e há famílias. E nenhum governo pode fazer nada a não ser através das pessoas, e as pessoas devem primeiro olhar para si mesmas. É nosso dever olhar antes para nós mesmos e, então, também olhar nosso vizinho. As pessoas têm direitos demais em mente, sem obrigações. Não há tal coisa como direito, a menos que alguém tenha primeiro cumprido uma obrigação” (THATCHER, Margareth. Entrevista concedida à revista feminina *Woman’s Own*, no dia 31 de outubro de 1987. Cf. Interview for *Woman’s Own*. *Thatcher Archive*, <https://www.margaretthatcher.org/document/106689>).

104. JUDT, Tony (com Timothy Snyder). *Pensando o século XX*, 2014, p. 266.

igualdade e uma via de dissolução do vínculo social, na esteira de M. Thatcher. Isso não reflete a história da própria filosofia política. Apesar da igualdade e da liberdade serem valores plenos na modernidade, essa tensão já permeava configurações sociais pretéritas e participava da fundação da filosofia política no nosso mundo de referência. A pergunta que marcou a primeira fase dessa fundação era sobre o melhor regime político.¹⁰⁵ Entre as respostas absolutista (o soberano ungido) e democrática (a soberania popular), como se sabe a democrática evoluirá como parâmetro de organização dos regimes políticos mais recentes. Porém, essa evolução abrirá mais um campo de controvérsias que balizará a nova fase da filosofia política. A teoria da soberania popular vai encontrar uma elaboração no tema da vontade geral que terá no Estado o responsável pela aplicação da lei, como expressão dessa vontade. Essa forma de conceber as relações entre a organização social e o Estado chegou aos tempos contemporâneos como a entronização dessa poderosa instituição, como o principal instrumento não só de aplicação da lei, mas como *locus* de elaboração e de execução de políticas de outra ordem. O socialismo estatal, notadamente a partir do marxismo (mas também a social-democracia do Estado do Bem-Estar Social), concebeu o Estado dessa maneira, sendo ele o responsável pelos princípios de organização e desenvolvimento para fazer triunfar o interesse geral que, a princípio, fundiria virtuosamente igualdade e liberdade. A alternativa que litiga historicamente com essa alternativa é o liberalismo político, que surge antes da expressão. Nessa concepção as relações entre sociedade e Estado são caracterizadas por limitações recíprocas. O Estado garante as liberdades, inclusive contra o poder autoritário do próprio Estado. Igualdade de direitos e igualdade de liberdades representariam a solução ideal para a tensão igualdade e liberdade. A debacle da experiência socialista (1980-1990) parece ter encerrado essa fase da filosofia política, e ao mesmo tempo resolvido a tensão em favor do liberalismo político que atenuava a presença do Estado em favor de outra figura da totalidade que é o mercado, mais próximo da vida social ordinária. Contudo, esse foi um fim da história que rapidamente acabou, visto que a atenuação do peso do

105. A descrição que segue apoia-se em Alain Renaut no excelente *Un monde juste est-il possible?* (Paris: Éditions Stock, 2013, pp. 55-63).

Estado agravou as desigualdades, inclusive nas sociedades de bem-estar. Em sociedades do “capitalismo periférico” a aversão ao Estado aprofundou as injustiças sociais. Desse modo, outro tema passou a protagonizar as discussões da filosofia política tentando responder a tensão entre liberdade e igualdade. Trata-se da questão da justiça, ou melhor: sobre o que é preciso para que uma sociedade seja considerada justa. Nesse caso também as respostas se dividem expressando a tensão entre liberdade e igualdade. Na decorrência de John Rawls e de alguns de seus seguidores (Ronald Dworkin, o mais célebre deles), o tema da justiça na filosofia política se consolida como um polo importante na vida social contemporânea, operando bem rente à realidade, tal como Amartya Sen, que faz uma aproximação entre economia e filosofia,¹⁰⁶ aliás como deve ser na filosofia política.¹⁰⁷ Para se pensar o objeto-país Brasil e sua configuração de “sociedade sob ataque”, o diálogo com as teorias da justiça¹⁰⁸ é de bastante interesse, visto que elas enriquecem a discussão e o repertório de soluções sobre a tensão liberdade e igualdade, diferentemente do “negacionismo libertarianista”. As teorias da justiça, de um modo geral, não negam que as liberdades são elementos fundantes para uma sociedade moderna, mas advogam que elas devem também fundar a solidariedade, conteúdo indispensável do vínculo social para a produção de igualdades sociais, sem as quais não haverá sociedades justas.

106. Como o fizeram Adam Smith e Karl Marx, “filósofos economistas”, e agora Amartya Sen em *A ideia de justiça*, em que a questão da liberdade é chave, porém uma liberdade positiva, ao contrário das liberdades negativas, para recuperar a tematização célebre de Isaiah Berlin sobre os tipos de liberdades.

107. JANINE RIBEIRO, Renato. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*, 2000, pp. 9-10.

108. Justiça, dimensão do político que trata sobre as relações desejáveis, legítimas e mutuamente compatíveis entre os diferentes componentes de uma sociedade (indivíduos, coletivos, organizações). É justa uma situação na qual essas relações são conformes a alguns princípios, permitindo a cada um se perceber tratado de maneira aceitável. A identificação de injustiças não tratadas conduz a se colocar em causa a ordem social, por aqueles que se estimam mal situados. Os princípios de transparência (explicitação de enunciados) e de universalidade (aplicação das mesmas regras a todos) estão sempre presentes nas concepções da justiça. Assim, as noções de liberdade (os direitos, as oportunidades) e de igualdade (um igual tratamento para todos) são apresentadas na definição de justiça, mesmo nas sociedades despóticas e hierarquizadas (como nas sociedades escravagistas). (LÉVY *et al.*, *Théorie de la justice spatiale: Géographies du juste et de l’injuste*, 2019, p. 314).

Agora uma palavra em separado para que a discussão sobre as “contradições de fundamentos” na constituição da sociedade brasileira não pareça estranha e deslocada num cenário em que a crítica social (de grande ressonância nos meios acadêmico e político brasileiros) alimentada pelo marxismo (e suas modalidades) mais ou menos domina. Essa crítica identifica como o motor dinâmico da realidade social no Brasil (e em todas as outras) uma estrutura sistêmica de escala global que é o capitalismo. A despeito de variações existentes nessa abordagem, a forma sociedade tal como caracterizada aqui não resulta de uma dinâmica histórica interna e complexa, mas sim é uma realidade tributária da dinâmica capitalista que se estende pelo planeta, com adaptações, certamente (“a forma do capitalismo brasileiro”), e essa dinâmica produz sociedades de classes irreduzíveis, cujas instituições, a República, o Estado, a democracia, assumem formas “contaminadas” pelo capitalismo, ou melhor, são na essência capitalistas. O capitalismo gera uma sociedade que espelha sua essência por meio do individualismo, um antípoda da solidariedade, da exploração extrema do trabalho alheio, a luta incessante pelo lucro sem referência aos interesses públicos, que aliás não possuem uma arena para se revelarem. Do ponto de vista interno da sociedade, a história está bloqueada, a não ser pela hipótese da ruptura revolucionária. Em suma, parece que o contexto contemporâneo da realidade brasileira (sociedade esgarçada ou não) é espelho do que teria que ser mesmo, em razão da forma como o capitalismo se organizou por aqui.

A pertinência ou não dessa apreensão teórica tem gerado mais de um século de debates infinitos, com altos e baixos no embalo das variações conjunturais que, por vezes, a colocam em causa, assim como também a confirmam. O que interessa aqui não é revisitar essas discussões, mas verificar se há possibilidades de alguma história própria a despeito dessa realidade capitalista quase intangível, se há um social produzido pelo social. Nesse quadro suposto de história bloqueada, o que seria o desenvolvimentismo? Alexandre de Freitas Barbosa em entrevista publicada a propósito do centenário de Celso Furtado, notável intelectual e homem público brasileiro, teve um trecho de suas respostas transformado em chamada da entrevista: “Mal sabia Furtado que os liquidatários do desenvolvimento ainda estavam por vir, diz o professor da USP”. Ora, então existiu (existe?) a oportunidade

de desenvolvimento e também atores sociais (os liquidatários) que agiram contra essa possibilidade? Tendo em vista que desenvolvimento é a ideia de que é possível e desejável visar, no futuro, não à simples reprodução idêntica do existente, mas a qualquer coisa de melhor que progressivamente vai se instalando na maior parte dos lugares do mundo,¹⁰⁹ e se se admite que essa hipótese é real, então há história e não apenas uma fatalidade capitalista. Mesmo se admitindo apenas inflexões próprias no interior do capitalismo, isso também é história. Um intelectual do gabarito de Celso Furtado, que sempre é citado como o portador/desenvolvedor do método histórico-estrutural¹¹⁰ (conhecedor da dinâmica capitalista sem ser um economicista), não poderia se enquadrar na categoria de ingênuo, alguém que abraçou a ideia de desenvolvimento como um mito irracional, tal como definido pelo antropólogo francês Serge Latouche.¹¹¹ Se há a possibilidade de história, logicamente ela não estaria predeterminada, e nesse caso o próprio capitalismo pertenceria a uma dinâmica complexa, com todo o seu poder, é claro, mas não seria ele próprio a única dinâmica. Quando, em 2017, foi realizada uma reforma trabalhista no Brasil de viés “libertarianista”, em que não apenas se retiraram direitos trabalhistas, mas se discursou “contra o direito do mundo do trabalho ter direitos”, alguns analistas críticos bem argutos, que normalmente negam possibilidades de transformação interna da sociedade brasileira,¹¹² nessa “fase do capitalismo” marcada por um aprofundamento neoliberal, se referiram a uma profunda derrota da classe trabalhadora. Ora, se existiu derrota, teria havido, anteriormente, vitórias por dentro do capitalismo que se acrescentou como força social e institucional fortalecendo a sociedade.

109. Não se trata da identificação desse desenvolvimento à ideia de progresso, que é um reducionismo, já bastante criticado, que se apregoava à revelia dos atores sociais.

110. Embora o termo *estrutural* não se coadune com a ideia de atores sociais.

111. Latouche nem considera que no capitalismo o desenvolvimento não é autônomo, considera na verdade que se trata de um mito etnocêntrico, sem sentido para a maior parte da humanidade. Ele é um antidesenvolvimentista e um anticapitalista que concebe que a própria ideia de justiça vem impregnada de um conteúdo opressor, pois desenvolvimentista (RENAUT, Alain. *Un monde juste est-il possible?*, 2013, p. 105).

112. Aqui não se nega o valor de interpretações estruturais que entendem que nossa burguesia não é capaz de fazer a Revolução Burguesa, e nesse sentido não há hipótese de desenvolvimento, visto o papel que a burguesia teve no desenvolvimento nos países de capitalismo avançado, ou interpretações congêneres, mas se trata aqui de abrir um diálogo problematizador, sempre de olho na dinâmica social.

O que se encaminha aqui é que, mesmo reconhecendo a contestação à sociedade como elemento totalizador da(s) realidade(s) social(ais) representada(s) pelo objeto-país Brasil, contestação que mobiliza ideias de nação, de nacionalidade, de comunidade, de identidade, de pátria etc., ou contestação que está inscrita na radicalização do individualismo libertarianista, por exemplo, deve-se admitir que a rigor todas essas figuras da totalidade e conflitos da vida social terminam sendo objetos internos das ciências sociais (não só da sociologia), cuja referência é o conceito de *sociedade*. Isso não porque é o que há de mais global e mais controlável em termos teóricos e metodológicos, mas porque de fato diz respeito à dinâmica social fundamental que ocorre em nossas fronteiras territoriais e além.

Polarizando as interpretações sobre o Brasil em torno da totalidade/sociedade com toda a ebulição das contradições que conflitam nesse quadro, tratando cada fato e dimensão do social como fato social total e mobilizando o repertório epistemológico próprio da região do saber relativa ao mundo social, cuja figura epistemológica orientadora é a interpretação no registro histórico-hermenêutico, pensar o objeto-país Brasil hoje implica também identificar pensadores originais, novos pontos de vista, novas dimensões da realidade insuficientemente exploradas anteriormente, dimensões marginalizadas em relação ao centro das discussões vistas como relevantes, e assim por diante. Não se trata apenas de cobrir lacunas em relação às interpretações anteriores (o que também é preciso), mas de reavivar e entronizar com consistência o método interpretativo como a contribuição necessária das ciências na constituição de uma real sociedade que seja capaz de produzir justiça social neste país.

A crise política e social: o excesso de conjuntura e o reconhecimento

O Brasil é uma realidade empírica bem distinta daquela das décadas de 1950/1960. A história acelerou-se, produzindo mudanças quantitativas de grande monta. De lá para cá a população foi multiplicada 3,5 vezes (1954, 61 milhões; 2020, 212 milhões).¹¹³ No interior dessa enorme movimentação

113. Cf. https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php, acesso em 23/07/2020.

demográfica deu-se uma mudança essencial com a massiva urbanização, cuja população que a constitui é de cerca de 85% da população do país (180 milhões de habitantes, vivendo especialmente em grandes cidades). Isso implica a instalação de outro modo de vida, o que não é pouca coisa. Em 1962 o eleitorado brasileiro somava cerca de 19 milhões de eleitores, em 2020 são 150 milhões de eleitores. Esse fenômeno não espelha apenas as mudanças demográficas quantitativas, mas transformações de conteúdo, pois todas as regiões brasileiras têm praticamente a totalidade da população adulta como votante, o que antes não era fato. Esse fenômeno está associado à inclusão do eleitorado feminino, dos analfabetos, ao fim dos isolamentos espaciais, à urbanização e a tudo que ela implica. E também ao fato de o voto ser obrigatório. Trata-se de um crescimento quantitativo exponencial por todo o território, garantindo, nesse aspecto, um recurso importante para o exercício da soberania popular. O contraste aqui não poderia ser maior, e esse efeito de massa, por si só, deveria impactar profundamente no sistema político do país e, por conseguinte, na vida política da sociedade.

A expansão do sistema eleitoral se insere no processo de expansão e na interiorização da modernização política, social e econômica¹¹⁴ que, a princípio, jogam a favor de processos integrativos com o aumento das relações sociais no conjunto territorial nacional, o que aumentará os vínculos de dependência e a ampliação dos sentimentos, mesmo que difusos, de pertencimento. Ora, pelo menos nesse plano mais material, é a sociedade se constituindo e se complexizando, e esse processo de totalização só pode ser forjado por uma organização social desse tipo.

Pois bem! Na segunda década do século XXI, o país foi sacudido por uma profusão de acontecimentos que rapidamente delinearam uma grave crise política, que se transmutou em crise social em vista das várias evidências de cisão social, de deterioração do vínculo social. Seria uma crise nova na sociedade brasileira? Sim, no que é óbvio, no que é factual. Entretanto, há um

114. Os elementos que compõem essa modernização são múltiplos, os mais salientes dizem respeito à modernização econômica, mas a própria designação do processo é variada. Designações resultam de opções teóricas, por isso também se pode falar em expansão das relações capitalistas substituindo ou combinando-se com formas pré-capitalistas no interior do Brasil, por exemplo.

sentido ligado à velha dramaturgia da vida política/social no Brasil que repete roteiros semelhantes, caracterizados por alta intensidade e passionalidade. Dos anos 1950 para a segunda década do século XXI... são sessenta anos, e a despeito das grandes transformações em escala nacional em todos os setores de uma vida em sociedade, retornaram os ataques à legislação trabalhista e ao sindicalismo (portanto, ao mundo do trabalho), à rebeldia social (movimentos sociais) e aos pleitos de integração igualitária de setores sociais segregados do conjunto social, ao comunismo, tudo eivado por um moralismo passadista que afeta tanto a vida pública e a vida privada, cuja marca principal é a criminalização da associação estatismo/políticas públicas de igualdade. Essa seria a razão da corrupção. Assim foi, por exemplo, na década de 1950. Tudo permeado, para efeito dos argumentos que interessam aqui: pela negação do *reconhecimento* do outro, como elemento essencial para a constituição da sociedade.

A princípio, o que essa crise revela não tem um sentido evidente, afinal os horizontes do país, da sociedade brasileira, não se ampliaram? Não houve uma integração maior na escala nacional, e a complexização social já mencionada com a incorporação de novos interesses, de novas culturas, e tudo isso numa fase de “maior pertencimento ao mundo”, com as decorrências que derivam desse fato? Faz sentido nesse novo cenário social a repetição da mesma dramaturgia? A história não se repete, alega-se, mas talvez ela não tenha andado no que há de substancial, e esteja se presentificando com os mesmos traços gerais de um passado que não passou, como expressava de forma corrosiva a genial blague de Millôr Fernandes, “o Brasil tem ainda muito passado pela frente”. A imagem no espelho político e ideológico do país teria ficado congelada, mesmo após um período de redemocratização no pós-ditadura militar a partir de 1985.

Pensar no que está desarranjado (e se desarranjando) nesse *ser sociedade* parece pertinente para se refletir sobre as instabilidades e as crises mais graves que sempre, nalguma medida, compuseram o quadro social do Brasil. É comum em interpretações e reflexões de toda ordem e de toda gente (inclusive no âmbito das ciências humanas) sobre o país perguntar-se se somos um povo, se temos projeto, se temos destino, se temos identidade nacional, se fracassamos como nação. Se temos ou não temos, se somos ou

não somos, quando na verdade somos uma arquitetura que contém essas contradições, pois o caso brasileiro lembra um drama hamletiano primário entre um *ser* ou não ser sociedade, levando ao paroxismo os conflitos que seriam normais numa constituição social desse tipo.

As instabilidades que sacodem esse *ser sociedade* no país lhe são inerentes, têm jeito de estrutura, o que não quer dizer que não podem ganhar em intensidade, como ocorreu na segunda década do século XXI. O que essa crise deixa ver, por enquanto, é um aumento exponencial da pressão para o abandono das tentativas de se produzir uma sociedade e o que com ela implica em termos de igualdades. Na verdade, há um movimento poderoso e fortemente ideologizado nessa direção. Não se trata de um suicídio social, pois no horizonte do libertarianismo/neoliberal, por exemplo, há alternativas sociais que são os arranjos comunitários e segregacionistas, à moda dos Estados Unidos, que formam uma constelação de grupos de baixa coesão, sem laços de solidariedade,¹¹⁵ fórmula social que seria a única que pode preservar a liberdade... econômica. Algum traço de união só em torno do mercado, reino da liberdade econômica, mas seguindo regras naturais que essa liberdade engendra, e de coisas como o patriotismo em momentos específicos. É um confronto político/ontológico que se expressa nessa crise.

Mesmo com essa ambivalência que corrói as entranhas do país, os acontecimentos da crise dessa segunda década do século XXI surpreenderam e se precipitaram aceleradamente numa atmosfera sufocante de “excesso de conjuntura”, como se conduzidos por forças e dinâmicas sociais intangíveis e imunes a qualquer resistência, numa sem cerimônia (e desfaçatez) histórica incrível. Intangíveis, porém com desembaraço de concatenados e programados, como se estivessem à espera de uma oportunidade para serem implementados. Nesse contexto, saltou aos olhos a densa ilusão histórica que tinha ofuscado o perfil real do contexto brasileiro. Sob essa ilusão não

115. Quando nos Estados Unidos assiste-se, como ocorreu no governo Obama, a uma enorme resistência à organização tímida de algo que pareça um sistema de saúde (Obamacare) com alguma gratuidade e cobertura na escala nacional, o que se recusa em substância não é propriamente esse sistema técnico, mas sim o risco de esse sistema vir a criar a sensação de que se pode organizar uma sociedade de verdade, o que não existe naquele país. E não é à toa que essa revelação se dá principalmente no caso da saúde, pois se trata de algo que tem bastante potencial para despertar solidariedade, e solidariedade é uma das matérias-primas do ser sociedade que se deve evitar.

se vislumbrou sequer uma fímbria dessa crise e da facilidade com que se desmontou o que estava minimamente estabelecido.

A questão aqui não é prever e não ser surpreendido por acontecimentos, por fatos. A preditibilidade não é ontologicamente sustentável quando o tema são as realidades sociais. Essas não são mecanismos. O problema é que as caracterizações (os diagnósticos) contextuais existentes da realidade social brasileira, diante desses acontecimentos, demonstraram-se insuficientes. Um caso emblemático da perplexidade que a crise social produziu encontra-se no livro *Brasil: Uma biografia*, das competentes professoras e pesquisadoras Lilia Schwarcz e Heloísa Starling. Em sua conclusão elas declaram, depois de análises e interpretações complexas, com relativizações cuidadosas, que o Brasil tinha, afinal, consolidado sua democracia, mesmo que ainda houvesse problemas.¹¹⁶ Na tradução que foi lançada na França, o editor local pediu “algum ajuste” nessa conclusão. Mas será que essa revisão não teria que ser mais profunda? Não teria que ser revisto o que levou a essa conclusão? Numa entrevista posterior, uma das autoras¹¹⁷ diz que o que se vê agora é uma resistência e atualização do autoritarismo nas relações políticas e sociais, afinando-se com interpretações que identificam o nosso autoritarismo como o normal do país, e como se os influxos democráticos fossem apenas perturbações conjunturais desse “normal resiliente”. Ela não deixa de enunciar aqui a tese de um passado que não passou, de uma história que não anda.¹¹⁸ É claro que as forças políticas e sociais que assumiram o poder na crista da crise dizem que a democracia está agora de fato se consolidando e não fariam uma segunda edição do livro. Quanto ao rápido e facilitado desmoronamento

116. A crise teria encerrado o período da chamada Nova República, que foi a da redemocratização. Esse período foi percebido, mesmo que de forma bastante crítica e diversa, como uma evolução em relação ao período da ditadura militar por vários segmentos sociais, mas observado em silêncio por outros. Silêncio que foi rompido, e o ruído que souo foi surpreendente.

117. Heloísa Starling.

118. Emanam de características estruturais do país, de um país cujo passado não passa, aí os intérpretes clássicos podem contribuir para voltarmos às estruturas de nossa formação; aí podemos também considerar autores contemporâneos, como Jessé Sousa, que argumenta que parte dessas interpretações canônicas é ela própria parte da blindagem ideológica dos elementos estruturais que têm essa resiliência toda e se manifestam agora de forma perversa na conjuntura contemporânea.

do que parecia bem consolidado há precedentes, como lembra o historiador Tony Judt sobre a experiência britânica sob a “dama de ferro”:

Eu tinha como garantidas determinadas conquistas da esquerda, ou, antes, da social-democracia. Na Grã-Bretanha de Thatcher da década de 1980, logo vi quão facilmente ganhos passados podiam ser desmontados e solapados. As grandes realizações do consenso social-democrata de meados do século XX – escolaridade meritocrática, ensino superior gratuito, transporte público subsidiado, um serviço nacional de saúde viável, apoio do Estado para as artes e muito mais – podiam ser todas desfeitas.¹¹⁹

“Tudo que é sólido desmancha no ar” pode servir para os britânicos, mas para a sociedade brasileira, cuja arquitetura sempre foi frágil, a frase não tem o mesmo efeito. Aqui a construção societal foi impulsionada, mas também sempre contestada e sabotada. Um certo libertarianismo atávico, mesmo sem a palavra, presente na formação brasileira, do qual nunca foi possível isolar o liberalismo político de inspiração mais democrática,¹²⁰ aparece agora atualizado no cenário da crise do começo do século XXI, jogando um papel crucial. Alguns aspectos dos acontecimentos que colocam em xeque a constituição societal no país vieram se somar aos fracassos estruturais que a sociedade brasileira já carregava e a comprometiam enquanto tal, sendo a mais evidente e mais grave a incapacidade/recusa¹²¹ de integração social plena da população ex-escravizada no conjunto social. E aqui vale retornar brevemente ao tema do *reconhecimento*.¹²²

A sociedade moderna é uma comunidade política de larga escala, e a substância do vínculo social e político é o reconhecimento recíproco, que é

119. JUDT, Tony (c/Timothy Snyder). *Pensando o século XX*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 213.

120. Alain Renaut se irrita quando na França os críticos do liberalismo político identificam essa corrente ao libertarianismo. Se no país europeu essa distinção pode ser feita, no Brasil os liberais neutralizariam a piada. A identificação por aqui entre essas duas possibilidades é atávica.

121. Para os impulsionadores da vida em sociedade, incapacidade; para os libertarianistas/liberais, recusa.

122. A rápida introdução da ideia de reconhecimento segue notável elaboração do filósofo Jean-Marc Ferry.

um ato jurídico. No reconhecimento há um elemento de igualdade que se define sem condições (mesma raça/etnia, mesma cultura, mesma história, mesma nacionalidade, mesma classe etc.), sem prestações (de obrigações, de trocas, etc.), mas com *disposições*. A disposição de reconhecer. Como diz Jean-Marc Ferry:

Assim a sociedade política não deve ser formada, como uma seita ou clube, só com quem, sendo da mesma condição, poderia garantir mutualmente um equilíbrio de prestações. Ela não resulta de uma cooptação entre os pares, mas assume de preferência uma grande diversidade. De uma maneira geral, ela aceita entre seus membros todas as diferenças que um pensamento democrático reenvia à contingência...¹²³

Logo, os cossocietários se autoinstituem pela relação que eles declaram entre si. Isso é o que distingue o político do social e do cultural e o que abre a perspectiva universalista que, logicamente, é desancorada (não é dependente) dos contextos empíricos. Para aqueles que se identificam com as tradições culturais do grupo social de origem e que nelas mantêm o essencial de sua rede de convivialidade, “enquadrada em paisagens familiares de uma vizinhança tranquila”,¹²⁴ não surge a necessidade do cultivo e da busca da identidade universal do reconhecimento político. Inversamente, a dissidência dos mundos imediatos e comunitários é constituída por aqueles que são os primeiros candidatos à cidadania (figura linguística que condensa a ideia de reconhecimento), que só pode se realizar nas configurações sociais. Eles são os primeiros politizados, pois nenhum outro pertencimento conta para eles, nem a questão da nacionalidade, nem de um pertencimento cultural (língua, história).

Evidente que os vínculos sociais com base em condições empíricas comunitárias são mais “naturais”. O vínculo social respaldado na disposição do reconhecimento universal é mais árduo, mas é o único possível para o *ser sociedade* se realizar. E nessa condição fundante reside boa parte das crises renitentes que pertencem à arquitetura social brasileira. O reconhecimento

123. FERRY, Jean-Marc. *Les puissances de l'expérience* (Tome II: *Les ordres de la reconnaissance*), 1991, p. 163, tradução nossa.

124. *Ibidem*.

universal no caso brasileiro não é universal, e a resistência a ele, difusa por vezes, direta quase sempre, novamente se mostra saliente no quadro da crise da segunda década do século XXI.

No processo de redemocratização brasileiro um marco foi a Constituição de 1988, promulgada numa conjuntura mais ou menos favorável a se estenderem as liberdades civis e a estabelecer-se de forma mais orgânica um Estado de Direito que incorporasse uma constelação de direitos sociais (e sedimentasse outros já existentes, como a Consolidação das Leis do Trabalho, herança da “era Vargas”) em torno dos quais, a despeito do governo do momento, giraria boa parte da vida social do país. Uma Constituição dirigista, pois orientava a implantação do que ainda não existia. Como diz o jurista Pedro Serrano,¹²⁵ a Constituição brasileira de 1988 não é neutra, ela tem lado. Ela é claramente direcionada à instituição de direitos em busca de alguma igualdade na sociedade brasileira, além de trazer em si uma semente antifascista. Não é incorreto dizer que o *reconhecimento do outro*, de qualquer outro, como indivíduo a ser integrado com todos os direitos, permeia essa Constituição. E nesse sentido, desde sua promulgação, já no dia seguinte a Constituição é atacada, minorando-se assim as potencialidades que ela teria de influir no jogo político. O drama hamletiano retorna e aqui se expressa numa oposição entre um processo constituinte e um outro, desconstituinte, como diz o jurista Luigi Ferrajoli, que opera em meio à redemocratização que, em razão disso, não se estabiliza. Ações políticas desconstituintes também do reconhecimento, é necessário ressaltar. Daí que várias surpresas que emergiram na crise em pauta, talvez, diferentemente do que já foi afirmado, não sejam verdadeiras surpresas. Só não eram enxergadas por quem tinha condições de enxergá-las.

Nos eventos principais da crise, algo de interesse imediato é que a presidente da República foi derrubada¹²⁶ por um movimento liderado por atores não políticos, isso num país de organização política formal mais ou

125. Em repetidas entrevistas concedidas aos órgãos da chamada imprensa alternativa. Curioso um país em que, em meio a um cenário de imprensa livre, haja uma que seja alternativa.

126. Houve uma fortíssima campanha pelo *impeachment*, afinal bem-sucedida; e a despeito das controvérsias, o fato insofismável é que a presidente eleita foi derrubada; aliás, já estava apeada do poder antes mesmo da resolução legal do *impeachment* no Congresso Nacional.

menos avançada. Políticos tradicionais da maioria dos partidos e segmentos sociais (elites conservadoras, classes médias conservadoras e segmentos populares difusos), atores políticos diretos, estiveram na retaguarda, na condição de apoiadores. A “antipolítica” reinou como nunca! Ela que é uma recusa do societal. Membros do sistema de justiça¹²⁷ em aliança notória com parte fundamental do sistema midiático tradicional (imprensa escrita e meios de comunicação audiovisuais) encetaram na cena pública, por meio da instrumentalização de processo investigatório de esquema de corrupção na Petrobrás, uma campanha que ultrapassou de longe os limites do devido processo legal contra um partido político e que foi se transformando num linchamento público¹²⁸ que respingou em todo um espectro político do país. E mais! Contra todos os elementos programáticos habitualmente defendidos nesse segmento político, elementos que são permeados por uma lógica de políticas igualitárias, sustentadas pelo reconhecimento. Essa é uma caracterização básica do movimento que foi o motor principal da crise.

O extraordinário de um movimento político sob esse tipo de liderança é que tanto o sistema de justiça quanto o sistema midiático são instituições sociais, a princípio, que têm funções integradoras, forjadoras mesmo, de uma sociedade moderna. No caso brasileiro, a Constituição do país lhes dá muita proteção (caso do sistema midiático), e no caso do sistema de justiça uma autonomia substancial. Pois, no frígido da crise, ambos se destacaram como forças desconstituíntes, não apenas da Constituição propriamente, mas do *ser sociedade* em geral.¹²⁹ O segmento do sistema de justiça engajado¹³⁰

127. O Poder Judiciário e o Ministério Público. A despeito de esse último ser considerado um órgão independente dos três poderes da República, ele pertence ao sistema de justiça do país, pois sua área de atuação e seus instrumentos de ação são jurídicos.

128. Jânio de Freitas, um dos mais respeitados jornalistas do país e de longa trajetória na imprensa escrita, disse em entrevista ao site *Tutameia* que o que a imprensa fez nessa “campanha” não encontra paralelo na história do país e da imprensa. Isso num país onde a imprensa nunca honrou seu papel natural na vida democrática. In: <https://www.youtube.com/watch?v=uq4PE1LmKIE>, acesso em: 12/12/2019.

129. Para um exame mais pormenorizado sobre a aliança do sistema de justiça e o sistema midiático atuando na cena política brasileira, ver: *Mal-estar na comunicação: a violação da opinião pública pelo sistema midiático brasileiro* (SALGADO, Luciana S. & OLIVA, Jaime T. *Mal-estar na comunicação: a violação da opinião pública pelo sistema midiático brasileiro*. Campinas: Trabalhos em Linguística Aplicada/Unicamp, 2018, pp. 894-921).

130. O ativismo judicial punitivista era uma realidade já denunciada pelos juristas críticos. Isso para além dos abusos cotidianos em relação aos segmentos historicamente oprimidos da

e que liderou esse movimento filia-se informalmente na ala *punitivista* desse sistema. Ala que se opõe à chamada ala *garantista*. Muito além de idiosincrasias internas desse sistema acessíveis apenas aos “operadores do direito”, essa divisão opõe divergentes não de filosofias jurídicas, e sim da própria Constituição. Ora, a Constituição brasileira é garantista, é promotora de direitos e, no que tange à dimensão jurídica, propriamente dos direitos de igualdade perante a justiça, com o respeito estrito ao devido processo legal, ao direito de defesa e à presunção de inocência. Considerando a história do nosso *ser sociedade*, não só as Constituições anteriores não consagravam esses direitos dessa forma, como uma parte expressiva do conjunto social sempre foi alvo de violência extrema por parte do Estado, tratados como “cidadãos de segunda categoria”. O tacão do punitivismo era (e é) a regra para manter esse corpo social mal integrado sob estrita disciplina. Logo, foi à remoção do punitivismo, que, a rigor, não aceita a distribuição de direitos a certos segmentos sociais, porque não os *reconhece* como compostos por cidadãos, que a Constituição garantista de 1988 visava. O punitivismo, que considera os direitos constitucionais como obstáculos para o combate ao crime,¹³¹ embalou a operação contra a corrupção citada e foi uma forma de não reconhecer nas forças políticas investigadas (e depois punidas) a condição de cidadania. Mais do que justiça parcial e/ou partidária, foi (e é) o próprio fundamento do reconhecimento que foi colocado em causa. E tudo isso em associação com o sistema midiático, que também fraudou sua razão de ser. Além de contribuir para a violação do devido processo legal, atuando diretamente na política e explodindo sem cerimônia em praça pública a presunção de inocência,¹³² esse sistema deixou na prática de reconhecer a legitimidade política dos afetados pelo linchamento e dos seus apoiadores mais difusos. Na entrada da terceira década do século XXI,

nossa sociedade. No entanto, tratava-se de um “contexto jurídico”, ignorado pelas ciências sociais, alienadas em seus recortes parciais. Essa é a mutilação dos contextos, de inspiração cientificista, que faz realidades perceptíveis parecerem surpresas.

131. Eis o cume de uma afirmação antissocietal: “Direitos somente para cidadãos direitos”, ou de bem, como se diz cada vez mais.

132. E suprema violação da ordem democrática, o sistema midiático convocou manifestações movendo campanhas demonizando forças políticas, negando-lhes o direito de cidade, como diriam os filósofos.

permanece não reconhecendo. E permanece ainda participando ativamente do processo de desconstituição com seus editoriais prescritivos contra, por exemplo, a existência plena de direitos trabalhistas e uma justiça do trabalho, não reconhecendo o direito à voz em seus veículos para aqueles que têm visões diferentes. Não reconhecem os atores políticos no mundo do trabalho,¹³³ e não reconhecem o direito à informação da população em geral. Nesse sistema, protegido na Constituição pelo direito à livre expressão e à liberdade de opinião, esse direito é para poucos.

O movimento de marginalização (de exclusão, de não reconhecimento) foi bem-sucedido abrindo caminho para forças diretamente políticas e igualmente desconstituintes. Num ritmo frenético, parte importante do que a Constituição garantia foi desabilitada da vida nacional, a começar por grande parte dos direitos trabalhistas, da limitação constitucional dos gastos do Estado e do sistema de previdência.¹³⁴ Não foram reformas, e sim desconstituição de direitos, algo bastante diferente. Na medida do que se pode, enfraqueceu-se, por meio dos mesmos dispositivos do conluio “jurídico-midiático”, o potencial de reingresso na vida política dos afetados pelo linchamento, dando espaço para a instalação de uma nova presidência francamente libertarianista (antissocietal), algo que nem sempre se enxerga bem, em vista das manifestações ideológicas incendiárias, movidas por teorias da conspiração bem extravagantes e movidas também por ações de ódio delirantes, de estilo fascista. Trata-se de uma extrema direita que merece uma aproximação rápida. Ela possui elementos passadistas da história brasileira, cuja expressão principal é o retorno não mais imaginado das forças armadas. Não imaginado, pois a mesma ilusão já citada esqueceu esses “reservatórios biológicos” de ideologia antissocietária, portadores de uma rivalidade radical com o *ser sociedade*. Afinal, essa figura totalizadora desentroniza a pretensa função unificadora da pátria que as forças armadas

133. Dos movimentos sociais (aliás, debocha da existência de movimentos sociais), jamais mencionados como legítimos, e do pensamento divergente em geral.

134. O “pacote de reformas” desconstitucionalizante (contra a Constituição, contra a “Era Vargas”) era tão conhecido, tão bem desenhado, tão óbvio, que só podia estar pronto antes. O curioso é que essas “reformas”, agora impostas no âmbito da crise, estão sendo tentadas ao longo do processo de redemocratização, inclusive por presidente eleito em primeiro turno, mas que não logrou o mesmo sucesso que esse movimento político antipolítico. Agora, a resistência está criminalizada e não é reconhecida, não possui a cidadania como *status*.

auto-ostentam. Ora, numa sociedade é recomendável que as burocracias,¹³⁵ como os militares, sejam educadas contra o sectarismo político, para que elas não se envolvam em disputas políticas, o que no caso do histórico das forças armadas brasileiras, vê-se agora, é impossível, diante da enorme fragilidade institucional da sociedade brasileira. Embora as forças armadas não tenham tido um protagonismo direto na liderança dos movimentos que geraram a crise, tripudiaram sobre a ordem constitucional atuando diretamente na política, inclusive fazendo campanha aberta para a presidência libertarianista¹³⁶ de pendor fascista que passa a exercer o poder. Pode-se pensar que as forças armadas tenham sido instrumentalizadas por esse tipo de poder, “mordendo a isca”, conforme afirmou o jurista Conrado Hübner Mendes.¹³⁷ Mas talvez seja outra ilusão, uma vez que estão expostas à luz do dia as ideologias que grassavam no meio militar, como demonstram alguns observadores dos meios militares.¹³⁸ As forças armadas estavam dispostas e aliadas, logo pertencem a esse movimento antissocietário, apelidado também como “antissistema”, o que não esclarece muito. Além disso, essa extrema direita é temperada por uma escatologia contemporânea articulada internacionalmente com a *alt-right* norte-americana (inclusive no interior das forças armadas), que possui narrativas conspiratórias infantis, nem por isso inofensivas, cuja força parece ser maior quanto mais insensata for.

135. Por exemplo, o sistema de justiça composto por juízes, procuradores/promotores e advogados públicos, as forças policiais etc.

136. O general Ajax Ribeiro é um exemplo e, depois, foi indicado por outro general violador para a função de assessor no Supremo Tribunal Federal. Um violador armado da Constituição Nacional no Tribunal protetor da Constituição, simples assim.

137. MENDES, Conrado Hübner. Pandemia escancarou campanha permanente de Bolsonaro contra o Estado. *UOL*, 8 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner-mendes/2020/04/pandemia-escancarou-campanha-permanente-de-bolsonaro-contra-o-estado.shtml>.

138. João Cezar de Castro Rocha, da UERJ, diz que a guerra cultural bolsonarista (o tal presidente libertarianista de índole fascista) vem de “tradução inesperada, de consequências funestas”, da doutrina de segurança nacional da Escola Superior Militar, orientada por leitura de obra obscura, quase templária (Cf. DINIZ, Augusto. “O verbo dominante nos vídeos dos intelectuais bolsonaristas é eliminar. E o substantivo é limpeza”, Entrevista com João Cezar de Castro Rocha. *Jornal Opção*, 8 mar. 2020). Por sua vez, Eduardo Costa Pinto, da UFRJ, se refere aos quartéis e ao governo identificando uma “loucura ideológica” que se desenrola nas forças armadas com leituras paradigmáticas em torno das quais se organizou uma ordem unida (Cf. PINTO, Eduardo Costa. Bolsonaro e os quartéis: a loucura com método. *Texto para discussão 006, Instituto de Economia, IE-UFRJ*, 2019. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2019/TD_IE_006_2019_PINTO.pdf).

Esse tipo de poder libertarianista instalado, que ascendeu à presidência no país em meio a essa crise, potencializou-a, pois ele é movido pelo ódio, que é a negação de morte do outro. É o não reconhecimento na sua expressão mais nítida.

Nesse ponto se encontra um risco grande de dissociação social, com o acirramento da agressão ideológica e da ameaça, que começa a vir à luz do dia, de guerra civil,¹³⁹ sem espaços públicos mediadores, visto que o sistema midiático brasileiro pode ser tudo, mas como espaço público de discussão é uma grande empulhação medieval, pois não pratica o reconhecimento. A inexistência de espaços mediadores, risco de morte para a convivência democrática, não é, como se sabe, compensada pela generalização das redes sociais digitais, outro fenômeno de grande peso e perturbador na produção da crise social, pois o tipo de informação e discussão que circula nessas redes é fundamentalmente desprovido de referência contextual.¹⁴⁰

Por fim, vale destacar também como o não reconhecimento foi revelado no campo da economia no fogo dos acontecimentos da crise. A vertente neoliberal, a contraface econômica do libertarianismo, oferece o substituto dos direitos de reconhecimento vilipendiados: a racionalidade técnica. Para alguns, essa racionalidade se inscreve na lógica hegemônica capitalista, para outros essa racionalidade habita os sistemas que colonizam o mundo vivido.¹⁴¹ Segundo os próceres do sistema, o mundo vivido é caracterizado por irracionalidades que se irrompidas na vida política geram nesse campo o domínio de “políticos populistas” com sua defesa de direitos que, por sua vez, não se ajustam às condições técnicas da vida econômica.¹⁴² Visão

139. Esse é o tom das redes sociais digitais, mas também de notas de clubes de militares aposentados e de outros tantos personagens dispostos a esgrimir nessa direção, se for preciso.
140. Produzem-se estudos em quantidades oceânicas a respeito da influência das redes sociais digitais, e há muito o que ler e refletir. Sobre a ausência de contexto e sobre a economia dos afetos que orienta a vida nas redes sociais, ver, por exemplo: A produção de uma intimidade ubíqua, esteio da fratura social (SALGADO, Luciana S. & OLIVA, Jaime T. A produção de uma intimidade ubíqua, esteio da fratura social. *Discurso & Sociedad*, vol. 13, n. 3, pp. 432-448, 2019).

141. Prolífera visão com origem nos trabalhos de J. Habermas.

142. É comum economistas defensores da reforma da previdência, entre outras, dizerem que: a reforma é necessária, não se trata de uma questão política, nem ideológica, é uma questão técnica. E o tema da previdência é bastante vinculado à ideia de solidariedade, de sociedade, portanto, e do reconhecimento, é claro.

técnica que, obviamente, não constitui sociedade, no máximo mercado (mesmo assim, com restrições), pois a substância tecnicista/economicista é completamente alienada do tema do reconhecimento. Daí o descaramento com o qual muitos economistas defendem reformas que afetam direitos, num momento de crise política, de crise de legitimidade de governos, dos poderes da República. Na verdade, a falta de legitimidade democrática libera o pensamento técnico de qualquer constrangimento. A aplicação cega dessa visão técnica economicista dissolve um conjunto enorme de projetos econômicos que estava polarizado pelo Estado, desconstitucionaliza, de fato, o Estado, que como instituição deve reconhecer mais que o mercado, deve reconhecer, mesmo que com problemas, sua origem numa sociedade. Um economista, de outra extração, como Luís Gonzaga Belluzzo, diz que “[...] o que chamamos de macroeconomia é de um nível de abstração e incapacidade de se comunicar com o mundo concreto que é assustador”.¹⁴³ Segundo ele, alguns autores consideram que a macroeconomia “virou uma forma de controle da sociedade, e não (serve para) explicá-la”. O neoliberalismo tecnicista que se arvora em substituto da política e dos direitos, e violenta a soberania popular, revelou-se na crise um operador implacável quando as oportunidades se abriram, sem nenhuma consideração de outra ordem, sem questionamento da legitimidade, sem o desejo de debates públicos, e, seguindo Hayek, se apoia na instabilização política e democrática para agir.

Nessa crise na qual opera esse movimento antissocietário, como diz o filósofo Vladimir Safatle, não se trata de um governo e sim de uma espécie de movimento que atua na direção da diluição do que há de sociedade no país, visando claramente ao fim de várias instituições com o objetivo de transformar o país numa constelação comunitária.¹⁴⁴ Ser sociedade para essa extrema direita (e para a direita que simula menos radicalidade) é comunismo.¹⁴⁵ No drama entre o ser e o não ser sociedade, um reforço

143. MARETTI, Eduardo. Para Belluzzo e Delfim, política de ajuste de Temer é insana e Brasil voltou a ser colônia. *Rede Brasil Atual*, 12 set. 2017. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2017/09/para-belluzzo-e-delfim-politica-de-ajuste-de-temer-e-insana-e-brasil-volta-a-ser-colonia/>.

144. Arguta percepção, não tão comum, que Vladimir Safatle tem apresentado nas várias entrevistas que concedeu e concede sobre a crise política no Brasil. Aliás, ele acrescenta que, de fato, aqui no Brasil não há uma sociedade.

145. Sob o deboche de muitos, que se comportam como se se tratasse de uma guerra de conceitos e de uma disputa intelectual aquilo a que se assiste.

enorme para a dissociação social foi encontrado e está instalado na abertura da terceira década do século XXI no Brasil. Nesse contexto, avança uma série de fenômenos comunitários com as características que esse tipo de organização possui, a começar pela escala local e regional que lhe é inerente. Há organizações em torno de igrejas que cada vez mais procuram sedimentar sua autonomia comunitária. Pode-se pensar que isso ainda é discreto, pode ser, mas tem jeito de programa. Identifica-se em certas cidades do país uma busca da territorialização dessas organizações religiosas criando espaços delimitados que facilitam sua ação. Há também o “fenômeno miliciano”, que do ponto de vista da argumentação aqui é muito elucidativo. A organização milicianiana, que se estrutura em regiões periféricas de grandes cidades, territorializando seus domínios, é um empreendimento armado que cria seu modelo de segurança e regras funcionais que passam a vigorar na comunidade ocupada. Como mostra com muita coragem e pertinência o sociólogo José Cláudio Alves,¹⁴⁶ o fenômeno miliciano ocorre numa zona cinzenta na qual as forças de segurança públicas (a sociedade, portanto) “deslizam” recursos e mão de obra a favor de organizações comunitárias milicianas. Há uma hibridação entre uma sociedade que se desfaz e uma situação comunitária que se consolida. Segundo ele, não há Estado paralelo. Aliás, a também socióloga Jacqueline de Oliveira Muniz¹⁴⁷ designa a autonomia concedida tradicionalmente às forças de segurança, especialmente às Polícias Militares (que é crescente), com a sociedade abrindo mão do controle das ações desses corpos do Estado e da sociedade, como um processo de “milicianização”. Não é o caso de referir-se ao crime organizado, que também se organiza de forma comunitária territorializando domínios e ampliando o escopo de suas ações, porque na sua condição criminosa se coloca à margem da sociedade, é óbvio, mas vale notar algumas hibridações com as organizações comunitárias anteriores.¹⁴⁸

146. O sociólogo faz importantes pesquisas sobre o processo de milicianização no estado do Rio de Janeiro e é a principal referência do país no tema.

147. Em elucidativa e notável entrevista concedida à TV 247. Para maiores informações sobre as posições dessa professora, ver: <https://uff.academia.edu/JacquelineDeOliveiraMuniz>.

148. Há casos conhecidos e estabelecidos de territorialização de bairros populares na cidade do Rio de Janeiro, para os quais se estabeleceram relações entre organizações religiosas e o crime organizado. Num caso conhecido, os territórios são demarcados com a bandeira do Estado de Israel.

Há também um comunitarismo mais difuso, porém distinguido por consciência elevada, cujo processo de formação não é dependente de organização externa, como nos casos anteriores. Trata-se de uma constituição endógena bem rebelde em relação à sociedade formal. Esse segmento social se comunitariza e cada vez mais se desvincula (ao menos no plano simbólico) do ser sociedade, pois não enxerga mais chances de uma integração com justiça social. São populações pobres (principalmente negras) das zonas periféricas, cuja vida parece ter sido desenhada para confirmar totalmente o conceito de necropolítica.¹⁴⁹ Os territórios que habitam são tratados como territórios inimigos pelas forças formais da sociedade. Essa é a essência da relação da sociedade (e de sua principal instituição, que é o Estado) com essas populações às quais é negada a cidadania.¹⁵⁰ Francisco Bosco¹⁵¹ apresenta uma interpretação instigante desse dilema integração – marginalização (outra forma de dizer o ser ou não ser sociedade), que também serve para demarcar que segmento social é esse que está sendo tratado. Ele se refere a certa integração mais ou menos na escala nacional pela cultura, especialmente pela cultura musical. Evidentemente que é mais no plano do simbólico que esse tipo de pertencimento se configura. E não é para menos diante da potência dessa manifestação cultural. Esse pertencimento tem uma historicidade que foi se esvaindo até um fenômeno marcante que é o surgimento em cena própria e alargada do *rap*, cujo apogeu é o álbum dos Racionais Mc's *Sobrevivendo no Inferno*. Acabou a brincadeira, não há pertencimento possível nesse quadro social, não há discussão de país, de sociedade, sem considerar o que esses atores trazem ao centro. E a cultura que desenvolvem torna-se uma referência rebelde de crítica à sociedade que os recusa, e um norte para a alternativa comunitária que constroem.

149. MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

150. Integrá-los, reconhecê-los como cidadãos é forjar sociedade, como é óbvio. Algo que o punitivismo judicial e também social nega. E, como não poderia deixar de ser, o movimento libertarianista de cunho fascista também não admite. Uma sociedade que não integra é ela mesma, nenhuma medida comunitária, um oxímoro Brasil.

151. Além do que argumenta no livro *A vítima tem sempre razão?* (São Paulo: Todavia, 2017), Francisco Bosco apresentou essa tese em evento promovido pelo IEB em parceria com o CPF/Sesc em 2019.

Pode-se pensar que esses exemplos sejam extremos e exceções, porém dois fatos demonstram o contrário e a necessidade de sua menção para se pensar o Brasil hoje. Em primeiro lugar, trata-se de um fenômeno de escala crescente, e já são milhões de brasileiros que estão sob a influência desse fenômeno que por motivos óbvios ainda não foi bem apreendido; em segundo, o movimento que assumiu o poder no país notoriamente apoia essas organizações comunitárias, onde também o movimento encontra, por reciprocidade, grande respaldo. Essa situação fragmenta as narrativas políticas. Não há narrativa política societal, que é a que teria escala nacional.

Contudo, o movimento antissocietário já possuía uma face mais óbvia que frutificava no terreno da profunda desigualdade econômica, que sempre colocou em risco (ou inviabilizou) a arquitetura do ser sociedade no país. São os segmentos afluentes que criaram territórios próprios nas cidades brasileiras – redes geográficas de condomínios fechados e bairros exclusivos. Não é um fenômeno exclusivo da realidade brasileira, mas aqui adquiriu proporções de larga escala, porque se trata de uma organização comunitária que se harmoniza com o nosso libertarianismo atávico que bloqueia a organização da sociedade. Num texto final de sua vida, denominado *O Mal ronda a Terra*, o historiador Tony Judt apontou esse fenômeno antissocietário como uma das fontes principais desse mal que ronda a Terra. Em suas palavras:

Se os bens públicos – serviços, espaços, instalações – se desvalorizam, perdendo importância aos olhos dos cidadãos, e dão lugar a serviços privados disponíveis só para quem pode pagar, então perdemos o senso de que os interesses comuns e as necessidades comuns devem ter prioridade sobre as preferências privadas e a vantagem individual... Quando deixamos de valorizar o que é público em benefício do particular, sem dúvida com o passar do tempo encontraremos dificuldade para entender as razões para valorizar as leis (o bem público por excelência), e passaremos a privilegiar a força.¹⁵²

O ápice dessa constelação comunitária sem coesão e interesses comuns, que é o horizonte antissocietário que alimenta o novo poder

152. JUDT, Tony. *O mal ronda a Terra: um tratado sobre as insatisfações do presente*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 125.

político libertarianista (eufemisticamente há quem chame de movimento conservador), é a campanha pelo armamento da população, já que não haverá mais o monopólio da violência pelo Estado como instituição maior da sociedade. Sem sociedade, sem a valorização das leis e das instituições sociais, “passaremos a privilegiar a força”.

Duas situações que participam da crise, uma como desdobramento, outra como adição, serão brevemente comentadas na finalização do texto. O primeiro caso é o da questão ambiental. Tem-se acompanhado um agravamento da crise ambiental no país, cujo símbolo maior são as queimadas e o desmatamento na Amazônia. Os órgãos públicos desse setor têm sido desabilitados na sua capacidade de acompanhamento e fiscalização. Há uma grita internacional em relação a essa situação. Tudo isso é muito conhecido, mas talvez não bem diagnosticado. Não é uma aversão à causa ambiental em si que move esse poder político, mas uma ação deliberada em não ser governo. Afinal, uma figura da totalidade que pode corresponder a uma união mais ou menos natural é o território. Um controle organizado na escala desse território com regulação geral é um forte fator totalizante e constitutivo de sociedade. É anticomunitário por definição. As comunidades regionais (no caso as mais poderosas, com armas de preferência) devem fazer o que bem entendem com esse território, afinal é a liberdade o valor maior que se defende. Áreas de proteção ambiental e reservas indígenas resultam de ações societárias definidas na escala nacional, por habitantes das cidades, que a rigor não teriam direito sobre as vastidões rurais e florestadas do território. Quem teria são essas comunidades de produtores poderosos e seus asseclas que produzem, mas também se apropriam do território. A uma fragmentação social em direção a uma constelação comunitária, corresponde também uma fragmentação territorial.

Outra situação que se somou à crise brasileira e que serve para testar o argumento do reforço libertarianista antissocietário na realidade brasileira é a epidemia do novo coronavírus. Considerada uma pandemia, pois adquiriu caráter planetário, essa situação foi enfrentada, de um modo geral, de forma inédita. Houve certa sincronização planetária nas tentativas de se quebrarem as cadeias de transmissão do vírus (o isolamento social), jamais vista entre os humanos. Nesse sentido, uma agência mundial, a OMS (Organização

Mundial de Saúde), exerceu um papel coordenador das ações, um papel de quase governo. E como isso foi encarado pelo poder libertarianista em exercício no país? Do mesmo modo como em relação à questão ambiental, houve uma resistência contra as pressões para que a presidência fosse governo. A situação não foi nada fácil, já que a epidemia trazia o risco de uma enorme mortandade de habitantes e, num caso assim, é difícil ser libertarianista. Mas bravamente o movimento antissocietário, que embala a crise brasileira e impede a formação de uma sociedade verdadeira, resistiu e manteve-se inerte diante da pandemia. Estratégias nacionais de saúde e estratégias de proteção da economia diante da epidemia, atuação coordenada com os Estados, com os municípios, solidariedade social, reconhecimento de todos os grupos sociais, enfim, coisas desse tipo são coesionadoras, podem confirmar e fortalecer a possibilidade de se constituir uma sociedade no Brasil. E tudo isso é intransponível para a lógica desse movimento. Não porque nega a ciência (embora negar a ciência seja um modo comunitário de enxergar as doenças), mas porque não aceita “colocar o Estado nisso aí”. Prescrições científicas/médicas conduzem a políticas públicas, expressão incompatível com a visão de mundo desse movimento. A pressão para ser governo e se responsabilizar perante uma sociedade é tão grande que fecunda entre os libertarianistas as mais esdrúxulas teorias conspiratórias: seria uma conspiração (uma astúcia) perigosíssima do socialismo, que, como já foi assinalado para a extrema direita e a direita dita não extrema brasileiras, resume-se a qualquer ação que forme sociedade. E isso é muito pior que qualquer pandemia. Países que por comparação estão sendo mais eficientes no combate da epidemia não podem servir de exemplo porque seriam comunistas ou socialistas. Não há número de mortos que faça essas posições abrandarem, elas são sinceras e autênticas. Não são genocidas, mas libertarianistas: “as famílias que cuidem dos seus velhos”.

Deve-se assinalar que uma interpretação do Brasil a partir dessa figura da totalidade – que é a sociedade moderna e o drama constitutivo/desconstitutivo que a cerca – não rompe o diálogo com outras interpretações. Talvez esse drama não se resolva favoravelmente ao *ser sociedade* em razão da lógica do capital, uma lógica estrutural que engendra classes inconciliáveis a ponto de não poder formar um todo social com alguma solidariedade.

Uma lógica intangível para os atores sociais/políticos. Ou pode ser que haja uma complexidade maior na decifração dessa condição social. Certamente há! O ponto, aqui, é mais simples. Um contexto desse tipo que foi traçado (pode-se revisá-lo, contestá-lo e reconstruí-lo de outras formas) deve ser referência de significação para qualquer fato social¹⁵³ que as ciências humanas estudam. Sem um contexto de significação, e a aceitação da clausura de um fato social num recorte cientificista da realidade social, o sentido da história que se desenrola no Brasil não será percebido.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: *Notas de literatura I*. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2003, pp. 15-45. Coleção Espírito Crítico.

ARANTES, Paulo E. Providências de um crítico. In: ARANTES, Otilia B. F. & ARANTES, Paulo. *Sentido da formação: Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 9-66.

AVRITZER, Leonardo. Cultura do cancelamento, lugar de fala e a teoria crítica. *A Terra É Redonda*, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/cultura-do-cancelamento-lugar-de-fala-e-a-teoria-critica/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BARBOSA, Alexandre de Freitas, in: PERRIN, Fernanda. Mal sabia Furtado que os liquidatários do desenvolvimento ainda estavam por vir, diz professor da USP. *Folha de S.Paulo*, 25 jul. 2020. In: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/mal-sabia-furtado-que-os-liquidatarios-do-desenvolvimento-ainda-estavam-por-vir-diz-professor-da-usp.shtml>.

BICALHO, Ronaldo. Nota de pesar pelo falecimento do professor Carlos Lessa. *Jornal GGN*, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/memoria/nota-de- pesar-pelo-falecimento-do-professor-carlos-lessa/>.

BOSCO, Francisco. *A vítima tem sempre razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. São Paulo: Todavia, 2017.

153. Processo, fenômeno, dimensão, evento, ocorrência, obra, produção etc.

- BOTELHO, André & LAHUERTA, Milton. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. *Perspectivas*, São Paulo, n. 28, pp. 7-15, 2005.
- DAGORN, René-Éric. Contre l'intelligence aveugle. *EspacesTemps.net* [En ligne], Books, 2005. Disponível em: <http://www.espacestemp.net/articles/contre-lrsquointelligence-aveugle/>. Acesso em: 24 fev. 2011.
- DILLON, Dan. Review of the Santa Fe Institute: Institutional and individual qualities of expert interdisciplinary work. *GoodWork Project Report Series*, n. 22, 2012.
- DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru: Edusc, 1997.
- DUMONT, Louis. *Essais sur l'individualisme: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*. Paris: Seuil, 1983. Collections Esprit.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. *EspacesTemps.net*, 9 jul. 2014.
- FERRY, Jean-Marc. *Épistémologie des sciences politiques*. Bruxelles: L'a.s.b.l. Humanités, 2005-2006.
- _____. Le paradigme indiciaire. In: *L'interprétation des indices: Enquête sur le paradigme indiciaire avec Carlo Ginzburg*, n. 21-22, pp. 87-98, 2007. Acesso em: http://www.septentrion.com/fr/livre/?GCOI=27574100275000&fa=author&person_ID=9120.
- _____. *Les puissances de l'expérience* (Tome I: Le Sujet et Le Verbe). Paris: Les Éditions du Cerf, 1991.
- _____. *Les puissances de l'expérience* (Tome II: Les ordres de la reconnaissance). Paris: Les Éditions du Cerf, 1991.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2 ed. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 143-179.
- GRATALOUP, Christian. La discipline ne fait la force des sciences. *L'Information Géographique*, vol. 52, n. 4, pp. 182-187.
- HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e interesse. In: *Textos escolhidos: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 301-312.

_____. Técnica e Ciência enquanto “ideologia”. In: *Textos escolhidos: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 313-343.

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. 134 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <https://www.ibge.gov.br>.

JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Trajetória Cultural: Edusp, 1990.

JANINE RIBEIRO, Renato. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

JUDT, Tony (c/Timothy Snyder). *Pensando o século XX*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

_____. *O mal ronda a Terra: um tratado sobre as insatisfações do presente*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. 212 p.

_____. *Passado imperfeito. Um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

LATOUR, Bruno. *La Science em action. Introduction à la sociologie des sciences*. Paris: Gallimard, 1989.

LÉVY, Jacques Contre la phonie du CACOS, contre le refus d'expliquer le social par le social. *EspacesTemps.net* [En ligne], 2014. Disponível em: <https://www.espacestemp.net/en/articles/contre-la-phonie-du-cacos/>.

_____. Dimension. In: LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel (orgs.). *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003. 1033 p.

_____. *Le Tournant Géographique: penser l'espace pour lire le monde*. Paris: Belin, 1999. 400 p. (Mappemonde, 8).

_____. (dir.). *L'Invention du monde*. Paris: SciencesPo/Les Presses, 2008. 402 p.

LÉVY, Jacques; FAUCHILLE, Jean-Nicolas & PÓVOAS, Ana. *Théorie de la justice spatiale: Géographies du juste et de l'injuste*. Paris: Odile Jacob, 2019.

MARETTI, Eduardo. Para Belluzzo e Delfim, política de ajuste de Temer é insana e Brasil voltou a ser colônia. *Rede Brasil Atual*, 12 set. 2017. Disponível

em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2017/09/para-belluzzo-e-delfim-politica-de-ajuste-de-temer-e-insana-e-brasil-volta-a-ser-colonia/>. MARTINS, Hermínio. Hegel, Texas. In: *Experimentum Humanum: Civilização tecnológica e condição humana*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2011, pp. 15-36.

_____. O Deus dos artefactos: o princípio de Vico e a tecnologia. In: *Experimentum Humanum: Civilização tecnológica e condição humana*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2011, pp. 70-143.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MENDES, Conrado Hübner. Pandemia escancarou campanha permanente de Bolsonaro contra o Estado. *UOL*, 8 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner-mendes/2020/04/pandemia-escancarou-campanha-permanente-de-bolsonaro-contra-o-estado.shtml>.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n. 94 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lng=en&nrm=iso.

MIGUEL, Luís Felipe. Joel Pinheiro da Fonseca e a descontextualização como estratégia argumentativa. *Jornal GGN*. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/artigos/joel-pinheiro-da-fonseca-e-a-descontextualizacao-como-estrategia-argumentativa-por-luis-felipe-miguel/>, Acesso em: 20 jan. 2020.

MORIN, Edgar, *Introduction à la pensée complexe*. Paris: Seuil, 2005.

MUNIZ, Jacqueline O método de Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=haIvhaArCm4&t=268os>. Acesso em: 11 ago. 2020.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Intelectuais, cultura e política. Apresentação a LAHUERTA, Milton. *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 1940*. São Paulo: Ministério da Cultura; CPFL Energia; Andreato Comunicação e Cultura, 2014.

OLIVA, Jaime & GIANSAANTI, Roberto. *Temas da geografia mundial*. São Paulo: Atual, 1995.

PAQUOT, Thierry. Transdisciplinarité. *EspacesTemps.net* [En ligne], 2007. Disponível em: <http://www.espacestemp.net/articles/transedisciplinarite/>. Acesso em: 30 jan. 2015. Acesso em: 30 jan. 2015.

PINTO, Eduardo Costa. Bolsonaro e os quartéis: a loucura com método. *Texto para discussão 006, Instituto de Economia, IE-UFRJ*, 2019. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2019/TD_IE_006_2019_PINTO.pdf.

PREOBRAJENSKY, Eugênio. *A nova econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia & ELIZALDE, Paz Concha. *Uma breve história dos estudos decoloniais*. Traduzido do espanhol por Sérgio Molina e Rubia Goldoni. São Paulo: Masp; Afterall, 2019.

RENAUT, Alain. *L'ère de l'individu: contribution à une histoire de la subjectivité*. Paris: Gallimard, 1989.

_____. *Un monde juste est-il possible?* Paris: Éditions Stock, 1993.

ROCHLITZ, Rainer. Culture et “système” chez Habermas. *Réseaux*, 1991, vol. 5, n. 1, pp. 7-17.

SALGADO, Luciana S. & OLIVA, Jaime T. A produção de uma intimidade ubíqua, esteio da fratura social. *Discurso & Sociedad*, vol. 13, n. 3, pp. 432-448, 2019.

SALGADO, Luciana S. & OLIVA, Jaime T. *Mal-estar na comunicação: a violação da opinião pública pelo sistema midiático brasileiro*. Campinas: Trabalhos em Linguística Aplicada/Unicamp, 2018, pp. 894-921.

SANTOS, João Vitor & FACHIN, Patricia. Não há poder paralelo. ‘Tanto a milícia quanto o tráfico têm relações diretas com o poder do Estado.’ Entrevista especial com José Cláudio Alves. *Revista Ihu. Unisinos (Instituto Humanitas)*, 22 maio 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/599202-nao-ha-poder-paralelo-tanto-a-milicia-quanto-o-trafico-tem-relacoes-diretas-com-o-poder-do-estado-entrevista-especial-com-jose-claudio-alves>.

SANTOS, Milton. *Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007. 205 p.

SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 447 p.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997. 362 p.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes. Resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

THATCHER, Margareth. Interview for *Woman's Own*, 31 out. 1987. *Thatcher Archive*, <https://www.margareththatcher.org/document/106689>.

TUTAMEIA entrevista Janio de Freitas. *Tutameia TV*, <https://www.youtube.com/watch?v=uq4PE1LmKIE>.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 552 p.

XAVIER, Ismail. Cinema: revelação e engano. In: *O olhar e a cena*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, 284 p.

CAPÍTULO 2

Saldos, sobras e dívida ativa: A estrutura tributária dos municípios paulistas durante a primeira metade do século XIX

Luciana Suarez Galvão

A história tributária do Brasil, meus senhores, já não opõe aos esforços do investigador o inextricável emaranhado das florestas ainda virgens; mas está muito longe de ser uma estrada facilmente palmilhável.

Augusto Olympio Viveiros de Castro, *História tributária do Brasil* [1915] 1989, p. 13.¹

Introdução

Os eventos ocorridos em setembro de 1822 mudaram profundamente as formas de organização do antigo espaço colonial. A partir da emancipação política, inicia-se um processo no qual as antigas instituições do Brasil colônia começaram a ser substituídas por novas dinâmicas, políticas e administrativas.

A declaração de independência por si só não garantiu a separação definitiva de Portugal. Durante alguns anos, o recém-constituído império foi

1. CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. *História tributária do Brasil*. 2 ed. Brasília: Escola de Administração Fazendária, [1915] 1989, p. 13.

obrigado a reprimir diversos movimentos que questionavam a legitimidade do novo governo, tornando esse período instável e conturbado. Nesse contexto, os problemas militares e políticos muitas vezes sobrepujavam as demais questões, ficando os legisladores concentrados em apaziguar os conflitos oriundos ora da declaração de independência, ora do regresso de D. João VI, ora da abdicação de D. Pedro I, ora da Regência e ora da maioria de D. Pedro II. Ainda que essencial, a questão tributária não foi adequadamente tratada. Durante todo o restante da década de 1820 e o início da década seguinte, o processo de separação das rendas, ou seja, a determinação de quais impostos, tributos e taxas pertenceriam a qual instância governamental, foi sendo feito de forma não planejada por meio de leis orçamentárias parciais.

Num primeiro momento, o governo imperial separou para si as maiores fontes de renda da antiga colônia, autorizando as províncias a arrecadarem conforme seus usos e costumes, desde que os impostos por elas estabelecidos não ferissem aqueles separados pelo governo central. O mesmo ocorreu com relação às fontes de renda provinciais, ficando os municípios autorizados a arrecadar os impostos, tributos e taxas remanescentes desse processo.

Todavia, a falta de uma definição clara sobre a autonomia municipal, decorrente em boa medida da instabilidade política do período, acabou por comprometer seriamente a capacidade das municipalidades para lidar com os problemas inerentes à administração pública local. Sem o conhecimento claro de quais seriam as suas competências tributárias, as vilas não foram capazes de organizar adequadamente as suas fontes de renda de maneira a suprir a contento suas diversas despesas. Como consequência, a falta de recursos era problema comum entre as vilas, dependentes primeiro da Assembleia Geral e depois da Assembleia Provincial, para a criação de impostos e aplicação destes na solução de seus problemas de segurança, saúde, educação e infraestrutura. Os municípios, incapazes de gerar os recursos necessários à satisfação de suas necessidades, frequentemente solicitavam verbas adicionais à Província – que nem sempre eram concedidas – ou recorriam ao endividamento como forma de financiar sua evolução.

Nessa direção, também é vago o conhecimento que se possui sobre quais impostos compunham a receita municipal e quais os mecanismos utilizados pelas edilidades para contornarem a constante escassez de recursos,

registrada a miúdo pela historiografia tradicional; assim como é pequeno o conhecimento que se tem sobre a relação entre os diversos contextos econômicos da então província paulista e as estruturas tributárias locais.

Economicamente, a província paulista era diversa. Em seu território, um vasto conjunto de atividades agropastoris eram desenvolvidas. Essa diversidade de atividades colocava as freguesias, vilas e cidades até então existentes em diferentes níveis de desenvolvimento econômico. Esses diferentes graus de desenvolvimento faziam surgir distintas necessidades. A estrutura tributária dessas municipalidades tinha então que responder às demandas de uma população crescente, num contexto de transição entre a exploração em larga escala da cana-de-açúcar e a recém-chegada cultura cafeeira.

A economia paulista durante a primeira metade do século XIX

Existem alguns levantamentos populacionais e estatísticos elaborados durante a primeira metade do século XIX, período abarcado pelo presente estudo, que permitem um melhor entendimento da província de São Paulo. Dentre estes, consideram-se três como sendo mais relevantes, e tal seleção repousa sobre o fato de apresentarem de forma reunida estatísticas variadas sobre diversos aspectos do cotidiano paulista, tais como movimentos populacionais, atividades agrícolas e manufatureiras, produção de gêneros de abastecimento, divisão territorial, entre outros, proporcionando assim um panorama geral de toda a província.

O primeiro desses trabalhos, intitulado *A estatística da Imperial Província de São Paulo*, publicado originalmente em 1827, foi elaborado por José Antônio Teixeira Cabral e contém, além de algumas noções históricas da província, informações sobre população, limites das localidades, e comentários sobre atividades econômicas.

O segundo levantamento, *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*, foi elaborado entre 1835 e 1836, sendo seus trabalhos coordenados pelo marechal Daniel Pedro Müller. Como resultado, tem-se um levantamento

que até os dias atuais é considerado referência para aqueles dedicados ao estudo da economia paulista oitocentista.²

O terceiro e último estudo é composto por diversos levantamentos não necessariamente relacionados a um esforço conjunto como aquele que deu origem ao anterior, e que ocorreram na província paulista durante os primeiros anos da década de 1850. Os materiais foram sendo gerados, compilados e apresentados em diversos relatórios provinciais, constituindo-se de uma série de quadros estatísticos e mapas populacionais. O material é informalmente denominado de *levantamento de 1854*, ainda que não exista uma publicação como aquela organizada por Müller em 1836. Sua compilação é atribuída a José Joaquim Machado de Oliveira.

O levantamento de Müller, considerado o mais completo dentre aqueles disponíveis, servirá de base para nossa caracterização. Os informes de 1827 e de 1854 serão utilizados como fontes complementares.

O relato de Müller não deixa dúvidas de que a província de São Paulo, durante a primeira metade do século XIX constituía um verdadeiro mosaico de contextos econômico-sociais. Em algumas partes de seu território, a cultura cafeeira avançava, trazendo consigo a promessa do desenvolvimento econômico; em outras, a tradicional cultura da cana-de-açúcar absorvia grande parte dos recursos; e em todas, com maior ou menor intensidade, havia a lavoura dedicada à produção de gêneros de subsistência, assim como a criação de gado e pequenos animais. Essa diversidade de atividades

2. Todavia, há que se ressaltar que o minucioso trabalho não ficou livre de problemas e incorreções, principalmente nas estimativas agregadas. Estas, feitas a partir da consolidação das várias listas nominativas utilizadas como subsídio para a publicação original de 1838, contêm erros de soma e transcrição. Com relação às estatísticas populacionais, o trabalho organizado por Maria Sílvia Bassanezi em 1998 refaz as somas de valores e cruza resultados de diferentes tabelas a fim de minimizar os erros identificados no levantamento (BASSANEZI, M. S. C. B., org. *São Paulo do passado: dados demográficos, 1836*. Campinas: Nepo, [1836] 1998, vol. I).

Com relação aos números sobre produção e preço, as inconsistências são discutidas por Francisco Vidal Luna em texto publicado em 2002, "Observações sobre os dados de produção apresentados por Müller". (*Boletim de História Demográfica*, n. 24, jan. 2002). Contudo, ainda que sobre o levantamento de Müller possam ser feitas várias observações e ressalvas, não se pode descartar sua valiosa contribuição para o entendimento e identificação do perfil da população paulista durante a primeira metade do século XIX.

colocava as freguesias, vilas e cidades até então existentes em diferentes níveis de desenvolvimento econômico.

Desde o final do século XVIII, a produção de gêneros agrícolas voltados à exportação tinha voltado a crescer na colônia. Graças a uma conjuntura externa favorável que fez diminuir a produção mundial, diversos de nossos produtos tradicionais, tais como o tabaco e o açúcar, foram beneficiados com o aumento de seus preços.³

O renascimento das atividades agrícolas proporcionou condições tanto para a recuperação de antigas regiões produtoras, como estimulou o surgimento de novos polos. Como resultado, um importante centro produtor de açúcar se instala no planalto paulista, destacando-se como principais produtoras as cidades de São Carlos (Campinas), Itu, Porto Feliz, Rio Claro, e Constituição (Piracicaba).⁴ A produção de açúcar passa a ser então uma das atividades mais importantes da província, e sua relevância pode ser medida considerando-se os números apresentados pelo *Mapa geral da exportação da Província de São Paulo, em 1825*, constante da *Estatística da Imperial Província de São Paulo* publicada em 1827.⁵

Segundo as informações do *Mapa*, naquele ano de 1825 as exportações totais da província paulista alcançaram os Rs. 1.288:326\$090. Desse valor, as exportações de açúcar respondiam por 48,4%, as de café 19,5%, e as de toucinho e banha, 8,6%. Esses três produtos foram responsáveis por mais de três quartos do valor total exportado, sendo o produto de maior destaque, com ampla vantagem, o açúcar. As exportações açucareiras alcançaram as 343.524 arrobas, com valor médio de Rs. 1\$813. A exportação cafeeira totalizou

3. Tal movimento ficou conhecido como *renascimento agrícola*, sendo discutido tanto por Celso Furtado como por Caio Prado Júnior. Ambos concordam ter sido esse um bom momento vivenciado por nossas exportações tradicionais, tendo permitido que pelo menos em parte a crise gerada pela diminuição nas extrações aurífera e diamantífera fosse contornada. Todavia, para Furtado esse momento decorre de uma conjuntura externa favorável e não de mudanças estruturais, como aponta Caio Prado Júnior. (FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, capítulo 16; PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008, capítulo 10).

4. Sobre o desenvolvimento da lavoura canavieira em São Paulo, ver o trabalho de Maria Thereza Schorer Petrone, *A lavoura canavieira em São Paulo*, publicado em 1968 (PETRONE, 1968).

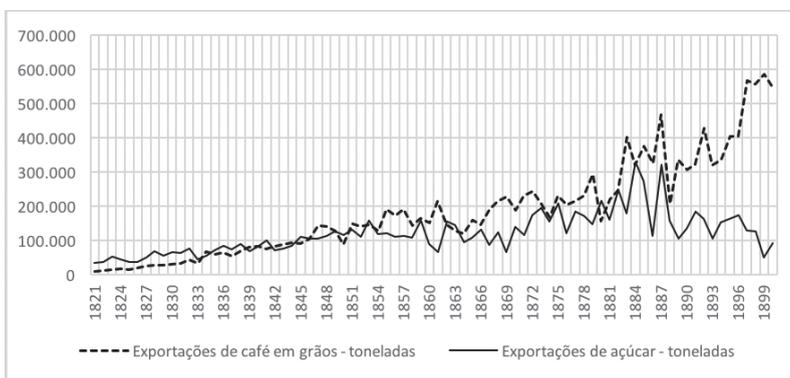
5. CABRAL, José Antônio Teixeira. *A estatística da Imperial Província de São Paulo*, tomo I, 1827. São Paulo: Edusp, 2009.

141.663 arrobas, sendo o preço médio por arroba calculado em Rs. 1\$770. Todavia, se em 1825 os valores médios da arroba de café e de açúcar não se apresentavam muito diferentes, a partir da década de 1830 os preços de café passaram a crescer mais rapidamente do que os de açúcar.⁶

Conforme o Gráfico 1, as quantidades exportadas de café e açúcar, apesar de apresentarem tendência crescente, não se distanciam de forma significativa pelo menos até o final da década de 1880, quando as exportações de açúcar passam a apresentar uma forte tendência decrescente, ao passo que as exportações de café continuam em ascensão. Porém, considerando-se o Gráfico 2, é possível perceber que a evolução do valor exportado – calculado em libras esterlinas – desses mesmos dois produtos, açúcar e café, se apresenta de forma diferente do que foi observado no Gráfico 1.

Até o início da década de 1830, os valores exportados de açúcar são maiores do que os de café, mas a partir de 1831 o valor do café exportado passa a ser superior ao do açúcar, tendência mantida e reforçada ao longo do restante do século. Como resultado, há um estímulo à expansão do novo cultivo, principalmente nas regiões com solo e clima adequados.

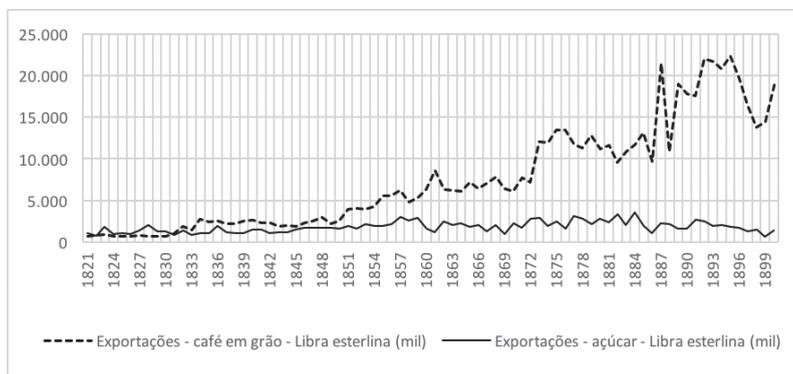
Gráfico 1 – Brasil: Quantidades Exportadas de Café em Grãos e Açúcar, 1821-1900



Fonte: IPEADATA

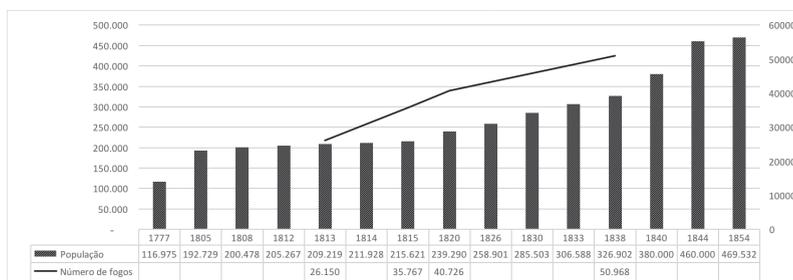
6. *Idem*, p. 113.

Gráfico 2 – Brasil: Valores Exportados de Café em Grãos e Açúcar, 1821-1900 (em Libras Esterlinas)



Fonte: IPEADATA

Gráfico 3 – Evolução da População da Província de São Paulo, 1777-1854.⁷



Fonte: SAINT-HILAIRE, 1851, p. 108; L'ILE-ADAM, 1847; LIMA, 1852; BASSANEZI, 1999, p. 78.

7. Na publicação original datada de 1851, Saint-Hilaire comete um equívoco ao informar o dado de Müller como sendo referente ao ano de 1838 e não 1836, como seria o correto (MÜLLER, D. P. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3 ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 154; SAINT-HILAIRE, A. de. *Tableau général de la Province de Saint-Paul*. Paris: Bertrand, 1851, p. 108).

Os números correspondentes aos anos de 1777, 1805, 1812, 1813, 1814, 1820, 1826 e 1838 foram extraídos do *Tableau général de la Province de Saint-Paul* (SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1851, p. 108). Os dados referentes aos anos de 1808, 1815, 1830, 1833, 1840 e 1844 foram extraídos da *Carta topographica da Província de São Paulo*, de 1847 (L'ILE-ADAM, 1847). Os dados de 1854 foram extraídos da publicação de BASSANEZI (*São Paulo do passado: dados demográficos*, 1999), sendo complementados pelas estimativas fornecidas por Francisco José de Lima em 1852 (Mapa da população e exportação dos municípios de São Paulo. In: *Discurso com que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor Dr. José Thomaz Nabuco D'Araújo, Presidente da Província de São Paulo abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de maio de 1852*). Os números apresentados para 1854 não incluem as localidades que a partir de 1853 passaram a compor a recém-criada Província do Paraná.

Acompanhando a evolução da economia paulista, desde o final do século XVIII, a população da província de São Paulo também apresentou tendência crescente. De acordo com as estimativas populacionais apresentadas no Gráfico 3, no final do século XVIII a população paulista era composta por 116.975 habitantes, estando incluídos nesse número tanto livres como escravos. Na primeira década do século XIX, informes datados de 1805 e 1808 mostram que o número de paulistas havia passado a 192.729 e 200.478, respectivamente. Ao longo das décadas seguintes, a tendência crescente se mantém.

Em meados da década de 1830, o censo compilado por Müller informa que a população paulista já havia ultrapassado os 300 mil habitantes, sendo estimada em 326.902. E por fim, na primeira metade da década de 1850, a população da província já havia ultrapassado a barreira dos 400 mil habitantes, sendo estimada em 469.532. Comparando-se os números iniciais e finais apresentados, ou seja, a população paulista em 1777 e aquela de 1854, observa-se um crescimento de mais de 300%.⁸

Por ocasião do levantamento de 1836, as diversas localidades paulistas dividiam-se em seis comarcas. As localidades mais populosas de cada comarca eram Taubaté (1ª Comarca); São Paulo (2ª Comarca); Franca (3ª Comarca); Itapetininga (4ª Comarca); Curitiba (5ª Comarca);⁹ e Iguape (6ª Comarca). A maioria da população estava concentrada no litoral, sendo a ocupação das regiões interioranas ainda muito escassa.

A composição das seis comarcas registrada por Müller em 1836 se modificaria rapidamente. Em pouco mais de trinta anos, o número de comarcas passaria de seis para dezenove, e uma parte significativa de seu território seria desmembrada, dando origem à província do Paraná.

8. Todavia, tais estimativas populacionais devem ser utilizadas com cautela. Fruto da observação de viajantes, listas nominativas, recenseamentos, mapas populacionais e relatórios diversos, os números apresentados nem sempre eram completos. Nesse sentido, são muitas as reclamações de recenseadores sobre a falta de dados ou sobre o não envio dos informes solicitados aos agentes públicos. Ainda assim, essas estimativas não devem ser desconsideradas, sendo alguns desses levantamentos fundamentais para se entender o contexto paulista oitocentista.

9. A quinta comarca seria desmembrada do território paulista em 1853, dando origem à província do Paraná.

Sobre a autonomia municipal

Como foi mencionado anteriormente, o conhecimento que se tem sobre a estrutura financeira dos municípios durante o período imperial é limitado. Em boa medida, essa limitação advém de dois fatores: a escassa legislação existente sobre o tema e a inexistência de trabalhos de caráter mais geral e comparativo sobre a questão tributária no Brasil do século XIX.

Todavia, existem algumas publicações oitocentistas que, ao tratarem de outros aspectos do cotidiano provincial, acabaram por registrar também informações sobre sua dinâmica administrativa. O *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo* é uma dessas obras.

Sobre a administração municipal, o marechal informa existir na capital da província e em cada vila uma Câmara Municipal, sendo seus membros eleitos com mandatos de quatro anos. Segundo o marechal, as Câmaras seriam responsáveis pela limpeza e conservação das ruas, pontes, chafarizes e demais obras públicas. Ademais, deveriam fiscalizar os pesos e medidas, os açougues, os gêneros comestíveis secos e molhados, podendo impor multas aos que contrariassem o código de posturas. Essas multas convertiam-se em uma das várias fontes de rendimentos das municipalidades.¹⁰ Contudo, essa aparente organização do aparato administrativo municipal não espelhava a realidade.

Os municípios, que no período colonial gozavam de liberdades administrativas diversas, passaram a assumir uma posição subordinada no aparato administrativo imperial. Essa tendência já se manifestava desde os primeiros momentos do Império e tinha como objetivo principal neutralizar a força do elemento português na nova ordem administrativa que se instalava. Nesse sentido, esclarecedoras são as palavras de Sérgio Buarque de Holanda:

Parece inegável que, para realçar a posição das unidades territoriais mais amplas, sucessoras das primitivas capitânias, tendera-se a um amesquinamento e até uma nulificação dos corpos municipais, como se apenas nas primeiras se aninhasse o princípio da autonomia regional.

Os passos iniciais nesse sentido correspondem naturalmente à liquidação

10. MÜLLER, D. P. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*, 1978, p. 98.

progressiva do absolutismo reinol, começando por afetar as instituições ainda mal naturalizadas na terra ou de adaptação difícil às exigências da nova ordem de coisas.¹¹

Durante os primeiros séculos de colonização, as Câmaras exerciam diversas funções, combinando atividades políticas, administrativas e jurídicas num mesmo espaço. Ainda que haja certa controvérsia historiográfica sobre até onde ia a autonomia das Câmaras durante o período colonial, não se pode negar que era por meio delas que a Coroa chegava, ainda que com certos problemas, aos mais distantes espaços coloniais.¹²

Augusto Olympio Viveiros de Castro, partindo das considerações feitas por Felisbello Freire, registrou que, nos primeiros séculos da colonização, “[o] governo municipal foi o criador dos impostos, ficando na mais completa inatividade o governo delegado da metrópole”.¹³

Todavia, Castro ressalta que, apesar dos registros de que tenham gozado as Câmaras Municipais na colônia de um elevado grau de autonomia, não pode aceitar o fato de que legalmente fosse exclusividade delas o direito de tributar. Nas palavras do próprio autor,

Apesar da autoridade dos padrinhos [o próprio Felisbello Freire, Oliveira Martins e João Francisco Lisboa – LSL] não posso aceitar como verdadeira a opinião de que as câmaras municipais tivessem gozado “legalmente”, até os meados do século XVIII, da iniciativa exclusiva em matéria tributária. [...] As municipalidades eram instituições apagadas, submissas, fielmente retratadas nas disposições das Ordenações do Reino.¹⁴

A fim de corroborar tal afirmação, ele escreve: “seria um contrassenso que as câmaras criadas pelos donatários gozassem de atribuições que eles

11. HOLANDA, S. B. de. A herança colonial: sua desagregação. In: *História geral da civilização brasileira*, tomo II, vol. 1. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 24.

12. Nesse sentido, além dos trabalhos do próprio Augusto Olympio Viveiros de Castro, temos os de Maria Aparecida de Menezes Borrego, *A teia mercantil*, 2006; Vera Lúcia Amaral Ferlini, *O município no Brasil colonial e a configuração do poder econômico*, 2009; e Rodrigo Ricupero, *Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI*, 2005; entre outros.

13. CASTRO, A. O. V. de. *História tributária do Brasil*, 1989, p. 14.

14. *Idem*, pp. 15-16.

não podiam exercer livremente”. Castro afirma ainda que os defensores dessa teoria foram induzidos ao erro pelo fato de que as Câmaras municipais usualmente desrespeitavam os prepostos do rei, exercendo privilégios de que não estavam legalmente investidas, e a Coroa, por sua vez, fazia vistas grossas a esses deslizes pela distância em que as colônias estavam da metrópole, pelos serviços prestados pelos colonos na expulsão de invasores e na defesa contra indígenas, e pela proteção que os vereadores tinham na Corte por relações de parentesco ou afinidades políticas.¹⁵ Há que se ressaltar que, como jurista, Castro se apega muito mais aos aspectos legais do que às dinâmicas do cotidiano administrativo colonial, o que o faz ser muito categórico ao afirmar que as Câmaras não detinham o poder que autores como Felisbello Freire haviam afirmado.

Todavia, dada a organização da colônia, na prática a relação existente entre os municípios e a Coroa era direta. Se em Portugal a estrutura administrativa então vigente pressupunha diversas instâncias entre o poder municipal e a Coroa, no espaço colonial isso não acontecia. Dessa forma, o município encontrava-se subordinado diretamente ao Governo Geral ou à Corte, dependendo da matéria ou questão. Nesse sentido, são esclarecedoras as palavras de Edmundo Zenha:

As capitâneas como expressão de seu todo, só muitíssimo mais tarde, algumas nunca, é que tiveram personalidade bem definida. Tratava-se de pequenas vilas que acabavam de ser subordinadas a um governo geral, trazendo para este complexo toda a sua peculiaridade, não anulada pela nova forma de direção. E esta situação acentuou-se a tal ponto sendo possível afirmar-se que, no período colonial dos dois primeiros séculos, o município se apresenta à face do governo geral ou da Corte desimpedido de qualquer intermediário.¹⁶

Assim, as vilas tornam-se o centro da administração colonial, combinando funções de diversos órgãos públicos modernos e tendo competências políticas, jurídicas e administrativas, sendo as capitâneas, pelo menos num primeiro momento, instâncias mais ou menos teóricas. “Essas vilas municipais formam

15. *Idem*, pp. 15-19.

16. ZENHA, E. *O município no Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S. A., 1948, p. 26.

o todo brasileiro colonial e por elas gira a força estatal que a metrópole desvia para cá.”¹⁷ Tal estrutura tenderia a se modificar com o desenvolvimento das demais instituições coloniais. Nesse sentido, se no início os Concelhos assumiam papel de defensores dos direitos individuais, com o passar dos anos e o amadurecimento do aparato administrativo na colônia, tais espaços tenderiam a perder tal função.

Num período em que os privilégios eram quase que a única fonte de garantias individuais, coube ao concelho munir-se de vantagens para a salvaguarda de seus membros, tornando-se, a entidade, pioneira das reivindicações populares, o único palanque do qual a voz do povo se fez ouvir. Quando porém, depois de porfiadas lutas, as garantias populares se estendiam por todo o país, cessava o papel político do município; começava, aí, sua função administrativa. Não tendo mais necessidade de ocupar-se com a defesa do indivíduo, nem com as funções judiciais – já pela generalização das garantias, já pela administração global da justiça – ficava o município, então, confinado a atividades exclusivamente administrativas.¹⁸

Dessa maneira, seria natural que, com o passar dos anos, os Concelhos fossem deixando de ser o espaço no qual os homens bons negociariam a fim de garantir ou manter seus privilégios. Talvez isso explique as contradições encontradas na historiografia por Augusto Olympio Viveiros de Castro e interpretadas por ele como sendo fruto de visões distintas sobre um mesmo passado colonial. Ademais, seria razoável supor que as duas alternativas discutidas não são excludentes. Tanto o rei como as autoridades locais acabavam por impor taxas ou tributos, fosse por direito ou por necessidade, mesmo que isso significasse, no caso dos Concelhos, exercer uma autoridade que não lhes cabia.

No entanto, o pleno exercício das responsabilidades e competências dos governos locais foi em muito limitado pela permanente escassez de recursos. “Pobres vilas sem recursos, a administração se arrastava sem iniciativas [...]”¹⁹ A mesma penúria foi registrada por Orlando Carvalho: “Não sobra

17. *Idem*, p. 27.

18. *Idem*, pp. 27-28.

19. *Idem*, p. 29.

fonte de renda para a Câmara. A pobreza dos Municípios era enorme e as Câmaras nada podiam fazer”.²⁰ E mais: ainda que se tenha instalado no período colonial um governo que até certo ponto poderia ser caracterizado como centralizado – caráter esse dado principalmente pelos governos gerais –, o fato de que a terra era distribuída a donatários que gozavam de uma série de liberdades administrativas pode ser considerado o “embrião da ideia federativa”. Nas palavras do mencionado autor,

[...] distribuía-se a terra a senhores independentes entre si, diretamente ligado cada qual ao rei, em Lisboa. Era o embrião da ideia federativa, que caracteriza a história constitucional do Brasil.²¹

Voltando à nova organização administrativa que se instala com a independência, foi somente com a Constituição de 1824 que o município passou a existir de fato no arcabouço administrativo imperial. Conforme estabelece o Título 7º, Capítulo II, artigos 167-169 da Carta Magna,

Art. 167. Em todas as Cidades, e Vilas ora existentes, e nas mais, que para o futuro se criarem haverá Câmaras, às quais compete o Governo econômico, e municipal das mesmas Cidades, e Villas.

Art. 168. As Câmaras serão eletivas, e compostas do número de Vereadores, que a Lei designar, e o que obtiver maior número de votos, será Presidente.

Art. 169. O exercício de suas funções municipais, formação das suas Posturas policiais, aplicação das suas rendas, e todas as suas particulares, e úteis atribuições, serão decretadas por uma Lei regulamentar.

Segundo Carvalho, essas seriam as primeiras disposições constitucionais sobre o município no Brasil Império, “e por elas se vê que as funções municipais

20. CARVALHO, O. M. *Política no município*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946, p. 31.

21. *Idem*, p. 22. Ainda que essa eventual descentralização tenha sido parcialmente revertida a partir da instituição dos Governos Gerais, as capitânias hereditárias continuam a existir oficialmente até o século XVIII, sendo extintas por Pombal. A partir de 1549 foram sendo paulatinamente reabsorvidas pela Coroa, por confisco ou compra. A divisão territorial continua, mas as unidades – ainda chamadas de capitânias – não tinham mais o caráter hereditário, administrativamente aproximando-se do que seriam as províncias. Sobre esse processo ver, por exemplo, o texto de José Murilo de Carvalho, *Federalismo e centralização no Império Brasileiro: história e argumento*. (In: *Pontos e bordados. Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 157).

foram restringidas, se as compararmos com as que, até a Independência, exerciam as Câmaras locais”.²² A partir daí, ocorreu um processo que teve como objetivo a separação de poderes, a começar pelo judiciário, o que acabou por destituir as Câmaras da prerrogativa de julgar, que possuíam conforme estabelecido pelas Ordenações Filipinas. Ademais, as capacidades municipais ficaram limitadas às posturas policiais e à aplicação das rendas após a devida aprovação por parte do governo provincial.

E sobre a administração das províncias, o mesmo Título 7º, Capítulo I, artigos 165 e 166 especificava que cada província teria um Presidente, nomeado pelo próprio Imperador e por tempo indeterminado. Além disso, deveria ser instituído um Conselho Geral, a quem competia deliberar sobre as questões de interesse provincial e encaminhar essas deliberações à Assembleia Geral, que por sua vez legislaria sobre o tema.

Dessa forma, esperava-se então que uma lei regulamentar estabelecesse as bases sobre as quais a administração pública municipal deveria ser organizada. Conforme ressaltado por Montoro, debates da época mostram que existiam duas correntes sobre como deveria ser organizada a administração municipal naquele momento: uma defendia que os governos municipais teriam de ser entes autônomos de uma federação provincial, e outra acreditava na centralização e sustentava que as Câmaras deveriam ter apenas caráter meramente administrativo.²³

Em 1828, com a promulgação da mencionada lei regulamentar, ficou evidente a vitória da segunda corrente.²⁴ Às Câmaras foi delegado papel meramente administrativo, ficando sujeitas à tutela primeiro do poder provincial, e depois do poder central. Dessa maneira, todos os atos da administração pública municipal deveriam ser aprovados, dependendo do assunto, pelo Presidente da Província, pelo Conselho Geral, pelo Ministro do Império ou pela Assembleia Geral.²⁵

22. CARVALHO, O. M. *Política no município*, 1946, p. 52.

23. MONTORO, Eugênio A. F. *A organização do município na Federação Brasileira*. Tese (Doutorado em Direito), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1974, p. 8.

24. A lei, promulgada em 1º de outubro de 1828, pode ser consultada na íntegra em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html. Acesso em 26/06/2018. Os originais encontram-se publicados na *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1828*.

25. MONTORO, Eugênio A. F. *A organização do município na Federação Brasileira*, p. 9.

Tais disposições ficam claras quando se observa o artigo 24 da norma, que caracteriza as Câmaras como sendo *corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa*, o que as deixava adequadas, segundo as análises de Sérgio Buarque de Holanda, à nova situação administrativa brasileira:

A tradicional indistinção, em nossas Câmaras, entre as funções políticas, jurídicas e administrativas, revelara-se claramente incompatível com os ideais dos tempos novos, que exigem uma rigorosa divisão de tais funções. A lei de 1º de outubro de 1828, que reduz afinal as Câmaras, em seu artigo 24, a “corporações meramente administrativas”, sem qualquer jurisdição contenciosa, vem atender por um lado, e consagrar esses ideais. Por outro lado, deixa-lhes escassos recursos para cumprirem as obrigações antigas e as novas. É inevitável que reduzidas, assim, à impotência, já não estejam mais à altura de fazer valer suas altas pretensões que vêm de um passado morto.²⁶

Ou seja, além de verem limitada sua esfera de atuação, as Câmaras receberam ainda pela mesma lei uma série de atribuições, listadas sob a designação de “Posturas Policiais”. A lista de atribuições é longa, e abarca aspectos tão abrangentes tais como policiamento, limpeza e iluminação, reparos e obras, construção e administração de cemitérios e matadouros, além do estabelecimento e conservação de casas de criação de expostos, hospitais de caridade e escolas.

Ao estabelecer uma longa lista de atribuições, sem, no entanto, especificar quais poderiam ser as fontes de renda das municipalidades, a lei regulamentar de 1828 deixou as Câmaras não só em posição subordinada às Assembleias Legislativas, como também em situação de precariedade financeira, dada a falta de clareza com relação às competências tributárias das diversas instâncias governamentais no momento imediatamente posterior à declaração de independência. O processo de separação das rendas ocorreu de forma não planejada, a partir de leis orçamentárias parciais que começaram a ser elaboradas no final da década de 1820.

26. HOLANDA, S. B. de. A herança colonial: sua desagregação, 1970, p. 24.

Assim, desde a promulgação da Constituição até a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho, os municípios não puderam ver desenvolvida sua autonomia, e seu papel como órgãos de administração local ficou muito limitado. Presos na tendência centralizadora do período, ficaram sujeitos à fiscalização constante dos Conselhos Gerais e da Assembleia Geral Legislativa, dos Presidentes de Província e do Governo Central; e, ainda que o Ato Adicional tenha concedido um pouco mais de autonomia para as províncias, reforçou a subordinação municipal às instâncias administrativas superiores. Tal interpretação é corroborada por Eurico Korff em artigo publicado em 1977. Nas palavras do próprio autor,

[...] em 1828 uma “lei regulamentar” subordinou esses últimos muito estreitamente às províncias, substituindo a efêmera fase de euforia municipal, suscitada pela Constituição de 1824, por outra de tendência centralizadora, confirmada pela orientação do Ato Adicional de 1834; este, concedendo autonomia relativa às províncias, lhes abriu uma terceira competência tributária, a meio caminho entre a do governo imperial e a dos municípios.²⁷

Como mencionado por Korff, em 1834 o Ato Adicional, se por um lado atenuou a tendência centralizadora que dominou no período imediatamente posterior à independência, reforçou a subordinação das instâncias administrativas locais. São criadas as Assembleias Legislativas Provinciais, que vão repartir com a Assembleia Geral a tarefa de discutir, formular e aprovar leis. As Assembleias Provinciais passam então a ser responsáveis por cuidar da administração dos municípios, legislando sobre a polícia e a economia locais, fixando despesas, criando e suprimindo empregos, além de autorizar as Câmaras a contraírem empréstimos.²⁸

Tais disposições, que acabaram por colocar as Câmaras Municipais sob tutela dos órgãos legislativos provinciais, provocaram resultados indesejáveis. Se em período anterior as Câmaras eram os órgãos responsáveis por quase a

27. KORFF, E. Finanças públicas municipais. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 17, n. 5, 19 jun. 1977, p. 12.

28. Cf. MONTORO, Eugênio A. F. *A organização do município na Federação Brasileira*, 1974, p. 11.

totalidade dos atos necessários à administração colonial, agora no Império passavam a ser vistas como espaços puramente burocráticos. A política passava então a ser feita primordialmente no âmbito provincial. Nesse sentido, Carvalho afirma

A instituição da tutela produziu consequências indesejáveis sob muitos aspectos, morais, políticos e materiais. Moral e politicamente, humilhou as Câmaras, considerando-as incapazes de enfrentar e resolver os seus próprios problemas e retardando a educação cívica dos vereadores.²⁹

Cortines Laxe, por sua vez, ressalta que tais dificuldades no exercício da vereança se traduziam na ausência dos vereadores eleitos de seus afazeres, ficando as Câmaras sob responsabilidade de suplentes que muitas vezes eram eleitos com poucos votos, “e às vezes um só voto, e esse do próprio votante”.

A tutela que sobre elas pesa, e que já acima assinalai, coartando-lhes a ação até nos mínimos atos de pura administração local, tornando lenta e difícil a satisfação das necessidades muitas vezes momentosas, é um dos mais salientes vícios do nosso atual sistema municipal. Ela faz do cargo de vereador um ônus pesadíssimo; e se não fora a parcela de interesses políticos que a ele se liga, os homens independentes, salvas pequenas exceções, não envidarão esforços para obter uma cadeira no paço municipal. A prova aí está no fato, reproduzido constantemente, de se fazerem eleger para somente entrar em exercício quando a isso são chamados por um interesse de partido, ficando durante todo o quadriênio entregues as câmaras municipais a suplentes, e suplentes que muitas vezes, como tenho visto em mais de um município, apenas obtiveram nas eleições três ou quatro votos.³⁰

Administradas por vereadores desinteressados ou suplentes sem expressão política, limitadas em seus poderes e cheias de atribuições, as municipalidades não se encontravam em situação confortável nesses

29. CARVALHO, O. M. *Política no município*, 1946, p. 56.

30. LAXE, J. B. C. *Regimento das Câmaras Municipais ou Lei de 1º de outubro de 1828*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. XXX. O primeiro período da citação aparece no texto de Carvalho, mas o segundo e o terceiro foram extraídos diretamente da obra de Laxe (CARVALHO, O. M. *Política no município*, 1946, p. 56; LAXE, 1885, p. XXX).

primeiros anos do Império. Perpetuando a escassez de recursos identificada pelos estudiosos de nossa tributação colonial, os legisladores do primeiro reinado acabaram por deixar as vilas do Brasil imperial ainda em dificuldades financeiras, dificuldades essas agravadas pela inconsistência legislativa sobre a matéria. Com relação a essa questão, Carvalho afirma:

Tuteladas rigorosamente, sem recursos financeiros, aquela autonomia que lhes conferia a Constituição, de tratarem as Câmaras do governo econômico e municipal das cidades e vilas, era pouco mais do que uma sugestão. Restavam ainda, é verdade, alguns elementos úteis de educação cívica, como, por exemplo, a eleição direta dos vereadores ao invés dos seis eleitores das Ordenações. Mas nada disso concorria para que se desenvolvesse rapidamente o espírito local nos municípios, nem possibilitara a instalação regular de verdadeiras instituições locais, como se fazia mister, para que o município pudesse representar um elemento de iniciativa e de acomodação ao meio em que fora organizado.³¹

Apesar de esclarecer serem as Assembleias Provinciais responsáveis pela gestão municipal, o Ato não definiu as competências tributárias. Destarte, se analisada a legislação sobre o tema, desde a Constituição de 1824 nada foi discutido a respeito. A primeira Constituição imperial previa a existência de municípios, mas deixava em aberto a formação das posturas policiais, das rendas, das despesas e das demais atribuições que lhe eram pertinentes. Essas deveriam ser regulamentadas pelo Ato Adicional. Esse, como foi visto anteriormente, acabou por não legislar de fato sobre o tema, perpetuando a falta de organização existente. É certo que o Ato constituiu um avanço em direção à descentralização, ao criar as Assembleias Provinciais, mas, com relação ao município, a relação de dependência aumentou, além de pouco ter sido definido quanto às competências tributárias e às responsabilidades da administração local.

Em 1840, uma nova lei modificava um pouco o panorama. Segundo Montoro, se o Ato foi um passo em direção ao federalismo, a lei de 1840 foi um retrocesso, pois limitava o poder das Assembleias Provinciais. A situação do município permaneceu inalterada; porém, dada a relação estreita

31. CARVALHO, O. M. *Política no município*, 1946, p. 57.

de dependência entre estes e as assembleias, e a diminuição da autonomia destas, a posição do município se viu indiretamente afetada. Dessa maneira, “viveram os Municípios, durante todo o Império, sem rendas suficientes para atender as necessidades locais, pois dependiam para tal do governo provincial”.³²

Novas modificações na legislação somente seriam feitas na República, com a Constituição provisória baixada por decreto em 1890. Todavia, demoraria ainda algumas décadas para que fossem definidas de fato as responsabilidades e as competências tributárias municipais; e, se havia lacunas na legislação vigente, certamente isso não constituía empecilho à tributação, até mesmo porque as necessidades, tanto de municípios quanto de províncias, não cessaram devido à imprecisão legislativa. Então, como as cidades e vilas foram capazes de estruturar seu sistema tributário tendo em vista a imprecisão da legislação com respeito ao tema? Quais eram de fato as fontes de renda das municipalidades?

Como visto anteriormente, a separação das rendas entre gerais, provinciais e municipais foi feita sem que houvesse uma reflexão maior, sendo resultado de todo um processo muito mais prático do que reflexivo, e que vinha ocorrendo lentamente desde a independência. São marcos importantes nesse período a Lei de 1º de outubro de 1828, que deu nova forma às Câmaras Municipais, marcando suas atribuições e estabelecendo os procedimentos eleitorais, e a Lei de 4 de outubro de 1831, que criou o Tesouro Público Nacional e as Tesourarias das Províncias, e por fim o Ato Adicional de 1834.

Pela perspectiva local, portanto, as disputas por recursos estratégicos passavam da dinâmica paroquial para a provincial. O ato centralizava. Pela perspectiva da Corte, o centro cedia à periferia, ao tolerar que as Assembleias redefiníssem o júri, os juízes municipais etc. e, encaminhando o problema ao juiz de paz, regulassem a seu modo o tempo de serviço, as competências e os critérios de remoção dos prefeitos. O ato fragmentava.³³

32. MONTORO, Eugênio A. F. *A organização do município na Federação Brasileira*, 1974, p. 13.

33. PARRON, T. O Império num panfleto? Justiniano e a formação do Estado no Brasil do século XIX. In: *Ação; reação; transação. Duas palavras acerca da atualidade política do*

Assim, o Ato, ao colocar as vilas sob tutela das Assembleias Legislativas, centralizou o controle das contas municipais e esvaziou, de certa maneira, a administração local das disputas políticas em torno dos recursos. Nesse sentido, é possível retomar as considerações de Orlando Carvalho e Cortines Laxe. A subordinação dos municípios à administração provincial acabou por comprometer o desenvolvimento cívico e político dos agentes locais, desestimulando aqueles realmente interessados no serviço público de participarem de atividades relacionadas com a administração municipal.

Dessa forma, o objetivo passa a ser a representação na esfera provincial, onde aconteceriam de fato as negociações e o jogo político propriamente dito. Ficava a administração das vilas relegada àqueles menos capazes, e até certo ponto menos comprometidos, resultando na situação destacada por Cortines Laxe, na qual vereadores eram eleitos e não assumiam de fato os afazeres públicos.

As leis orçamentárias e a contabilidade dos municípios

Em linhas gerais, pode-se dizer que, desde os primórdios da Assembleia Legislativa, a despesa, tanto provincial como municipal, era informada com maior grau de detalhamento do que a receita. Talvez tal fato tenha ocorrido porque, desde a Lei Regulamentar de 1828, as responsabilidades do município já haviam sido claramente detalhadas, o que não acontece com as fontes de renda. A especificação dessas, por sua vez, dependia da conclusão do processo de separação de rendas que vinha ocorrendo desde os primórdios do Império.

Nesse processo, num primeiro momento foram separadas as rendas gerais; num segundo, especificaram-se as rendas provinciais, sendo o primeiro orçamento provincial datado de 1835, um ano após a criação da Assembleia Legislativa. Nessa ocasião, a receita provincial foi orçada em Rs. 243:700\$000, dos quais Rs. 68:200\$000 eram provenientes da chamada *renda das estradas*.³⁴

Brasil (1855). São Paulo: Edusp, 2016, p. 21.

34. Novamente ressalta-se que esses são os totais de acordo com a lei. No entanto, somando-se as rubricas, constatou-se que os valores corretos são Rs. 241:300\$000, sendo Rs. 179:100\$000 proveniente da receita geral e Rs. 62:200\$000 proveniente da receita especial das estradas.

Da mesma forma, ao analisar a primeira lei orçamentária municipal promulgada pela Assembleia, publicada em 1836 e relativa ao ano fiscal de 1836-1837, foi possível perceber que, apesar de a despesa de cada localidade aparecer bem discriminada, o mesmo não aconteceu com a receita. A Figura 1 ilustra a apresentação das receitas municipais na mencionada lei orçamentária, na qual são informados apenas os totais da receita por município, sem especificação dos tributos arrecadados ou das fontes de renda.

Figura 1 – A Receita Municipal (De acordo com o artigo 2º do Capítulo II da Lei n. 41 de 21 de março de 1836)

CAPITULO II.	
<i>Da Receita Municipal.</i>	
Art. 2.º Fica orçada a receita de cada um dos municipios em as seguintes quantias:	
Municipio da cidade de S. Paulo.....	8.800\$000
“ de Santo Amaro.....	403\$350
“ de Parnahiba.....	153\$910
“ de S. Rôque.....	634\$240

Fonte: Lei n. 41 de 21 de março de 1836. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1836/lei%20n.41,%20de%2021.03.1836.pdf>. Acesso em: 12/07/2018.

Não obstante, na mesma lei aparece a observação de que os municípios deveriam continuar a cobrar não só as rendas estabelecidas por posturas aprovadas, como também todas aquelas que estivessem sendo cobradas regularmente, tanto por uso como por costume, desde a criação das ditas vilas, tendo sido elas determinadas por provisão régia ou provimento de ouvidores. Fica assim evidente que, até 1836, a Assembleia Legislativa, responsável pelas finanças públicas municipais, não tinha informações suficientes sobre as fontes de renda das administrações locais. Mesmo assim, assegurava o direito das Câmaras Municipais de continuarem arrecadando conforme os usos e costumes locais, ciente da existência de diferentes tributos nas diversas localidades paulistas existentes naquele ano.

Pouca coisa mudaria nos anos fiscais subsequentes, sendo persistente a falta de detalhamento das fontes de renda. Para o ano de 1837-1838, em vez de aparecer apenas o total orçado, a arrecadação aparece discriminada em

três rubricas: *receita ordinária*; *saldo do balanço fechado a 30 de setembro de 1836*; e *cobrança de dívidas ativas*. Ainda que dessa maneira se tenha uma quantidade maior de informações do que a encontrada no orçamento anterior, não se pode obter muito acerca dos tributos arrecadados pelo governo municipal. Não se especifica a composição do que é chamado de *receita ordinária*, responsável por considerável parcela da receita orçada municipal. No caso da Cidade de São Paulo, essa rubrica respondia por 81% do total orçado. Nas demais localidades essa porcentagem era variável; e, considerando as localidades de Santos, Bananal, Iguape, Constituição e Jundiá, pode-se perceber que essas porcentagens são, respectivamente, 46%, 37%, 34%, 79% e 25%.

A única informação mais detalhada sobre esse período foi encontrada em documento datado de 1837, quando uma lei aprovada em janeiro autorizava que a Câmara Municipal paulistana cobrasse impostos sobre: estabelecimentos comerciais de fazendas secas; armazéns ou casas de negócios de gêneros importados; tavernas de gêneros nacionais onde se vender aguardente; tabuleiros para venda de fazenda seca pelas ruas; boticas; açougues, exceto aqueles que comercializassem somente carne verde; e outras casas de negócio que comercializassem gêneros secos. Trata-se da Lei n. 3 de 30 de janeiro de 1837. Mesmo assim, esses tributos não aparecem relacionados na lei orçamentária respectiva.

Poucas são as mudanças nos orçamentos para os anos fiscais de 1838-1839, 1839-1840 e 1840-1841. A especificação da receita municipal continua a ser feita da seguinte forma: *receita ordinária e cobrança da dívida ativa, saldos e sobras do ano anterior*. Chega-se ao ano fiscal de 1841-1842. Esse é o primeiro exercício para o qual o orçamento traz especificadas as fontes de renda dos municípios. Vê-se, então, pela primeira vez o detalhamento da renda das diversas localidades paulistas. Como exemplo, encontra-se reproduzida na Figura 2 a receita orçada para a vila de Araraquara.

Figura 2 – Receita Orçada para o Município de Araraquara, 1841-1842

§ 11. — Município da villa de Araraquara.	
Saldo existente.	213\$899
Cobrança da divida activa.	390\$000
Estanque das aguas ardentes.	64\$000
Aferições.	5\$000
Rendimentos das cabeças.	\$960
Multas por infracção de posturas.	10\$000
Ditas impostas pelo jury.	20\$000
Ditas ditas por diferentes juizes.	1\$000
Renda eventual proveniente de multas ao fiscal e ve- readores, e outras origens.	10\$000
Licenças para expectaculos publicos.	8\$000
Decima dos predios urbanos com applicação espe- cial.	\$
	<hr/>
	731\$659
	<hr/>

Fonte: Lei n. 18 de 4 de março de 1841. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/certificado/lei%20n.18,%20de%20o4.03.1841.pdf>. Acesso em: 12/07/2018.

Observando a figura, percebe-se que o município tributava sobre o abatimento de reses (*rendimento das cabeças*), o consumo de aguardente (*estaque das águas ardentes*), serviços de aferição de pesos e medidas (*aferições*), multas e licenças diversas. Contava também com valores advindos da cobrança da dívida ativa, saldo existente, além de parte da décima urbana, cujo valor não aparece indicado. Essa estrutura, em boa medida, ilustra o que ocorria nos demais municípios paulistas naquele ano. É claro que determinadas localidades possuíam especificidades, como as do atual estado do Paraná, nas quais costumava aparecer a cobrança de impostos sobre o fumo e a erva-mate, enquanto nos municípios do planalto, na região de Campinas, essas cobranças não eram informadas.

É interessante notar que a província também cobrava alguns desses tributos, afinal, eles aparecem também na receita provincial orçada para o mesmo ano, conforme mostra a Tabela 10. Como exemplos, podemos considerar a cobrança sobre o abatimento de animais e sobre a aguardente.

Todavia, não se sabe ao certo se os valores recolhidos pelas municipalidades eram de alguma forma repassados à província, e, no caso de serem, como se fazia tal operação, ou se havia algum tipo de divisão de alíquotas, sendo a província responsável por arrecadar parte do percentual, ficando o município responsável pela arrecadação do percentual restante.

Tabela 1 – Receita Provincial Paulista (De acordo com o artigo 10 da Lei n. 25 de 23 de março de 1841)

Fonte de Renda	Valor
§1 Direitos de saída da província	140:000\$000
§2 Imposto sobre aguardente, nacional ou estrangeira	16:000\$000
§3 Imposto sobre armazéns, tabernas e botequins serra acima, denominado Novo Imposto	10:000\$000
§4 Novo imposto sobre os animais no registro de Sorocaba	8:000\$000
§5 Contribuição para Guarapuava	6:000\$000
§6 Imposto de 1\$600 das reses que se cortam e 320 réis de subsídio literário	18:000\$000
§7 Meia sisa da venda de escravos	20:000\$000
§8 Décima de legados e heranças	12:000\$000
§9 Novos e velhos direitos provinciais	2:000\$000
§10 Direito dos animais no registro do Rio Negro	80:000\$000
§11 Emolumentos do lugar de secretário do governo	200\$000
§12 Despacho das embarcações	500\$000
§13 Imposto sobre casas de leilão e modas	200\$000
§14 Cobrança da dívida ativa provincial anterior ao 1º de julho de 1836 e toda a dívida dessa data em diante	20:000\$000
§15 Tipografia provincial	160\$000
§16 Juro das apólices	18:000\$000
§17 Receita eventual	200\$000
Soma	351:260\$000

Fonte: Lei n. 25 de 23 de março de 1841. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/certificado/lei%20n.25,%20de%2023.03.1841.pdf>. Acesso em: 12/07/2018.

No ano de 1848, em resposta às várias solicitações de verba adicional feitas pelos municípios, a Assembleia Legislativa decidiu transferir às Câmaras Municipais alguns de seus impostos, como o sobre reses, aguardentes, armazéns, tabernas e botequins, sendo esse último transferido somente à Câmara da capital.

Ficam pertencendo às Câmaras Municipais desde o primeiro de julho de 1848 os impostos de mil e seiscentos réis sobre as reses, trezentos e vinte réis de subsídio literário e o das águas ardentes nacionais e estrangeiras, e à da Capital também o novo imposto de seis mil e quatrocentos réis sobre armazéns, tabernas e botequins. [...] As Câmaras Municipais poderão encarregar a arrecadação destes impostos a agentes seus, ou aos coletores provinciais, podendo arbitrar a esses e outros uma gratificação nunca superior a doze por cento do rendimento dos mesmos impostos.³⁵

Dessa forma, a legislação orçamentária paulista para o ano fiscal de 1841-1842 é a primeira que traz discriminadas tanto as fontes de renda da província como as dos municípios. Ademais, foi possível observar que alguns dos impostos cobrados municipalmente também aparecem – ainda que com nomenclatura ligeiramente distinta – na receita provincial.

A partir desse momento, torna-se possível a análise mais detalhada das fontes de renda municipais durante os primeiros anos de funcionamento da Assembleia Legislativa, período no qual se deu o estabelecimento de uma estrutura tributária que seguiria, praticamente sem modificações, sendo a base da arrecadação dos municípios paulistas durante todo o período imperial. Nesse sentido, foram inúmeras as rubricas encontradas na receita municipal constante das leis orçamentárias. Foram tantas as denominações que se tornou tarefa difícil pensar em um critério de agrupamento.

Com o objetivo de dar uma visão geral da importância, em termos de arrecadação municipal, das localidades paulistas no período estudado, elaborou-se a Tabela 2. Nela é possível observar a representatividade da

35. ACERVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1849.

receita de cada uma das vilas paulistas do período no cômputo geral da receita municipal orçada. Ao final, na última coluna da tabela, é fornecida também a participação média de cada localidade, sendo considerados os dados de todos os municípios constantes nas leis orçamentárias publicadas em anos pares dentro do período 1834-1850. Dessa forma, foram trabalhados os orçamentos de 1836, 1838, 1840, 1842, 1844, 1846, 1848 e 1850. A ausência do ano de 1834 se deve ao fato de ter sido este o da criação da Assembleia.

Nota-se que poucas são as localidades que concentram porcentagem relevante da arrecadação municipal. Destaca-se a cidade de São Paulo, capital da província, responsável em média por 13,8% do total arrecadado. Em seguida, aparece o município de Ubatuba, com 7,6%, praticamente a metade da porcentagem paulistana. Dessa maneira, é possível constatar que não havia determinada região ou localidade, exceção talvez feita à capital, que concentrava porcentagem relevante da receita total orçada pelos municípios paulistas.

Mantendo-se o mesmo conjunto de leis orçamentárias e sistematizando os informes sobre as fontes de renda orçadas, foi possível computar 2.558 registros de receita, correspondentes a um total de 1.079 tipos de receita. Optou-se, sempre que possível, por manter as rubricas tais como aparecem nas leis orçamentárias, e isso explica o grande número de tipos de receita, pois um mesmo imposto podia aparecer com nomenclaturas diferentes, em diferentes localidades, numa mesma lei orçamentária. Como exemplo, podemos destacar as várias denominações dadas à tributação sobre a aguardente: *ramo das aguardentes; estanque de aguardentes; rendimento da aguardente; subsídio de águas-ardentes; ramo do estanque de aguardente; imposto sobre pipas de aguardente; imposto do consumo de aguardente em todo o município; rendimento das águas-ardentes; licença para venda de aguardente; imposição por canada de aguardente e imposto de aguardente*, entre outras.

Tabela 2 - Participação do Total da Receita Municipal (Província de São Paulo, anos selecionados)

Localidade	Participação no Total da Receita Municipal								Participação Média
	1836	1838	1840	1842	1844	1846	1848	1850	
Antonina	1,40%	1,20%	0,50%	0,60%	0,50%	1,20%	0,80%	0,90%	0,90%
Apiai	0,40%	0,60%	0,30%	0,20%	-	-	0,20%	0,20%	0,30%
Araraquara	0,50%	0,40%	0,90%	1,20%	1,00%	0,80%	1,00%	0,20%	0,80%
Areias	2,80%	3,40%	6,40%	3,00%	2,50%	1,20%	1,00%	0,80%	2,60%
Atibaia	2,20%	1,40%	1,90%	1,10%	0,80%	1,40%	0,70%	0,80%	1,30%
Bananal	2,70%	1,40%	3,00%	3,80%	6,00%	7,00%	7,20%	7,90%	4,90%
Batatais	-	-	0,30%	0,50%	0,40%	0,20%	0,70%	0,50%	0,50%
Bragança	1,90%	2,00%	0,50%	0,70%	1,10%	0,80%	1,70%	1,80%	1,30%
Cananeia	0,50%	0,50%	0,30%	0,40%	0,40%	0,40%	0,50%	0,30%	0,40%
Capivari	0,60%	1,50%	1,60%	0,90%	0,90%	0,50%	0,60%	0,90%	0,90%
Casa Branca	-	-	-	-	0,40%	0,60%	0,90%	0,80%	0,70%
Castro	0,90%	1,00%	2,20%	1,60%	1,80%	2,20%	1,40%	1,70%	1,60%
Cidade de São Paulo	21,30%	18,70%	7,60%	10,30%	15,30%	11,20%	11,10%	14,80%	13,80%
Conceição de Itanhaém	0,20%	0,40%	0,50%	0,40%	0,50%	0,50%	0,40%	0,60%	0,40%
Constituição	0,80%	1,80%	1,00%	1,00%	0,90%	0,80%	1,80%	2,20%	1,30%
Curitiba	1,00%	1,60%	1,50%	1,30%	1,80%	2,30%	1,80%	1,80%	1,60%
Cunha	0,60%	0,60%	0,70%	0,40%	0,70%	0,70%	0,60%	0,50%	0,60%
Guaratinguetá	2,20%	3,00%	1,90%	2,90%	-	2,60%	2,50%	1,80%	2,40%
Guaratuba	0,20%	0,20%	0,10%	0,10%	0,10%	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
Iguape	2,40%	4,30%	2,80%	1,60%	1,20%	1,50%	1,50%	1,40%	2,10%
Itapetininga	0,90%	0,90%	0,50%	1,70%	1,60%	1,00%	0,50%	0,40%	0,90%
Itapeva	0,50%	0,70%	0,30%	0,40%	0,20%	0,50%	1,10%	1,10%	0,60%
Itu	3,50%	2,40%	1,70%	2,20%	3,40%	3,10%	0,30%	3,00%	2,50%
Jacaré	1,60%	1,50%	1,00%	0,90%	1,20%	1,80%	1,00%	1,00%	1,20%
Jundiaí	3,50%	1,90%	1,10%	0,70%	1,00%	1,00%	1,10%	0,80%	1,40%
Limeira	-	-	-	-	-	0,70%	0,70%	1,00%	0,80%
Lorena	2,80%	2,30%	2,40%	1,30%	3,20%	3,80%	2,20%	1,70%	2,50%
Mogi das Cruzes	1,20%	1,10%	2,00%	1,50%	2,00%	0,80%	2,30%	1,00%	1,50%
Mogi-Mirim	1,70%	4,30%	2,60%	2,60%	3,90%	3,00%	3,10%	3,70%	3,10%
Morretes	-	-	-	0,60%	0,40%	0,40%	0,30%	0,90%	0,50%
Paraibuna	0,50%	0,50%	1,80%	1,80%	2,10%	0,70%	0,80%	0,30%	1,10%
Paranaguá	2,60%	1,90%	2,00%	0,80%	1,30%	1,80%	1,80%	4,50%	2,10%
Parnaíba	0,40%	1,20%	0,80%	1,00%	1,00%	0,50%	0,50%	0,80%	0,80%
Pindamonhangaba	2,50%	2,20%	4,60%	6,80%	3,20%	5,00%	4,90%	3,00%	4,00%
Pirapora	-	-	-	-	-	0,20%	0,70%	0,90%	0,60%
Porto Feliz	0,80%	1,50%	1,20%	1,00%	0,90%	1,40%	1,70%	0,90%	1,20%
Queluz	-	-	-	-	-	0,80%	0,90%	0,60%	0,80%
Rio Claro	-	-	-	-	-	0,60%	0,90%	1,80%	1,10%
Santa Izabel	0,50%	0,50%	0,90%	0,60%	0,70%	0,20%	0,60%	0,40%	0,60%
Santo Amaro	1,00%	1,10%	0,40%	0,30%	0,40%	0,50%	0,70%	0,50%	0,60%
Santos	5,30%	8,50%	10,90%	6,60%	8,80%	3,80%	4,40%	3,30%	6,50%
São Carlos; Campinas	2,50%	2,50%	2,10%	1,40%	2,10%	3,40%	4,00%	3,20%	2,70%
São José; São José de Paraiba	0,70%	0,50%	0,30%	0,40%	0,40%	0,50%	0,60%	0,30%	0,40%

Localidade	Participação no Total da Receita Municipal								Participação
	1836	1838	1840	1842	1844	1846	1848	1850	Média
São Luiz de Paraitinga	1,20%	3,30%	2,50%	2,30%	2,20%	2,40%	0,90%	0,60%	1,90%
São Roque	1,50%	0,90%	0,70%	0,50%	0,70%	0,60%	0,70%	0,50%	0,80%
São Sebastião	7,30%	3,40%	2,90%	3,30%	4,10%	4,80%	3,60%	3,20%	4,10%
São Vicente	0,10%	0,20%	0,20%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,20%	0,10%
Silveiras	-	-	-	-	-	-	1,20%	0,80%	1,00%
Sorocaba	5,00%	3,90%	9,30%	16,50%	2,90%	3,80%	5,50%	5,30%	6,50%
Tatui	-	-	-	-	-	0,30%	0,30%	0,40%	0,30%
Taubaté	2,50%	2,90%	3,40%	2,10%	1,80%	1,70%	1,50%	1,60%	2,20%
Ubatuba	3,40%	2,70%	5,50%	6,20%	9,70%	12,60%	11,70%	9,20%	7,60%
Villa Bela da Princesa	0,80%	1,00%	1,50%	2,10%	2,00%	-	0,70%	0,80%	1,30%
Villa Franca do Imperador	2,60%	1,10%	1,50%	1,40%	1,30%	0,60%	0,40%	0,80%	1,20%
Villa Nova do Príncipe	0,60%	1,30%	1,30%	1,00%	1,40%	1,00%	1,20%	1,10%	1,10%
Xiririca	-	-	-	-	-	-	0,30%	0,50%	0,40%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-

Fonte: Leis Orçamentárias Paulistas.

Essas diversas fontes de renda foram agrupadas a fim de facilitar as comparações, tanto entre os municípios como entre os anos considerados. Porém, dada a rudimentar forma de elaboração dos orçamentos, torna-se complicado julgar exatamente o significado de algumas rubricas, como o caso da aguardente mencionado acima. Talvez o maior problema seja identificar se essas várias denominações são utilizadas para descrever o mesmo tipo de tributo, pois ora parece ser tributado o consumo, ora a venda de aguardente, ora a licença sobre o estabelecimento que a vendia. Sendo assim, optou-se por uma agregação que privilegiasse as atividades tributadas, e não exatamente o tipo de tributo e sua forma de recolhimento. Segundo esse critério, foram estabelecidos doze grupos:

Casinhas, açougue e matadouro públicos: reúne os tributos cobrados pela utilização desses espaços públicos. As casinhas eram espaços onde os produtores de gêneros locais podiam comercializar sua produção. Os matadouros – em alguns municípios eram chamados de açougues³⁶ – eram também espaços municipais para onde os criadores locais se dirigiam a fim de abaterem seus animais, fossem eles gado bovino ou

36. Nesse caso, trata-se de açougues públicos e não de açougues particulares.

suíno.³⁷ Ao que tudo indica, era cobrado dos próprios produtores e/ou criadores de animais.

Dívida ativa: valores referentes a tributos não pagos pelos cidadãos ou estabelecimentos comerciais. São valores que as municipalidades tinham a receber.

Gêneros e líquidos: esse grupo congrega os tributos pagos sobre consumo e comercialização de gêneros alimentícios e líquidos, nacionais ou importados. Tratava-se de gêneros e líquidos diversos, tais como arroz, fumo, milho, algodão, panos, azeite, vinho, aguardente, azeite de peixe, erva-mate, sendo os mais frequentes aqueles cobrados sobre a aguardente de cana. Ao que tudo indica, eram pagos pelos comerciantes e mascates.

Licenças espetáculos, folias, corridas e atividades religiosas: valores cobrados em troca da licença da Câmara para que as atividades listadas fossem realizadas. Espetáculos, bailes, congo, folias, corridas de cavalos e festas a santos da igreja católica estão entre os eventos mais comuns.

Multas: multas cobradas por diversos motivos. Estão incluídas nesse grupo desde as multas por infração de posturas até as cobradas dos vereadores quando faltavam às sessões da Câmara. Também são consideradas as multas aplicadas pela justiça como pena em algum processo cível ou criminal.

Negócios, comércio, ambulantes, mascates, manufaturas, fábricas, serviços e ofícios: tributos cobrados sobre atividades comerciais não especificadas. Não é o caso da comercialização de gêneros alimentícios. Nesse grupo estão congregados o comércio em geral, feito em estabelecimentos comerciais, o comércio ambulante, os mascates, além de fábricas, manufaturas, serviços em geral e ofícios.

Imóveis e terras: renda da terra que era de propriedade da Câmara e advinda do aluguel ou arrendamento de imóveis municipais. Estão incluídos nesse grupo os valores pagos ao município pela concessão de cartas de data.

37. Não foi encontrado indício de que as aves também fossem abatidas nesses estabelecimentos.

Taxas e aferições: taxas diversas e serviços de aferição de pesos e medidas.

Rendas diversas: tributos que não se encaixavam nas categorias estabelecidas. Por exemplo, rendimento pelas novas imposições, contratos em determinada freguesia, subsídio de mar fora e cabeças; contrato da água choca por arrematação e quebramento de fiança.

Saldos e sobras de anos anteriores: como o próprio nome já diz, são valores em caixa que sobraram de anos ou exercícios anteriores.

Escravos: taxas e valores cobrados ora por escravo possuído ora por escravo fujão recolhido à cadeia pública.

Somente totais por município: grupo que reúne as receitas não especificadas, por município, constantes dos orçamentos da década de 1830, quando eram informados apenas os totais por localidade, sem maiores especificações.

Esses grupos agregam as 1.079 diferentes rubricas encontradas nos orçamentos municipais publicados pela Assembleia Legislativa paulista em anos pares no período 1834-1850, exceção feita ao ano de 1834, o mesmo da criação da Assembleia e para o qual não há orçamento. No total, foram trabalhadas 2.558 entradas de receita; e, comparando-se os tipos de receita com o número total de registros, temos que há, em média, 2,4 entradas de receita para cada denominação cadastrada.

O procedimento adotado entre as Câmaras Municipais e a Assembleia Legislativa era o seguinte. Remetia-se anualmente um dossiê à Assembleia Legislativa, contendo o balanço do exercício financeiro anterior e o orçamento para o ano seguinte. A Comissão de Orçamento e Contas da Assembleia era a responsável pela conferência da documentação, em especial das contas apresentadas. Se considerados adequados, aprovavam-se os informes, sendo o orçamento encaminhado pelas municipalidades, inserido na lei orçamentária municipal em elaboração. Na maioria dos casos, a aprovação e a publicação da lei aconteciam no primeiro semestre de cada ano, durante o mês de março. Em 1836 e 1838, o ano fiscal ia de 1º de julho a 30 de junho de cada ano. De 1840 a 1850, os anos fiscais começavam em 1º de outubro e terminavam em 30 de setembro de cada ano.

Após a agregação, verificou-se que a estrutura tributária dos municípios não era tão distinta quanto se podia imaginar antes de trabalhados os informes orçamentários. Uma das hipóteses levantadas no início da pesquisa era a de que as estruturas tributárias municipais refletiriam os diferentes contextos econômicos vivenciados por suas localidades, sendo tal reflexo perceptível na existência de fontes de renda específicas de cada vila ou cada região. Pois bem, não foi esse o resultado alcançado. Como se pode observar na Tabela 3, existe uma grande uniformidade de fontes de renda nas municipalidades paulistas durante a primeira metade do século XIX.

As especificidades encontradas foram poucas, restringindo-se, por exemplo, à cobrança de tributos relacionados com as atividades do mar em localidades litorâneas. Em Antonina, hoje no Estado do Paraná, era cobrado tributo sobre as embarcações que vinham de fora. Em Paranaguá, tributava-se sobre os gêneros fornecidos às embarcações. Em Guaratuba, cobrava-se também sobre embarcações, especificadas como *barco de coberta*. Ainda em Guaratuba, cobrava-se imposto sobre a erva-mate, assim como em Curitiba, Cananea, Xiririca e Vila Nova do Príncipe.

Considerando todo o período, temos que, em termos de frequência, o grupo mais relevante nos orçamentos é o de *multas*, presentes em média em 89% das localidades. Esse resultado já era de certa forma esperado, pois a cobrança das multas talvez fosse a forma de arrecadação de mais fácil aplicação, tendo em vista o estabelecido pela Lei Regulamentar de 1828. Todavia, tal facilidade de aplicação não se traduzia em facilidade de arrecadação. Não foram poucos os casos em que a aplicação de multas era questionada pelos indivíduos multados. Como exemplo, temos um caso ocorrido na localidade de Casa Branca em 1829.

Por ocasião das eleições, a mesa paroquial registrou a ausência de alguns votantes nas eleições de 1829. Como previsto, uma relação dos ausentes foi enviada ao procurador da Câmara, que procedeu à cobrança das multas estabelecidas pela lei de 1828. Os multados, alegando não terem sido avisados das eleições, apresentaram queixa ao juiz de paz, que os absolveu do pagamento. O procurador da Câmara, por sua vez, recorreu de tal decisão, remetendo o processo ao Conselho Geral da Província, que respondeu não

ver necessidade de “perplexidade, por isso que o juiz de paz era competente para esse julgamento e a Câmara deve aquiescer a ele, [...]”.³⁸

Outro caso – esse certamente mais pitoresco – é do vigário de Sorocaba. No dia 24 de dezembro de 1845, por ocasião da missa de Natal, o pároco soltou alguns fogos de artifício no pátio da igreja. O fiscal do município, identificando a infração das posturas – dado que o padre não havia obtido licença para tal –, aplicou as sanções previstas. No caso, o vigário foi condenado à prisão e ao pagamento de multa, mas recorreu da decisão alegando não estarem compreendidas nas posturas municipais as festividades religiosas.³⁹

O segundo grupo de mais frequência nos orçamentos municipais é o de *aferições*, presentes em 82,4% dos municípios. Tais valores eram arrecadados pelos fiscais ao verificarem a padronização dos pesos e medidas utilizados nos estabelecimentos comerciais. A responsabilidade de tal verificação havia sido estabelecida pela Lei Regulamentar de 1828, mas algumas localidades demoraram a aplicar tais medidas, o que foi objeto de reclamação. Como exemplo, podemos mencionar o caso ocorrido na vila de Lorena. Em 1832, o cidadão Justino José enviou queixa formal ao Conselho Geral da Província, pois a Câmara não havia providenciado a adequada aferição dos pesos e medidas do município.⁴⁰

Tabela 3 - Padronização da receita (Província de São Paulo, 1836-1850)

Descrição	Anos					Frequência Média
	1842	1844	1846	1848	1850	
Casinhas, açougue e matadouro públicos	33	40	40	46	37	75,80%
	70,20%	85,10%	75,50%	82,10%	66,10%	
Dívida ativa	37	37	22	24	32	59,80%
	78,70%	78,70%	41,50%	42,90%	57,10%	
Gêneros e líquidos	32	37	36	38	38	70,10%
	68,10%	78,70%	67,90%	67,90%	67,90%	
Licenças espetáculos, folias, corridas e atividades religiosas	19	18	14	20	17	34,20%
	40,40%	38,30%	26,40%	35,70%	30,40%	

38. ACERVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1831.

39. ACERVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1847.

40. ACERVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1832.

Licenças espetáculos, folias, corridas e atividades religiosas	19	18	14	20	17	34,20%
	40,40%	38,30%	26,40%	35,70%	30,40%	
Multas	45	42	47	47	49	89,00%
	95,70%	89,40%	88,70%	83,90%	87,50%	
Negócios, comércio, ambulantes, mascates, manufaturas, fábricas, serviços e ofícios	26	27	22	37	41	58,70%
	55,30%	57,40%	41,50%	66,10%	73,20%	
Imóveis e terras	22	19	11	21	24	37,70%
	46,80%	40,40%	20,80%	37,50%	42,90%	
Aferições	45	43	31	48	45	82,40%
	95,70%	91,50%	58,50%	85,70%	80,40%	
Rendas diversas	47	26	28	27	51	69,50%
	100,00%	55,30%	52,80%	48,20%	91,10%	
Saldos e sobras de anos anteriores	39	29	40	45	37	73,30%
	83,00%	61,70%	75,50%	80,40%	66,10%	
Escravos	1	-	1	4	3	4,10%
	2,10%	-	1,90%	7,10%	5,40%	
Número de municípios presentes na lei	47	47	53	56	56	-

Fonte: Leis Orçamentárias Paulistas.

Em terceiro lugar estão os tributos agrupados na categoria *Casinhãs, açougue e matadouro públicos*, presentes em 75,8% das vilas. Tais tributos eram cobrados pela utilização dos espaços públicos onde se fazia a comercialização dos gêneros produzidos localmente, incluindo os espaços reservados para o abate de animais. Em seguida, aparecem os *Saldos e sobras dos anos anteriores*, comuns em 73,3% das localidades.

No extremo oposto, as arrecadações menos comuns eram aquelas sobre os escravos. Essas, como foi dito anteriormente, correspondiam geralmente aos valores pagos pelos proprietários de escravos fujões quando estes eram recapturados por policiais e/ou recolhidos às cadeias públicas.

A Tabela 4 traz, em termos percentuais, a representatividade de cada um desses grupos da receita total orçada dos municípios paulistas de então. Nota-se que os grupos *Saldos e sobras*, *Dívida ativa*, e *Gêneros e líquidos* são responsáveis, em média, por mais da metade do total orçado da receita no período. A exceção é o ano de 1838. Em 1840 esses três grupos foram responsáveis por 54,3% do total da receita municipal. No exercício seguinte, essa porcentagem foi de 68,6%, subindo para 70,1% no orçamento subsequente. Para os anos de 1846, 1848 e 1850 as porcentagens calculadas foram, respectivamente, 62,4%, 57,9% e 62,6%.

Surpreendente é a identificação de um conjunto de fontes de renda, ora agrupado sob a rubrica de *saldo e sobras de anos anteriores*, que indica, ao contrário do que registra a historiografia, uma aparente abundância de recursos. A representatividade média desse grupo ficou em 21,8%, e excluindo-se dos cálculos o ano de 1836, para o qual não há especificação da receita dos municípios, essa porcentagem sobe para 24,9%. Ou seja, ao que tudo indica e considerando as leis orçamentárias do período, a cada ano, sobrava em média, praticamente um quarto do total arrecadado pelas localidades paulistas. É evidente que para alguns municípios essa porcentagem era bem menor; mas, para a maior parte das localidades, parece que sempre sobrava dinheiro em caixa.

Tabela 4 – Composição da receita municipal das localidades paulistas (Província de São Paulo, 1836-1850) Em porcentagem

Descrição	Anos							
	1836	1838	1840	1842	1844	1846	1848	1850
Casinhais, açougue e matadouro públicos	-	-	-	4,5	4,8	5,4	6	4,9
Dívida ativa	-	-	27,9	32,6	35,4	21,5	14,5	19,2
Gêneros e líquidos	-	-	-	12,5	14,8	14,8	15,3	14
Licenças espetáculos, folias, corridas e atividades religiosas	-	-	-	0,5	0,8	1,1	1,1	0,5
Multas	-	-	-	6,1	5,1	6,9	6,1	5
Negócios, comércio, ambulantes, mascates, manufaturas, fábricas, serviços e ofícios	-	-	-	8,2	7,6	10,6	12,1	11,1
Imóveis e terras	-	-	-	1,4	1,6	1,2	2,5	2,5
Aferições	-	-	-	3,8	3,9	4,8	4,3	3,6
Rendas diversas	-	79,1	45,7	6,7	6	7,6	9,1	9,1
Saldo e sobras de anos anteriores	-	20,9	26,4	23,5	19,9	26,1	28	29,5
Escravos	-	-	-	0	-	0	0,8	0,6
Somente totais por município	100	-	-	-	-	-	-	-
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Leis Orçamentárias Paulistas.

Como mencionado anteriormente, tal resultado contrasta com o apontado pela historiografia tradicional. Retomando as considerações já feitas, a partir dos textos de Edmundo Zenha e Orlando de Carvalho, desde o período colonial viviam as Câmaras em dificuldades financeiras, sendo sua função administrativa em muito limitada pela falta de recursos:

No Brasil colonial, a função política do município foi a mais larga, seguida pela função judiciária que teve aqui vasto ambiente. Nada foi, nesse período, a atividade administrativa de nossos concelhos. Pobres vilas sem recursos, a administração se arrastava sem iniciativas, as pontes (quando existiam) selando sobre os rios ou arrancadas nas enchentes periódicas, os caminhos difíceis e raros, o edifício da câmara sempre inseguro e a vazar goteiras. Todos os cronistas acertam em testemunhar a pobreza das sedes municipais. Como, por exemplo, na Bahia, a riqueza era grande, a edilidade se mostrava paupérrima. Colocadas, aliás, num ambiente em que a iniciativa individual era tudo, pouco, pois, restava às câmaras a realizar no terreno puramente administrativo. Aqui foi o colono que realizou aquilo que mais tarde seria a competência das prefeituras.⁴¹

Dessa forma, no período imperial, as limitações impostas aos municípios tanto pela Lei de 1828 como pelo Ato Adicional acabaram por reforçar a posição subordinada das municipalidades dentro do aparato administrativo. Sob tutela das Assembleias Legislativas, as vilas ficaram dependentes do poder provincial que legislava sobre a polícia e a economia locais, fixava as despesas, autorizava a criação de impostos e a cobrança de taxas, criava e suprimia empregos, além de avalizar a contração de empréstimos. O resultado, segundo Cortines Laxe, seria o esvaziamento político do município, o exercício da administração municipal por suplentes de vereadores muitas vezes eleitos com seu próprio voto. Nesse sentido, Orlando Carvalho ressalta que “materialmente, as Câmaras nada podiam fazer sem autorização dos poderes centrais”.⁴²

41. ZENHA, E. *O município no Brasil*, 1948, p. 29.

42. CARVALHO, O. M. *Política no município*, 1946, p. 56.

Mas como será que podemos entender essa presença significativa dos saldos e sobras nas leis orçamentárias? Será que, ao contrário do que indica a historiografia, havia excesso e não escassez de recursos nos cofres municipais da São Paulo oitocentista? Até que ponto as leis orçamentárias retratavam de fato o comportamento das finanças públicas municipais? O ideal seria a comparação dos dados orçados com os valores efetivamente arrecadados pelas localidades. Sendo assim, uma amostra de localidades foi selecionada, com o objetivo de se comparar a estrutura orçamentária com as prestações de contas manuscritas, enviadas anualmente à Comissão de Orçamento e Contas da Assembleia Legislativa paulista.

As prestações de contas manuscritas

As localidades foram selecionadas buscando-se ter uma amostra que representasse os diversos contextos econômicos e sociais da província. Sendo assim, escolhemos as vilas de *São Paulo*, por ser a capital da província; *Bananal*, representando a economia cafeeira valeparaibana; *Itu*, por sua relevante produção açucareira; *Franca*, pela pecuária e sua ligação com o triângulo mineiro; *Iguape*, no litoral sul da província; *Sorocaba*, por seu dinâmico mercado de gado; e *Ubatuba*, por sua economia caiçara. A localização de cada uma dessas vilas pode ser observada no Mapa 1.

Como foi visto anteriormente, em meados da década de 1830 a província paulista contava com 326.902 habitantes, distribuídos em 46 vilas. A riqueza de seu solo e suas boas condições climáticas permitiam que inúmeros gêneros fossem cultivados, e animais variados fossem criados. Ademais, jazidas de ouro, pedras preciosas, ferro, antimônio e de vários tipos de pedra, desde hume até ardósia, existiam. Tal diversidade abastecia não somente os mercados paulistas, sendo vários exportados para outras regiões, dentro do Império e fora dele. Esse trânsito de mercadorias era feito por via tanto terrestre como marítima. Os principais portos do território eram os de Ubatuba, Ilha dos Porcos, São Sebastião, Santos, São Vicente, Conceição de Itanhaém, Barra do Ribeira, Iguape, Cananeia e Paranaguá, entre outros de menor importância.⁴³

43. MÜLLER, D. P. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*, 1978, pp. 9-24.

Sebastião e arredores havia o tabaco, o açúcar e a aguardente; em Santos e São Vicente, o arroz, o café e a aguardente; em Iguape, o arroz; em Cananeia, o arroz, a argamassa feita de embé para embarcações, além das madeiras para construção.

Considerando então as vilas selecionadas, observa-se que seus orçamentos, se somados, respondem, em média, por 35% do total orçado pelos municípios paulistas no período. Contudo, a participação de cada uma das vilas na receita municipal total orçada⁴⁶ varia consideravelmente ao longo do tempo, de um exercício financeiro a outro. Como pode ser observado no Gráfico 4, a representatividade da receita orçada da cidade de São Paulo no cômputo total da receita orçada pelos municípios paulistas se mostra elevada, principalmente em comparação com a participação das demais localidades da amostra. Percebe-se, pelo menos até o ano de 1840, uma divisão clara em dois blocos: São Paulo e as demais localidades.⁴⁷ Todavia, no início da década de 1840, observa-se um *enriquecimento* relativo das demais cidades, que passam a responder por uma porcentagem maior do total orçado pelas municipalidades paulistas. A cidade de São Paulo continua a ser importante, mas perde o posto em alguns anos para a localidade praiana de Ubatuba. Também importante, aparece em terceiro lugar a vila de Bananal. Mas ao mesmo tempo que algumas localidades passam a responder por maiores porcentagens da receita municipal orçada, outras, como Franca e Iguape, veem sua participação reduzida.

Considerações semelhantes podem ser feitas com relação à despesa. O dispêndio da amostra de vilas responde em média por 34% do total da despesa municipal orçada. Os gráficos resultantes são tão parecidos com os da receita, que se optou por não os apresentar. Tal resultado se explica facilmente, pois as leis orçamentárias deveriam ser feitas de maneira que a

46. A receita total orçada é a soma das receitas orçadas de todas as vilas paulistas para cada ano do período estudado.

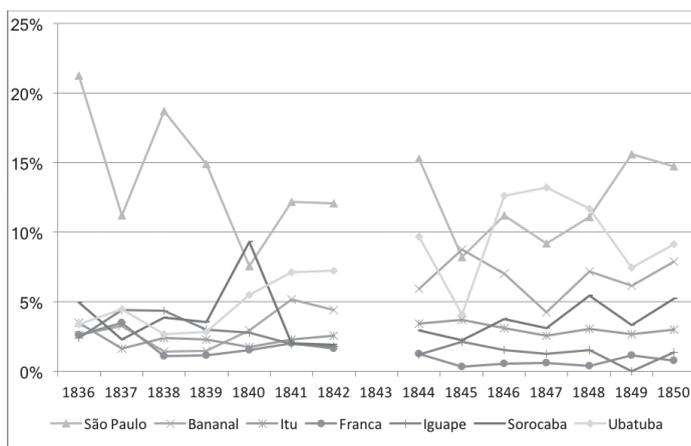
47. A ausência de valores para o ano de 1843 ocorre por conta da Revolução Liberal de 1942. Segundo o então presidente da província, José Carlos Pereira d'Almeida Torres, foram várias as cidades envolvidas, tais como Sorocaba, Itu, Taubaté, Paraibuna, Pindamonhangaba e Campinas, entre outras. Nesta última, houve confronto. Tais intercorrências acabaram por interromper alguns trabalhos da Assembleia, de forma a não terem sido elaboradas as leis orçamentárias.

receita e a despesa se apresentassem de forma equilibrada, e, sendo assim, as diferenças, quando existentes, eram de pouca monta.

Analisando, como exemplo, o caso da localidade de Itu em 1839. Segundo a lei orçamentária, a despesa total orçada somou Rs. 1:008\$000, valor este apresentado como despesa total que também corresponde à soma das rubricas. Já a receita total alcançou Rs. 1:000\$000, valor que também corresponde à soma das rubricas. Neste caso, o orçamento de Itu para o ano de 1839 se mostra levemente deficitário.

Outras diferenças são resultantes de erros cometidos pelos legisladores ou outros indivíduos envolvidos na promulgação da lei. Por exemplo, considere-se a localidade de Sorocaba. Para o ano de 1840, a lei orçamentária correspondente aponta uma despesa orçada no valor de Rs. 1:658\$480, enquanto a receita totaliza 8:658\$480. Tal discrepância deve-se, provavelmente, a um erro tipográfico, pois a soma das rubricas gera uma renda de Rs. 1:658\$480.

Gráfico 4 – A participação de cada localidade na receita municipal total orçada. São Paulo, 1836-1850



Fonte: Leis orçamentárias paulistas

Como se notou, foram inúmeras as rubricas encontradas na receita municipal constante das leis orçamentárias paulistas. Um exemplo típico dessa estrutura pode ser observado na Figura 3, que apresenta a receita

orçada para a localidade de Bananal em 1845. Nela é possível identificar a cobrança de impostos sobre consumo e comercialização de aguardente, sobre o abate de animais, sobre o comércio de bebidas alcoólicas, sobre a atividade comercial de lojas, mascates e tabernas, além de aferições, multas diversas, licenças e dívida ativa.

E essa questão das dívidas ativas merece ser destacada. Tomando como exemplo esse mesmo orçamento de Bananal, percebe-se que se encontram relacionados três tipos de dívidas ativas:

- Dívida ativa do ano do balanço (*Cobrança da dívida ativa do ano do balanço*), no valor de Rs. 1:629\$970;
- Dívida ativa atrasada, porém cobrável (*Dita atrasada cobrável*), no valor de Rs. 2:357\$800; e
- Dívida ativa atrasada considerada de difícil cobrança (*Dita duvidosa*), no valor de Rs. 290\$000.

Somando-se esses números chega-se ao valor de Rs. 4:277\$770, ou seja, aproximadamente 75% da receita orçada da localidade de Bananal para o ano financeiro de 1845/1846 era proveniente da cobrança de dívidas, quer fossem essas do ano financeiro atual ou de exercícios financeiros anteriores.

Figura 3 - Arrecadação da vila de Bananal, 1845.

§ 37. Municipio da Villa do Bananal.	
320 réis por cada rez cortada.	24\$000
400 réis por canada d'agoardente, importada e fabricada no Municipio.	200\$000
Imposto de 6\$400 rs. sobre as casas de negocio d'agoardente de cana.	256\$000
Idem, idem sobre as casas, em que se vendem outros licores.	256\$000
Aferições.	50\$000
Multas por infracção de Posturas, e diversos Juizos.	200\$000

Fonte: Leis orçamentárias paulistas.

Analise-se outro excerto de lei orçamentária, agora referente à receita da Villa Franca do Imperador para o exercício financeiro de 1842. Como mostra a Figura 4, as diversas rubricas são muito semelhantes àquelas presentes no

orçamento da vila de Bananal: cobrança sobre a aguardente, abatimento de reses, aferição de pesos e medidas, multas e licenças, além do rendimento da décima urbana. Uma rubrica que não aparece no orçamento de Bananal é a *Décima Urbana*. Tal tributo incidia no rendimento líquido auferido pelos proprietários de bens urbanos, a uma alíquota de 10%. Foi criado no Brasil em 1808, passando para as rendas provinciais quando houve a separação das rendas em 1832, passando a integrar o orçamento provincial em 1835. Em 1842, passou para as Câmaras Municipais, mas já em 1844 voltou a pertencer às rendas provinciais, sendo, contudo, repassada às Câmaras parte de sua receita para o custeio da iluminação e outras obras públicas.⁴⁸

Figura 4 - Arrecadação da vila de Franca, 1842.

§ 16. Municipio da Villa Franca.	
Estanque das aguas-ardentes.	100\$000
Aferições de pesos e medidas.	12\$000
Rendimentos das cabeças de rezes cortadas nos ta- lhos publicos.	8\$000
Multas por infracções de posturas.	12\$000
Ditas impostas pelo Jury.	100\$000
Ditas por diferentes Juizes.	30\$000
Ditas impostas aos Fiscaes, Vereadores e &c.	30\$000
Rendimento da Decima Urbana.	\$
Licenças para espectaculos publicos.	16\$000
Saldo existente.	289\$772
Cobrança da divida activa.	800\$000
	1:397\$772

Fonte: Leis orçamentárias paulistas

Dessa forma, considerando-se a receita orçada para o município de Franca referente ao exercício financeiro de 1842/1843, totalizou Rs. 1:397\$772, dos quais Rs. 800\$000, ou seja, 57% provenientes da cobrança da dívida ativa.

48. TESSITORE, Viviane. *Fontes da riqueza pública: tributos e administração tributária na Província de São Paulo. (1832-1892)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP, 1995, pp. 125-126.

Analisando agora o orçamento para a vila de Ubatuba, 1847. A Figura 5 mostra novamente as rubricas já conhecidas: tributação sobre aguardente, sobre o abastecimento urbano, aferição de pesos e medidas, licenças e multas. Contudo, diferente dos outros orçamentos considerados anteriormente, existe um expressivo valor anotado na rubrica *Saldo dos anos anteriores*. Tal montante corresponde a aproximadamente 67% do total orçado. Somando-se a esse valor a dívida ativa, nota-se que aproximadamente 71% da receita orçada não correspondiam ao ano financeiro do orçamento, mas de anos financeiros anteriores.

A fim de analisar com mais atenção a participação das dívidas ativas e dos saldos e sobras dos anos anteriores, consideraremos a partir de agora o conjunto de localidades selecionadas – São Paulo, Bananal, Itu, Franca, Iguape, Sorocaba e Ubatuba – e sua receita orçada ao longo do período estudado.

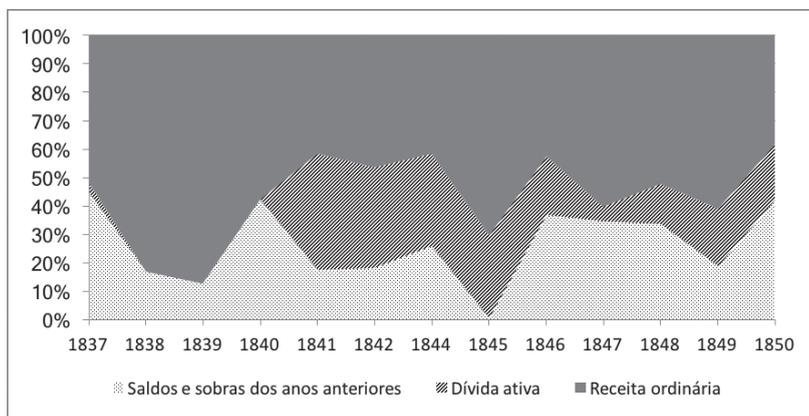
Figura 5 – Arrecadação da vila de Ubatuba, 1847.

§ 46—Município de Ubatuba.	
Rendimento d'aguardente, e subsidio de mar fóra.	1:780,000
Dito das casinhas, e açougue.	412,000
Aferições.	32,100
Licença á mascates.	50,000
Multas diversas, e restituição de custas.	350,000
Cobrança da divida activa.	330,000
Saldo dos annos anteriores.	6:109,000
	9:064,000

Fonte: Leis orçamentárias paulistas.

Como pode ser observado no Gráfico 5, é relevante a participação dessas duas rubricas no montante orçado. As porcentagens variam consideravelmente de ano para ano, mas em linhas gerais do total da receita os saldos e sobras responderam em média por 25% e a dívida ativa por 24%. Até o ano de 1841, os valores dessas últimas rubricas eram apresentados em conjunto, de maneira que as porcentagens médias correspondentes foram calculadas considerando-se apenas os dados do período 1841-1850, excetuando-se o ano de 1843, para o qual não houve a publicação do orçamento.

Gráfico 5 – Composição da receita orçamentária. Amostra de localidades, 1837-1850.



Fonte: Leis orçamentárias paulistas.

Detalhando um pouco melhor a composição da receita ordinária, observa-se que as arrecadações mais importantes eram aquelas sobre a aguardente (9,2%), seguidas pela tributação sobre as casas de negócio (6,3%) e pela renda dos imóveis alugados pelas Câmaras (4,7%). Foi necessário criar uma categoria *miscelânea*, responsável por uma arrecadação média de 7,3%, pois vários orçamentos traziam rubricas que agregavam diferentes fontes de renda, ou traziam tipos de arrecadação com pequenos valores que não se encaixavam em nenhuma das categorias previamente estabelecidas. Como exemplo pode-se citar:

- *Estanque, aferições e rendimento do imposto de cabeças de reses cortadas*, vila Franca do Imperador, vários anos.
- *Subsídio, ramo e aferições em Indaiatuba*, freguesia da vila de Itu, vários anos;
- *Subsídios*, sem especificação do tipo; e
- *Contratos da freguesia de Capivari de cima*, também freguesia da vila de Itu, vários anos.

A tributação sobre a aguardente merece algumas considerações. Ora tributava-se o consumo, ora a produção. O problema é que nem sempre fica claro, considerando-se os orçamentos, como a aguardente em determinada localidade era tributada. Assim, optou-se por incluir todo e qualquer tipo de tributação sobre a aguardente, já que não constitui objetivo da pesquisa ora apresentada avaliar a produção nem o consumo da aguardente, mas sim o quanto era recolhido pelo município sobre o produto em questão. A única exceção foi a tributação sobre casas comerciais que comercializavam aguardente e outras bebidas. Quando especificado dessa forma, o tributo foi considerado como sendo sobre a casa de negócio, como no exemplo a seguir: *Imposto de 6\$400 sobre em que se vende de vinho, licores e aguardente.*

Agora se examinará a despesa orçada. Por via de regra, as despesas, desde o início da publicação pela Assembleia Legislativa dos orçamentos municipais, eram mais bem detalhadas do que a receita. Até mesmo porque, como já foi mencionado anteriormente, se havia uma lacuna na legislação sobre quais eram as fontes de renda dos municípios, o mesmo não pode ser dito com relação às suas atribuições.

A lei regulamentar de 1828 traz uma longa lista de responsabilidades das Câmaras Municipais, encarregadas, entre outras atribuições, de cuidar dos assuntos econômicos e políticos da povoação; zelar pelo bom andamento e conservação das casas de caridade, das penitenciárias e prisões; cuidar do alinhamento, limpeza, iluminação das ruas, cais e praças; conservação dos muros de contenção, calçadas, pontes, fontes, caminhos, aquedutos, chafarizes, poços, tanques e quaisquer outras construções de uso comum; deveriam também zelar pelo decoro e ornamento de suas vilas. A lista continua, com responsabilidades sobre os cemitérios construídos fora das igrejas, sobre o saneamento de pântanos, sobre o asseio dos matadouros; as Câmaras também deviam zelar pelo recolhimento de andarilhos, bêbados e animais soltos.

Retomando: a despesa orçada da amostra de localidades selecionadas correspondeu, em média, a 34% da despesa total orçada para os municípios paulistas da primeira metade do século XIX. Foram inúmeras as rubricas encontradas, dentre as quais as mais comuns foram aquelas relacionadas com

as obras públicas, salários e gratificações. Se somados, esses dois conjuntos de despesas responderam, em média, por 71% da despesa orçada.

Como exemplo, podem-se considerar os gastos da localidade de Iguape, aprovados para o exercício financeiro de 1842/1843, reproduzidos na Figura 6. Os valores despendidos com obras públicas e pessoal somaram Rs. 1:160\$837 e Rs. 377\$000, respectivamente, respondendo por 82% da despesa orçada. Os demais gastos somaram Rs. 355\$000, correspondendo a 18% do total orçado.

Figura 6 - Despesas da vila de Iguape, 1842.

§ 27.—*A camara da villa de Iguape.*

Gratificação ao fiscal.	100\$000
Dita ao secretario.	200\$000
Dita ao porteiro.	40\$000
Dita ao ajudante do porteiro em Xiririca.	12\$000
Salario ao carcereiro.	25\$000
Expediente do jury, meias custas e custas em geral.	80\$000
Sustento e conducção de presos pobres e curativo destes quando enfermos.	45\$000
Luzes para a cadeia.	30\$000
Com a criação de expostos.	30\$000
Concertos e reparos na matriz e cadeia.	201\$300
Com obras publicas inclusivè as da freguezia de Xiririca.	959\$537
Despezas eventuaes inclusivè sustento aos guardas policiaes em serviço até 5 dias.	150\$000
	1:872\$837

Fonte: Leis orçamentárias paulistas.

Outro exemplo é o da localidade litorânea de Ubatuba, Figura 7. Para o exercício financeiro de 1847/1848, foi orçada uma despesa total no valor de Rs. 9:064\$000, dos quais Rs. 7:524\$000 estavam alocados em obras públicas. Esse valor corresponde a aproximadamente 83% do total da despesa. Nota-se, pelo orçamento, que parte desse valor deveria ser destinada para a

construção da cadeia. Destarte, várias localidades paulistas nesse período ainda não possuíam imóveis próprios para acomodar as suas cadeias e suas câmaras municipais, alugando prédios para essas funções. Era comum o aluguel de um só prédio para ambas as necessidades. Dentre a amostra de vilas selecionada, a localidade de Ubatuba alugava prédios para a Câmara e para a cadeia; e a localidade de Bananal alugava um imóvel para a cadeia.

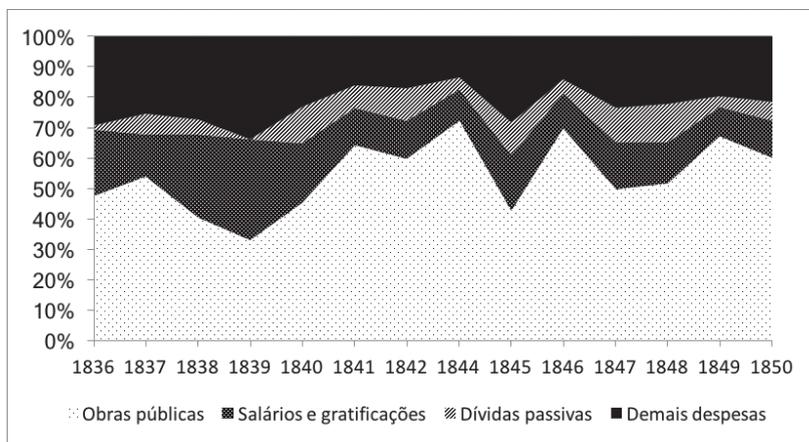
Figura 7 - Despesas da vila de Ubatuba, 1847.

§ 46—A camara da villa de Ubatuba.	
Gratificação ao fiscal.	250\$000
Dita ao secretario.	300\$000
Dita ao porteiro.	80\$000
Dita ao ajudante do mesmo.	40\$000
Aluguel de casas para a camara.	360\$000
Luzes para a cadeia.	50\$000
Expediente do jury çustas e mobilia.	200\$000
Obras publicas, inclusivè nova cadeia.	7:524\$000
Despezas eventuaes.	260\$000
	9:064\$000

Fonte: Leis orçamentárias paulistas.

Para analisar a despesa, foi adotado procedimento semelhante ao utilizado para a receita. Dessa forma, as várias rubricas foram organizadas nos seguintes grupos: obras públicas; salários e gratificações; dívidas passivas; e demais despesas. O acompanhamento desses grupos ao longo dos anos estudados pode ser observado no Gráfico 6. Nele é possível constatar a importância dos gastos exemplificados acima na despesa da amostra de localidades considerada. A participação das obras públicas, salários e gratificações na despesa orçada em alguns anos alcança porcentagens acima dos 80%, sendo a menor participação acima dos 60%.

Gráfico 6 - Composição da despesa orçamentária. Amostra de localidades, 1836-1850.



Fonte: Leis orçamentárias paulistas.

Considerando as prestações de contas dessas mesmas localidades, encontramos uma realidade diferente. No Acervo Histórico da Alesp, foi possível localizar algumas prestações de contas das localidades selecionadas. A série se mostra incompleta, mas é importante ressaltar que se utilizaram todas as prestações de contas das localidades selecionadas que constam no acervo da Assembleia paulista. A Tabela 5 registra tais documentos, e aponta as localidades e os anos das prestações de conta encontradas.

Tabela 5 – Prestações de contas localizadas. Amostra de localidades, 1836-1850.

Localidades	Anos														
	1836/37	1837/38	1838/39	1839/40	1840/41	1841/42	1842/43	1843/44	1844/45	1845/46	1846/47	1847/48	1848/49	1849/50	1850
Bananal	x	x	x	x	x	x	x			x					
São Paulo	x		x			x	x	x	x						
Iguape	x	x		x	x	x	x								
Itu	x		x	x	x		x			x					
Ubatuba	x	x	x		x	x	x								
Franca	x	x	x	x	x	x	x					x			

As rubricas de receita e despesa presentes nas prestações de contas não diferiram daquelas encontradas nas leis orçamentárias. Tomando como exemplo as cidades de São Paulo e Franca, no exercício financeiro de 1838/1839,

pode-se perceber que, além de não diferirem daquelas presentes nas leis orçamentárias, não havia diferenças significativas de uma localidade para outra. Assim como apurado nos orçamentos, componentes importantes da receita municipal eram os impostos sobre o abatimento de reses, consumo e comercialização de aguardente, casas de negócio e aferições.

Conforme o balanço apresentado, a Câmara paulistana arrecadou Rs. 6:478\$167, destacando-se as seguintes tributações:

- Aferições, totalizando Rs. 528\$960.
- Aluguel de imóveis pertencentes à Câmara, arrecadação de Rs. 642\$410.
- Arrecadação de Rs. \$320 ou Rs. \$400 por cabeça de rês cortada, sendo o imposto de Rs. \$320 cobrado quando o gado era abatido no matadouro da capital e o imposto de Rs. \$400 quando o gado era abatido fora do matadouro da cidade, incluindo-se neste último caso as reses abatidas nas freguesias. O total arrecadado com este tributo foi Rs. 1:004\$510.
- Arrecadação sobre o consumo de aguardente, cobrado tanto na capital como nas freguesias da Penha e de Cotia. O total arrecadado com este tributo alcançou Rs. 1:442\$800.
- Multas diversas, com um total de Rs. 352\$920.
- Saldo do ano anterior, no valor de Rs. 348\$727.
- Taxas sobre carros que transitam na cidade, no valor de Rs. 464\$000.
- Tributação sobre casas de negócio, com uma arrecadação total de Rs. 1:569\$160.
- Demais rubricas, totalizando Rs. 124\$680.

A análise da receita da vila Franca do Imperador também mostra a importância da tributação sobre casas de comércio e sobre o abatimento de reses. No mesmo exercício financeiro 1838/1839, a Câmara da vila de Franca registrou arrecadação de Rs. 153\$650, destacando-se as seguintes tributações:

- Aferições, no valor de Rs. 41\$720.
- Arrecadação sobre cada cabeça de gado cortada, no valor de Rs. 19\$120.
- Impostos sobre negócios, no valor de Rs. 39\$800.
- Multas diversas, no total de Rs. 26\$000.
- Demais rubricas, no valor de Rs. 27\$010.

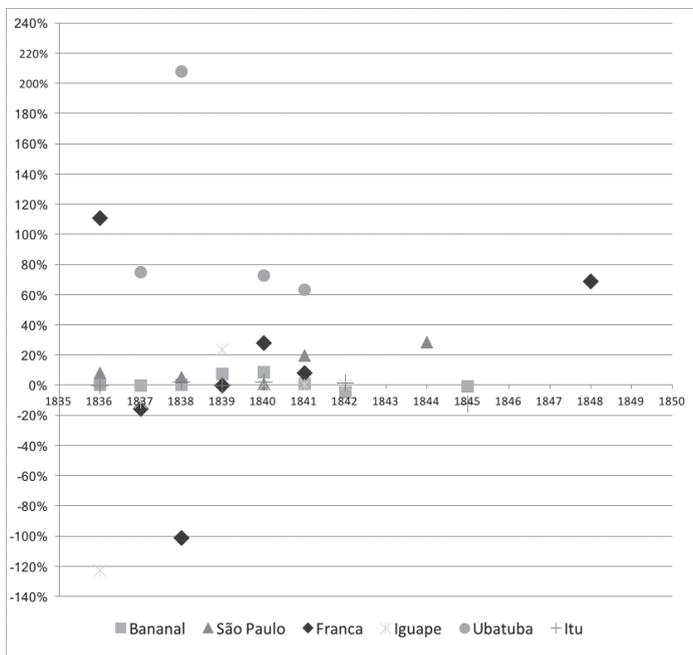
Apesar da semelhança entre as rubricas encontradas nas leis orçamentárias e aquelas presentes nas prestações de contas, a análise dos balanços produziu um resultado inesperado. Inicialmente, acreditava-se em variações grandes entre os totais orçados e aqueles efetivamente realizados. Esperava-se também que na maioria dos casos as diferenças fossem negativas, ou seja, que as localidades fossem deficitárias na maior parte dos anos e que os déficits representassem porcentagens elevadas da receita orçada.

Contudo, conforme pode ser observado no Gráfico 7, pelo menos três das localidades selecionadas tiveram a maior parte de suas contas próximas do equilíbrio: Bananal, São Paulo e Itu. Uma quarta localidade apresentou saldos sucessivamente positivos: Ubatuba. Já para Franca e Iguape, os resultados variaram consideravelmente.

Ao analisar mais detalhadamente o caso da localidade de Bananal, foram encontradas prestações de contas referentes ao período 1836-1842 e para o ano de 1845. Comparando-se as contas municipais nesses anos financeiros, foi possível constatar que, quando existentes, as divergências entre os totais orçados e os efetivamente arrecadados não ultrapassaram 5% do total da receita orçada. Das oito prestações de contas localizadas, duas se encontravam equilibradas, três deficitárias e três superavitárias. Os saldos positivos variaram de 0,6% a 8,3% do total da receita orçada.

Não foram localizadas justificativas na documentação para tais diferenças, sendo os saldos positivos absorvidos, mas é interessante destacar que para o ano de 1840, cujo saldo positivo foi calculado em Rs. 214\$706, os valores orçados de receita e despesa foram significativamente maiores do que aqueles apontados pelo balanço. Segundo a lei orçamentária, o município de Bananal ficou autorizado a despender Rs. 2:580\$640, valor equivalente à receita orçada.

Gráfico 7 – Prestações de contas: déficits ou superávits. Localidades selecionadas, 1836-1850.⁴⁹



Fonte: Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

No entanto, ao finalizar o exercício financeiro, os valores arrecadados somaram Rs. 722\$586 e a despesa totalizou Rs. 507\$880. Contudo, aproximadamente 66% da receita orçada era composta por dívida ativa, sendo a receita ordinária orçada em Rs. 877\$100. Outra informação relevante é a de que não houve cobrança de dívida ativa no exercício financeiro em questão. Tal fato deixa transparecer a distância que em alguns momentos existia entre os totais orçados e o cotidiano financeiro da localidade, trazendo novamente à tona o problema das dívidas ativas como componente da receita.

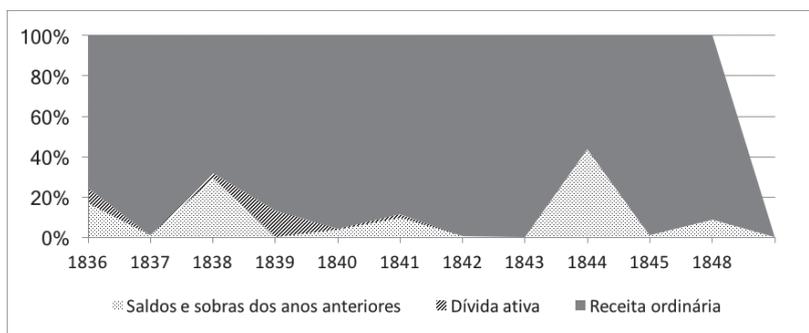
Antes de prosseguir com as análises, é interessante destacar ainda os casos de mais duas localidades: Franca e Ubatuba. Ao contrário da localidade

49. Os saldos negativos ou positivos foram calculados com base nos totais de receita e despesa apresentados nas prestações de contas. As porcentagens apresentadas no Gráfico foram obtidas calculando-se o quanto os saldos verificados nos balanços representavam na receita informada pelas leis orçamentárias.

de Bananal – cujas contas se encontravam relativamente equilibradas –, Franca alternava períodos de saldos significativamente positivos com outros relevantemente deficitários. Já a localidade de Ubatuba foi a única dentre as localidades selecionadas que não apresentou saldos negativos, pelo menos considerando-se os balanços localizados, referentes aos exercícios financeiros de 1836-1838, 1840 e 1841.

Assim como foi feito no caso das leis orçamentárias, agruparam-se as várias rubricas encontradas nas prestações de contas. O resultado das análises gerou os Gráficos 8 e 9. Sob a denominação de *receita ordinária* foram agrupadas as seguintes receitas: Tributação sobre a erva-mate; Tributação sobre o trânsito de carros; Tributação sobre cavalos; Tributação sobre panos de algodão; Tributação sobre líquidos importados; Tributação por rês abatida para comércio; Tributação sobre o fumo; Tributação sobre aguardente; Aferição de pesos e medidas; Renda dos imóveis alugados pela Câmara; Décima dos prédios urbanos; Tributação sobre casas de negócio; Licenças; Multas; Renda eventual; Rendimento do açougue; Restituição de custas; Subsídio de mar fora; Repasse da Assembleia Provincial; Miscelânea; e Tributação sobre escravos.

Gráfico 8 - Composição da receita nas prestações de contas manuscritas. Amostra de localidades, 1836-1848.



Fonte: Prestações de Contas do Acervo Histórico da Alesp.

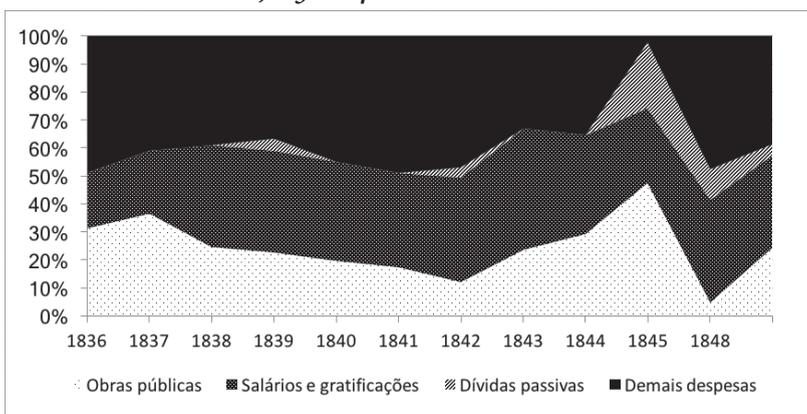
Sob a denominação de *demais despesas*, foram agrupados os gastos com aluguéis, aferições, criação de expostos, décima urbana dos imóveis da câmara, eventuais, eleições, expediente do júri e custas, extinção de

formigueiros, guarda policial, expediente da Câmara, manutenção da cadeia, além de outros gastos diversos menos representativos no total despendido.

O gráfico da receita obtido considerando-se os dados apresentados nos balanços manuscritos mostra-se bem diferente daquele elaborado com as leis orçamentárias paulistas. Nota-se claramente a quase completa ausência das dívidas ativas na arrecadação efetiva das câmaras municipais. Tal resultado corrobora uma das hipóteses iniciais desta pesquisa, a de que tal arrecadação, apesar de presente nos orçamentos, era muito mais uma promessa de receita do que uma receita efetiva. Se as dívidas ativas foram responsáveis em média por 24% da receita orçada, sua participação na receita realizada ficou ao redor de 1%. Já os saldos e sobras dos anos anteriores tiveram uma participação média semelhante.

Nos orçamentos, a porcentagem média das sobras foi calculada em 25%; sendo a mesma porcentagem calculada com base nos balanços igual a 22%. Infelizmente, a documentação não apresentou esclarecimentos sobre a razão dessas sobras, nem sobre a sua evolução ao longo do período. Tampouco existe clareza na contabilidade desses saldos, que muitas vezes não são transportados integralmente de um ano financeiro a outro, sem que também haja maiores explicações para o aparente desaparecimento de valores.

Gráfico 9 - Composição da despesa nas prestações de contas manuscritas. Amostra de localidades, 1836-1848.



Fonte: Prestações de Contas do Acervo Histórico da Alesp.

Considerando agora o gráfico da despesa elaborado com base nos balanços manuscritos, notam-se novamente algumas importantes diferenças ao se compararem os resultados dos balanços com o das leis orçamentárias. Nos orçamentos, o montante despendido com obras públicas foi calculado em 54%; os gastos com salários somaram 17%; as dívidas passivas totalizaram 7%, e as demais despesas responderam por 23% dos gastos. Segundo as prestações de contas, os gastos com obras públicas representaram 25% do total despendido, menos da metade, portanto, do inicialmente previsto nas leis orçamentárias. Em contrapartida, os gastos com salários responderam por 33%, quase o dobro do montante orçado. O pagamento de dívidas passivas alcançou apenas 4%, e as demais despesas somaram 38%.

Considerações finais

Dessa maneira, foi possível identificar, comparando-se as leis orçamentárias e as prestações de contas manuscritas das localidades selecionadas, que os *saldos e sobras dos anos anteriores*, presentes nas leis orçamentárias publicadas, apareciam também nos balanços. Não só apareciam como também respondiam por porcentagens médias semelhantes àquelas calculadas tendo como base as leis orçamentárias. O que não se conseguiu explicar foi a relação entre esses saldos e o cotidiano financeiro das vilas. A documentação não traz maiores esclarecimentos sobre esses valores. Uma hipótese ainda carente de embasamento empírico é a de que essa rubrica era utilizada para equilibrar contabilmente os valores arrecadados e os despendidos, facilitando assim a aprovação das contas pela Comissão de Orçamento e Contas da Assembleia, responsável por avaliar a situação das finanças públicas municipais no período.

A análise dos balanços mostrou três situações distintas: localidades com as contas em relativo equilíbrio; localidades cujos saldos variavam entre superávits significativos e saldos negativos igualmente relevantes; e ainda saldos consistentemente positivos. Mesmo no caso de balanços deficitários, não foi verificado endividamento como forma de suprir eventuais saldos negativos, mas sim pedidos de verba adicional à Assembleia. Tais pedidos nem sempre eram atendidos, ficando as localidades numa situação mais próxima da míngua do que da aparente abundância presente nas leis orçamentárias.

Outro ponto era avaliar as altas porcentagens de dívidas ativas na receita orçada. A pesquisa mostrou serem esses valores uma expectativa de receita que não se consolidou como arrecadação. Na receita orçada, as dívidas ativas chegaram a representar quase um quarto da arrecadação, enquanto nos balanços essa porcentagem representou tão somente 1%. Como resultado, para vários exercícios financeiros a receita e a despesa realizada foram muito inferiores, em valores nominais, do que aqueles constantes nas leis orçamentárias. Com as dívidas ativas inflando a receita orçada e com a necessidade de equilíbrio entre receita e despesa orçada, as despesas eram superestimadas. Os balanços, por sua vez, contando com receitas mínimas provenientes da cobrança de dívidas ativas, e também com a necessidade de equilíbrio financeiro, apresentavam valores nominalmente bem menores do que os orçados. De certa maneira, esse resultado torna ainda mais intrigante a persistência dos *saldos e sobras* nos balanços. Como explicar? Uma hipótese seria a falta de preparo dos responsáveis pela elaboração da contabilidade municipal.

As Câmaras, colocadas sob tutela das Assembleias Provinciais, passaram a ser vistas no Império como ambientes puramente burocráticos. O jogo político, assim, deslocado para o âmbito provincial, fazia o município perder sua função enquanto espaço de negociação. Os vereadores eleitos raramente assumiam seus cargos, ficando a administração pública local a cargo de suplentes muitas vezes eleitos com apenas um voto. Tais ponderações são corroboradas por Carvalho (1946) e Cortines Laxe (1885).⁵⁰

Administradas por suplentes sem expressão política ou vereadores desinteressados no espaço político local, as municipalidades sobrecarregadas em responsabilidades e com fontes de renda diminutas viviam à míngua, dependendo da Assembleia Legislativa e do repasse de verba complementar.

Fontes e Referências bibliográficas

ACERVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. FCGP-CP31_048. São Paulo: [s.n.].

50. Carvalho, Orlando M. *Política no município*, 1946; LAXE, João Baptista Cortines. *Regimento das Câmaras Municipais ou Lei de 1º de outubro de 1828*, 1885.

ACERVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *FCGP-CP32_079*. São Paulo: [s.n.].

ACERVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *CP47_027*. São Paulo: [s.n.].

ACERVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *PR29_026*. São Paulo: [s.n.].

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo (org.). *São Paulo do passado: dados demográficos, 1836*. Campinas: Nepo, [1836] 1998, vol. I.

_____. *São Paulo do passado: dados demográficos, 1854*. Campinas: Nepo, [1854] 1999, vol. II

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. [s.l.: s.n.].

CABRAL, José Antônio Teixeira. *A estatística da Imperial Província de São Paulo*, tomo I, 1827. São Paulo: Edusp, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: *Pontos e bordados. Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, pp. 155-188.

CARVALHO, Orlando M. *Política no município*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.

CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. *História tributária do Brasil*. 2 ed. Brasília: Escola de Administração Fazendária, 1989.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. O município no Brasil colonial e a configuração do poder econômico. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda (eds.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34 ed. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: *História geral da civilização brasileira*, tomo II, vol. 1. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

KORFF, Eurico. Finanças públicas municipais. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 17, n. 5, pp. 7-41, 19 jun. 1977.

L'ILE-ADAM, J. de Villiers de. Carta topographica e administrativa da Província de São Paulo. In: *Cartas Topographicas e Administrativas das Províncias do Brasil*. Rio de Janeiro: Firmin Didot Frères, 1847.

LAXE, João Baptista Cortines. *Regimento das Câmaras Municipais ou Lei de 1º de outubro de 1828*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885.

LIMA, Francisco José de. Mapa da população e exportação dos municípios de São Paulo. In: *Discurso com que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor Dr. José Thomaz Nabuco D'Araújo, Presidente da Província de São Paulo abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de maio de 1852*. São Paulo: Typographia do Governo arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852.

LUNA, Francisco Vidal. Observações sobre os dados de produção apresentados por Müller. *Boletim de História Demográfica*, n. 24, jan. 2002.

MONTORO, Eugênio A. F. *A organização do município na Federação Brasileira*. Tese (Doutorado em Direito), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1974.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3 ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

PARRON, Tâmis. O Império num panfleto? Justiniano e a formação do Estado no Brasil do século XIX. In: *Ação; reação; transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil (1855)*. São Paulo: Edusp, 2016.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RICUPERO, Rodrigo. Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI. In: *Modos de governar*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 119-135.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Tableau général de la Province de Saint-Paul*. Paris: Bertrand, 1851.

_____. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1976.

TESSITORE, Viviane. *Fontes da riqueza pública: tributos e administração tributária na Província de São Paulo. (1832-1892)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP, 1995.

ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S. A., 1948.

CAPÍTULO 3

O “Sertão do Conselheiro”: dinâmica social e transformações econômicas na comarca de Itapicuru (Bahia, século XIX)

Monica Duarte Dantas

*Introdução*¹

Os claros do verão são as vezes em tanto excesso, que cretão a vegetação, e talvez bem comparaveis aos que soffrem na costa d’Africa: na Mai d’agua do Sipó observamos que subia o thermometro (Reaumur) a 29°. Quando as chuvas tardão, então tudo se perde por causa da sêcca, como aconteceu ha dous annos que os estragos foram taes, que muita gente morreo à mingoa, porem quando elas chegão tudo toma um aspecto encantador, ri-se a natureza, e reaparece a abundancia.

Dr. Eduardo Ferreira França, Dr. Ignacio Moreira do Passo e Manoel Rodrigues da Silva, 1843.²

1. Este texto foi originalmente publicado em Erivaldo Fagundes Neves (org.). *Sertões da Bahia. Formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: Editora Arcádia, 2011, vol. 2, pp. 315-379.

2. SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Anotadas por Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919-1931, 1940, vol. VI, pp. 163-164.

Assim descrevia a região da bacia do rio Itapicuru uma comissão encarregada de avaliar, em meados do século XIX, os benefícios medicinais das águas daquelas paragens. O rio, que marcava a paisagem da região, “forma-se no distrito de Jacobina com três do mesmo nome, dos quaes o meridional tem o epíteto de Assú, ou grande, e o Septentrional de Mirim, ou pequeno; seu curso he sempre ao Nascente; [...] e deságua quatro legoas ao Sud-oeste do rio Real”.³

Quando da descrição da comissão, em 1843, a jurisdição da comarca de Itapicuru, criada em 1832-33, avançava por uma área bastante extensa, desde o litoral até as distantes regiões do município de Monte Santo.⁴ Sob as ordens do juiz de direito da comarca estavam, então, os moradores das vilas de Inhambupe, Água Fria, Conde, Abadia, Pombal, Jeremoabo, Monte Santo, a freguesia do Tucano (ereta vila em 1837), a vila de Soure e, obviamente, Itapicuru (que englobava a região do Barracão, cuja freguesia só foi criada em 1855 e ereta vila 25 anos depois, em 1880). Nas décadas seguintes, até o final do Império, sucessivas subdivisões seriam responsáveis por deixar sob autoridade do juiz de direito de Itapicuru tão somente a vila cabeça de comarca, o Soure e o Barracão.⁵

3. REBELLO, Domingos José Antonio. *Corographia ou abreviada Historia Geographica do Império do Brasil*, coordenada, accrescentada, e dedicada à Casa Pia, e Collegio dos Órfãos de S. Joaquim desta cidade. *Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*. Bahia (Salvador), tomo 55, 1929, p. 127 (publicado originalmente na Bahia, pela Typographia Imperial e Nacional, em 1829). Vale mencionar que todas as citações a fontes de época mantêm a ortografia, acentuação e pontuação originais.

4. Infelizmente não foi possível localizar a lei ou decreto de criação da comarca de Itapicuru, fosse na Coleção de Leis do Império, para o período anterior a 1834, fosse na Coleção de Leis da Província (apenas com o Ato Adicional de 1834 foi delegado às províncias o direito de criar ou modificar circunscrições judiciárias e administrativas). A data de 1832-33 foi determinada com base em informações fornecidas por outras fontes documentais. Em 14 de fevereiro de 1832, uma carta do delegado de polícia de Itapicuru fazia ainda referência à vila como parte da comarca da Bahia. No ano seguinte, no entanto, entre a correspondência enviada pelos juizes ao Presidente da Província, já se encontravam cartas redigidas pelo “Juiz de Direito de Itapicuru”, indicativo claro da existência da comarca. APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Judiciário – Juizes Itapicuru, maço 2423, 1832-33. Os termos pertencentes à comarca foram descritos com base na lei provincial número 51, de 21 de março de 1837, que criava a comarca de Inhambupe, levando Itapicuru a perder autoridade não só sobre a vila de mesmo nome, como sobre os termos do Conde e Água Fria. *Coleção de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa da Bahia, sancionadas e publicadas, nos annos de 1835 a 1838*, Bahia (Salvador), Typographia Antonio Olavo da França Guerra, 1862, pp. 166-68.

5. Em 1850, a comarca de Monte Santo subtraía ao Juiz de direito de Itapicuru sua ascendência sobre a vila de mesmo nome, além das vilas de Jeremoabo e Pambu. Dezesesseis anos depois,

Da região de Itapicuru saíram, segundo nos contam José Calasans (em seus inestimáveis trabalhos sobre o tema) e um sem-número de missivistas e contemporâneos, levas de migrantes para o arraial de Canudos: homens recém-libertos do cativeiro (os famosos “13 de maio”), pessoas de ascendência indígena (originárias das antigas aldeias do século XVII), agregados e posseiros, bem como, para espanto dos poderosos de então, figuras de alguma posse (pequenos sitiantes, donos de vendas e até pessoas com algum ofício).

Itapicuru não foi central na conjuntura específica de Canudos apenas por ser foco de emigração, mas pelo próprio envolvimento dos fazendeiros na guerra. Ainda que Cícero Dantas Martins, agraciado com o título de barão de Jeremoabo em 1880, tivesse, ao morrer, propriedades espalhadas pelas vilas de Soure, Jeremoabo, Bom Conselho, Coité, Cumbe, Monte Santo, Raso, Curaçá, Santo Amaro e Campos, no estado de Sergipe, era Itapicuru sua *celula mater* e base política.⁶ A família do Barão iniciara a construção de seus domínios já no século XVIII, constituindo-se, no alvorecer do Império, em uma das mais importantes famílias, senão a mais importante da região – chegando a exercer seu poder não apenas nos círculos provinciais de mando, mas também imperiais.

A primeira notícia que os contemporâneos baianos tiveram de Antonio Conselheiro deveu-se à sua passagem, em 1874, pela vila de Itapicuru, onde, dois anos depois, ao voltar, foi preso e remetido à sua província natal. O Conselheiro não permaneceu muito tempo no Ceará, retornando aos sertões

em 1866, também a vila de Abadia foi retirada dos limites da comarca de Itapicuru, passando à recém-criada comarca do Conde. Em 1881, era vez da vila do Pombal sediar seu próprio juiz de direito, incorporando, cinco anos depois, o termo do Tucano. Resolução número 395, de 28 de junho de 1850, *Coleção de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa da Bahia, sancionadas e publicadas, nos annos de 1850 a 1852*, Bahia (Salvador), Typographia Constitucional de França Guerra, 1865, pp. 30-31. Resolução número 970, de 30 de abril de 1866, *Coleção de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa da Bahia, sancionadas e publicadas, no anno de 1866*, Bahia (Salvador), Typographia Poggeti de Tourinho & Companhia, s/d, pp 17-18. Lei número 2.270, de 10 de agosto de 1881, *Coleção de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa da Bahia, sancionadas e publicadas*, Bahia (Salvador), Typographia do Diário da Bahia, 1882, pp. 249-50.

6. Arquivo Público do Estado da Bahia (doravante APEB), Seção Judiciária, “Auto de inventário de partilha amigável” procedido com o falecimento do Barão, 1903. (Cf. CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas. *O Barão de Jeremoabo e a política do seu tempo. Trajetória de um líder conservador na Bahia*. Bahia, Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2006, pp. 89 e ss.).

da Bahia, aos arraiais e vilas que faziam parte do que chamou José Calasans de o “Sertão do Conselheiro”⁷ – vasta área que englobava de Inhambupe, Itapicuru até Monte Santo, passando por regiões do Sergipe.

Suas escaramuças com os fazendeiros e autoridades da região não terminaram, contudo, naquele momento. Ele continuou a peregrinar por aquelas terras, vilas e povoados até 1893, ano da última notícia que se tem de sua passagem pelo termo de Soure, quando se envolveu nos protestos contra os novos impostos trazidos pela República.

A região de Itapicuru, cujo povoamento remete aos idos do século XVII, apresentava no oitocentos uma grande diversidade social e econômica. Ao lado das antigas aldeias de franciscanos e jesuítas, conviviam engenhos de açúcar, estrategicamente localizados ao longo dos rios e riachos, fazendas de gado de diferentes tamanhos, engenhocas de rapadura, casas de farinha e uma série de rocinhas de subsistência. O trabalho nas diversas propriedades, posses e também os ofícios especializados eram realizados, ao menos até meados do século, por livres, libertos e também escravos.

Economia e sociedade: as primeiras décadas do Império

Em 1846, a câmara da vila de Soure, pertencente à comarca de Itapicuru, atendendo a um pedido do Presidente da Província, enviou-lhe uma espécie de mapa produtivo do município. Os vereadores preocuparam-se em descrever, em pormenores, as atividades que algum tipo de renda geravam para as diferentes instâncias administrativas do Império.⁸

Apesar de citarem a existência de curtumes, teares e plantações de arroz, do ponto de vista da câmara apenas a produção de rapadura e as fazendas de criação de animais mereciam aparecer em um documento a ser enviado para a Presidência da Província. Pelos títulos dos mapas – “Engenhos de fazer rapaduras” e “Fazendas de gado” –, fica evidente que, ao menos naquele

7. CALASANS, José. O séquito de Antônio Conselheiro. *Revista da Faecba*, Salvador, Uneb, ano 2, 1993, p. 58.

8. APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Governo – Câmara (Soure), maço 1444, 1846. Nas próximas páginas, não será repetida a referência ao mapa das fazendas do Soure, considerando-se que toda vez que fazendas de gado e engenhocas de rapadura forem referidas elas remetem a esse documento.

município específico, a cana não se destinava ao fabrico de açúcar. A simples contagem das unidades listadas demonstra que, numericamente, as fazendas de gado ultrapassavam e muito as engenhocas, sendo ao todo, no primeiro caso, quarenta as fazendas (independentemente do tamanho do rebanho) e, no segundo, apenas doze.

Das doze engenhocas listadas, uma ainda não gerava rendas (pois havia sido levantada naquele mesmo ano), sete rendiam aos seus proprietários menos de 30\$000 réis ao ano, duas rendiam 50\$000 réis, uma rendia 200\$000 réis e outra, a mais produtiva, 300\$000 réis. Todas eram movidas à tração animal e possuíam moendas de pau. Três dos proprietários estavam estabelecidos em terrenos pequenos, insuficientes para a plantação ou de má qualidade, e outros cinco possuíam suas fábricas em terras indígenas pelas quais pagavam rendas à municipalidade. Terras aforadas não eram, contudo, distintivo daqueles cuja produção era menor, pagavam foros os proprietários de engenhocas que não rendiam mais do que 20\$000 réis ao ano, como também um deles cuja fábrica alcançava uma produção dez vezes maior.

O tipo de mão de obra utilizada, se escrava ou livre, também não separava, necessariamente, os mais ricos dos mais pobres. Apenas quatro unidades dispunham de mão de obra escrava, ainda que, em ao menos dois casos, o trabalho do único escravo fosse complementado por alugados nos momentos de maior necessidade de braços. Antonio Ferreira de Brito, cuja engenhoca rendia 300\$000 réis, possuía dezesseis escravos e, aparentemente, não necessitava de alugados.

Distintivo realmente da condição social do proprietário, ao menos aos olhos dos vereadores, deveria ser o fato de se trabalhar pessoalmente, com ou sem a ajuda da família, na labuta diária. Trabalhar com alugados era uma coisa, derramar o próprio suor na lida do canavial ou na moenda, era outra bem diferente. Cinco das unidades descritas contavam com o braço familiar, todas com rendimento de 50\$000 réis ou menos.

Comparando-se a listagem de nomes do mapa dos engenhos de rapadura com aqueles dos proprietários de fazendas de gado, vê-se que cinco dos proprietários de engenhocas possuíam também animais de criação.

Tal como no caso das engenhocas, cujas rendas variavam muito, a diversidade econômica também estava presente nas fazendas de gado. Algumas possuíam um mínimo de quatro cabeças de gado e um cavalariço (ou nenhum gado, um cavalo e doze lanígeros), enquanto as maiores contavam com até trezentas reses numa só propriedade.⁹ É significativo, no entanto, que, dessas quarenta fazendas, com um total de 4.037 cabeças de gado, 3.115 reses pertencessem a apenas sete pessoas. Desses, cinco eram da mesma família, o capitão Quintino Carvalho da Cunha, sua esposa, dois filhos e um genro. Assim, apenas sete pessoas controlavam, de alguma forma, 77,9% de todo o gado do município. Os outros 33 proprietários de fazendas respondiam por apenas 907 reses. Ou seja, cada um deles possuía, em média, menos de trinta reses, enquanto cada um dos membros da família Carvalho da Cunha tinha mais de quinhentas cabeças.

Diferentemente do ocorrido com os engenhos, não há nenhum comentário dos vereadores acerca de fazendas de criação sob o cuidado do proprietário ou seus filhos. As quarenta fazendas ocupavam uma mão de obra de setenta pessoas, entre livres e escravos. Porém, se entre os proprietários de engenhos de rapadura somente quatro contavam com trabalho cativo, sendo que um deles respondia por dezesseis dos 22 escravos arrolados no mapa dos engenhos, nas fazendas de gado a mão de obra cativa distribuía-se de maneira mais equânime. Das quarenta fazendas listadas, dezoito possuíam escravos; até um proprietário com apenas trinta cabeças de gado *vacum* contava com trabalho cativo.

Apesar da fala dos vereadores acerca da desimportância das outras atividades dentro da economia de Soure, os próprios mapas deixam entrever a existência de uma população que, embora inserida integral ou parcialmente na lida e beneficiamento da cana e no trato com o gado, deveria recorrer também

9. A existência de um máximo de trezentas cabeças de gado por fazenda coincide com o que foi observado por Roger Cunniff para o Ceará. Mesmo para o Piauí, onde eram encontradas boiadas de mais de mil cabeças, Miridan Falci faz a ressalva de que, normalmente, as reses de um mesmo proprietário estavam distribuídas por uma série de fazendas, pois, acima de um certo número de reses, a criação se tornava antieconômica. (CUNNIFF, Roger Lee. *The Great Drought: Northeast Brazil, 1877-1900*. Tese (Doutorado em História), University of Texas, Austin, 1971, pp. 19-20; FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais, Piauí - 1826-1888*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995, p. 158).

a outras ocupações ou atividades para seu sustento cotidiano. Dificilmente os alugados dos engenhos de rapadura viviam de alguns poucos jornais pagos pelos proprietários. Além disso, os mapas das fazendas e engenhos silenciavam a respeito de roças de mandioca ou feijão, gêneros fundamentais na dieta de grande parte da população, livre ou escrava, e que, provavelmente, eram cultivados no espaço do próprio município ou, quando muito, da comarca.

Outro documento enviado pela câmara dois anos depois, em 1848, uma lista de qualificação de votantes, demonstra a existência de uma população economicamente ativa muito mais ampla do que aquela referida nos mapas de engenhos e fazendas de gado.¹⁰

No caso da vila de Soure, a lista de qualificação de votantes da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, uma vez que os limites da vila e da freguesia eram exatamente os mesmos, deveria abarcar todos os cidadãos do município que respondiam às exigências determinadas pela constituição. De acordo com o documento, os 322 votantes listados exerciam as seguintes ocupações ou atividades: 226 viviam de “lavoura”, quarenta eram vaqueiros, catorze sapateiros, onze proprietários, sete homens de “negócios”, seis criadores, seis carapinas, quatro ferreiros, dois alfaiates, dois seleiros, um escrivão, um médico, um vigário e um professor¹¹.

10. A Constituição de 1824 determinava que a escolha dos representantes do legislativo deveria ser feita em dois níveis, realizando-se primeiramente a votação nas assembleias primárias de paróquia – para as quais estavam qualificados todos os cidadãos maiores de 25 anos (21 caso já fossem casados, tivessem patente de oficial militar, possuísem diploma de bacharel ou fossem clérigos de ordens sacras, desde que não vivessem em comunidade claustral) com renda líquida anual maior que cem mil réis. No caso dos eleitores aptos a votarem para deputados, senadores e membros dos conselhos da província, a renda anual líquida exigida – além da exclusão, nessa etapa, dos libertos e criminosos pronunciados em querela ou devassa – era equivalente ao dobro do que se demandava aos votantes, ou seja, 200\$000 mil réis. O valor mínimo fixado para os votantes era tão baixo que, mesmo após 1846, quando houve a atualização da quantia pelo padrão prata, as eleições primárias permitiam a participação de grande parte da população livre pobre do Império. (DIAS, Maria Odila L. da S. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 68).

11. Neila Nunes, em estudo sobre as listas de qualificação de votantes de Campos de Goytacazes, mostra como “o processo de qualificação acabou produzindo um importante documento, com dados suficientes para permitir estudos mais sólidos acerca do perfil socioprofissional do eleitorado das diversas paróquias e municípios do país” (NUNES, Neila Ferraz Moreira. A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): frequência eleitoral e perfil da população votante. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, vol. 46, n. 2, p. 317, 2003). APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Governo – Câmaras (Soure), maço 1444,

De todos os proprietários de “engenhos” e fazendas de gado listados no mapa de Soure,¹² em 1846, 27 foram qualificados como votantes no documento de 1848.¹³ Entre os donos de engenhos existiam, de acordo com a lista de votantes, três “proprietários”, dois ferreiros, um vaqueiro e cinco que viviam de “lavoura”. Já entre os “proprietários de fazendas de gado” havia, na lista de votantes, nove proprietários, dois criadores, um ferreiro, um de “lavoura”, um médico, dois que viviam de “negócios”, um seleiro e quatro vaqueiros. Dos três “proprietários” com engenhos de rapadura, dois deles também possuíam fazendas de gado.

Permanece, portanto, o problema do restante dos votantes – de “lavoura”, vaqueiros, sapateiros, carapinas, ferreiros, alfaiates e seleiros –, ausentes dos mapas das fazendas e engenhos. Se havia 226 homens de “lavoura” e apenas cinco contavam com engenhocas, os outros 221 dedicavam-se à produção de gêneros economicamente pouco importantes para a câmara, mas numérica e financeiramente significativos para a manutenção da vida da população. Para os vereadores, é possível que a produção de arroz e, quem sabe, as de mandioca, milho e feijão não fossem dignas de serem comunicadas à Presidência da Província, afinal Soure não era nenhuma Nazaré das Farinhas, e o rendimento tributável de tais gêneros fosse pouco significativo para as finanças do Império ou simplesmente difícil de ser controlado e arrecadado.

No ano seguinte ao da lista de qualificação de votantes, em 1849, os vereadores da vila de Soure informaram ao Presidente da Província que estimavam a população em 1400 pessoas livres.¹⁴ Se esse era o total de moradores, então os 322 votantes correspondiam, provavelmente, ao conjunto dos homens livres maiores de 25 anos que habitavam na freguesia.¹⁵ De

1848. Nas páginas seguintes, sempre que mencionada a lista de votantes do Soure, o leitor deve se remeter à referência acima.

12. Cinquenta no total, contando-se apenas os diferentes nomes que aparecem listados nos dois mapas, e não a soma simples de unidades arroladas.

13. Há que se descontar, sem dúvida, uma porcentagem relativa às mulheres listadas como proprietárias de fazendas (ao todo três), aos possíveis votantes de outros municípios, aos problemas decorrentes de diferenças na grafia dos nomes (fato não incomum para o período) e a ocasionais mortes entre os anos de 1846 e 1848.

14. APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Governo – Câmara (Soure), maço 1444, 1849.

15. De acordo com o censo de 1872, o número de homens livres maiores de 25 anos correspondia a apenas 17,8% do total da população da freguesia e vila de Soure. Paralelamente, considerando-se a lista de votantes de 1848 e o número de 1.400 moradores, livres e libertos, alcança-se

qualquer maneira, mesmo que a câmara tenha, em 1849, subestimado a população, o que transparece é que a quase totalidade de homens livres e libertos da freguesia estava constitucionalmente apta a participar das eleições primárias – indicando a importância de suas atividades de roça e pequenas criações e, provavelmente, a participação de populações descendentes dos indígenas da região.¹⁶

O silêncio da documentação, enviada pela câmara ao Presidente da Província, não se restringia, portanto, somente às atividades consideradas de pouca importância para a província ou para o Império, mas também à diversidade da população que delas tirava seu sustento.

Em 1849, além da estimativa acerca da população livre, a câmara forneceu também um número, provavelmente aproximado, de escravos existentes no município. Consoante os vereadores havia 140 cativos, “empregados geralmente uns e outros promiscuamente na lavoura referida, e criação de gado”. A lavoura, no caso, conjugava o cultivo da cana (para o fabrico de rapadura), o arroz, o feijão e a mandioca.¹⁷ Se, em 1849, eram 140 os escravos no município e, em 1846, apenas 46 estavam ocupados nas propriedades dedicadas ao fabrico da rapadura e à criação de animais, havia, quase sem sombra de dúvida, uma quantidade não desprezível de escravos utilizada em outras tarefas. Talvez fossem escravos “domésticos” (como criados, cozinheiras, copeiros e afins) ou, com maior probabilidade, cativos ocupados em atividades ligadas à produção daqueles gêneros pouco considerados pela

uma taxa de 23% da população como apta a participar das eleições em primeira instância. Há que destacar que, no caso do censo de 1872, o cálculo efetuado deixou de fora os homens maiores de 21 anos que, por serem bacharéis, oficiais ou, principalmente, por estarem já casados, estavam habilitados a participar do pleito. PUNTONI, Pedro & DOLHNIKOFF, Miriam (coords.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1871 e 1890*. São Paulo: Cebap; Fapesp, 2004 (versão eletrônica).

16. Entre os vários votantes que viviam de lavoura, havia um certo Basílio Ferreira, de 31 anos e casado. Basílio não fora listado no mapa das fazendas, e seria apenas mais um dos anônimos votantes caso, quatro anos antes, seu nome não tivesse sido citado em um processo relativo ao assassinato de dois escravos. O crime ocorrera por ocasião de um “brinquedo de Toré” na casa de Tomás dos Santos Pereira, “índio” (consoante o documento) e que vivia de seu trabalho de lavoura no sítio Coral Falso, no município do Soure. Os acusados eram justamente o votante Basílio Ferreira e seu irmão José Gonçalves, ambos com ocupação de “lavoura”, naturais do Soure e filhos da “índia Anna Rodrigues”, já falecida (APEB, Seção Judiciária, “Ação civil”, maço 4881, auto 1, 1844).

17. APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Governo – Câmara (Soure), 1849.

câmara.¹⁸ É possível que houvesse ainda escravos ajudantes de sapateiros, carapinas, vaqueiros ou de pessoas de “negócio”.

No topo da “pirâmide social” do município estava, quase hegemônica, a família dos Carvalho da Cunha. Abaixo dela, na hierarquia social, os vereadores proprietários e criadores e, assim, em linha descendente, até os simples proprietários de engenhocas ou de algumas cabeças de gado, oficiais, roceiros de arroz, mandioca e afins, trabalhadores alugados (se é que eles mesmos não eram roceiros, vaqueiros ou oficiais de qualquer outra ordem ou tipo) e, finalmente, os escravos.

Roças, engenhos e boiadas

O município de Soure, entretanto, não correspondia, no período, senão a uma pequena parcela da comarca de Itapicuru e com uma área infinitamente menor do que aquela da vila cabeça da comarca. As diferenças entre os dois municípios não se restringiam, contudo, à extensão, mas também e, principalmente, à localização (em relação à costa). O território da vila de Itapicuru estendia-se ao longo do rio de mesmo nome, que, segundo os mapas e documentos da época, era perene em grande parte do município. Entre a vila de Itapicuru de Cima e o litoral havia tão somente o município de Conde, chamado originalmente de freguesia do Itapicuru da Praia.

Em 1849 os vereadores da vila de Itapicuru de Cima, tal como os de Soure, escreveram à Presidência da Província informando-a acerca da economia do município:

18. Francisco Carlos Teixeira da Silva, a partir de três relações, de 1789, dos plantadores de mandioca nas vilas de Nazaré, Cayru e Santo Antonio, na capitania da Bahia, demonstrou que apenas 16,7% dos roceiros de mandioca dessas regiões não possuíam escravos, enquanto 34% possuíam um ou dois escravos, e outros 31,7% tinham de três a cinco cativos. Bert Barickman, em trabalho sobre a Bahia entre fins do século XVIII e meados do século XIX, constatou igualmente a presença de escravos, muitas vezes um ou dois somente, entre os roceiros de mandioca. Assim, não é estranho que, mesmo entre os pequenos roceiros de gêneros de subsistência de Soure, a propriedade escrava estivesse presente (SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990, p. 151; BARICKMAN, B. J. *A Bahian Counterpoint: Sugar, Tobacco, Cassava and Slavery in the Recôncavo, 1780-1860*. Stanford: Stanford University Press, 1998, p. 150 e ss.).

[...] a agricultura e industria do municipio não e muito boa, por estar em terrenos maus, por agricultura produz unicamente milho, arroz e feijão para seus habitantes, existindo também dentro do município 4 fabricas de açúcar não só para o consumo mas também para exportação [...]; que podem existir empregados em industria no município 500 homens livres e 100 escravos.¹⁹

Os membros da câmara de Itapicuru, ainda que se referissem às plantações de milho, feijão e arroz, pareciam compartilhar com seus colegas de Soure o desinteresse por esses gêneros, tanto assim que não forneceram nenhum dado – mesmo que estimado – acerca do volume de tal produção e seu comércio. A fala quanto aos terrenos maus não parece, contudo, totalmente verdadeira, caso contrário seria difícil plantar cana em quantidade (e qualidade) suficiente para alimentar engenhos cuja produção era destinada ao comércio de exportação e que já haviam se estabelecido na região ao menos desde 1805.²⁰ A própria existência de gêneros de exportação que, especialmente no caso do açúcar, demandavam um investimento inicial bastante alto, introduz um elemento de diversificação em relação à economia de Soure. Se as engenhocas de rapadura pareciam, pelo mapa das fazendas, uma atividade acessível a pessoas de menor renda, o mesmo não pode ser dito dos engenhos de açúcar. A despeito do silêncio em relação às engenhocas, pode-se questionar se os vereadores, nesse caso, não privilegiaram novamente as atividades que mais rendas geravam ao Império ou que mais distinções traziam aos seus proprietários, elevando, aos olhos da Presidência da Província, a importância do município.

Retomando o conteúdo da correspondência, é mister questionar se aqueles seiscentos homens (quinhentos livres e cem escravos) a que se referiam os vereadores não estariam diretamente empregados nas atividades de engenho, já que eram as únicas, tomando-se como verdadeiras as informações enviadas ao Presidente da Província, que poderiam ser consideradas efetivamente de indústria. É estranho, no entanto, o silêncio em relação à

19. APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Governo – Câmaras (Itapicuru), maço 1325, 1849.

20. MORTON, F. W. O. *The Conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia, 1790-1840*. Tese (Doutorado em História), University of Oxford, Oxford, 1974, p. 202.

pecuária, sobretudo se se considerar que Itapicuru, desde os primórdios do período colonial, era tradicionalmente uma região de criação. Não se sabe o que levou os vereadores a omitirem qualquer informação a esse respeito em 1849, já que, três anos depois, em outra carta ao Presidente da Província, informavam que nas terras do município havia lavoura de canas, tabaco e legumes, bem como gado *vacum*, cavalariço e lanígero,²¹

À parte, portanto, do referido tabaco e açúcar – e considerando-se que a omissão das engenhocas de rapadura não significava, necessariamente, a inexistência desse tipo de fábrica –, a realidade produtiva de Soure era, em muitos pontos, semelhante àquela de Itapicuru. Contudo, a existência de engenhos de açúcar inscrevia uma diferença fundamental entre as duas regiões. Se o gado, de acordo com o mapa das fazendas de Soure, não demandava uma concentração de mão de obra e não excluía as pessoas de menor renda, a propriedade de um engenho de açúcar, em compensação, trazia condicionantes opostas.

Se a população de Itapicuru foi estimada em 12 mil almas em 1856²² (mesmo que se considere que, em 1849, esse número era menor) e apenas seiscentas pessoas estavam empregadas na “indústria”, de que atividade o restante dos livres e libertos tirava sua subsistência: das lavouras de feijão e milho e da criação de gado referidas na correspondência de 1852? Ao menos os 131 índios da aldeia de Santo Antonio da Saúde (localizada no município), segundo informações do Diretor Geral de Índios em 1851, viviam justamente de alguma lavoura de milho e feijão e de trabalho alugado.²³

Estaria, portanto, a maior parte da população de Itapicuru, tal como ocorria no Soure, ocupada na produção de gêneros de subsistência ou no exercício de ofícios e ocupações pouco importantes aos olhos dos vereadores? Possuía ela escravos, como seus vizinhos, e trabalhava alugada para os engenhos (como nas engenhocas de Soure)?

21. APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Governo – Câmara (Itapicuru), maço 1325, 1852.

22. APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Judiciário – Juízes (Itapicuru), maço 2424, 1856.

23. APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Agricultura – Índios, maço 4611, 1851.

A economia da região

Inventários das décadas de 1820, 30 e 40, referentes tanto ao município de Soure quanto ao de Itapicuru, permitem um desenho mais amplo do quadro produtivo da região e da distribuição dos bens entre os diferentes segmentos da população.²⁴ Os inventários levantados correspondem a apenas uma porcentagem, pouco mais de um quarto do total de autos disponíveis para Soure e Itapicuru nas décadas referidas.

Considerando-se o conjunto dos bens arrolados, fica evidente a vocação pecuarista da região. São listadas ao todo 6.937 cabeças de gado *vacum* de criar, além de outros 241 bois mansos ou de carro e de engenho.²⁵ As ovelhas e cabras alcançavam a marca de mais de mil cabeças. Os cavaleiros (fossem eles alazões e russos de alto valor, ou animais sem especificação e de valor mais baixo), somados aos muares, chegavam a 655.

Nos inventários consultados foram arroladas seis engenhocas e dois engenhos de grande valor. Além das fábricas de beneficiamento de cana, havia também quatro autos com casas de farinha, ainda que apenas um deles apresentasse roças de mandioca, indicando, talvez, que a plantação desse tubérculo fosse avaliada em conjunto com as terras. Paralelamente às atividades ligadas à criação de animais e ao cultivo e beneficiamento tanto da cana quanto da mandioca, é provável que parte da população também se ocupasse do fumo e do couro, já que um inventariado possuía entre seus bens três arrobas de fumo e outras 150 meias solas. Todos esses animais, engenhos, engenhocas e casas de farinha distribuíam-se por 49 sítios ou fazendas, e outras trinta posses (porções ou partes) de terras.²⁶

24. Para a lista de inventários pesquisados, ver: DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2007, pp. 79-113.

25. Descritos sempre separadamente devido ao seu valor em média 60% maior do que aquele atribuído às reses de criação.

26. Mediante a leitura dos inventários abertos no século XIX, das escrituras de compras e vendas registradas no Tabelionato de Itapicuru (entre 1751, ano de sua criação, e 1900) e, finalmente, dos registros de terras das vilas de Soure e Itapicuru (feitos em decorrência da Lei de Terras de 1850), foi possível perceber uma distinção fundamental na forma de declaração das posses e propriedades. De um lado havia a declaração ou arrolamento de posses, porções, partes, sítios de terras e quinhões (termos intercambiáveis) localizados em tal ou qual “logradouro”, “fazenda” ou “sítio”; de outro, informações acerca de “seu Sítio” ou “sua Fazenda”. Apenas nos espólios de maior valor, nas escrituras de compra e venda

Mesmo que, para a franca maioria dos escravos listados nos inventários, não haja a descrição de ofício ou ocupação, entre os criadores de gado fica evidente, devido à existência de vaqueiros cativos, a utilização conjunta da mão de obra escrava e do braço livre, tal como descrito no mapa das fazendas de Soure. Além de vaqueiros, foram arrolados também escravos carreiros, ferreiros, carapinas, oleiros, sapateiros, alambiqueiros, costureiras, rendeiras, vendeiras, cozinheiras, além de uma parteira e um feitor.

Os escravos de ocupação definida eram apanágios apenas dos inventários de maior valor. A mão de obra escrava, contudo, estava presente em todos os autos vistos, com exceção de um. Tal dado gera uma questão imediata. Se apenas as pessoas de maior cabedal contavam com escravos de ofício, o restante da população ou bem alugava os serviços desses cativos especializados quando assim o necessitava (por exemplo, para conserto de carro, feitura de moenda, fabrico de selas e afins), ou havia homens livres e libertos a exercer aquelas e outras ocupações no período. A lista de votantes de Soure já indicava a existência de habitantes com diferentes especializações. Tal como o ferreiro e o seleiro que possuíam fazendas de criação, há que se perguntar: quantos dos inventariados em questão também não exerciam ofícios, a despeito de possuírem algum gado ou plantação?

A descrição dos escravos nos inventários de maior e menor valor (afora as diferenças entre a posse ou não de cativos especializados) sugere uma distância em relação ao que foi visto nos mapas de fazendas de gado de Soure. Apenas cinco dos espólios possuíam 80,65% de todos os cativos arrolados, com uma média de 78,4 cativos por auto, três deles tinham em média 12,7 escravos e o restante contava com apenas 2,9 escravos.²⁷

de áreas extensas, bem como nos registros de grandes propriedades, apareciam referências ao segundo caso. Isso não quer dizer que, em se tratando de porções ou quinhões, a forma de acesso fosse necessariamente o apossamento, sendo evidente que, em muitas situações, tratava-se de uma parte de uma antiga fazenda (que se tornara, desde então, apenas uma referência geográfica), eventualmente adquirida por compra (ainda que por instrumento particular), e de que, sucessivamente dividida entre gerações, não mais se conheciam os limites entre as áreas de diferentes herdeiros – isso sem contar que alguns desses herdeiros vendiam suas porções para terceiros. Para maiores informações sobre essa questão ver: DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras moveáveis: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*, 2007, pp. 262-265.

27. É necessário advertir que, na medida do possível, nessa contabilidade mais específica das informações presentes nos inventários foram excluídos todos os bens (escravos, animais,

A concentração da riqueza não se restringia, contudo, somente à mão de obra escrava. Três dos maiores espólios (que apresentavam um grande número de cativos) respondiam por quase 82% do total de reses de criação arroladas nos 27 autos. Tal como no mapa das fazendas de Soure, dois membros de uma só família, pai e filho, possuíam 72% das cabeças de gado e, no caso do pai, ainda 70% dos bois mansos ou de carro. Esse mesmo senhor era também o proprietário dos dois engenhos citados anteriormente.

Assim, a concentração da renda se fazia sentir tanto na propriedade de animais, quanto na propriedade de escravos. As diferenças entre os espólios dos inventários pesquisados ou daqueles referidos por Consuelo Ponde de Sena²⁸ comprovam uma situação de extrema concentração de riqueza. Se os Carvalho da Cunha (descendentes de uma família que se estabeleceu na região no século XVIII) eram os grandes proprietários de Soure, outra família exercia o mesmo papel no município de Itapicuru.

Em 1833, foi aberto o inventário do capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru, que, tal como os Carvalho da Cunha, era também descendente de uma família que se fixou na região no século XVIII. Seus ascendentes haviam ganhado sesmarias, comprado terras e administrado os bens dos Garcia d'Ávila na região. Segundo Consuelo Pondé de Sena, seu processo de inventário descrevia o maior espólio dentre todos os autos disponíveis para Itapicuru entre 1830 e 1890.

Entre seus bens contavam-se, como já foi dito, dois engenhos de açúcar em terras próprias, além de vinte fazendas de criação em Itapicuru e mais sete outras no termo de Jeremoabo (todas em terras próprias, salvo duas, localizadas em Jeremoabo, em terras foreiras à Casa da Torre). Distribuídas entre as fazendas possuía quase 4 mil e quinhentas cabeças de gado – número superior àquele de todas as reses dos Carvalho da Cunha somadas –, sem contar ainda cavalos e criações miúdas. Se as propriedades de engenho, com todas as suas benfeitorias (incluindo os canaviais) somavam quase 23 contos de reis, em cabeças de gado possuía a quantia de 46:211\$000 réis (sendo quase 32 contos em reses localizadas no termo de Itapicuru).

terras etc.) localizados em outras regiões.

28. SENA, Consuelo Pondé de. *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano: Itapicuru, 1830-1890*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979, p. 111.

Seus escravos totalizavam 157. Número deveras superior aos dezesseis cativos de Antonio Ferreira de Brito, o maior proprietário de escravos de Soure, segundo o mapa das fazendas. Pelo arrolamento dos escravos, percebe-se que parte deles se dedicava ao trato com o gado: eram ao todo oito escravos vaqueiros e uma escrava pastora, sendo que seis apresentavam o nome da fazenda em que trabalhavam (nenhuma delas coincidente). É provável que o restante do gado, já que escravos vaqueiros eram somente oito, estivesse entregue ao cuidado de vaqueiros livres ou libertos. Não é à toa que, entre as dívidas do casal, constasse o pagamento de 62\$880 réis devidos a um vaqueiro.

A descrição de apenas oito escravos vaqueiros indica que a alta taxa de concentração da mão de obra escrava no inventário do capitão-mor estava ligada à existência dos dois engenhos, que, por seu próprio valor e pelas informações fornecidas pelos vereadores de Itapicuru, fabricavam açúcar para exportação.

A presença de apenas uma declaração de roça (em uma das propriedades de engenho), apesar da extensão e quantidade de terras e benfeitorias arroladas, pode ser um indício de que, no restante das propriedades, a produção de gêneros de subsistência estivesse a cargo dos próprios escravos ou de livres empregados nas tarefas da fazenda. A partir desse dado, pode-se conjecturar que uma parcela da população da comarca de Itapicuru se dedicava ao plantio de gêneros de subsistência, comercializando seus pequenos excedentes na vizinhança, fazendas ou feiras semanais. Os 221 votantes de Soure que viviam de “lavoura”, mas não possuíam engenhocas de rapadura, eram um exemplo de uma grande parcela da população que encontrava sua principal inserção social, ou econômica, na produção e comércio de gêneros de subsistência.

As propriedades do capitão-mor colocavam-no em posição destacada mesmo entre as maiores fortunas da região; a concentração do gado de Soure nas mãos dos Carvalhos da Cunha aponta para a mesma tendência. Contudo, até meados do século ao menos, quase todos os inventariados possuíam um escravo que fosse, uns poucos animais ou alguma terra, sendo que alguns chegavam mesmo a possuir engenhocas ou casas de farinha.

Nesse sentido, Consuelo Pondé de Sena, em seu estudo sobre Itapicuru, traz alguns dados interessantes. Segundo ela, de todos os inventários existentes

para o período de 1831 a 1840, apenas cinco apresentavam um espólio superior a 20 contos de réis, enquanto outros 22 achavam-se não só abaixo de tal montante, como 21 deles descreviam bens que não ultrapassavam a marca dos 5 contos. Na década de 1840, somente quatro dos autos alcançava mais de 10 contos, oito deles tinham espólios que variavam de 3 a 10 contos, e os 45 restantes estavam todos abaixo dessa quantia.²⁹

Fronteiras movediças

Tais dados não apontam, necessariamente, para uma situação de penúria generalizada nem, menos ainda, para uma divisão pura e simples da sociedade entre uns poucos grandes fazendeiros e um restante de “ociosos” e miseráveis, igualados pela exiguidade de seus bens.

A propriedade escrava, como colocado, não era um apanágio apenas dos mais ricos. De todos os autos pesquisados para o período, apenas um deles não arrolava ao menos um cativo. Francisco Bernardino de Souza faleceu em 1838, deixando viúva com filho recém-nascido e mais sete crianças. Tratava-se justamente do único espólio que não trazia escravos. Francisco e sua esposa tinham, contudo, as terras no sítio Telha, casa de morar e mais benfeitorias nessas terras, sem que se saiba se eram roças, cercas, currais ou afins. Possuía o casal um cavalo novo e nove cabeças de gado *vacum*.³⁰ A se considerarem as posses do casal, Francisco Bernardino de Sousa deveria ter sérias dificuldades para sustentar tão vasta e infante prole. Ao morrer, a tarefa de zelar pelo bem-estar das crianças foi confiada ao tio, Francisco Aires de Negreiros. O tio Francisco faleceu pouco depois, em 1841, e deixou para sua esposa um cavalo, móveis no valor de 10\$000 réis, e três escravos – de quarenta e sessenta anos e mais um bebê de seis meses. Segundo anotações existentes no auto, o casal era morador na fazenda da Telha, termo da vila de Itapicuru de Cima.³¹ Não é possível saber se antes da morte de Francisco Bernardino, Francisco Aires e sua esposa já habitavam no sítio da Telha ou

29. *Idem*, pp. 125-127.

30. APEB, Seção Judiciária, inventário de Francisco Bernardino de Sousa, auto 06/2610/02, 1838.

31. APEB, Seção Judiciária, inventário de Francisco Aires de Negreiros, auto 05/1698/2168/06, 1841.

se para lá se mudaram quando ele se tornou tutor dos sobrinhos. Os bens arrolados nos dois espólios parecem indicar, contudo, uma quase simbiose das duas famílias: uma delas possuía bens de raiz e alguns animais, e a outra tinha a seu dispor dois escravos para auxiliar no amanho da terra e na lida com o gado.

A despeito de certas particularidades, os dois autos ilustram a existência – vista no restante dos inventários de menor espólio – de duas realidades distintas: ou bem os inventariados possuíam alguma terra, com ou sem engenhoca e casa de farinha, e no máximo um escravo; ou tinham eventualmente até três cativos, mas nenhum bem de raiz. Ainda que não fossem, necessariamente, as figuras mais pobres da região (uma vez que tinham bens para serem divididos), fica patente que, dentre os habitantes de Soure e Itapicuru, havia aqueles que moravam em terras de terceiros, quem sabe como vaqueiros ou agregados, conseguindo juntar algum patrimônio em gado ou escravos, e outros que, possuindo a terra, eram forçados a empregar a própria mão de obra familiar e algum alugado em períodos de precisão. Pessoas que, frente a seus poucos bens e à necessidade de sustentar a família, talvez fossem forçadas a alugar o braço escravo ou familiar para juntar alguma renda extra. Eram “roceiros, vaqueiros e agregados” que ou podiam contar com algum gado (mesmo que, na maioria das vezes, umas poucas reses), ou com a propriedade de uma engenhoca ou casa de farinha (cujo valor não ultrapassava aquele de um animal de criação ou boi manso), ou, quem sabe ainda, com alguma mandioca ou cana a ser beneficiada na fábrica de outrem (além de rocinhas de feijão, milho e arroz).

Desfrutando de uma situação econômica um pouco mais confortável, pode-se dizer que havia o grupo dos “pequenos sitiantes”.³² O maior diferencial

32. O termo “pequenos sitiantes” foi cunhado para diferenciar aqueles que possuíam alguma terra para deixar para seus descendentes (fossem posses, sítios e porções, conforme colocado na nota 26), de outros que, como visto nos espólios de menor valor, arrolavam tão somente rocinhas de gêneros de subsistência e reses (sem que a terra, contudo, fosse passível de ser transmitida aos herdeiros). Além do mais, no caso de Itapicuru, não se aplica a diferenciação feita por Francisco Carlos Teixeira da Silva entre fazendas e sítios. Segundo o historiador, “mesmo hoje ‘fazenda’, no falar local, indica a grande propriedade de criação e nunca terras de cultivo”, enquanto “a identificação de sítios no falar local corresponde a terras de cultivo e quase nunca a terras incultas ou pastos, o que se coaduna com o sentido dado ao termo pelos diversos dicionários antigos”. No caso da documentação referente à comarca de Itapicuru inexistem, entre os termos *fazenda* e *sítio*, qualquer diferenciação

entre os dois grupos – à parte o valor médio dos espólios, nesse caso em torno de três vezes os montantes apresentados pela população mais pobre – era o acesso conjunto à mão de obra escrava e à terra.

Em 1830, ao falecer Ana Maria de Oliveira, seu marido, Bernardo José de Almeida, e filhos possuíam seu sítio da Volta, em Soure, com benfeitoria de casa e somente a escrava Joana Angola. Em compensação, contavam com o maior criatório do grupo dos “pequenos sitiantes”. Eram ao todo 121 cabeças de gado *vacum*, três cavalos e mais dezesseis ovelhas;³³ quantidade suplantada apenas por espólios de maior valor. A existência de apenas uma escrava implica que outro tipo de mão de obra era utilizado na lida com o gado, tanto pelo casal, quanto somente pelo viúvo. Em 1848, Bernardo José de Almeida, homônimo de seu pai, e que atuara como inventariante quando de sua morte (em 1839), foi arrolado na lista de qualificação de votantes de Soure sob a profissão de vaqueiro.³⁴ De acordo com a idade a ele atribuída pelos vereadores, Bernardo tinha 28 anos por ocasião da morte de sua mãe, ou seja, já era plenamente capaz de tratar dos assuntos e reses da família.

Maria Leite de Souza e Andrade faleceu em 1838, deixando aos cuidados de seu marido os seis filhos pequenos. Possuía o casal terras na fazenda São José do Rio Real, com casas de morada e benfeitorias, terras na fazenda Olho d'Água, com roça na beira do rio Itapicuru, e, por fim, terras na fazenda Pacobatiba (no termo do Pombal, as únicas que alcançavam a marca de 100 mil réis); além de uma engenhoca do “favo de rapaduras”. As atividades das fazendas e da fábrica, dada inclusive a tenra idade dos herdeiros, estavam provavelmente a cargo de seus nove escravos.³⁵

Se a diferença não se colocava mais simplesmente em termos de acesso a terra ou a mais de um escravo, ainda assim os inventariados parecem ter sido levados a escolher entre uma quantidade maior de cativos (utilizados

de base produtiva. De acordo com o mapa das fazendas de gado enviado pela câmara de Soure, por exemplo, vários dos proprietários possuíam reses em “sítios”, enquanto outros em “fazendas”. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

33. APEB, Seção Judiciária, inventário de Ana Maria de Oliveira, auto 05/1698/2168/19, 1830.

34. APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Governo – Câmara (Soure), maço 1444, 1848.

35. APEB, Seção Judiciária, inventário de Maria Leite de Souza e Andrade, 05/1484/1953/17, 1838.

em atividades agrícolas) ou um número maior de reses (o que apontava para uma comercialização mais efetiva de gado em pé, e não uma criação voltada basicamente à subsistência da família e alguma troca de carne na feira). Proprietários de engenhocas ou casas de farinha costumavam contar com mais de sete escravos, enquanto aqueles que se dedicavam à pecuária pareciam dar conta do serviço com apenas um cativo (mas todos eles com acesso a terra, ao contrário de um Francisco Bernardino de Souza e de outros que, como ele, ou bem plantavam e criavam suas reses em terras da família ou em propriedades de terceiros).

A fluidez das fortunas, ou melhor, a dificuldade de se estabelecer em bases puramente materiais a inserção social dos indivíduos e suas famílias, parece especialmente verdadeira no que tange ao terceiro grupo de inventários, dos “médios fazendeiros” – cujos espólios equivaliam a pouco mais do dobro dos anteriores e apresentavam, em média, dez cativos. Entre eles havia fazendeiros que tiravam seu sustento de atividades agropastoris e outros cujo arrolamento de bens e dívidas, a despeito da existência de fazendas próprias e de um número relativamente pequeno de escravos (se comparado com as terras), apontava para a posse de patente ou o acesso a algum cargo público.

Um dado, contudo, é relevante na comparação com os outros dois grupos: pela primeira vez os espólios indicavam a conjugação, efetiva, da agricultura e da pecuária. Para além desse fato, e do acesso a cargos e patentes, algumas anotações presentes nos inventários apontam para relações próximas com algumas das figuras de maior destaque, econômico e político, na comarca. Tais dados reforçam a ideia de que a inserção socioeconômica advinha também de outras fontes que não somente do exercício de atividades agropastoris; ainda que a posse de escravos e o “não” trabalho familiar fossem, sem dúvida, dois dos distintivos principais.

Em 1836, ficou órfão Francisco Moreira de Assunção, futuro capitão, vereador e suplente de juiz municipal. Era um dos nove filhos de Manoel Moreira de Assunção. O finado e a viúva possuíam as terras da fazenda São Paulo com casa de taipa e telha, outra pequena que servia de “fabrica da Engioca [sic]” e mais benfeitorias da fazenda; quatro porções de terras (nos “Mattos do Rio”, na fazenda da Ilha – com casa de telha e curral –, no local

denominado Mãe d'Água e na fazenda Umburana), uma quinta porção com casa de taipa e telha e mais benfeitorias (mas sem nome ou localização), além de uma casa de taipa e telha na freguesia de Itapicuru. Distribuídas por suas terras, tinham 120 cabeças de gado *vacum*, doze bestas, sete cavalos e 55 cabras. Para cuidar de seus animais e prováveis canaviais, contavam com treze escravos e, para transporte da cana até a fábrica e daí até o ponto de venda, um carro velho. Estranhamente, dentre suas cabeças de gado, não foi listado nenhum boi manso, fosse para o serviço do carro ou da moenda.³⁶

Como se vê, Manoel Moreira da Assunção, diferentemente dos inventariados do grupo anterior, parecia viver tanto de seu criatório, quanto do plantio da cana-de-açúcar. Seus escravos, porém, não estavam todos em idade produtiva. Possuía treze cativos, mas apenas três com mais de catorze e menos de quarenta anos de idade, sendo o restante maior de cinquenta ou menor de doze anos, além de um de idade indeterminada. A maior diferença entre os bens dos “médios fazendeiros” e aqueles dos “pequenos sitiantes”, além da quantidade de gado, estava no valor dos bens de raiz; em terras, casas e benfeitorias possuíam de 50 a 100% mais que os inventariados do grupo social anterior.

Além disso, apenas a partir dos “médios fazendeiros” é que apareceram autos que descreviam fazendas próprias, como a São Paulo de Manoel Moreira da Assunção, e não apenas terras ou porções localizadas nesta ou naquela fazenda ou logradouro. O acesso a patentes da Guarda Nacional e a cargos públicos, que, supostamente, demandavam o domínio do abecedário, também parecia distintivo desse grupo. Porém, se um certo destaque social e a possível exploração conjunta de atividades agrícolas e pecuaristas pareciam permitir a convivência com as figuras de maior importância na região (fundamentais, quem sabe, para sua própria colocação e aquisição de bens, cargos e patentes), suas propriedades ainda os deixavam, ao menos no que tange ao valor dos espólios, mais próximos dos autos de menor valor do que dos poucos inventários que apresentavam as maiores fortunas.

36. APEB, Seção Judiciária, inventário de Manoel Moreira da Assunção, auto 05/1805/2276/14, 1836.

Se a diferença entre os espólios dos três grupos até agora descritos não costumava passar de duas ou três vezes o montante médio do grupo anterior, é evidente o aprofundamento do fosso, econômico ao menos, entre o inventário de maior monte mor descrito entre os “médios fazendeiros”³⁷ e o espólio do capitão-mor. Apesar de seu inventário, como disse Consuelo Pondé de Sena, descrever a maior fortuna dentre todos os processos abertos entre 1831 e 1890 – com seus 158 contos de réis, 157 escravos, dois engenhos de açúcar, 27 fazendas de criação e 4 mil e quinhentas cabeças de gado –, quatro outros autos abertos até 1850 demonstram que a concentração da riqueza não estava restrita a uma única ocorrência. Enquanto a diferença dos bens do capitão-mor e do segundo maior espólio era de pouco mais de 100%, a média dos valores dos bens dos cinco maiores espólios equivalia a dezessete vezes aquela dos autos do grupo dos “médios fazendeiros”.

Nenhum dos espólios de maior valor listava menos que 45 escravos e 120 reses de criação, ainda que, fazendo uma média entre os cinco autos, cada inventariado dispusesse de quase oitenta escravos e mais de 1.200 cabeças de gado, sem contar bois mansos, cavalares e criações. Além disso, se as fazendas começaram a aparecer nos inventários do grupo anterior, entre os maiores espólios elas eram praticamente a regra e, normalmente, nunca se restringiam a apenas uma por auto.³⁸

É interessante que em uma área francamente pastoril, ao menos até meados do século, a concentração econômica fosse tão marcada. Ou a

37. Trata-se do inventário de Maria Joaquina de Jesus, cujos bens somavam 5:517\$000 réis. APEB, Seção Colonial e Provincial, inventário de Maria Joaquina de Jesus, 05/2126/2595/02, 1846.

38. Se comparadas com alguns dos grandes espólios do recôncavo, as maiores fortunas de Itapicuru tomam outra dimensão. Wanderley Pinho faz referência ao inventário do Conde do Passé, segundo ele o homem mais rico da província quando de sua morte, em 1856. Seus herdeiros tinham a dividir um mil e quatrocentos contos de réis (quase nove vezes o que possuía o capitão-mor), distribuídos por 7 engenhos com 765 escravos. Ainda assim, a despeito da proeminência econômica e social do Conde do Passé, chama a atenção o fato de a diferença entre seu espólio e aquele do capitão-mor ser menor (proporcionalmente) do que a distância entre a média dos maiores espólios de Itapicuru e aquela do grupo que se situava, economicamente, logo abaixo. Além disso, vale lembrar que Kátia Mattoso encontrou uma média de 58 contos para os espólios dos senhores de engenho cujos inventários foram abertos entre 1801 e 1889 (PINHO, Wanderley. *História de um engenho do recôncavo, 1552-1944*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde S. A., 1946, p. 125; MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 617).

pecuária, em grande escala, permitia um significativo acúmulo de riqueza, ou parte dos inventariados de Itapicuru gozava de algum tipo de acesso, circulação ou privilégio que os diferenciava do restante dos criadores. De certa maneira, a generalização das dívidas passivas nos espólios de maior valor (situação inexistente ou reduzida no restante dos autos pesquisados) aponta que o endividamento, ou a possibilidade de sua ocorrência, era, de alguma maneira, essencial e distintivo de sua condição social.

É significativo que, segundo o inventariante do capitão-mor, ele devesse 1:404\$870 réis para a “Casa da fazenda de cobranças que tem da Administração dos Dizimos dos annos de mil oitocentos vinte e sette a vinte nove liquido depois de tirada a quarta parte que lhe pertence da Administração”, além de outros 360 mil réis à mesma Casa, “de gados que ajuntou e vendeo e importou quatrocentos e oitenta mil réis que abatida a quarta parte que lhe pertencia”. Além disso, o capitão-mor exerceu, em diferentes períodos, a função de “arrematante direto e cessionário, de arrematação e cobrança dos dízimos reais de gado vacum e cavalari, e, de miunças”, não só em Itapicuru, mas também nas freguesias de Água Fria, Camisão, Inhambupe, Jacobina, Jeremoabo, Monte Santo, Ouriçangas, Pambu e Tucano; tendo sido também juiz ordinário e juiz de órfãos.³⁹

As dívidas do capitão-mor não se restringiam, contudo, aos débitos com a Fazenda; devia ele mais de 21 contos de réis a outros tantos credores, entre eles, por exemplo, o Visconde da Torre e o desembargador Antônio Calmon du Pin e Almeida. As dívidas arroladas revelam, portanto, o amplo círculo de relações de que desfrutava. Círculo que deveria ser providencial não só para a obtenção de crédito, mas também para o exercício de funções, como a de juiz, e – quem sabe? – até para o acesso à arrematação da cobrança de dízimos. Situação que deveria, em boa parte, ser responsável pela diferença assustadora entre a maioria dos autos e aqueles poucos de maior valor, ao menos até meados do século XIX.

39. SENA, Consuelo Pondé de. *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano: Itapicuru, 1830-1890*, 1979, p. 125. DANTAS JR., J. C. Pinto. Capitão-mor João d'Antas dos Imperiais Itapicuru. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, n. 15, ano 15, p. 15, 1967.

Entre escravos e terras: as transformações da segunda metade do oitocentos

Em 1817, Aires de Casal escreveu que o gado era a riqueza dos habitantes de Itapicuru.⁴⁰ Opinião que, até meados do século, era compartilhada pela comissão incumbida da avaliação das propriedades termais do rio e pelos vereadores, tanto da vila de Soure quanto de Itapicuru. A pecuária dividia, então, com apenas quatro engenhos o seu posto de principal atividade econômica.⁴¹ Em 1882, a situação parecia ter se alterado bastante:

Os terrenos que atravessa esse rio são fertilíssimos, especialmente para a lavoura da cana, em profusão tal que alimenta cerca de 40 engenhos, a maioria dos quais pertence ao distrito do Barracão; sendo a maioria da grande safra exportada em barcos pela Abadia, por causa das distâncias e maus caminhos dificultarem o embarque nas estações do ramal do Timbó. Pode-se, pois, afiançar que o vale do Itapicuru é incontestavelmente um dos mais férteis para a plantação de cana, cuja produção pode bem alimentar um ou dois engenhos centrais.⁴²

A referência a quarenta engenhos que exportavam seus produtos pelo porto de Abadia é indicativa de que tais unidades se dedicavam, muito provavelmente, à produção de açúcar e não rapadura (como as engenhocas de Soure mencionadas pela câmara em 1846). Isso não implica, contudo, que se tratasse necessariamente de grandes engenhos movidos à força hidráulica, mas, quem sabe, de médios e pequenos engenhos movidos à tração animal, ainda que aparatados com os utensílios necessários à produção de açúcar. Mesmo que muitos deles fossem pequenas unidades produtivas, o número referido por Aguiar chama a atenção pela discrepância em relação àquele apresentado pelos vereadores de Itapicuru em 1849.

O aumento do número de engenhos referido por Aguiar não pode ser atribuído à facilidade ou ao barateamento dos custos de transporte com a construção da estrada de ferro Bahia-São Francisco. O primeiro trecho da

40. CASAL, Aires de. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 238. *Reconquista do Brasil*, vol. 27.

41. APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Governo – Câmaras (Itapicuru), maço 1325, 1849.

42. AGUIAR, Durval Vieira. *Descrições práticas da província da Bahia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979, p. 85.

estrada que ligava a cidade de Salvador a Alagoinhas (ainda bastante distante da região de Itapicuru) foi aberto ao tráfego em 1863. O prolongamento até Serrinha só ficou pronto em 1880, e o ramal de Alagoinhas a Timbó (já bem mais próximo da freguesia do Barracão) em 1884. Assim, tal como aponta Aguiar, para além das distâncias (antes da inauguração do ramal), havia também o problema do elevado preço dos fretes, o que fez com que os senhores de engenho continuassem, durante toda a segunda metade do século XIX, a se utilizar do transporte de cabotagem que partia de Abadia.⁴³

O distrito do Barracão, referido no trecho acima, pertencia à comarca, ao município e à freguesia de Itapicuru até 1855, quando foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Livramento do Barracão. A criação do município demoraria ainda outros 35 anos; somente em 1880 foi ereta a vila do Barracão com os mesmos limites da freguesia. Contudo, ainda em 1884, informavam os vereadores de Itapicuru que a soma enviada pela Junta Emancipadora ao município do Barracão, onde habitavam mais escravos do que na vila de Itapicuru, deveria ser transferida para essa municipalidade já que lá não existiam os respectivos livros, procedendo-se à classificação dos escravos conjuntamente com aqueles da vila de Itapicuru (e sob sua responsabilidade).⁴⁴ Assim, é possível que a referência conjunta das vilas de Itapicuru e do Barracão se devesse ao pouco tempo transcorrido entre sua criação e o momento em que foi escrito o livro de Aguiar, sem que a municipalidade, nesse meio-tempo, tivesse conseguido se organizar burocraticamente. Logo, não parece de todo anacrônico considerar a realidade socioeconômica do Barracão, depois de 1880, como parte do todo formado pelo município de Itapicuru.

Se no caso de Itapicuru houve uma total omissão de Durval Vieira de Aguiar quanto à atividade de criação, isso não ocorreu no tocante ao município de Soure. As notícias não eram, porém, muito animadoras, estando

43. VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Salvador: Typographia do 'Diário da Bahia', 1893, p. 160; MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, pp. 470-471; MAURO, Frédéric. Alagoinhas: chemin de fer et développement de la campagne Nordestine au XIX^e siècle. *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien (Caravelle)*, vol. 27, 1976.

44. APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Governo – Câmaras (Itapicuru), maço 1326, 1884. É claro que não se deve confiar plenamente no comunicado da Câmara, já que tal explicação poderia estar informada pelo desejo dos vereadores em controlar uma quantia maior do dinheiro da Junta de Emancipação.

de acordo com o que os vereadores tinham comunicado ao Presidente da Província vinte anos antes: “a lavoura é limitada ao consumo, e ainda pouco desenvolvida a criação de gado”.⁴⁵

Os inventários abertos após 1850 apontam também para a diminuição dos criatórios (ao menos até 1880). Paralelamente, os dados fornecidos pelos autos, ao menos aqueles com espólios de maior valor, parecem corroborar a informação de Aguiar acerca do maior número de engenhos em Itapicuru. Se, antes de 1850, apenas 16,2% dos inventários (independentemente do grupo social) arrolavam engenhos ou engenhocas na região de Itapicuru e Soure, após essa data a porcentagem subiu para 26,8% do total dos inventários pesquisados.

A construção de novas unidades de produção açucareira poderia parecer, *a priori*, contraditória frente à concorrência estrangeira. Na década de 1830 e inícios de 1840, após uma fase de expansão da produção açucareira, foram construídos na Bahia, em média, vinte engenhos por ano (especialmente depois de 1827 quando foi extinta a necessidade de licenças para o estabelecimento de novas fábricas). Houve, em seguida, um período de estagnação, tendência que se reverteu já em 1845-46, com a abertura de novos mercados para o açúcar brasileiro, alcançando a exportação baiana, no começo da década de 1850, o patamar de 4 milhões de arrobas por ano. Nos anos seguintes, ao menos até 1873, a despeito da lenta manifestação da crise, a desvalorização do mil-réis, especialmente no período da Guerra do Paraguai, compensou parcialmente a diminuição do valor da arroba do mercado internacional.⁴⁶

Assim, talvez não fosse tão extemporânea a construção de novos engenhos em Itapicuru, especialmente na área que depois formaria o município do Barracão, relativamente próxima da costa e com terrenos mais férteis. Processos civis e criminais, instaurados entre 1852 e 1885, também trazem informações que corroboram a descrição de Aguiar. Se toda a documentação da época indica o crescimento da produção açucareira, fica, no entanto, a questão de se entender com que mão de obra, após a proibição do tráfico,

45. AGUIAR, Durval Vieira. *Descrições práticas da província da Bahia*, 1979, p. 87.

46. BARICKMAN, B. J. *A Bahian Counterpoint: Sugar, Tobacco, Cassava and Slavery in the Recôncavo, 1780-1860*, 1998, pp. 37-39.

em 1850, os proprietários de engenhos e engenhocas deram continuidade às atividades do plantio e beneficiamento de seus canaviais.

De escravos e agregados

Os inventários anteriores a 1850 atestavam a generalidade da propriedade escrava e sua importância para a produção açucareira na região de Itapicuru. Após esse período, nenhum dos inventários abertos deu a descrever um número de cativos, sequer próximo àquele do capitão-mor João Dantas. Se considerar que os inventários de maior valor anteriores a 1850 apresentavam, em média, 78 escravos e que, desse período em diante, a média é de apenas trinta cativos, é evidente a retração dessa mão de obra. É interessante observar, contudo, que dois inventários, abertos três e cinco anos antes da Lei Áurea, ainda listavam 24 e 22 escravos (incluídos os ingênuos).

Em 1862, faleceu Dona Josefa Maria de Almeida, deixando marido e quatro filhos menores. À primeira vista pode parecer estranho que o inventariante fosse seu cunhado, e não o marido. Porém, a acusação que pesava contra José Pinto de Carvalho, o viúvo, tornava impossível sua atuação como inventariante. Tratava-se do auto de inventário de uma esposa que fora assassinada por seu marido, ambos moradores em seu engenho do Rio Azul.⁴⁷

O engenho estava em construção quando d. Josefa foi assassinada, tanto assim que seu cunhado, o inventariante, apresentou as contas relativas à conclusão da obra: “com assentamento dos cobres, factura do pé de moenda e todos os mais arranjos concernentes a moer, como rodou o anno passado

47. Segundo o promotor: “Na noite do dia 4 do corrente se achavão juntos na propria casa o denunciado e sua consorte, cada um em sua rede, conversando na melhor harmonia em virtude do laço íntimo que os confundia em uma só pessoa, tendo nos braços a esposa uma criança, que acariciava com os cuidados de Mãe, e succedendo, n’esse interim, adormecerem – Mãe e filho – o esposo, levado d’uma malvadeza impropria até de brutos, [...] e aproximando-se da [rede] em que estava sua esposa, [que] jazia em modorra, e conhecendo que com effeito se achasse [nesse] estado, tirara a criança dos braços della e levava para o seo quarto de dormida, de lá voltando, apoderara-se d’uma barra de ferro, e dera-lhe as pancadas constantes do corpo de delicto, que causarão ferimentos gravissimos, e com tal surpresa, que a infeliz, apenas pudera pronunciar – matou-me – cahio para nunca mais se levantar!!”. APEB, Seção Judiciária, “Sumário de culpa”, maço 2546, auto 2, 1862.

e esta rodando, cuja parte de aumento de obra em relação ao valor da caza descripta no Inventário, elle inventariante calcula em dous contos de reis”.⁴⁸

É evidente que seus dezoito escravos não eram suficientes para todo o trabalho na propriedade. Sempre se pode aventar a hipótese de que boa parte da cana moída no engenho da família fosse plantada por terceiros, quem sabe lavradores. Ainda assim, há que se considerar que os engenhos costumavam ter alguma cana em terras próprias, o que demandava mão de obra, além, é claro, dos braços necessários para o funcionamento da fábrica.

Segundo as contas apresentadas pelo inventariante, parte das atividades relativas não só à construção do engenho, como ao seu próprio funcionamento, foram realizadas por mão de obra livre, paga por tarefa ou jornal. Para o término da fábrica e início das atividades, o inventariante contratou o serviço de carpinas, empregados no “levantamento de caixões, concerto de carros e outros serviços inherentes ao Engenho como mestre d’assucar, outros trabalhadores no laborio da moagem”. Na mesma época, gastou também com o pagamento dos carretos de caixas de açúcar para o porto – provavelmente de Abadia – “por insuficiencia dos bois” e com a compra de tabuado para as caixas.

Nas safras seguintes, ao menos naquelas em que prestou contas como tutor dos órfãos, os gastos com serviços de terceiros, sempre descontados das rendas auferidas, também foram constantes. Foram pagos o mestre de açúcar e seu ajudante por safra; carpinas pelo feitio de toras, conserto de carros, pé de moenda, feitio de caixões e conserto do engenho; o feitor; carretos de caixas para o porto; o sustento dos carreiros; o feitio de foices e aperto de argolas de carro; serradores; pedreiros por formas; e, finalmente, em 1876, cortadores de lenha e canas. Ainda que as atividades de artesãos (como pedreiros e carpinas), mestres de açúcar, carreiros e feitores e, eventualmente, o corte de lenha e cana fossem realizados por livres, uma série de outras tarefas necessárias ao bom andamento da produção e também ao sustento da família e seus escravos não parecia contemplada nas contas do inventariante e tutor.

48. Entre 1864 e 1876, último ano em que o tutor prestou contas ao juiz, o engenho chegou a produzir safras que renderam 2 contos e quinhentos mil réis. APEB, Seção Judiciária, inventário de Josefa Maria de Almeida, 01/302/576/13, 1862.

O processo criminal instaurado pelo assassinato de d. Josefa traz informações valiosas acerca da mão de obra utilizada nas propriedades do casal. Dentre os depoentes, dois se declararam agregados do casal e três não prestaram juramento por serem escravos (do casal ou de terceiros). Manoel Simplício,

[...] solteiro, natural da Freg. de Aporá, morador no Rio-azul, de trinta anos pouco mais ou menos, que vive de lavoura, e disse ser agregado do réo, mas que isto não o levava a depor senão a verdade [...].

Respondeo que como morador nestas terras do réo José Pinto, fora convidado no Domingo anterior ao facto para trazer huma rês do Engenho do Rio da Prata para este do Rio Azul, e depois disto para ajudar a cavar terra, e ajudar a aterrar o Engenho, ao que obedecêo, [...] de que acarretasse o mesmo que a Bernardo José dos Passos que era agregado destas terras; e na quarta-feira dia do facto criminozo, assistira elle testemunha, que o accozado dera Felipe de Mello, que viera prezenciar o divertimento que elle testemunha com os demais trabalhadores fazião em consequencia do cabamento [sic] do aterro do Engenho, para o qual o mesmo accusado dera-lhe hum garrafão de Agoardente, mostrando-se muito satisfeito. Depois desse folguedo retornou-se elle testemunha para sua caza, e no dia seguinte, quinta-feira, voltando a fim de cumprir outra determinação do mesmo para trazer aliás, do mesmo, para hir buscar huma outra vaca para os trabalhadores que tinhão de trabalhar na seguinte semana, soube que o denunciado estava em casa, por lhe dizer o escravo Cypriano que [havia] assassinado a mulher na noite passada, e por esta razão se havia escondido; e logo que teve esta noticia tractou de retirar-se com medo que lhe acontecesse alguma cousa, tanto assim que em sua caza tem estado rezando que elle o toque ahi.

Perguntado se o accusado é de bom genio e sincero? Respondeo que a elle testemunha nunca fizera nada; mas que tinha corrido de suas terras a muitos outros, e que costumava mandar espancar a outros, e que havia mesmo José Pinto posto fogo na caza de Manoel Ribeiro,

em lugar do Rio da Prata – a ponto de queimar as cartas [sic] do dito Ribeiro, a quem empurrara para dentro do fogo, – e que tratou de fugir.⁴⁹

Verdadeiras ou não as declarações da testemunha quanto à maneira como o acusado tratava seus agregados, seu depoimento deixa patente que, fosse no rio Azul ou no rio da Prata, o casal contava com agregados que exerciam uma série de atividades dentro das fazendas. No dia do assassinato e naqueles que o antecederam, Manoel Simplício e outros foram “convidados” a conduzir reses, a cavar a terra e aterrá-la para a construção do engenho.

A declaração da situação de agregado constitui um problema particular. Nos inventários não havia sequer a informação acerca da profissão do inventariado ou inventariante, quanto menos, caso fossem arroladas apenas roças e benfeitorias (algo comum nos autos de menor valor), a especificação da relação com o proprietário da terra em que se plantava ou eram criados os animais. Ainda que na primeira metade do século alguns inventários não apresentassem terras entre os bens arrolados, isso não permite a imediata dedução quanto à existência de uma relação de “agregação” da família do inventariado com um grande proprietário, uma vez que, como se viu, havia a possibilidade de moradia conjunta entre familiares.

As correspondências enviadas pelas câmaras e juízes também costumavam ser omissas quanto a essa questão. Não traziam informações senão acerca da ocupação total da região, alegando sempre a inexistência de posseiros no município ou na comarca. Quando muito, ao descreverem crimes ou problemas gerados por partidarismos políticos, faziam menção à existência de apaniguados de fazendeiros que se utilizavam de seus serviços e, em troca, ofereciam proteção contra as autoridades constituídas. As cartas dos Diretores de Índios, por sua vez, traziam constantes denúncias acerca da ocupação de terras indígenas por terceiros. Nesses casos, porém, a ocupação das terras nem sempre era sua preocupação principal, mas a falta de pagamento pelas áreas utilizadas, já que a prática de arrendamento era considerada legal no tocante às aldeias, como se pode ver pela própria situação de alguns dos proprietários de engenhocas de Soure, em 1846.

49. APEB, Seção Judiciária, “Sumário de culpa”, maço 2546, auto 2, 1862.

Nos depoimentos apresentados nos processos criminais, testemunhas, e até mesmo acusados, declaravam tão somente sua profissão, ou melhor, a atividade da qual tiravam seu sustento. Esse foi o caso, por exemplo, do marido de d. Josefa; de acordo com os autos, era ele lavrador e criador, sem que se saiba que gêneros produzia ou que animais criava. A declaração de Manoel Simplício, que, do costume, disse ser agregado do réu, constitui uma exceção dentre os depoimentos dos processos consultados. Talvez, devido à especificidade do crime cometido e do lugar em que ocorrera, o fato de o depoente ser um agregado do casal não afetasse sua credibilidade, mas, ao contrário, reforçasse as denúncias apresentadas, já que sua situação de morador nas terras do acusado o colocava na condição de testemunha ocular do homicídio.

Nos processos criminais nem sempre eram contestados os depoimentos com base em uma eventual situação de dependência da testemunha com o proprietário das terras em que morava. Tal dado só parecia relevante quando ao menos uma das partes fosse justamente um fazendeiro com agregados. Caso réus e vítimas fossem eles mesmos agregados de terceiros (não envolvidos na ação), tal tipo de informação pouco esclarecia quanto à responsabilidade do acusado.

Nos processos civis as informações sobre agregados são um pouco mais comuns, ao menos nas disputas de terras envolvendo fazendeiros. Na tentativa de justificar a anterioridade da ocupação de certas áreas, os próprios fazendeiros costumavam arrolar agregados ou indicá-los como testemunhas. Considerando-se que os juízes não costumavam fazer qualquer ressalva quanto à existência de agregados, buscando averiguar tão somente a veracidade da declaração, parece claro que, se tal condição (de “agregação”) não era generalizada, era, ao menos, comum o suficiente para não causar estranheza. No caso de d. Josefa Maria e seu violento esposo, conjugadas as informações trazidas pelo inventário e pelo processo criminal, é evidente a disponibilidade de uma mão de obra de agregados, bem como a possibilidade de uso de braços contratados por jornal ou tarefa. O dinheiro despendido com cortadores de cana ou lenha era, contudo, pequeno (se comparado com o restante dos trabalhos e ofícios), o que indica que o casal permanecia utilizando o braço escravo na lida do canavial e na maioria das atividades cotidianas da fábrica.

Fica evidente, por um lado, a disposição de manutenção da mão de obra escrava, mas, por outro, quando esta já não era suficiente, a possibilidade de utilização de livres e libertos em um sem-número de atividades. Pelos inventários, processos criminais e civis, percebe-se que tal mão de obra podia ser tanto paga por jornal ou tarefa, quanto os serviços necessários serem prestados por agregados e moradores. Contudo, se livres e libertos, agregados ou não, eram utilizados em várias atividades (de carreiros a trabalhadores na moagem), raramente apareciam referidos à lida do canavial. Agregados costumavam prestar serviços em atividades auxiliares, como o aterro do engenho ou, eventualmente, no fornecimento de gêneros alimentícios. Trabalhadores por jornal ou tarefa apenas muito raramente eram referidos como tendo sido utilizados no corte de cana ou lenha. Na década de 1870, a produção açucareira sofreu com a acentuada queda de preços, enquanto a demanda de mão de obra pelo sul do país só fazia aumentar o valor dos cativos. Ainda assim, não desapareceram de Itapicuru os canaviais e engenhos nem a mão de obra escrava, mesmo na década de 1880.

Bert Barickman demonstrou que, apesar de se constatar uma redução nos plantéis dos engenhos entre as primeiras décadas do século XIX e aquelas que antecederam à abolição, ela não foi assim tão drástica. Em 1816-17, os engenhos de São Francisco do Conde e Santo Amaro da Purificação contavam, em média, com 65,5 escravos, número pouco superior aos 58 ou 59 cativos existentes nas décadas de 1870-1880. O historiador, em meio aos inventários pesquisados, chegou a encontrar plantéis de 103 e 156 escravos em 1871, sendo que, entre 1870 e 1888, 41% dos engenhos contavam ainda com 59 cativos ou mais (dos quais 15% possuíam pelo menos 100).⁵⁰ De acordo com Barickman, a população livre parecia muito mais afeita a aceitar o trabalho junto às fábricas do que nos serviços de campo, sem contar a já tradicional utilização de livres em ocupações como caixeiros, administradores, feitores e ofícios em geral.

Ainda que depois de 1870 nenhum inventário aberto na comarca de Itapicuru tenha apresentado mais de cinquenta escravos, como ocorria antes,

50. BARICKMAN, Bert. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*. Salvador, vols. 21-22, pp. 199-201, 1998-1999.

é inegável a manutenção da mão de obra escrava e mesmo a possibilidade de aquisição de novos cativos. O trabalho de livres continuou uma constante, ao menos dentro do limite do que deixam perceber as fontes, permanecendo raras ou inexistentes as referências a livres e libertos empregados na lida do canavial. Também não parece que a parcela mais rica da população de Itapicuru tenha desistido de plantar cana-de-açúcar, ainda que a produção para o mercado internacional não fosse necessariamente o fator determinante na manutenção da mão de obra escrava, mas antes o tipo de atividade que deveria ser exercido nas fazendas.

Entre duas abolições

Se os inventários e processos (criminais e civis) mostram a manutenção da mão de obra escrava e apontam para a possibilidade de aquisição de novos cativos, a documentação do judiciário não traz maiores esclarecimentos a esse respeito. Outro documento do período, contudo, fornece dados valiosos sobre o assunto.

Cícero Dantas Martins, o barão de Jeremoabo – neto do capitão-mor João Dantas –, faleceu em 1903, quando a escravidão há muito fora abolida. Possuía, então, 61 fazendas espalhadas pelos municípios baianos de Jeremoabo, Itapicuru, Soure, Bom Conselho, Coité, Cumbe, Monte Santo, Raso, Curaçá, Santo Amaro, e Campos, no estado de Sergipe. Além de cuidar de suas fazendas, vivia também para a política, tendo sido eleito, durante o Império, por duas vezes para a Assembleia Provincial e outras quatro para a Assembleia Geral. Segundo seu biógrafo, era um “epistológrafo incansável”, expedindo uma média de 1.400 cartas por ano.⁵¹ Para manter os contatos políticos, as relações com familiares e amigos e o bom andamento de suas propriedades, a despeito de sua intensa movimentação pela província da Bahia e outras partes do Império, Cícero Dantas não só mantinha correspondência regular, como também se utilizava de outros escritos de cunho pessoal. Entre eles destaca-se uma espécie de livro de assentos ou caderno de notas pessoais,

51. CARVALHO JR., Álvaro Dantas de. A posição do Barão de Jeremoabo. In: SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). *Canudos: cartas para o Barão*. São Paulo, Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 1999, pp. 9-13, 32-34.

com descrição de seus familiares (ascendentes, colaterais e descendentes), amigos, companheiros, subalternos e mesmo desafetos políticos, além de um precioso livro de contas, com os dados de receitas e despesas de todas as suas atividades entre os anos de 1866 e 1880.

Do total por ele gasto nesses quinze anos, foram tabulados os valores que poderiam estar relacionados com a manutenção ou expansão de suas propriedades rurais, despesas de fundo político (mas não aquelas diretamente relacionadas à sua vida em Salvador e no Rio de Janeiro) e gastos com terras e bens afins. No caso de seus rendimentos foram transcritas e tabuladas todas as anotações referentes à receita auferida com suas diferentes atividades e propriedades. Em quinze anos, sua renda bruta alcançou o significativo montante de 368 contos de réis, ou seja, mais do que o dobro dos bens de seu avô em 1832.

Contabilizadas as anotações de 1866 a 1880, respondiam por seus proventos, em ordem crescente, as seguintes atividades, rendas ou comercialização de gêneros: couros, dividendos da Reserva Mercantil, letras e dívidas, cachaça, mel, subsídios e ajudas de custo (referentes às legislaturas em que atuou como deputado), animais e, finalmente, açúcar. Somando-se as vendas de açúcar, mel e cachaça, os produtos subsidiários da cana-de-açúcar responderam por 58,5% de tudo o que foi por ele recebido em quinze anos.

Durante o Império, a despeito de reveses e dificuldades, os senhores de engenho baianos – ainda que nem todos, e nem em mesma quantidade – continuaram produzindo açúcar. Cícero Dantas, como colocado anteriormente, não parou de beneficiar sua cana (ao menos entre os anos de 1866 e 1880), atividade que respondia pela maior parte de suas rendas. Contudo, há que se questionar se, de alguma maneira, ele possuía uma situação privilegiada em relação a grande parte dos proprietários de engenhos.

Do ponto de vista da comercialização e do preço que recebia por seu açúcar, sua situação era igual àquela de seus semelhantes. O preço das arrobas por ele negociadas não se diferenciava muito do valor médio registrado na província. A despeito da baixa do valor da arroba, sentida com maior intensidade após o fim da Guerra do Paraguai, ele continuou a beneficiar sua cana.

De certa maneira, continuou a fazê-lo como a maioria dos senhores de engenho que se reuniram no Congresso Agrícola de 1878, em Pernambuco e que buscaram, por meio desse encontro, marcar sua posição frente ao governo imperial, reiterar e discutir as dificuldades sentidas, propondo medidas que pudessem sanar, ainda que parcialmente, esses mesmos problemas. Quanto à questão da mão de obra, colocou o Sr. João Fernandes Lopes em sua “Memória” apresentada aos outros participantes: “Antes da lei do recrutamento por sorteio, aqueles que não trabalhavam e que não tinham meio algum de vida, eram mandados para o exército; tendo-se extinto esse meio de corrigir os que não trabalham, muito necessária será uma lei que torne o trabalho obrigatório”.⁵² Fazendo eco com o que escrevera, dois anos antes, Henrique Augusto Millet, que também participou das discussões de 1878:

É mister, portanto, sob a pena de perder em poucas horas o trabalho dos dezoito meses, que empregou em fundar a sua safra e tratá-la, que o senhor de engenho tenha sempre a sua disposição os braços que requerem os trabalhos, quer do campo quer do fabrico.

Os engenhos bem montados, que têm fábrica avultada e boiada numerosa, satisfazem às condições acima, e fazem bom açúcar; os que são mal montados, e precisam recorrer a alugados, passam por transtornos contínuos; perdem, às vezes, o tempo mais próprio para as plantações e limpas por falta de operários; o mercado para moagem, por falta de cortadores e amarradeiras.⁵³

Ainda que não seja possível calcular exatamente o número de escravos de Cícero Dantas, é inegável que os possuísse e, provavelmente, em grande quantidade. São constantes, em seu livro de contas, referências à mão de obra escrava; que vão desde o pagamento pelo trabalho em dias santos, passando por gastos com chapéus de palha para os cativos, e, principalmente, com compras de carne e farinha para sua alimentação.

52. CONGRESSO Agrícola do Recife. Edição fac-similar comemorativa do primeiro centenário. Introdução Gadiel Perruci. Recife: Cepa-PE, 1978, p. 136.

53. MILLET, Henrique. *A lavoura da cana de açúcar*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1989, p. 33.

Ao problema da mão de obra relatado pelos participantes do Congresso Agrícola de Recife, em 1878, respondiam, portanto, os senhores de engenho da Bahia com a utilização do braço escravo. Mesmo com a elevação dos preços devido à competição das províncias cafeeiras, algumas figuras, como Cícero Dantas Martins, continuaram a comprar cativos.

Entre 1866 e 1880 ele adquiriu 21 escravos, quatro deles comprados por montantes inferiores a 300\$000 réis. Cícero Dantas chegou a desembolsar, nos anos de 1866, 1869, 1870, 1875 e 1880 entre um conto e um conto e quinhentos mil réis por escravo (concentrando-se, em 1870, os maiores valores gastos, seja no total ou por cativo).⁵⁴ A mão de obra escrava parecia tão fundamental que, a despeito das variações do preço da arroba (variação em geral descendente), o fazendeiro parecia disposto a despender quantias próximas àquelas pagas pelos, cada vez mais ricos, cafeicultores da região posteriormente denominada de Sudeste.

Entre os 21 escravos comprados, a não ser por uma anotação parcialmente ilegível, existe apenas uma mulher. Além disso, considerando alguns dos valores pagos, tem-se a impressão de que Cícero Dantas buscou adquirir cativos com o mesmo perfil desejado pelos cafeicultores do Sudeste: homem, entre catorze e quarenta anos de idade. No entanto, há que se considerar que, se ele pagou mais de um conto por um escravo com essas características, também adquiriu cativos por preços que variavam de 300\$000 a 750\$000 réis. Talvez fossem crianças (do sexo masculino), homens já mais velhos ou então com algum problema de saúde, mas é possível que, dada sua rede de fazendas e negócios (com condutores e carreiros fazendo viagens por uma série de vilas do sertão), ele fosse capaz de adquirir cativos homens, em idade de trabalho, por preços mais baixos do que aqueles encontrados no mercado do Centro-Sul.

O contato direto com pequenos roceiros, criadores e lavradores de algodão, espalhados por vários rincões da província, pode ter-lhe propiciado

54. Warren Dean, para os anos de 1871 a 1875, calculou o preço médio dos escravos entre 1:000\$000 e 2:200\$000 réis. Nesse mesmo período, os preços em Vassouras variavam entre 1:600\$000 réis e 1:900\$000 réis (DEAN, Warren. *Rio Claro: Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. São Paulo: Paz e Terra, 1977, p. 66; STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 271).

condições de oferecer valores abaixo da média do mercado (regional). Alguns dos valores pagos eram inferiores não só aos preços do Recôncavo, como até mesmo àqueles apresentados nos inventários de Itapicuru. Dificuldades momentâneas, dívidas e a escassez de meio circulante talvez fossem as armas a favor de Cícero Dantas nas barganhas, mas não só dele. Alguns inventários da região de Itapicuru também apontavam para a possibilidade de reposição da mão de obra escrava. Segundo Robert Slenes, ainda que, coletivamente, as províncias açucareiras de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas tenham perdido escravos para o atual Centro-Sul, havia um forte mercado provincial dentro do que hoje se denomina Norte-Nordeste.⁵⁵ No que tange ao tráfico interprovincial, ou seja, à venda de escravos para o Centro-Sul, Slenes mostra a necessidade de se atentar para uma temporalidade própria a cada uma das regiões. A percepção de ritmos diferenciados, em termos de problemas econômicos e possibilidades de substituição da mão de obra, permite questionar a generalização da perda de escravos das regiões Norte e Nordeste, como também a percepção da existência de um comércio intraprovincial ou regional.⁵⁶

Há que se considerar, no caso específico da província da Bahia, que a intensidade do tráfico africano, na primeira metade do século XIX, estaria na base de uma espécie de acesso generalizado à propriedade escrava e,

55. Na década de 1850, por exemplo, grande parte dos escravos baianos, vendidos para o Sudeste, originava-se da região da Chapada, então em franca decadência, levando os proprietários das regiões de Caetité e Rio de Contas a se desfazerem de seus escravos. A seca de 1858-1860, que atingiu várias regiões da Bahia, também teria tido o mesmo efeito. Ou seja, ainda que os escravos comprados pelos cafeicultores fossem identificados como provenientes da Bahia, isso não significava que proprietários de regiões economicamente estáveis ou imunes ao flagelo da seca tenham sido forçados a se desfazer de seus cativos. O tráfico interprovincial teria se beneficiado também da decadência da produção algodoeira nas províncias do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Piauí após o término da Guerra de Secessão norte-americana (e a consequente recuperação da produção naquele país). Não bastasse a queda dos preços do produto brasileiro no mercado internacional, essas mesmas províncias ainda foram castigadas com a seca de 1877-80, o que teria impulsionado ainda mais a venda dos escravos que lhes restavam (SLENES, Robert. *The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economics, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market*. In: JOHNSON Walter (ed.). *The Chattel Principal. Internal Slave Trade in the Americas*. New Haven & Londres: Yale University Press, 2004, p. 325, 334-35).

56. *Ibidem*.

portanto, da possibilidade de manutenção da mão de obra cativa nos engenhos mesmo depois de 1850.⁵⁷

Se, por um lado, a imagem da perda generalizada de mão de obra para o Centro-Sul decorria da indeterminação em relação à região de onde provinham os escravos trazidos pelo tráfico (identificados apenas pela província de origem), por outro, a ideia de uma suposta facilidade na transição para a mão de obra livre também teria contribuído para essa asserção. Nesse caso, especificamente, estaria a generalização das conclusões de Peter Eisenberg, em seu estudo sobre Pernambuco, para o restante das regiões açucareiras, especialmente a Bahia.⁵⁸

A partir do estudo dos inventários dos senhores de engenho do Recôncavo, Barickman concluiu que a população livre parecia muito mais afeita a aceitar o trabalho junto às fábricas do que nos serviços de campo. No caso de Cícero Dantas, é provável que a propriedade de um grande número de escravos tornasse desnecessário recorrer à mão de obra livre, senão em momentos de maior precisão.⁵⁹ Não parece absurdo supor, portanto, que, ao

57. David Eltis estimou que, entre 1801 e 1850, a Bahia teria importado mais de 318 mil escravos, enquanto a soma do tráfico de todas as províncias (ex-capitanias) ao norte, do Sergipe até o Pará, não teria ultrapassado a marca de 260 mil africanos. Assim, não é de se estranhar que figuras como Cícero Dantas e até mesmo senhores de engenho da região de Itapicuru, de menor projeção e com engenhos menos produtivos, tenham sido capazes de manter seus plantéis, chegando mesmo a substituir escravos fugidos, mortos ou manumitidos (BARICKMAN, Bert. *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)*, 1998-1999, vols. 21-22, pp. 210-211).

58. Slenes chega mesmo a sugerir uma reinterpretação do caso pernambucano (SLENES, Robert. *The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economics, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market*. In: JOHNSON Walter, ed. *The Chattel Principal. Internal Slave Trade in the Americas*. New Haven & Londres: Yale University Press, 2004, pp. 337-338).

59. Não há como questionar que, em 1872, a concentração de escravos nas freguesias açucareiras mais tradicionais do recôncavo era infinitamente superior àquela da região de Itapicuru e seus entornos. Em uma das freguesias da vila de Santo Amaro, em 1872, 40% da população era escrava, enquanto na freguesia de Itapicuru a porcentagem era de apenas 11% e na de Soure, 6%. No caso de Soure, entre meados do século e a data do censo, a redução da proporção entre escravos e livres não fora assim tão acentuada, já que, em 1849, os vereadores estimaram a existência de 140 escravos num total de 1540 habitantes, ou seja, 9% da população. Em termos absolutos, contudo, o número de escravos em 1872 havia aumentado. Não há nenhum dado acerca da população escrava de Itapicuru antes do censo de 1872, mas, frente às informações dos inventários, não parece absurdo supor que boa parte dos cativos se concentrasse nas mãos de lavradores e proprietários de engenhos, que ou bem haviam mantido seu plantel (ainda que reduzido devido a perdas naturais e outras causas) ou até mesmo comprado novos escravos de pequenos proprietários. “Diversas pesquisas

menos na região de Itapicuru, Cícero Dantas e outros proprietários de terras e engenhos pudessem contar com o fornecimento de víveres plantados por agregados e moradores, bem como de certo contingente para a prestação de serviços eventuais.

A existência de homens livres pobres morando nas fazendas, ou seus entornos, conjugada à manutenção da propriedade escrava indica que, entre as províncias da Bahia e Pernambuco, havia provavelmente uma diferença fundamental (a informar as possibilidades de uso de mão de obra): a disponibilidade de terra.

De acordo com o censo de 1872, a Bahia possuía apenas uma vez e meia a população de Pernambuco, mas em torno de cinco vezes sua extensão territorial. Ou seja, a pressão demográfica na Bahia era muito inferior àquela da província mais ao norte. A esse dado, deve-se somar ainda a diferença no impacto da seca de 1877-80. É curioso que, enquanto os flagelados da seca de Pernambuco teriam se disponibilizado a trabalhar nos engenhos da Zona da Mata (ao menos enquanto não vinham as chuvas, como colocado pelos participantes do Congresso de 1878),⁶⁰ o mesmo não ocorreu com a colônia de flagelados estabelecida na Bahia, de onde, em menos de um ano, fugiram todos os que para lá foram levados.⁶¹

É provável que livres e libertos não tivessem uma imagem (tão) negativa do trabalho eventual para terceiros ou do plantio de gêneros em uma roça própria (ainda que em terras de um senhor de engenho), como parecia ser o caso em relação às atividades de oito ou de engenho (como disseram os próprios senhores reunidos no Congresso de 1878). É interessante lembrar que o agregado da falecida d. Maria Josefa (assassinada pelo marido) mencionou

têm demonstrado que o fenômeno de concentração regional da propriedade escrava, após a extinção do tráfico atlântico, foi resultado não apenas de transferências inter-regionais, mas de uma intensa concentração social da propriedade cativa. Revertia-se, assim, o quadro de pulverização que prevalecia no padrão anterior de posse de escravos. Pode-se depreender, também, deste movimento, um recrudescimento do número de brancos empobrecidos, nas diversas situações rurais, locais ou regionais.” (MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 94-95).

60. CONGRESSO *Agrícola do Recife*. Edição fac-similar comemorativa do primeiro centenário. Introdução Gadiel Perruci. Recife: Cepa-PE, 1978, p. 146.

61. CUNNIFF, Roger Lee. *The Great Drought: Northeast Brazil, 1877-1900*, 1971, pp. 255-257.

a distribuição de aguardente ao fim do serviço de aterro do engenho, gesto que remete diretamente às práticas de mutirão ou, como então era chamado na Bahia, “adjutório”;⁶² o próprio Cícero Dantas utilizou esse termo quando anotou o gasto de 50\$000 réis com a construção de cercas (um “adjutório de cercagem”). É possível que certas atividades requisitadas pelos fazendeiros à população que habitava em suas terras fossem revestidas de um caráter “igualitário”, que mascarava a desigualdade entre as partes.⁶³ A entrega de gêneros agrícolas ao proprietário da terra, embora pesasse sobre a economia da família, também parecia diferenciar-se, e muito, do trabalho pago por jornal ou mesmo por tarefa, uma vez que não implicava o controle do horário, dos gêneros selecionados para o plantio, nem da rentabilidade da produção.

É possível que a maior disponibilidade de terra dificultasse a utilização da população livre e liberta na lida do canavial, levando à concentração do trabalho escravo nas atividades de plantio, limpa, colheita e, eventualmente, nas tarefas de beneficiamento da cana. Mas isso, enquanto houvesse terras.

A transformação do mercado fundiário

Até 1880, Cícero Dantas praticamente não inverteu capital na compra de novas propriedades fundiárias; porém, dessa década em diante a situação se alterou radicalmente, ao menos pelo que deixam transparecer as escrituras registradas no Tabelionato de Itapicuru. Entre 1880 e 1900, gastou 23:748\$000 réis em novas fazendas, mais do que havia imobilizado na compra de 21 cativos nos quinze anos de vigência do livro de contas. A título de curiosidade, entre 1751 e 1900, nenhuma outra pessoa adquiriu tantas propriedades ou gastou quantia sequer próxima àquela despendida pelo Barão.

Ao longo de 22 anos, o Barão adquiriu dezoito propriedades, pagando por elas uma média de 1:320\$000 réis – sem que nenhuma das compras incluísse construções ou maquinários destinados ao fabrico de açúcar (o que, *a priori*, poderia justificar o alto preço pago). Boa parte das terras compradas parecia, pelas descrições fornecidas nas escrituras, muito mais

62. CALDEIRA, Clóvis. *Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural*. São Paulo: Nacional, 1956. Brasileira, 289, pp. 25-28.

63. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 139-151.

afeita à criação de gado do que à agricultura. De acordo com os inventários pesquisados, a partir da década de 1880 a criação de gado pareceu recuperar sua importância econômica, sendo possivelmente uma resposta à crescente crise da produção açucareira (que teve sua derrocada após a abolição da escravatura e a seca de 1888-91).

Entre 1800 e 1870 poucas foram as negociações de terra que ultrapassaram o montante de um conto de réis (incluindo ou não benfeitorias as mais diversas e até mesmo gado ou escravos), daí em diante elas se tornaram bem mais comuns. É possível que esse aumento adviesse de uma valorização da propriedade territorial ou de um crescente interesse dos fazendeiros mais ricos em sua aquisição; fosse porque a posse da terra exercia um papel importante no acesso à mão de obra (ainda que para a realização de atividades acessórias ou para o fornecimento de gêneros alimentícios), ou porque havia se tornado, nesse meio tempo, um substitutivo ao investimento que antes era feito em escravos (ao menos para aqueles que não tinham cacife para bancar os preços astronômicos alcançados duas décadas depois da abolição do tráfico africano).

Até 1870 eram muito mais comuns negociações de terras e benfeitorias de até 300\$000 réis, com um número significativo de aquisições de propriedades de até 100\$000 réis. Desse período em diante, contrariamente ao que ocorreu com as propriedades de maior valor, tais negociações tornaram-se cada vez mais raras, desaparecendo por completo aquelas inferiores a 30\$000 réis.

Outro dado curioso é que até 1888 as vendas de posses, parcelas e afins eram muito mais comuns do que as negociações de fazendas, sendo superadas, no entanto, no período pós-Abolição. Até 1850, dois terços das negociações de fazendas (“próprias”) envolviam valores entre 100\$000 e 500\$000 réis, e apenas um terço, em média, quantias superiores. A partir de 1871 raras foram as fazendas “próprias” negociadas por menos de 500\$000 réis, desaparecendo por completo de 1889 em diante. Assim, não só houve uma retração nas vendas de posses como um aumento impressionante nos valores das terras negociadas.

A discrepância nos valores das posses e fazendas negociadas antes e depois de 1870 poderia dever-se tanto à incidência da inflação e à valorização das terras na região, quanto, de fato, a uma mudança no padrão do mercado

formal de terras. Como as escrituras praticamente não apresentavam as medidas dos terrenos negociados – e, ainda que o fizessem, esse seria um dado difícil de ser trabalhado, já que a qualidade das terras variava imensamente (e, portanto, seus valores) –, o que se pode questionar, visando à comparação com as escrituras, é se os bens de raiz descritos no conjunto dos inventários também apresentaram um aumento semelhante.

Mesmo somando as terras às benfeitorias descritas nos autos – uma vez que as escrituras muitas vezes não esclareciam acerca da existência de benfeitorias e fábricas nas propriedades negociadas –, é inegável que apenas uma pequena parcela dos bens arrolados nos inventários equivalia àqueles negociados no período; contrariamente ao que ocorria antes de 1870, quando as terras de menos de 300\$000 réis respondiam pela maioria das vendas registradas no tabelionato (sendo também aquelas de maior representatividade nos grupos dos “roceiros, vaqueiros e afins”, dos “pequenos sítiantes” e até mesmo dos “médios fazendeiros”).

Parece claro que, se até 1870 uma grande parcela da população podia tomar parte do mercado formal de terras de Itapicuru, depois desse período isso se tornou cada vez mais difícil. Embora essa exclusão do mercado formal não implicasse, necessariamente, uma restrição ao acesso à terra, mesmo por compra,⁶⁴ ela teve como contraparte a retração das negociações de menor valor.

Além disso, até meados do século, as autoridades competentes pareciam bastante inclinadas a considerar a ocupação efetiva, mediante provas de cultivo (entenda-se autos de vistoria ou depoimentos de testemunhas), mais importante, em termos de decisão judicial, do que escrituras de compra e venda. Após esse período, contudo, as provas de cultivo e antiguidade de ocupação quase desapareceram dos processos (ainda que não necessariamente as práticas de apossamento ou compras sem registro), em favor dos documentos com fé pública.

As próprias brigas fraticidas, acerca, muitas vezes, de pequenas nesgas de terras, documentam o papel cada vez mais central, da década de 1860 em

64. Sobre as vendas por instrumento privado ou “apalavradas”, ver: DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras moveidas: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*, 2007, pp. 258-297.

diante, do domínio territorial na vida (econômica ou social) dos fazendeiros. Uma série de processos civis abertos na segunda metade do século XIX revela que mesmo familiares (primos, sobrinhos e cunhados) estavam dispostos a entrar na justiça para garantir seu domínio, fosse sobre uma posse de terras, capoeiras nos limites de suas fazendas ou mesmo caminhos que levavam aos rios, riachos e olhos d'água.

Um mapa apresentado por um agrimensor, por ocasião de um processo civil aberto em 1880, mostra as terras na bacia do Rio Real, na freguesia do Barracão, próprias ao cultivo da cana-de-açúcar, completamente subdivididas em pequenos lotes de diferentes proprietários (grande parte deles aparentados e pessoas de influência na região). O motivo do litígio, aparentemente prosaico, fora a construção, por parte de uma senhora de engenho, de uma cancela que dificultava a chegada, no rio, dos bois de fábrica de outros senhores da região.⁶⁵ Assim, não é de se estranhar que tantos processos houvesse, nas últimas décadas do oitocentos, envolvendo terras próximas a rios ou riachos, usadas diretamente na plantação de canas e outros gêneros agrícolas, ou mesmo para atividades subsidiárias. Obviamente nem todos os processos abertos na comarca de Itapicuru envolviam e opunham parentes, ainda que esses, dentre o levantamento feito, fossem maioria. A existência de um grande número de ações envolvendo parentes é indicativa, justamente, da premência da questão territorial na época.

Assim, ou bem, a partir das últimas décadas do século XIX, as figuras mais abonadas da região tornaram a vida da população pobre cada vez mais árdua, aumentando o controle sobre as terras localizadas nas fronteiras de suas fazendas (fossem de fato suas, devolutas ou mesmo de terceiros desavisados) – dificultando a posse e posterior venda; ou então o parcelamento das propriedades da camada mais rica da população (consequência natural do regime sucessório) tornou imperativa a compra (e garantia de domínio) de novas fazendas pelos filhos e netos dos antigos proprietários. Provavelmente, ambos.

Fica, no entanto, a curiosa constatação de que, até meados do século, na região de Itapicuru e entornos, o mercado fundiário formal parecia muito mais acessível e ativo. É provável que a maior disponibilidade de terras

65. APEB, Seção Judiciária, “Ação de manutenção de posse”, maço 6997, auto 2, 1880.

(comparativamente ao tamanho da população) e a consequente possibilidade de apossamento estivessem no cerne da questão. Se a restrição do acesso à terra não resolveu a transição do uso da mão de obra escrava para a livre (no que tange, ao menos, às atividades diretamente ligadas ao trabalho nos canaviais e, provavelmente, nos engenhos), levando à quebra da produção açucareira baiana com a abolição, ela aumentou as dificuldades e percalços cotidianos enfrentados por grande parte da população.

Rumo a Canudos: novas e velhas dificuldades cotidianas

No ano de 1888 a população de Itapicuru sofreu com a seca, que só acabaria no ano seguinte; os fazendeiros, no entanto, além do desastre climático, tiveram que se haver com outro acontecimento que afetou profundamente suas atividades: a abolição da escravatura. Dantas Martins, já barão de Jeremoabo, escreveu em março a José Gonçalves da Silva,⁶⁶ seu compadre, também fazendeiro e político baiano, sobre a estiagem e os efeitos em suas finanças: “Tambem estava aqui fazendo minha casa de residência, mas parei com a obra por falta de dinheiro. Não vendi um so boi este anno e a lavoura vai como sabes. Ainda não vi cousa igual, e cada mez vamos a peor.”⁶⁷ “A fome bate a porta, e os assaltos e roubos tornarão no lugar.”⁶⁸

Em outubro de 1888, contudo, as reclamações do Barão já misturavam os problemas climáticos com as dificuldades advindas da abolição: “Vou da peor forma, e só deixarei de naufragar pela fé que tenho em Deus e nos meos esforços. Chegamos aqui na noite de 10, felism^e sahirão poucos inglezes (de Cotegipe),⁶⁹ mas estes fasem o que querem e não é possível assim manter-se a

66. José Gonçalves da Silva, proprietário de fazendas na região de Vila Nova da Rainha (atual Bonfim), também militava no partido conservador, tendo sido eleito deputado provincial e geral. Em 16 de novembro de 1890, foi nomeado governador da Bahia pelo Governo Provisório e, em 1891, eleito pela Assembleia Constituinte novamente governador do Estado (SAMPAIO, Consuelo Novais, org. *Canudos: cartas para o barão*, 1999, pp. 251-252).

67. Arquivo Particular do Barão de Jeremoabo (doravante APBJ), carta do Barão a José Gonçalves, 25 de março de 1888. O barão estava então construindo sua nova residência no engenho Camuciata, que viria a ser inaugurada em 1894.

68. APBJ, Carta do Barão a José Gonçalves, 22 de outubro de 1888.

69. Conforme registrado nos *Anais do Senado*, o Barão de Cotegipe, em meio à discussão acerca da lei de extinção da escravidão no país, teria se referido aos ex-escravos como libertos, sendo apartado por Candido de Oliveira, a quem respondeu com a máxima dos “inglezes”. A questão começou com a seguinte colocação de Cotegipe: “Falla-se em sociedades de

lavoura. Queria e quero imigrantes, mas onde o d^o para poder colocal-os?”⁷⁰ Frente à dificuldade de controle dos escravos recém-libertados, sonhava o senhor de engenho com imigrantes (que nunca chegaram). “Muitas famílias já tenho eu sabido estão caminhando e levando suas roupas.”⁷¹ A mão de obra era um problema, a seca outro, e os roubos, um terceiro.

Se, para o Barão, a despeito do fim da seca, a situação não parecia boa, com a alta dos preços dos gêneros alimentícios e o baixo valor da carne verde (atividade que, no cômputo geral de suas finanças, deve ter se tornado ainda mais importante frente aos problemas enfrentados pelos senhores de engenho baianos), como não estaria a vida do restante da população? É provável que a migração que o alarmara não tenha sido assim tão impactante nem duradoura, uma vez que, depois de 1890, ele não mais teceu comentário a respeito. Ainda assim, mesmo que tenha sido possível aos roceiros e pequenos criadores permanecerem em suas moradas, a alta do custo de vida e a perda de lavouras e animais devem ter aumentado a tensão na região.

O agravamento das tensões

Em 19 de janeiro de 1889, o adjunto do promotor da comarca de Itapicuru apresentou denúncia contra o liberto Ciríaco. “No dia 1^o do corrente mez e anno, o Dor. José Dantas Itapicuru encontrando, quando percorria os pastos de sua fazenda Catú d’este termo, o denunciado a furtar capim nos capineiros da dita sua propriedade, teve de prendel-o em flagrante delicto e conduzil-o a presença da auctoridade competente n’esta villa [...]”⁷² As testemunhas do processo eram majoritariamente vaqueiros e lavradores, um deles ex-escravo

protecção a libertos; sim senhores, são necessarias sociedades de protecção aos libertos, para dar-lhes occupação e collocal-os. O SR. CANDIDO DE OLIVEIRA: – Não há mais libertos; são cidadãos brasileiros. O SR. BARÃO DE COTEGIPE: – São libertos; mas direi, si quizer, até que são inglezes” (*ANNAES DO SENADO*, 1888, vol. I, p. 36).

70. APBJ, Carta do Barão a José Gonçalves, 22 de outubro de 1888.

71. APBJ, Carta do Barão de Jeremoabo a José Gonçalves da Silva, 30 de maio de 1888, *apud* CARVALHO JR., Álvaro. *Cícero Dantas Martins: De barão a coronel: trajetória política de um líder conservador na Bahia 1838-1903*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000, p. 137.

72. O Dr. José Dantas Itapicuru era filho do segundo barão do Rio Real, João Gualberto Dantas, primo em primeiro grau de Cícero Dantas Martins, o barão de Jeremoabo. APBJ, Livro de Notas, f. 12v. APEB, Seção Judiciária, “Denúncia”, maço 3029, auto 7, 1889.

do próprio José Dantas, e outros dois, ao menos, seus agregados. Ciriaco, por sua vez, declarou ser “trabalhador de diária” e morador na vila havia nove anos (era natural de Abadia).

No ano seguinte, novo processo envolvia ex-escravos, dessa vez do pai do dr. José Dantas Itapicuru do processo acima. Consoante a denúncia, os libertos Bráulio e Firmino,

[...] fazem depredações nas lavouras dos moradores do Engenho Catú, julgando melhor entregar-se a furtos constantes e continuos, do que empregarem-se no trabalho.

É assim que na noite do 9 para 10 do corrente mez, os denunciados forão a roça de Ignacio, ex-escravo do supradito Barão, e furtarão uma purção de aipim e mandiocas. Este facto é a reprodução de outros constantemente praticados pelos denunciados, pois tem devastado as roças dos aggregados do mencionado Engenho Catú.⁷³

De acordo com o depoimento de uma das testemunhas, os acusados, além de terem arrancado mandiocas e aipins de Inácio, já haviam arrancado e quebrado milho da roça de um vizinho e também furtado uma porção de espigas de milho, “onde trabalha como aggregado [José Toco]”. “Disse mais, finalmente, que os denunciados de longa data estão habituados a viver furtando os productos das lavouras dos aggregados do Engenho Catú e de outros pontos circunvizinhos e que vivem vagabundeando, sem procurarem meio de vida honesto.”

Dentre toda a documentação pesquisada, essas foram as primeiras denúncias de ocorrências desse teor, isso não quer dizer que situações aparentemente semelhantes não tenham acontecido antes. São comuns, na história do Brasil, casos de escravos que furtavam gêneros produzidos pelos fazendeiros, fosse visando à melhoria imediata de seu nível de vida (com o consumo do que fora furtado ou sua troca por outros produtos a que não tinham acesso) ou à acumulação de pecúlio (via negociação dos gêneros) para a compra de uma futura alforria.⁷⁴

73. APEB, Seção Judiciária, “Sumário crime”, maço 3029, auto 16, 1890.

74. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos*

Curiosamente, Ciríaco teria tão somente roubado capim, o que não parece se encaixar em qualquer dos casos acima. Quem sabe o fizera, entre outras coisas, para provocar seu antigo proprietário. Bráulio e Firmino furtaram gêneros alimentícios, mas que não eram plantados por seu ex-senhor e sim por antigos companheiros de cativeiro ou vizinhos de moradia. De acordo com o promotor, os dois acusados, após adquirirem sua liberdade, haviam se mudado para a vila, abandonando as terras do fazendeiro. Parece lícito pensar, então, que não fora fortuito o ataque a roças pertencentes a figuras que habitavam ainda as terras do engenho Catu; ao contrário, tal escolha nascera da pretensão de perturbar aqueles que haviam, de alguma maneira, mantido vínculos com o antigo senhor.

Antes de mais, é interessante acrescentar que, na comarca de Itapicuru, ao longo do século XIX, se não eram incomuns denúncias de roubo apresentadas contra a população, esse tipo de acusação envolvia quase sempre o roubo de animais, especialmente aqueles de propriedades de grandes ou médios fazendeiros e nunca algumas poucas cabeças de um pequeno criador ou vaqueiro.

Frente à necessidade do auxílio mútuo entre a população mais pobre – uma prática constante ao longo de todo o século, fosse para a construção de casas, cercas, o plantio e colheita de gêneros agrícolas, e um sem-número de outras situações cotidianas⁷⁵ –, o roubo de roças de iguais indica um agravamento das tensões ou, no mínimo, uma alteração da situação até então vigente. O barão de Jeremoabo se referira ao aumento dos roubos nas épocas de seca, mas é difícil crer que a falta de chuvas seja suficiente para explicar

sociais na década da Abolição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: Edusp, 1994; RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

75. Os processos criminais pesquisados atestam para a prática cotidiana do auxílio mútuo, os chamados mutirões ou “adjutórios” como eram conhecidos então na Bahia. Ao contrário do que certa historiografia deixou registrado, tais práticas não acabavam necessariamente em violência e se, por vezes, havia alguma altercação ou violência física ao final, vários dos testemunhos encontrados nos processos foram relatados em meio a depoimentos sobre crimes ocorridos em outras situações – tornando-se acessíveis ao historiador tais informações devido à prática da população de relatar ao juiz o que fizera horas antes e depois do crime sobre o qual depunham. Nos mutirões juntavam-se, até 1888, livres, libertos, escravos e mesmo índios das aldeias circunvizinhas. Sobre essa questão ver: DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras moveidas: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*, 2007, pp. 340-375.

comportamentos como de Bráulio e Firmino (até porque períodos de seca não eram estranhos à região). No que tange, portanto, à prática do roubo entre iguais (ou nem tão iguais assim), é necessário considerar de forma mais abrangente as possíveis dificuldades enfrentadas pela população em fins da década de 1880 e começo da seguinte.

É mister retomar a questão do crescente controle territorial na região. Se os grandes fazendeiros não dominavam todas as terras da comarca de Itapicuru, as negociações registradas no tabelionato de Itapicuru e os processos civis envolvendo médios e grandes fazendeiros (muitos deles aparentados), especialmente a partir das décadas de 1870 e 1880, mostraram um movimento no sentido da aquisição ou, ao menos, de um controle crescente das áreas mais férteis ou com acesso direto a nascentes e rios. Assim, caso Bráulio e Firmino quisessem plantar sua mandioca ou milho, teriam que fazê-lo em terras de fazendeiros; frente à experiência do cativo, isso talvez lhes parecesse inaceitável. Quanto ao restante da população, mesmo para quem possuía terras, é provável que em períodos de estiagem a situação não fosse muito diferente. Para quem já era livre (ou liberto), a coincidência da seca com a abolição não poderia ser mais deletéria – coincidência que também não facilitava a vida de quem conseguia então sua liberdade. A seca dificultava a migração para áreas mais distantes (menos controladas, embora mais afeitas à falta de chuvas), colocando-os, portanto, na dependência de grandes fazendeiros, alguns deles com canaviais e engenhos, sedentos em substituir a mão de obra eventualmente perdida.

Considerando o conjunto das informações, é patente o agravamento, na década de 1880, das condições de sobrevivência da população, que a forçava a recorrer com mais frequência aos fazendeiros e às pessoas de posses – fosse em busca de terras, dinheiro para necessidades cotidianas ou outros auxílios em maior demanda nas épocas de estiagem – e isso num período marcado pela questão da (in)disponibilidade de mão de obra.

Da comarca de Itapicuru ao arraial de Belo Monte

Mal passara a seca iniciada em 1889, quatro anos depois um novo problema veio afligir a população. As feiras tinham um papel fundamental

na vida de pequenos sitiantes, vaqueiros, roceiros e agregados, fosse pelo aspecto da sociabilização ou, mais diretamente, por sua centralidade para a sobrevivência cotidiana. Nessas ocasiões vendia-se o excedente das rocinhas e compravam-se outros gêneros e produtos necessários para o dia a dia. No ano de 1893, foi facultada às municipalidades baianas a cobrança de novos impostos que recaíam sobre o conjunto das atividades comerciais realizadas nas vilas e cidades.⁷⁶ Essa mudança desagradou à população de Soure, inclusive a figuras que possuíam casas de comércio na vila, suscitando manifestações acalouradas.

No dia 10 de abril de 1893, uma turba invadiu o barracão onde se realizava a feira da vila de Soure e destruiu as tabuletas em que estavam colados os editais dos novos impostos. Segundo o promotor, mais de quarenta homens e mulheres, armados de cacetes, facas e facões, “dando vivas e morras e sob o troar de foguetes, fizeram as taboletas em migalhas”.⁷⁷

Consoante a denúncia e os depoimentos do intendente municipal e do presidente do conselho municipal da vila, um negociante do município (José Honorato de Souza Neto) teria instigado a população para, no dia da feira, destruir as referidas tabuletas – quando, pela primeira vez, fossem implementadas as novas cobranças. Os responsáveis pela destruição, antes de se dirigirem à feira, teriam se reunido na porta do referido negociante. A interpretação dada por ele ao conteúdo das tabuletas teria sido, em grande parte, responsável pelo ocorrido – ele teria dito à população, entre outras coisas, que o marido para viver com a mulher deveria pagar impostos, bem como a prostituta para exercer seu ofício.

Outra figura também teria contribuído para a agitação. O italiano Braz Vita, recém-chegado da vila do Tucano, haveria dito que sabia que lá as leis tinham sido rasgadas pelo povo “e que aqui deviam fazer a mesma cousa”. A resistência ao pagamento dos impostos não se restringiu, contudo, ao dia 10

76. Segundo Consuelo Novais Sampaio, a nova ordem republicana, especialmente a partir da organização das intendências municipais, permitiu às localidades a regulamentação dos impostos que deveriam custear os gastos dos municípios (SAMPAIO, Consuelo Novais, org. *Canudos: cartas para o barão*, 1999, pp. 36-37).

77. APEB, Seção Judiciária, “Inquérito policial”, maço 1351, auto 4, 1893. Sempre que referidos o inquérito ou o processo abertos por ocasião da sedição do Soure, trata-se de informações retiradas do documento ora citado (salvo indicação em contrário).

de abril, continuando nas semanas seguintes, nos dias em que novamente se realizava a feira municipal, ou seja, 17 e 24 de abril.

No dia 17, autoridades compareceram à vila para garantir a ordem, entre elas o presidente do conselho municipal, o intendente, o juiz de direito, o promotor e o comissário de polícia. Corriam “boatos alarmantes de que os desordeiros viriam agredir as Auctoridades”. Às duas da tarde o barracão da feira conservava-se vazio, e pela vila caminhavam grupos armados. Resolveram as autoridades se retirar do local, quando foram “estrondozamente pateados por parte dos desordeiros”. No próximo dia de feira, ou seja, no dia 24, os desordeiros armados ainda permaneciam na vila, o que, mais uma vez, obstou a cobrança dos novos impostos.

O juiz de direito julgou procedente a denúncia, por crime de sedição, “como agitadores e directores do movimento sediciozo”, contra o negociante e mais outras treze figuras, entre elas um certo José Felix. Ainda que o número de arrolados pareça alto (catorze ao todo), representava menos da metade dos originalmente denunciados pelo promotor (33). Braz Vita, ou Biagio Vita, não foi o único que, depois de realizado o inquérito, deixou de figurar na lista do juiz de direito; um certo Antonio Vicente Mendes Maciel (“vulgo Antonio Conselheiro” – como consta do inquérito) teve a mesma sorte.

Para o juiz, de acordo com os “depoimentos das testemunhas é fora de duvida que os denunciados excluidos da pronuncia e muitos outros que não poderão ser conhecidos, menos Bras Victa e Antonio Vicente, forão machinas e instrumentos dos incluidos, que concertarão, resolverão e dirigirão o movimento, no qual, alem da parte intellectual, tiverão alguns tambem parte phisica, despedaçando as taboletas e obstando a arrecadação das taxas”. Escreveu ainda o magistrado que, “pelos depoimentos das testemunhas não tiverão participação no crime Bras Victa e Antonio Vicente Mendes Maciel, sendo que este não estava presente na feira de 10 de Abril e na de 17 impediu que fossem atacados na casa em que estão arranchados o Juis de Direito, Promotor e Comissario de policia, que ali forão para restaurar a ordem”. Eram, pois, improcedentes as denúncias contra ambos.

Para o promotor, Antonio Vicente estaria implicado na sedição por ter feito quórum nos protestos contra os impostos. Ele não estava na vila quando ocorreu a quebradeira, mas, como escreveu o promotor,

[...] chegando dias depois encampou o facto, acrescentando que o povo estava no exercicio de seus direitos em não pagar impostos. Bastou que estas palavras fossem proferidas para animar mais os desordeiros que n'elle depositão plena e illimitada confiança, sendo que alguns considerão-no um semi-Deus. Ha muitos annos que este individuo, verdadeiro maniaco, tem fanatizado o povo ingnorante, cauçando grandes e grandes prejuizos n'esta Comarca.

O promotor reconhecia, contudo, que Antonio Conselheiro fora responsável por evitar que a multidão, no dia 17, atacasse as autoridades. A situação, porém, era grave, até pela repercussão dos fatos. Por inspiração dos eventos de Soure, teriam ocorrido cenas semelhantes no arraial do Bom Jesus e na vila do Amparo, “sendo outros seus protagonistas e authores”. O promotor solicitava então que todos aqueles que tivessem alguma ligação com as pessoas envolvidas fossem também responsabilizados pelo crime.

De acordo com as testemunhas, cujos depoimentos informaram a decisão do juiz, Antonio Conselheiro não tivera qualquer participação nos acontecimentos que abalaram a ordem na vila, a despeito de sua proximidade com alguns dos “desordeiros”.

O Conselheiro, ao chegar à vila, depois do dia 10, se hospedou em casa de um certo José Felix, ativo participante na destruição das tabuletas, como também figura central nos protestos das semanas seguintes. No dia 17, antes da expulsão das autoridades, o povo, em muito maior número, teria se reunido, parte no barracão da feira, parte na casa do mesmo José Felix (onde, consoante o promotor, foram encontrados vários “cacetes”).

O Conselheiro não chegara à vila sozinho, mas acompanhado de seu séquito, o que teria concorrido para um maior ajuntamento de pessoas nos dias 17 e 24. Ainda assim, quando alguns dos responsáveis pelas destruições do dia 10 buscaram, na semana seguinte, incitar o grupo a agredir as autoridades, foram as palavras do Conselheiro que permitiram que o promotor, o juiz, o presidente do conselho, o intendente e o comissário de polícia deixassem a vila pacificamente.

José Calasans, em seu livro *Quase biografias de jagunços*, dividiu os conselheiristas, ou melhor, os habitantes do Belo Monte (nome dado pelo

Conselheiro ao arraial de Canudos) em quatro grupos: dos “beatos”, dos “combatentes”, dos “negociantes e proprietários” e, finalmente, das “outras figuras do Belo Monte”.⁷⁸ Entre os beatos, havia um certo José Felix, alcunhado o “Taramela”. Para Euclides da Cunha, era ele o “guarda das igrejas, chaveiro e mordomo do Conselheiro”, tendo sob suas ordens as beatas de vestidos azuis cingidos de cordas de linho, encarregadas de sua roupa e exíguas refeições, bem como de acenderem diariamente as fogueiras para as rezas.⁷⁹ A alcunha de Taramela teria surgido de sua função de abrir e fechar portas ou, segundo Calasans, de sua qualidade de contador de histórias (uma vez que taramela ou tramela significava falador). Por ocasião das desordens ocorridas em abril de 1893, o anfitrião do Conselheiro na vila de Soure chamava-se justamente José Felix, vila de onde era natural o “Taramela” de Canudos.

De acordo com Calasans, o “Taramela” já se encontrava no séquito conselheirista antes mesmo da ocupação do arraial de Canudos. Às vésperas do choque de Masseté, que ocorreu em maio daquele ano, havia, consoante informações deixadas por Salomão de Souza Dantas, um certo José Felix, “uma espécie de criado-grave, pessoa de toda confiança do Santo beato”.⁸⁰

Segundo informações existentes no inquérito policial, quando da chegada em Soure da tropa requisitada pelas autoridades, José Felix e o restante dos acusados do crime de sedição, juntamente com o Conselheiro e seus seguidores, evadiram-se da vila.⁸¹ Apenas o negociante José Honorato de Souza Neto veio a retornar, posteriormente, ao local do crime. Para conseguir esse feito, em meio ao andamento do processo por sedição, requereu preventivamente um *habeas corpus*, concedido, em 6 de novembro de 1893, pelo tribunal superior sediado em Salvador. Segundo os desembargadores, o *habeas corpus* foi concedido devido à nulidade do processo, “resultante da incompetência do juiz de direito formador de culpa que tinha impedimento

78. SILVA, José Calasans Brandão da. *Quase biografias de jagunços (o séquito de Antonio Conselheiro)*. Salvador, Centro de Estudos Baianos, 122, 1986, pp. 22-24.

79. CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Brasiliense; Secretaria do Estado da Cultura, 1985, p. 246.

80. SILVA, José Calasans Brandão da. *Quase biografias de jagunços (o séquito de Antonio Conselheiro)*. Salvador, Centro de Estudos Baianos, 122, 1986, pp. 22-24.

81. A não ser por Braz Vita, que permaneceu em Soure.

legal, que o inibia de funcionar em semelhante processo, sendo um dos offendidos por ocasião da sedição, cuja punição se trata”.⁸²

A despeito da nulidade do processo, é provável que, naquele ano de 1893, tenham se juntado ao Conselheiro e seus seguidores não só José Felix, como outros dos acusados pelo promotor (muitos deles acompanhados de seus parentes e familiares). O estabelecimento de novos impostos, o levante ocorrido na feira e a chegada da tropa teriam levado, portanto, ao êxodo de ex-escravos, agregados, sitiantes e mesmo moradores da vila de Soure. Há que se perguntar, então, se levantes semelhantes – ocorridos na vila do Tucano, no arraial do Bom Jesus e nas vilas de Amparo e Monte Santo (para mencionar apenas aqueles de que se tem notícia) – não foram responsáveis, em grande parte, pelo aumento do chamado séquito do Conselheiro. Frente ao crescente número de pessoas, colocava-se a opção, ou necessidade, de “fundação” de um arraial onde todos pudessem morar e prover sua subsistência cotidiana.

Segundo o depoimento de uma das testemunhas do crime de sedição, Antonio Conselheiro teria dito à população que ela “não obrava mal” ao resistir à cobrança dos novos impostos, opinião compartilhada, provavelmente, por outros que não participaram do movimento. Manoel Alves Leal, o presidente do conselho municipal da vila, declarou, por exemplo, que, voltando da feira do dia 17, encontrara um certo Manoel Teixeira Santiago “que não esteve no barulho, mas que tinha aplaudido muito o acto e que estava prompto para qualquer ocasião que fosse necessario arrebentar as taboletas, caso fossem ainda affixadas, visto como estas leis so foram feitas para opprimir ao povo e que não seriam executadas”.⁸³

Embora o negociante José Honorato tenha, em seu proveito, insuflado a população a reagir às novas imposições da municipalidade, chegando a deturpar o que estava escrito nas tabuletas (como foi alegado no inquérito),

82. Há que ressaltar que essas são as informações possíveis de serem retiradas do documento, uma vez que foram encontradas somente as folhas 54 e 55. Acerca do crime de sedição há também no arquivo um “Libelo crime”, novamente com apenas 5 folhas de um total de mais de 52. APEB, Seção Judiciária, “Libelo crime”, maço 1212, auto 9, 1893; “Certidão”, maço 5726, auto 5, 1894.

83. APEB, Seção Judiciária, “Inquérito policial”, maço 1351, auto 4, 1893.

isso não quer dizer que José Felix e os outros implicados não possuíssem razões próprias para protestar contra os novos impostos.⁸⁴

Revoltas contra cobranças de impostos ou quaisquer alterações que pudessem significar um agravamento das condições de vida da população foram comuns na história do Império e até mesmo da colônia portuguesa na América. A quebra das tabuletas de Soure foi um acontecimento em muitos sentidos similar e mesmo tributário de outros movimentos ocorridos no século XIX, como a “Guerra dos Marimbondos” (1851-52), o motim da “Carne sem osso, farinha sem caroço” (1858) e a revolta do “Quebra-quilos” (1874-75), apenas para citar alguns.⁸⁵ Ainda que diversos entre si, por suas motivações, duração, abrangências espaciais e mesmo pela resposta que receberam das autoridades, retratavam a disposição da população – fossem livres, libertos, escravos e mesmo índios – em reagir, por vezes com violência, contra situações que lhes eram desfavoráveis ou ameaçadoras.

As revoltas não podem ser vistas, portanto, como ocorrências singulares e distanciadas do cotidiano da população. Protestos abertos e eventualmente

84. Manoel Benício apresentou o seguinte relato: “Por ocasião de assistir a uma feira em Chorrochó, achou [o Conselheiro] motivo e nova these para bramir contra o novo regime. [...] A feira em questão chegara uma pobre *curuca*, a vender uma esteira que deitara no chão. O arrematante do imposto exigia cem réis pela porção de terreno que a esteira e a pobre velha ocupavam. Esta, que apreciava o valor da esteira em oitenta réis, reclamou, queixou-se em voz alta ao povo, chorando, lastimando-se. Juntou-se gente e todos davam razão à velhota. – Pois como se há de pagar um tostão de imposto, quando o genero todo que se vende vale quatro vintens, dizem” (BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: chronica historica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1997, pp. 151-162).

85. Na revolta do “Ronco da Abelha” (ou “Guerra dos Marimbondos”) a população de cinco províncias se levantou, em fins de 1851, contra os decretos que deveriam implementar o registro civil de nascimentos e óbitos e o censo do Império; após pouco mais de um mês, o governo optou por suspender a implementação dos referidos decretos. No motim da “Carne sem osso, farinha sem caroço”, ocorrido em Salvador, em 1858, a população se levantou para pedir a reinstituição dos vereadores que haviam apoiado o controle de preços dos gêneros básicos de subsistência e que tiveram seus mandatos suspensos pelo Presidente da Província, um partidário do livre comércio. Por fim, a chamada revolta do “Quebra-quilos” tinha em seu cerne não apenas o descontentamento da população de quatro províncias contra a implementação do sistema métrico-decimal, mas também contra a imposição de novos impostos e a mudança na lei de recrutamento; esse último movimento foi duramente reprimido pelo governo. Sobre esses e outros movimentos ocorridos no período, ver: DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011; especialmente os textos de Maria Luiza Ferreira de Oliveira, João José Reis e Luciano Mendonça de Lima.

violentos precisam ser entendidos como momentos de agudização de dificuldades ou defesas de práticas cotidianas e constituídas. No caso da região de Soure, um sem-número de processos e outros documentos produzidos – ao longo do século XIX – pelo judiciário, pela polícia e mesmo por grandes fazendeiros da região impõe ao historiador considerar a existências de formas cotidianas, mais ou menos eficazes, de ação e reação frente às dificuldades vividas e às pretensões alheias (mesmo das autoridades). Um senso de bem proceder, ou uma concepção do que era justo no trato entre as pessoas, era comum à população local; a quebra de tal expectativa podia levar tanto a reações violentas, quanto ao simples abandono de uma fazenda ou região, em busca de outro local em que fosse possível negociar (mesmo que por um período não muito longo) condições melhores de subsistência.

A salvaguarda da autonomia e da sobrevivência cotidiana implicava, portanto, a tomada eventual – individual ou coletivamente – de atitudes violentas ou ilegais do ponto de vista das elites. Desnecessário dizer que tais reações, ou mesmo a dificuldade de um fazendeiro em controlar aqueles que considerava seus dependentes, não costumavam aflorar nos documentos da época, ao menos naqueles de caráter público. Que benefício teria um fazendeiro em escancarar a falta de controle sobre a população, a não ser que, pontualmente, pudesse tirar disso algum proveito pessoal (fosse político ou financeiro)?⁸⁶

Assim, a reação da população do Soure contra os novos impostos não era novidade na região ou mesmo no Império. Se o Conselheiro, a partir das desavenças ocorridas na vila de Soure, resolveu encampar a briga contra as cobranças, isso não quer dizer que o protesto partira única e exclusivamente de sua pessoa ou mesmo de uma conjuntura momentânea. Na realidade, o posicionamento do Conselheiro em abril de 1893, contrariamente ao que queriam os sediciosos, sugere uma preferência pessoal por respostas pacíficas e não pelo conflito aberto.

86. O próprio barão de Jeremoabo, figura de grande poder econômico e político na região, em uma série de cartas trocadas com seu compadre José Gonçalves da Silva – uma documentação, portanto, de caráter privado – escancarava os limites do controle sobre a população. Entre janeiro e julho de 1890, pediu auxílio ao compadre para encontrar um seu carreiro que sumira com vários muares e uma carga de aguardente. Nas palavras do próprio Barão: “era meo tropeiro e de confiança [...]”. Deixo de mandar uma pessoa no encalço, porque não tenho gente de confiança”. APBJ, Carta do barão a José Gonçalves da Silva, 24 de janeiro de 1890.

A quebra das tabuletas de Soure teria ocorrido, segundo Consuelo Novais Sampaio, em um momento em que a população novamente lutava com os problemas ocasionados pela seca. A falta de chuvas teria começado em 1893, estendendo-se até 1895. Ainda que a estiagem tenha realmente castigado a região naqueles dois anos, a nova cobrança de impostos se somava a uma série de outros problemas vividos pela população nas últimas décadas, como a seca de 1889-1890 e, especialmente, a concentração territorial e as dificuldades advindas das questões ligadas à mão de obra.

Frente a esses problemas, não parece extemporânea a reação aos novos impostos da República. Assim, não é de se estranhar uma eventual revolta (ou descontentamento) da população em relação ao novo regime, pois, se os problemas eram anteriores, a situação agudizou-se em 1893.

Depois de sair de Soure, em fins de abril de 1893, o Conselheiro e seus velhos seguidores, acompanhados da população expulsa pela tropa enviada para garantir a “tranquilidade” da vila, encaminharam-se para Uauá, na comarca de Monte Santo. É isso, ao menos, que indica o relatório apresentado pelo intendente de Monte Santo, transcrito por Marco Antonio Villa.⁸⁷ “Na povoação do Uauá em princípio de maio levantou-se um grupo contra o agente Joaquim José Rodrigues concitando o povo para não pagar direitos.” O exemplo teria extravasado os limites da povoação, chegando ao Cumbe, onde “levou muitos meses sem cobrar-se desde fins de maio, quando por ali passou Antonio Conselheiro, até outubro e depois foi um serviço feito com desânimo sem garantia e o povo fugia constantemente ao pagamento de direitos”.⁸⁸ Para Euclides da Cunha, o ocorrido em Cumbe suscitou a reação das autoridades,⁸⁹ que, no mês anterior, como visto acima, já haviam tentado deter na vila de Soure os descontentes com a nova ordem republicana (à qual atribuíam os rigores do fisco).

Em junho de 1893 o Conselheiro, seus seguidores e, provavelmente, um número sempre crescente de sediciosos, expulsos das várias localidades em

87. VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 2000, pp. 68-70.

88. Manuscrito de sete páginas dirigido ao Conselho Municipal de Monte Santo no ano de 1894, em poder de Jonas Cordeiro de Andrade, neto do intendente, morador em São Vicente (Estado de São Paulo), *apud* VILLA, 2000, p. 63.

89. CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, 1985, pp. 229-230.

que se levantaram contra os desmandos das autoridades, estabeleceram-se no arraial de Canudos, prontamente rebatizado de Belo Monte. Ali começaram a formar uma nova-velha comunidade, com suas casas, igreja, cadeia própria (a conter os presos que infringiam as normas locais), áreas comuns para criação de gado, vivendo um cotidiano marcado, entre outras coisas, pelo auxílio mútuo.

A característica mobilidade da população – nas suas idas às feiras, nas mudanças de local de moradia, na prática dos mutirões, e em um sem-número de outras atividades cotidianas⁹⁰ –, e a própria peregrinação do Conselheiro, pelas vilas e arraiais do semiárido (e do sertão), devem ter informado não só a escolha do local de assentamento, como a própria migração para Canudos (nos anos seguintes) de figuras originárias dos mais diversos rincões da Bahia, Sergipe e Pernambuco; ainda que a maioria dos canudenses tenha saído de áreas circunvizinhas, como Tucano, Pombal, Itapicuru e Soure.

O arraial de Canudos ficava na beira do rio Vasa-Barris, na confluência de uma série de caminhos; ainda assim, encontrava-se encravado no meio do vasto município de Monte Santo. Como diz Marco Antonio Villa, é

90. Escolhidos aleatoriamente mais de um quarto dos processos pesquisados, verificou-se que de um total de 441 testemunhas, cujos depoimentos estavam total ou parcialmente legíveis, 304 apresentavam dados sobre naturalidade e moradia. Desses, 138 residiam em locais diferentes daqueles de seu nascimento, fosse em outros municípios, províncias e até mesmo país. Assim, das 304 testemunhas, 45,4% haviam migrado ao menos de seus termos de origem; dos 54,6% restantes, não se sabe se permaneceram a vida inteira no mesmo local, ou se haviam mudado, uma ou mais vezes, ainda que dentro do mesmo município. Considerando-se, por exemplo, a extensão do município de Itapicuru, especialmente antes da criação da vila do Barracão, mudanças desse tipo poderiam implicar distanciar-se consideravelmente de seu local de nascimento. A circulação pelas feiras e a consequente convivência em diferentes arraiais e vilas gestavam contatos entre figuras que moravam, porventura, bastante distantes umas das outras. A movimentação natural da população, advinda de suas atividades cotidianas, favorecia o encontro, e quem sabe até mesmo o estabelecimento de laços, entre moradores de diversas regiões. Hebe Maria Mattos, em 65 processos da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX, encontrou um índice de mobilidade ainda maior, das 552 testemunhas livres, 63% viviam e trabalhavam fora das regiões em que haviam nascido. A historiadora, referindo-se à mobilidade da população, também mostrou que dificilmente quem migrava buscava automaticamente o auxílio de algum grande fazendeiro da região em que pretendia se estabelecer, contando, primeiramente, com o auxílio ou solidariedade dos iguais que ali habitavam (ainda que em terras desses mesmos fazendeiros) (MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 41, 99).

necessário lembrar, por exemplo, que Canudos distava 114 quilômetros de Uauá (no mesmo município).⁹¹

Se tais distâncias não representavam tanto do ponto de vista da mobilidade da população, talvez representassem muito em relação ao possível controle das autoridades. A criação de vilas, termos e comarcas implicava a eleição de vereadores e intendentes (já na República), a nomeação de juízes, promotores, delegados (ou comissários) e um sem-número de outros funcionários para cargos subalternos envolvidos nas teias do poder local. Como fica evidente na documentação da época, o município de Monte Santo, se comparado com as regiões próximas ao Soure, era aquele que apresentava a maior área sob domínio de um único juiz municipal ou uma mesma câmara de vereadores.

A vastidão do município de Monte Santo e o cruzamento dos caminhos na beira do Vasa-Barris faziam de Canudos uma excelente escolha. Para aqueles que procuravam fugir aos mandos e desmandos dos fazendeiros, ao controle territorial e à pressão por mão de obra, a comunidade do Conselheiro era, talvez, a única opção possível: ex-escravos podiam se afastar das áreas em que moravam seus antigos senhores; agregados e posseiros conseguiam um pequeno trato de terra para plantar a mandioca e o feijão necessários à subsistência cotidiana (sem pressão para que se submetessem às necessidades do proprietário); índios, que sofriam, desde o século XVIII, com a ocupação de suas aldeias, compartilhavam com os outros moradores as mesmas expectativas e oportunidades; e mesmo pequenos sítiantes e criadores, que possuíam terras suficientes para a manutenção da família, viam, na mudança para o arraial, a chance de não perderem seus parques ganhos devido a novas leis ou imposições.

Até meados do século XIX, a diminuta elite local, a disponibilidade de terras e a existência da mão de obra escrava, e do ativo tráfico que desembarcava nas praias da província um número espantoso de africanos, faziam com que livres e libertos não passassem, no máximo, de ociosos, figuras que as câmaras preferiam ignorar. Isso não quer dizer que sua existência fosse desnecessária, ou estranha, ao cotidiano dos municípios em que

91. VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*, 2000, p. 84; 13.

habitavam. Sua produção alimentava as feiras da região, as casas e senzalas dos fazendeiros, e reabastecia os farnéis de viajantes, carreiros e vaqueiros.

A imagem construída pela elite não lhes era nada favorável, eram todos eles *ociosos* ou “invisíveis” (como deixavam entrever as correspondências oficiais). Entre o início do século e o fim do Império, tornaram-se vagabundos, ladrões, elementos que somente a polícia podia controlar (e oxalá conseguisse colocar à disposição dos fazendeiros). De *ociosos* viraram, então, *jagunços*. Uma vez em Canudos, como não se sujeitassem a mais ninguém, tornaram-se rebeldes, monomaniacos, figuras passíveis de degola por parte de um general republicano.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Durval Vieira. *Descrições práticas da província da Bahia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

BARICKMAN, Bert Jude. *A Bahian Counterpoint: Sugar, Tobacco, Cassava and Slavery in the Recôncavo, 1780-1860*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

_____. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*. Salvador, vols. 21-22, pp. 177-238, 1998-1999.

BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: chronica historica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1997.

BRASIL. Senado da República. *Annaes do Senado*, 1888, vol. I.

CALASANS, José. O séquito de Antônio Conselheiro. *Revista da Faebea*, Salvador, Uneb, ano 2, 1993.

CALDEIRA, Clóvis. *Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural*. São Paulo: Nacional, 1956. Brasileira, 289.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. A posição do Barão de Jeremoabo. In: SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). *Canudos: cartas para o Barão*. São Paulo, Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 1999.

_____. *Cícero Dantas Martins: De barão a coronel: trajetória política de um líder conservador na Bahia 1838-1903*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. *O Barão de Jeremoabo e a política do seu tempo. Trajetória de um líder conservador na Bahia*. Bahia (Salvador): Secretaria de Cultura e Turismo, 2006.

CASAL, Aires de. *Corografia brasilica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. Reconquista do Brasil, vol. 27.

CONGRESSO Agrícola do Recife. Edição fac-similar comemorativa do primeiro centenário. Introdução Gadiel Perruci. Recife: Cepa-PE, 1978.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Brasiliense; Secretaria do Estado da Cultura, 1985.

CUNNIFF, Roger Lee. *The Great Drought: Northeast Brazil, 1877-1800*. Tese (Doutorado em História), University of Texas, Austin, 1971.

DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2007; 2 ed. rev. com novo prefácio. São Paulo: Intermeios, 2020.

_____. (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011; 2 ed., 2018.

DANTAS JR., J. C. Pinto. Capitão-mor João d'Antas dos Imperiais Itapicuru. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, n. 15, ano 15, p. 15, 1967.

DEAN, Warren. *Rio Claro: Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1988.

FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais, Piauí – 1826-1888*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: Edusp, 1994.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAURO, Frédéric. Alagoinhas: chemin de fer et development das la campagne Nordeste au XIX^e siècle. *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien (Caravelle)*, vol. 27, 1976.

MILLET, Henrique. *A lavoura da cana de açúcar*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1989.

MORTON, F. W. O. *The Conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia, 1790-1840*. 1974. Tese (Doutorado em História), University of Oxford, Oxford.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): frequência eleitoral e perfil da população votante. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, vol. 46, n. 2, 2003.

PINHO, Wanderley. *História de um engenho do recôncavo, 1552-1944*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde S. A., 1946.

PUNTONI, Pedro & DOLHNIKOFF, Miriam (Coords.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1871 e 1890*. São Paulo: Cebrap; Fapesp, 2004 (versão eletrônica).

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REBELLO, Domingos José Antonio. Corographia ou abreviada Historia Geographica do Império do Brasil, coordenada, accrescentada, e dedicada à Casa Pia, e Collegio dos Órfãos de S. Joaquim desta cidade. *Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*. Bahia (Salvador): tomo 55, 1929 (publicado originalmente na Bahia, pela Typographia Imperial e Nacional, em 1829).

- SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). *Canudos: cartas para o barão*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 1999.
- SENA, Consuelo Pondé de. *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano: Itapicuru, 1830-1890*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.
- SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Anotadas por Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919-1931, 1940, vol. VI, pp. 163-164.
- SILVA, José Calasans Brandão da. *Quase biografias de jagunços (o séquito de Antonio Conselheiro)*. Salvador, Centro de Estudos Baianos, 122, 1986.
- SLENES, Robert. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economics, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market. In: JOHNSON Walter (ed.). *The Chattel Principal. Internal Slave Trade in the Americas*. New Haven & Londres: Yale University Press, 2004.
- STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Salvador: Typographia do 'Diário da Bahia', 1893.
- VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 2000.

CAPÍTULO 4

A circulação internacional de artefatos escolares: a Bibliotheca do Povo e das Escolas, de David Corazzi (Portugal, Brasil, 1881-1896)

Diana Gonçalves Vidal

Entre 29 de julho e 30 de setembro de 1883, realizava-se no Rio de Janeiro a Primeira Exposição Pedagógica brasileira.¹ Organizada em treze salas, acolheu como expositores: colégios brasileiros e fabricantes e distribuidores nacionais ou estrangeiros de móveis e materiais didáticos. Carteiras, livros, mapas, objetos de laboratório de física, química e história natural, quadros de história, globos, material de ginástica, além de relatórios e documentos de várias nações, como Bélgica, França, Estados Unidos, Holanda, Portugal e Argentina, distribuíam-se pelos ambientes. O *Guia para os visitantes da Exposição Pedagógica*, publicado pela Imprensa Oficial em 1883, compendiava esse grande conjunto em 293 páginas.²

1. Este texto integra as pesquisas realizadas pelo Projeto Temático “Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...)”, processo FAPESP n. 2018/26699-4, e no âmbito da Bolsa Produtividade em Pesquisa, concedida pelo CNPq.

2. COLLICHIO, Terezinha Alves. Primeira Exposição Pedagógica realizada no Rio de Janeiro em 1883 e um importante Congresso da Instrução cancelado. Resultados de uma pesquisa. *Cadernos de História & Filosofia da Educação*, vol. 4, n. 6, pp. 149-194, 2001.

O único representante português a participar do certame foi o editor David Corazzi,³ proprietário da casa editora Empresa Horas Românticas, fundada em 1870. Na oportunidade, a *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, por ele publicada, foi premiada com a Medalha de Ouro. Tratava-se, de acordo com Jorge Carvalho do Nascimento,⁴ de volumes “publicados quinzenalmente, nos dias 10 e 25 de cada mês, cada um com rigorosas 64 páginas, em formato de 15,5 X 10 centímetros, de composição cheia”. O termo *bibliotheca* podia significar tanto o local de guarda de livros, quanto o coletivo de livros, ou uma coleção. Era desse último sentido que David Corazzi fazia uso. Portanto, a *Bibliotheca do Povo e das Escolas* consistia em uma coleção, que, de acordo com Giselle Martins Venâncio,⁵ obedecia ao então modelo de divulgação científica.

Circulou entre Brasil e Portugal ao longo de 42 anos, com 29 séries e 237 livros, editados entre 1881 e 1913. À época da participação na Exposição Pedagógica, a *Bibliotheca do Povo e das Escolas* estava em seus primórdios mas já evidenciava o enorme sucesso que iria lhe granjear longevidade. Segundo Nascimento,⁶

A edição dos dois primeiros volumes foi de 6 mil exemplares cada. A partir do terceiro volume começaram a ser impressos 12 mil exemplares

3. Órfão de pai aos quinze anos, David Augusto Corazzi (1845-1896), que era estudioso, frequentou o Liceu Nacional de Lisboa, aulas de Paleografia na Torre do Tombo, o Conservatório Real de Lisboa etc. Aos dezoito anos, trabalhou na Administração Central dos Correios de Lisboa. Graças à venda do direito à propriedade do livro *Novo consultor cirúrgico-médico, e farmacêutico contendo artigos especiais sobre o tratamento preservativo e curativo da cólera morbus, febre amarela, tifo e das moléstias da costa de África e sifilíticas* (Lisboa, 1857), de autoria de seu pai, que era médico-cirurgião, lançou-se à atividade editorial publicando romances de Ponson du Terrail. Obteve êxito com sua Empresa Horas Românticas e lançou o romance de ficção científica, com as primeiras obras de Júlio Verne. Cf. NABO, Olímpia de Jesus de Bastos Mourato. *Educação e difusão da ciência em Portugal: a “Bibliotheca do Povo e das Escolas” no Contexto das Edições Populares do Século XIX*. Dissertação (Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local). Escola Superior de Educação de Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre, Portugal, 2012. (Nota da revisão).

4. NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a Biblioteca do Povo e das Escolas. *Revista Horizontes*, Bragança Paulista, USF, 2001, p. 13.

5. VENÂNCIO, Giselle Martins. Os caminhos da coleção Biblioteca do Povo e das Escolas traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 21, 2005, p. 6.

6. NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: A Biblioteca do Povo e das Escolas, 2001, p. 14.

de cada vez. A tiragem subiu para 15 mil exemplares a partir do volume 10.

Além da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, Corazzi também editava desde 1881 os *Dicionários do Povo* e respondia pela distribuição de periódicos, como *Os Dois Mundos*. Para tanto, havia se instalado no Rio de Janeiro, à rua da Quitanda, n. 40, conforme afixa Tania de Luca.⁷ Mantinha a sede administrativa, entretanto, em Lisboa, à Rua do Atalaya, n. 52, como consta na capa dos volumes da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*. Em razão de problemas de saúde, Corazzi, que viria a falecer em 1896, vendeu sua editora em 1888 para A Editora, absorvida mais tarde, em 1913, pela Livraria Francisco Alves.⁸

Explorar as estratégias de comercialização mobilizadas no período para impressos e, em particular, para aqueles dedicados à escola e às classes populares, bem como estudar a circulação desses artefatos culturais entre Brasil e Portugal são os objetivos deste texto. Para tanto, tomaremos a editora David Corazzi como mote. Ao escopo da análise se associa ainda uma apresentação de exemplares da *Biblioteca do Povo e das Escolas*, de modo a caracterizar esses impressos, compreendendo os aspectos materiais como parte integrante do empreendimento comercial.

Nesse tocante, não se pode elidir do estudo que a publicação visava à vulgarização dos “conhecimentos humanos”, destinando-se a prover de instrução os “que não sabem por lhes falecerem recursos com que aprendam”, como clamava Xavier da Cunha, diretor da coleção entre 1881 e 1894, no prólogo editado em 1883.⁹ Tal pretensão, por certo, incidia também na definição do formato dos exemplares e dos meios utilizados para distribuição e propaganda.

Para dar conta dos objetivos, este capítulo está organizado em três partes. Na primeira, detém-se na cultura material escolar como objeto de pesquisa.

7. DE LUCA, Tania Regina. *A Ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro*. São Paulo: Ed. Unesp Digital, 2018.

8. NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: A Biblioteca do Povo e das Escolas, 2001, p. 15; HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 289.

9. CUNHA, Xavier da. Quatro páginas de prólogo. In: *Biblioteca do Povo e das Escolas, Sexta série*. Lisboa: David Corazzi editor, Empreza Horas Românticas, 1883.

Na segunda, detalha o artefato e explora as estratégias de comercialização inventadas por Corazzi. Nos comentários finais, interroga-se sobre a presença da *Biblioteca do Povo e das Escolas* em escolas brasileiras. Cabe, ainda, o alerta de que a análise se restringe aos anos iniciais de circulação do impresso, período que coincide com a atuação de Xavier da Cunha e que se encerra com o falecimento de Corazzi, em razão dos volumes disponíveis na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, lócus onde a pesquisa de campo foi realizada.

Cultura material escolar como objeto de pesquisa

Em 2018, saiu a lume o livro *Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*, organizado por Vera Gaspar da Silva, Gizele de Souza e Cesar Augusto Castro.¹⁰ Dava visibilidade a um conjunto de pesquisas que há duas décadas vinham invadindo o campo da história da educação. Reunindo investigadores do Brasil, França, Espanha, Itália, México e Inglaterra, evidenciava que a problemática não estava restrita ao cenário brasileiro. Ao contrário, havia emergido como uma preocupação em diversos países, sendo um tema transversal em análises cunhadas sob a perspectiva da história cultural, história social ou nova história econômica.

No balanço ainda inicial que Rosa Fátima de Souza fez publicar em 2007, associava o interesse pela questão à crescente disposição dos historiadores da educação pela “preservação de fontes de pesquisa e de memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação”.¹¹ Nesse sentido, alertava a autora, “o mundo dos objetos tem entrado em cena nem sempre como foco principal da análise, mas como um componente da interpretação histórica voltada para o estudo das representações e práticas escolares”.¹²

Discorrendo sobre a temática, em artigo veiculado na revista *Linhas*, anunciei duas precauções no que tange ao tratamento da temática em história da educação. A primeira concernia ao reconhecimento de que os estudos

10. GASPAR DA SILVA, Vera; SOUZA, Gizele de & CASTRO, Cesar Augusto (orgs.). *Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*. Vitória: EdUFES, 2018.

11. SOUZA, Rosa Fátima. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTA, M. L. (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez Editora, 2007, p. 170.

12. *Ibidem*.

sobre a cultura material constituem, eles mesmos, um campo de investigação, com uma história a ser observada. A segunda dizia respeito à polissemia do termo. A expressão *cultura material* tanto pode remeter a uma investigação sobre os artefatos, quanto aos elementos materiais do universo em que vivemos, como por exemplo o meio ambiente, a natureza, a urbanização das cidades, a arquitetura dos edifícios e até mesmo o tempo.¹³

Ao restringir a análise aos artefatos escolares, identifiquei três vertentes existentes no campo. As duas primeiras recuperei em diálogo com Juri Meda,¹⁴ que

identificava dois possíveis enfoques de cultura material da escola como categoria historiográfica em educação: o primeiro recai sobre a dimensão material do artefato, escrutinando as práticas educativas ocorridas na sala de aula; o segundo se interroga sobre o artefato como um produto industrial e um objeto de consumo, colocando sua natureza pedagógica em segundo plano. A estes dois enfoques ele associa duas tradições historiográficas: uma espanhola, que poderíamos considerar ibero-americana, posto que é também recorrente em Portugal e em países da América Latina (Brasil incluído), de etno-história da escola; outra, italiana, que prefere o termo história material da escola.¹⁵

A terceira vertente emergiu na leitura de Martin Lawn e Ian Grosvenor¹⁶ e se refere à relação entre materialidade e cultura do trabalho, concebendo os autores o artefato como elemento importante na definição da identidade profissional docente.¹⁷ Essas três aproximações, cumpre destacar, estão incluídas na recente publicação organizada por Vera Gaspar da Silva, Gizele de Souza e Cesar Augusto Castro,¹⁸ mencionada anteriormente.

13. VIDAL, D. G. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. *Revista Linhas*, vol. 18, n. 36, jan./abr. 2017, p. 254.

14. MEDA, Juri. A história material da escola como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico-educativa na Itália. *Revista Linhas*, vol. 16, n. 30, 2015, pp. 9-10.

15. VIDAL, D. G. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização, 2017, p. 258.

16. LAWN, Martin & GROSVENOR, Ian. When in Doubt, Preserve: Exploring the Traces of Teaching and Material Culture in English Schools. *History of Education*, vol. 30, n. 2, pp.117-127, 2001.

17. VIDAL, D. G. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização, 2017, p. 259.

18. GASPAR DA SILVA, Vera; SOUZA, Gizele de & CASTRO, Cesar Augusto (orgs.). *Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*, 2018.

No escopo desse mosaico teórico-metodológico, tenho me filiado principalmente ao que pode ser considerada uma nova história econômica da escola, perscrutando a produção e o consumo de artefatos escolares, com base em duas categorias principais – indústria escolar e escola como mercado –, sem descurar de me interrogar sobre os efeitos sobre a corporeidade que o trato com a materialidade implica. Assim, têm chamado minha atenção tanto as estratégias de fabricação, distribuição, importação e comercialização de produtos voltados à aquisição por escolas ou órgãos da administração pública, como os modos como esses artefatos foram diferentemente apropriados nos contextos escolares¹⁹ e subjetivados pelos sujeitos da escola.²⁰

No caso da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, objeto de interesse deste capítulo, isso significa atentar não apenas para, como assim a concebe Roger Chartier,²¹ a fórmula editorial utilizada; mas também para os modos de circulação intentados, conectando, inicialmente, Portugal e Brasil. Antes de abordá-los entretanto, valeria discorrer sobre o cenário no qual se desenrola a trama aqui narrada. Afinal, a qual escola a *Bibliotheca do Povo e das Escolas* se destinava? Como essa escola se configurava nos dois países nos anos 1880 e 1890, datas-limites deste texto?

A resposta à primeira pergunta encontra-se na contracapa. A informação de que alguns livros tinham sido “aprovados pelo Governo para uso das aulas primárias e muitos outros teem sido adoptados nos Lyceus” sinalizava para o público escolar visado: escolas primárias e secundárias. Quanto à segunda indagação, para efeito desta análise, recortemos apenas o universo das escolas elementares portuguesas e brasileiras.

Segundo Margarida Felgueiras e Elisabeth Poubel e Silva,²² as escolas graduadas implantaram-se em Portugal a partir de 1869, com a criação da Escola Central n. 1 de Lisboa. Além de reunir as escolas isoladas, a nova modalidade escolar

19. DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

20. WARNIER, Jean-Pierre. *Construire la culture matérielle: L'homme qui pensait avec ses doigts*. Paris: PUF, 1999.

21. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002, p. 178.

22. FELGUEIRAS, M. L. & POUBEL E SILVA, E. A implantação das escolas centrais em Portugal. In: VIDAL, D. G. (org.). *Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 49.

introduziu o ensino simultâneo, propondo a organização de classes de acordo com a idade do aluno, sob a batuta de um professor para cada classe. [...] Era uma escola destinada ao sexo masculino, contendo três classes, podendo ser subdivididas em duas secções, que ficavam a cargo de quatro professores nomeados, sendo que um deles ocupava a função de director.²³

As mesmas autoras afixam que, na década de 1880, existiriam ao menos 19 Escolas Centrais em Lisboa. No entanto, compulsando estatísticas, indicam que, em 1870, haveria 1 escola para cada 1.000 habitantes e que somente a partir de 1881 seria estabelecida a obrigatoriedade de frequência a rapazes e meninas.²⁴ Aliás, de acordo com as autoras, a implantação da Escolas Centrais ficou circunscrita inicialmente a Lisboa e Porto, e “não parece ter despertado o interesse da sociedade civil, que geralmente continuou a doar edifícios escolares de um ou dois lugares, mais próximos das populações a que serviam, tendo-se confinando à esfera político-educacional”.²⁵ Nesse panorama, é possível afirmar que, a despeito da introdução da escola graduada em Portugal, 24 anos antes de sua criação no Brasil, a maioria do ensino elementar português era praticada em escolas isoladas, com um único mestre e alunos em diferentes estágios de aprendizagem dos conteúdos em uma mesma sala de aula.

Os Grupos Escolares, denominação que as escolas graduadas assumiram em terras brasileiras, emergiram no período republicano. Pretendiam substituir as escolas isoladas unidocentes, privilegiando o ensino simultâneo, especializando a docência com professores distribuídos por séries escolares, e introduzindo a figura do diretor.

Surgidos no corpo das leis desde 1893, em São Paulo e no Rio de Janeiro, regulamentados e instalados a partir de 1894 no estado de São Paulo, os Grupos Escolares emergiram ao longo das duas primeiras décadas republicanas nos estados do Rio de Janeiro (1897); Maranhão e Paraná (1903); Minas Gerais (1906); Bahia (1908), Rio Grande do Norte, Espírito

23. *Idem*, pp. 49-50.

24. *Idem*, p. 55.

25. *Idem*, p. 64.

Santo e Santa Catarina (1908); Mato Grosso (1910); Sergipe (1911); Paraíba (1916); e Piauí (1922).²⁶

Portanto, situaram-se, praticamente, fora do período abrangido por este estudo, entre 1881 e 1896. Anteriormente a esse processo, entretanto, no Município da Corte, edifícios erigidos nas décadas de 1870 e 1880, e conhecidos como Escolas do Imperador, de acordo com Alessandra Schueler e Ana Magaldi,²⁷ resultaram da reunião das escolas isoladas, contribuindo “para a introdução gradual do ensino simultâneo e seriado e dos novos mecanismos de divisão e controle do trabalho docente (direção, inspeção escolar, hierarquia burocrática etc.) na cidade do Rio de Janeiro”. As oito escolas então construídas, a despeito de sua importância para os habitantes do município, não chegaram a alterar a paisagem majoritária de escolas elementares isoladas no país.

Quanto à obrigatoriedade escolar no Brasil, a situação era bastante variada à época e dependia da legislação provincial. A referência mais precoce diz respeito ao

ano de 1828 para a cidade mineira de Mariana. Em termos de legislação provincial, as primeiras peças legais datam de 1835 e foram proclamadas por Minas Gerais e Goiás, seguidas do Ceará (1837) e Piauí (1845). O município neutro da Corte encerra em 1849 o movimento restrito à primeira metade do século XIX. Os anos 1850, entretanto, emergem como pródigos na legislação sobre o ensino compulsório. O dispositivo aparece nas leis provinciais do Grão Pará (1851), Paraná, Rio de Janeiro e Maranhão (1854), Pernambuco (1855), Amazonas e Sergipe (1858). Novo surto vamos encontrar na década de 1880 para as províncias do Rio Grande do Sul (1871), Espírito Santo (1873), Santa Catarina e São Paulo (1874), Alagoas (1876) e Mato Grosso (1880).²⁸

26. VIDAL, D. G. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: VIDAL, D. G. (org.). *Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*, 2006, p. 3.

27. SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de & MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, Niterói, vol. 13, n. 26, 2009, p. 38.

28. VIDAL, D. G. Faces da obrigatoriedade escolar: lições do passado, desafios do presente. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de & GASPARD DA SILVA, Vera

Não obstante, não é possível supor que, uma vez promulgada, a obrigatoriedade do ensino foi instaurada nas respectivas Províncias. Ao contrário, em geral, leis posteriores reiteravam ou excluíaam o dispositivo legal por motivos vários, dentre eles o não cumprimento da legislação, a falta de meios de inspecionar as escolas ou mesmo a pobreza ou “incúria” das famílias.

Diante deste quadro geral, pode-se afirmar que, mesmo com a introdução de escolas graduadas em Portugal e das Escolas do Imperador no Brasil, a maioria da população atendida pelo ensino público frequentava unidades escolares isoladas e que, a despeito das muitas brechas das leis de obrigatoriedade escolar, havia a preocupação do Estado pela ampliação do contingente do alunado português e brasileiro. Por certo, poderíamos ainda explorar as taxas de alfabetização nos dois países para compor este cenário, mesmo sabendo da fragilidade das estatísticas à época. Segundo Alceu Ferraro,²⁹ para o interregno entre o primeiro (1872) e o segundo (1890) censos no Brasil, a trajetória da taxa de analfabetismo para a população de cinco anos ou mais manteve estabilidade em torno de 82,5%. Já Francisco Ribeiro da Silva³⁰ afiança que, em 1890, 76% da população portuguesa maior de sete anos não sabia ler nem escrever.

É nessa trama que se inseriam a produção e a comercialização da *Bibliotheca do Povo e da Escolas*. Se o título já anunciava o interesse em fornecer material ao ensino escolar, provavelmente visando as escolas isoladas e sendo estimulado pela disseminação de leis de obrigatoriedade escolar; também aludia a uma preocupação com a ilustração do povo. Ao valorizar a linguagem concisa, simples e acessível a “todas as inteligências”, como se lê na capa de todos os volumes (CAPA), simultaneamente situava-se no âmbito das iniciativas liberais que pretendiam a disseminação popular do conhecimento científico, artístico e literário, como almejava alargar o potencial de consumo do produto comercializado, abarcando os diferentes

Lucia. (orgs.). *Obrigatoriedade escolar no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2013, vol. 1, p. 12.

29. FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 23, n. 81, dez. 2002, p. 33.

30. SILVA, Francisco Ribeiro da. História da alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados. In: *A história da educação em Espanha e Portugal*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993, p. 101.

níveis escolares e acolhendo a população analfabeta. Oferecia-se, assim, tanto à leitura individual e silenciosa quanto à coletiva e em voz alta, respondendo a usos escolares e sociais dos impressos.³¹

A Bibliotheca do Povo e das Escolas: estratégias de comercialização (e subjetivação)

Para Giselle Martins Venâncio,³² a *Bibliotheca do Povo e das Escolas* foi a primeira experiência portuguesa de livro “popular de massas”. Não apenas vendia os exemplares a preços módicos, 50 réis, como se valia de uma fórmula editorial com capas padronizadas e papel barato.

Se tomamos os cálculos feitos por Stanley Stein, mencionados por Adriana Maria Paulo da Silva,³³ 50 réis, em 1825, equivaleria a US\$ 0,0525. Uma outra medida de valor podemos encontrar em Antonio Egydio Martins,³⁴ quando se refere, em 1874, à quitanda de Nhá Maria Café que

todas as manhãs, para atender à numerosa freguesia, costumava fazer saborosas empadas de farinha de milho com piquira ou lambari e vendia cada uma a 20 réis, com uma tigelinha de café a 40 réis; à noite fazia o apreciado cuscuz de bagre e camarão de água doce [vendido...] por 40 réis.

Portanto, cada livro da coleção de Corazzi saía por aproximadamente o mesmo que uma empada de farinha de milho com uma tigela de café ou de um grande pedaço do “apreciado cuscuz”.

O aspecto físico da publicação muito lembra a *Bibliothèque Bleue* e a literatura de colportage, estudada por Roger Chartier³⁵ para a França no século XVII. Nos dois casos, faziam uso de uma fórmula editorial que conferia “ao objeto formas próprias, que organiza[va] os textos de acordo com dispositivos

31. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*, 2002.

32. VENÂNCIO, Giselle Martins. Os caminhos da coleção *Bibliotheca do Povo e das Escolas* traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues, 2005, p. 6.

33. SILVA, Adriana M. Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Editora Plano, 2000, pp. 68-69.

34. MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo (1554 a 1910)*. Primeiro volume. Rio de Janeiro: Francisco Alves; São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1911-1912, p. 147.

35. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*, 2002, pp. 165 e ss.

tipográficos específicos”.³⁶ Os textos eram editados em *in-octavo*. No entanto, enquanto os volumes da *Bibliothèque Bleue* variavam em extensão, os da *Bibliotheca do Povo* tinham sempre 64 páginas, correspondendo a 4 folhas de tipografia, confeccionados com papel jornal, de gramatura e fina e alta acidez.

O formato diminuto não representava apenas uma estratégia de redução de custos; implicava também portabilidade. Os livros cabiam na palma da mão e poderiam ser acomodados em bolsos e algibeiras, sendo de fácil manuseio e transporte, o que reforça o propósito de servir ao consumo das classes populares (Imagem 1).

Imagem 1: O continente negro, de Ladislau Batalha. Fotografia de Juliana Frutuoso.



(Fundo José Feliciano de Oliveira. Biblioteca do IEB-USP)

Todas as capas eram idênticas na forma gráfica, variando apenas o conteúdo relativo ao título, nome do autor e sua qualificação. Na testa, a inscrição “Propaganda de instrução para Portuguezes e Brasileiros” definia o público-alvo da publicação, informação que se completava com a denominação da coleção: *Bibliotheca do Povo e das Escolas*. O valor do impresso vinha logo abaixo e era reiterado nas duas laterais. Em caso de

36. *Idem*, p. 178.

conter ilustrações, a referência era incluída após o título e a autoria da obra. Enquadrado, o texto definia as características da coleção:

Cada volume abrange 64 páginas, de composição cheia, edição estereotypada, – e fôrma um tratado elementar completo n'algum ramo de sciencias, artes ou industrias, um florilégio litterário, ou um agregado de conhecimentos úteis e indispensáveis, expostos por forma sucinta e concisa, mas clara, despretenhosa, popular, ao alcance de todas as intelligências (CAPA).

Era ladeado pelo número da série. Seguiam-se o ano da publicação, os nomes do editor e da casa editora, além da menção “Premiada com medalha de oiro na Exposição do Rio de Janeiro”. Por fim, indicavam-se os endereços da sede da editora em Lisboa e no Rio de Janeiro (a partir de 1889, também a representação na cidade do Porto, em Portugal) e o número do volume. Toda capa era emoldurada pelos mesmos elementos gráficos, consolidando a identidade da coleção (Imagem 2).

Imagem 2: Aerostação, de João Maria Jalles. Fotografia de Diana Vidal



(Fundo José Feliciano de Oliveira. Biblioteca do IEB-USP)

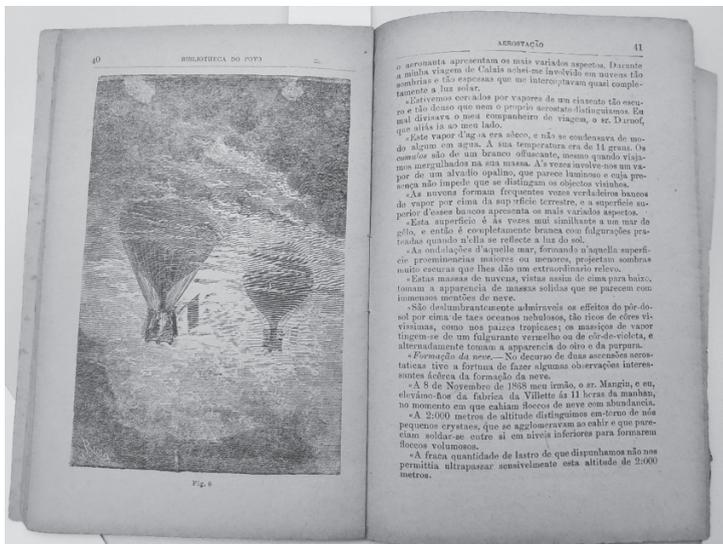
Dependendo do assunto, o livro poderia ser ilustrado. As imagens tanto tomavam duas páginas inteiras, como no exemplo a seguir, em que se nota a costura dos cadernos, feita com barbante; quanto apenas uma. Nos dois casos, reproduzimos as ilustrações constantes do volume *Aerostação*, de João Maria Jalles (Imagens 3 e 4).

Imagem 3: Aerostação, de João Maria Jalles. Fotografia de Diana Vidal



(Fundo José Feliciano de Oliveira. Biblioteca do IEB-USP)

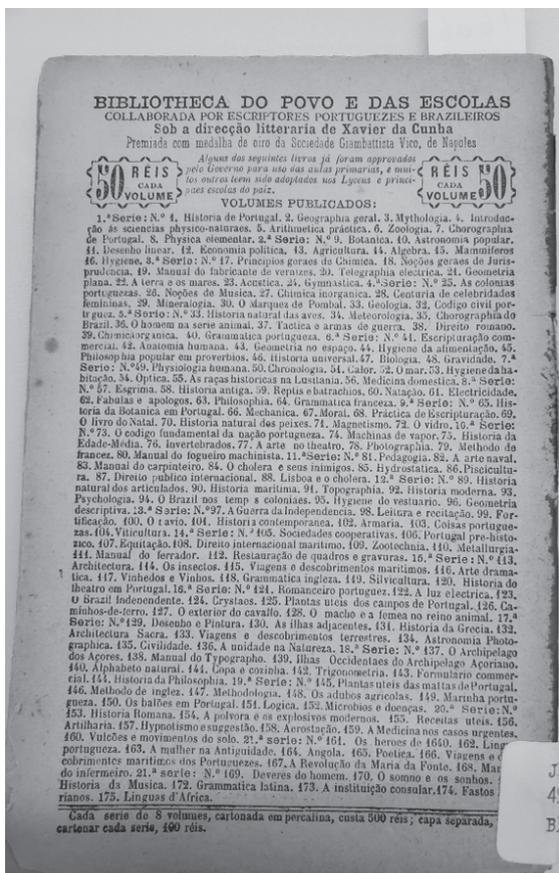
Imagem 4: Aerostação, de João Maria Jalles. Fotografia de Diana Vidal



(Fundo José Feliciano de Oliveira. Biblioteca do IEB-USP)

Na contracapa, agregavam-se outras informações, como a listagem de todas as séries e títulos publicados em cada série até o momento, o nome do responsável literário pela coleção, Xavier da Cunha, que, como dito anteriormente, exerceu a função entre 1881 e 1894, e a menção “Premiada com medalha de ouro da Sociedade Giambattista Vico, de Napoles”. Além disso, afirmava-se: “Alguns dos seguintes livros já foram aprovados pelo Governo para uso das aulas primárias, e muitos outros teem sido adoptados nos Lyceus e principaes escolas do paiz” (Imagem 5).

Imagem 5: Contracapa de Aeroestação, de João Maria Jalles. Fotografia de Diana Vidal



(Fundo José Feliciano de Oliveira. Biblioteca do IEB-USP)

Por fim, vinha a elucidaçao de que “cada série de 8 volumes, cartonada em percalina, custa 500 réis; capa separada para cartonar cada série, 100 réis”.

Vale destacar as remissões às medalhas de ouro recebidas tanto na Exposição do Rio de Janeiro quanto da Sociedade Giambattista Vico, não apenas porque evidenciam a presença da coleção portuguesa no Brasil e na Itália, mas principalmente porque reforçam a importância atribuída ao circuito escolar, o que se reitera com a informaçao sobre o uso dos livros em escolas primárias e liceus. A expressao “do paiz” refere-se a Portugal. Vitor

Bonifácio³⁷ esclarece que, em 1883, o Conselho Superior de Instrução Pública aprovou a “utilização de vários números da BPE na instrução primária e no ensino normal” portugueses.

Merece realce também a oferta de capas para cartonar e de volumes cartonados, visto que a nova materialidade conferida aos exemplares com o uso do papel cartão aumenta a durabilidade do suporte, com implicações sobre o seu transporte, guarda, leitura e manuseio. No primeiro caso, o livro, que poderia ser carregado em um bolso, passava a requerer um outro meio de transporte mais condizente com a capa dura cartonada. No segundo, agregava-se um novo valor, a estocagem com vistas à consulta e não somente à leitura, endereçando-se possivelmente à constituição/ampliação de bibliotecas particulares e escolares. Ao reunir os volumes em séries, o efeito aleatório da leitura dos livros era comutado pela sequência instrutiva a ser observada, supondo um sentido a ser identificado. Por fim, substituindo a maleabilidade do volume pela consistência da série encadernada, uma nova corporeidade era imposta aos sujeitos no ato de ler.

Se a *Bibliotheca do Povo e das Escolas* se assemelhava à *Bibliothèque Bleue* em sua fórmula editorial, dela se distanciava no propósito de se inserir no universo escolar. De acordo com Roger Chartier,³⁸ o livro da *Bibliothèque Bleue* “não era comprado necessariamente para ser lido, ou pelo menos para ser lido numa leitura minuciosa, precisa, atenta à letra do texto”. Já na *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, o objetivo de prover de instrução os “que não sabem por lhes fallecerem recursos com que aprendam” era explícito e anunciado por Xavier da Cunha.³⁹ No entanto, não se pode elidir a constatação de que os autores buscavam uma linguagem simples e acessível, tornando factível a pretensão de uma leitura silenciosa e individual, mas também propiciando uma leitura coletiva e em voz alta.

37. BONIFÁCIO, Vitor. Um modelo para a *Bibliotheca do Povo e das Escolas*: a *Biblioteca del Popolo*. In: ANDRADRE, Antonio Manuel & CARRINGTON, Maria Cristina. *Do manuscrito ao impresso I*. Aveiro/Coimbra: Universidade de Aveiro/Universidade de Coimbra, 2019, p. 331.

38. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*, 2002, p. 177.

39. CUNHA, Xavier da. Quatro páginas de prólogo. In: *Biblioteca do Povo e das Escolas, Sexta série*, 1883.

No ideal de oferecer instrução às classes populares a preços módicos, Vitor Bonifácio⁴⁰ identifica a similitude da *Bibliotheca do Povo e das Escolas* com outro impresso, a ela contemporâneo: a *Biblioteca del Popolo*. Para o autor, não só compartilhavam dos mesmos propósitos, como tinham o mesmo número de página e formato e assemelhavam-se no grafismo e conteúdo das capas. Bonifácio chega a afirmar que o impresso português era inspirado no congêneres italiano, o que pode explicar o interesse manifesto pela Sociedade Giambattista Vico, além de elucidar os modos de operação de editores na época. Não escapa à curiosidade o sobrenome Corazzi, de origem italiana, reforçando a circulação de estratégias editoriais entre os dois países.

Como mencionado anteriormente, nos 42 anos em que a coleção circulou entre Brasil e Portugal, foram editadas 29 séries, contendo 237 volumes. Para a penetração eficaz da publicação não somente era necessária uma cuidadosa escolha de textos, autores, como era imprescindível o investimento no desenvolvimento de estratégias de distribuição e venda. As obras versavam sobre temas de apelo popular, tanto científicos, como balões e aeroestação, quanto sobre costumes, teatro e literatura em Portugal e nas colônias (Angola, Açores e Macau). Endereçavam-se também ao público escolar com volumes sobre métodos de alfabetização, estudos sobre línguas e arcaísmos, geografia, história, dentre muitos outros, sempre com um repertório que se estendia de Portugal ao Brasil e às colônias portuguesas. Em geral, os textos se iniciavam com um convite à leitura, explicando ao leitor a pertinência do volume à coleção e a relevância do assunto nele tratado.

No que tange à distribuição, o caso do território brasileiro evidencia a abrangência do investimento. Giselle Venâncio,⁴¹ ao estudar a trajetória do livreiro cearense Gualter Rodrigues da Silva, informa que em 1892, em seu inventário, constavam “38 títulos da coleção *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, num total de 1415 exemplares presentes na livraria cearense”. Uma breve busca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional localiza menções à coleção em jornais do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Santa

40. BONIFÁCIO, Vitor. Um modelo para a *Bibliotheca do Povo e das Escolas*: a *Biblioteca del Popolo*, 2019, p. 334.

41. VENÂNCIO, Giselle Martins. Os caminhos da coleção Biblioteca do Povo e das Escolas traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues, 2005, p. 5.

Catarina e Paraíba. São notícias de distribuição de volumes, como remessas aos diretores do Club Literário e Recreativo pelo diário *O Norte*, da Paraíba, em 1882; doações a escolas, como a realizada por Anastácio Silveira de Souza para o Lyceu de Artes e Offícios, pel' *O Despertador*, de Santa Catarina, em 1883; ou anúncios de livrarias, como a Ramos d'Almeida e Cia, pelo *Diário do Maranhão*, em 1884.

As datas das edições dos diários indiciam, ainda, a rapidez com que os exemplares da *Bibliotheca do Povo e das Escolas* foram dispersados geograficamente. Confirmam o diagnóstico de inovação e ousadia empresarial no planejamento e produção de suas edições, atribuído a David Corazzi por Telmo Verdelho e João Paulo Silvestre.⁴² Dentre as estratégias mobilizadas pelo editor, estavam “técnicas publicitárias” pioneiras, como destacam Irene Vaquinhas e Isabel Nobre Vargues,⁴³ ao se referirem ao sistema que implementou a oferta de brindes e prêmios sorteados por meio de loterias para cativar seus leitores. As autoras ainda asseveram que Corazzi era considerado um verdadeiro “fura-vidas dos editores portugueses” por possuir a “tenacidade do caruncho e a teimosia do mosquito”.⁴⁴

A extensa rede de distribuição de livros no Brasil se configurava nos entrelaçamentos de várias iniciativas. A primeira delas era associar a venda da coleção à de outros produtos como os *Dicionários do Povo* e o periódico *Os Dois Mundos*. A segunda consistia no estabelecimento de correspondentes, expediente que extrapolou os limites do território brasileiro. Confluindo com o espectro temático dos volumes, de acordo com Manoela Domingos,⁴⁵ a editora possuía 217 correspondentes, abrangendo a China e países da Europa e África. A esses correspondentes, considerados como “[...] todas as pessoas que se responsabilizem por um certo número de assinaturas de

42. VERDELHO, Telmo & SILVESTRE, João Paulo. *Lexicografia bilingue: A tradição dicionarística português-línguas modernas*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2011, p. 43.

43. VAQUINHAS, Irene & VARGUES, Isabel. A imprensa da Universidade no Liberalismo e na I República. In: FONSECA, Fernando *et al.* *Imprensa da Universidade de Coimbra: uma história dentro da história*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001, pp. 69-92, p. 72.

44. *Idem*, pp. 71-72.

45. DOMINGOS, Manuela. *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e leitores no século XI*. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância, 1985, p. 66.

cuja distribuição se encarreguem e deem a esta Casa garantia de sua boa vontade, honradez e zelo”,⁴⁶ a editora oferecia uma comissão de vendas de 15%.

No *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, a partir de 1884, a remissão a David Corazzi é substituída por José de Mello que, mantendo o endereço comercial da rua da Quitanda, n. 40, apresentava-se como gerente no Brasil da antiga casa editora David Corazzi (Empresa Horas Românticas de Lisboa). No ano seguinte, acrescentou a informação de que era agente exclusivo da Companhia das Águas Gazozas e Medicinais das pedras salgadas de Villa Pouca de Aguiar, Portugal. Ainda na edição de 9 de janeiro de 1889 do *Diário do Commercio* (RJ), José de Mello aparecia como gerente da editora David Corazzi, ofertando prêmios ao curso noturno gratuito para o sexo feminino, anexo ao Collégio Pedro II, entregues ao professor Cony.

Portanto, entre 1882, quando Corazzi se instalou no Rio de Janeiro, e 1888, quando vendeu a editora, o empreendimento comercial passou por alterações. Inicialmente, José de Mello assumiu as tarefas antes realizadas por David Corazzi. Na sequência, Mello acumulou mais uma representação, seguindo o caminho dos muitos agentes comerciais de empresas estrangeiras radicados no Rio de Janeiro, como, dentre outros, Louis Conseil, Etienne Collet e Charles Vautelet.⁴⁷ Conseil, por exemplo, além de representar casas francesas dedicadas ao comércio escolar como a Maison Deyrolle, era fornecedor de vinhos provenientes de Bordeaux.

O expediente evidencia que os ramos do comércio ainda não estavam especializados. Analisando os inventários de dois livreiros de Fortaleza, Alexandrina de Oliveira – esposa de Joaquim José de Oliveira – e Gualter Silva, datados respectivamente de 1870 e 1892, Giselle Venâncio⁴⁸ encontrou,

46. Catálogo de 1884, apud DOMINGOS, Manuela. *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e leitores no século XI*, 1985, p. 66.

47. ALCANTARA, Wiara. Cultura material e história do ensino de ciências em São Paulo: uma perspectiva econômico administrativa. *Rivista di Storia dell’Educazione*, n. 1, pp. 343-361, 2018; ALCANTARA, Wiara & VIDAL, Diana. The Syndicat Commercial du Mobilier et du matériel d’Enseignement and the transnational trade of school artefacts (Brazil and France in the late nineteenth and early twentieth centuries). *Paedagogica Historica*, pp. 1-15, 2020. DOI: 10.1080/00309230.2020.1796721.

48. VENÂNCIO, Giselle Martins. Os caminhos da coleção Biblioteca do Povo e das Escolas traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues, 2005, p. 3.

na lista de produtos postos à venda em suas livrarias, mercadorias como “Água Balsâmica para dentes de montonac”, “Água de toilette phenicado do Dr. Lamaire”, “Ácido carbosótico”, “Pílulas de Santa Maria”, “Pomada Rondesicus”, “Sabão de Alcatrão”, “Pomada Mágica” e “Pós Dentifrícios”.

Comentários finais

Teriam chegado às escolas elementares brasileiras os volumes da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*? A tomar pelas referências localizadas na Hemeroteca Digital, circularam ao menos em escolas pós-primárias e secundárias. Entretanto, um outro indício pode ser acionado para responder à pergunta: o conteúdo mesmo dos textos. Nesse caso, a comunicação apresentada por Margarida Felgueiras e Inára Garcia no *VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, realizado no Maranhão em 2010, pode nos servir de guia.

As autoras debruçam-se sobre o volume 140, intitulado *O alfabeto natural*, de autoria do Abade de Arcozelo, saído em 1887. Nele, afiançam,

o pedagogo explicou seu método de leitura, apresentando os 18 quadros parietais que o acompanhavam, respondeu às críticas dos opositores e transcreveu pareceres emitidos sobre sua obra por indivíduos de diferentes posições sociais, no sentido de comprovar as vantagens e eficácia do que considerava o verdadeiro método de leitura.⁴⁹

Esclarecem ainda que o autor, no prólogo, elucida os motivos que o levaram a escrever para a coleção:

Apresental-o na série dos livrinhos que constituem a Biblioteca do Povo e das Escolas é a um tempo acatar-lhe a indole e apropiá-lo ao seu natural destino – contribuindo no máximo para, pela difusão nas escolas, se attenuar entre nós a deprimente e vergonhosa (por enorme) percentagem de analfabetos.⁵⁰

49. FELGUEIRAS, M. & GARCIA, Inára. *Bibliotheca do povo e das escolas: a circulação de ideias pedagógicas e a cultura material escolar em Portugal na segunda metade do século XIX. Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*; Maranhão, 22 -25 de agosto de 2010, p. 1.

50. *Idem*, p. 3.

Ao buscar a *Bibliotheca do Povo e das Escolas* como veículo de exposição de suas ideias e meio de rebater as acusações que vinha recebendo de plágio da *Cartilha Maternal* de João de Deus, o Abade de Arcozelo evidenciava a penetração social e escolar da coleção de David Corazzi. De fato, as autoras constataam a presença da *Bibliotheca do Povo e das Escolas* em inventários de diferentes escolas elementares e normais portuguesas, informação corroborada por Carlota Boto.⁵¹

Jorge Carvalho do Nascimento,⁵² por sua vez, relata que em 1888, o escritor português José Duarte Ramalho Ortigão, em artigo publicado na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, acerca da Exposição Industrial de Lisboa, referia-se à *Bibliotheca do Povo e das Escolas* como “uma das mais completas e das mais perfeitas bibliotecazinhas escolares que eu conheço”.

Aliás, é também Nascimento⁵³ que nos informa sobre o rápido aumento das tiragens, passando de 6 mil exemplares nos dois primeiros volumes para, a partir do terceiro volume, 12 mil, e do volume 10 para 15 mil exemplares. Ainda, recorda que, em 1909, A Editora, que assumiu os negócios de David Corazzi, estabeleceu filiais em São Paulo e Belo Horizonte, e que, em 1913, a Livraria Francisco Alves iniciou a distribuição dos livros da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, mais um indício da extensão de sua circulação no território brasileiro e de sua possível incorporação pelo universo escolar. O cuidado com a materialidade do impresso, especialmente no empenho do editor em superar a fragilidade do suporte por meio da encadernação cartonada, consiste em outro vestígio que franqueia supor a presença da coleção em bibliotecas escolares brasileiras. Resta saber se de escolas elementares, como ocorreu em Portugal.

Escapou, também, às análises o que os consumidores *fabricaram* com os artefatos que lhes foram distribuídos; ou seja, os modos como os sujeitos se apropriaram dos livros constitutivos da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*. A materialidade do impresso permite indiciar alguns de seus usos ou, como

51. BOTO, Carlota. *A escola primária como rito de passagem. Ler, escrever, contar e se comportar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

52. NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a biblioteca do povo e das escolas, 2001, p. 14.

53. *Ibidem*.

diria Michel de Certeau,⁵⁴ o repertório com o qual os usuários procedem a operações próprias. A investigação ateve-se ao desvendamento das estratégias editoriais. As táticas operadas pelos sujeitos não foram acessadas, visto que implicariam a frequência a outros documentos ou a localização de restos deixados pelos consumidores no material consultado, o que não foi possível.

O que se pode dizer com certeza é que o empreendimento comercial iniciado por David Corazzi foi bem-sucedido, não apenas porque permaneceu ativo mesmo após a sua morte, com tiragens crescentes e expressivas, mas porque inovou nas formas de comercialização do produto, ampliando o espaço de circulação da coleção para além de Portugal e Brasil, onde havia sedes da editora, com abrangência às colônias portuguesas na África e Ásia. O estudo da *Bibliotheca do Povo e das Escolas* autorizou, ainda, perceber a ativação de mecanismos correntes de propaganda de artefatos escolares no século XIX, apreciados em outras investigações, com destaque à divulgação em jornais, almanaques ou participação em Exposições Pedagógicas. Simultaneamente, demonstrou a falta de especialização dos representantes comerciais e dos pontos de venda, sinalizando para a inventividade do comércio livreiro na superação dos entraves à distribuição de seus produtos. Corroborou, assim, para o alargamento da compreensão sobre a produção e consumo da cultura material e da cultura material escolar no oitocentos no Brasil (e em Portugal).

Referências bibliográficas

ALCANTARA, Wiara. Cultura material e história do ensino de ciências em São Paulo: uma perspectiva econômico administrativa. *Rivista di Storia dell'Educazione*, n. 1, pp. 343-361, 2018.

ALCANTARA, Wiara & VIDAL, Diana. The Syndicat Commercial du Mobilier et du matériel d'Enseignement and the transnational trade of school artefacts (Brazil and France in the late nineteenth and early twentieth centuries). *Paedagogica Historica*, pp. 1-15, 2020. DOI: 10.1080/00309230.2020.1796721.

BONIFÁCIO, Vitor. Um modelo para a *Bibliotheca do Povo e das Escolas*: a *Biblioteca del Popolo*. In: ANDRADRE, Antonio Manuel & CARRINGTON, Maria Cristina. *Do manuscrito ao impresso I*. Aveiro/Coimbra: Universidade de Aveiro/Universidade de Coimbra, 2019, pp. 313-339.

54. DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*, 1994, p. 93.

BOTO, Carlota. *A escola primária como rito de passagem. Ler, escrever, contar e se comportar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

COLLICHIO, Terezinha Alves. Primeira Exposição Pedagógica realizada no Rio de Janeiro em 1883 e um importante Congresso da Instrução cancelado. Resultados de uma pesquisa. *Cadernos de História e Filosofia da Educação*, vol. 4, n. 6, pp. 149-194, 2001.

CUNHA, Xavier da. Quatro páginas de prólogo. In: *Biblioteca do Povo e das Escolas, Sexta série*. Lisboa: David Corazzi editor, Empreza Horas Românticas, 1883.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DE LUCA, Tania Regina. *A Ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro*. São Paulo: Ed. Unesp Digital, 2018.

DOMINGOS, Manuela. *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e leitores no século XI*. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância, 1985.

FELGUEIRAS, M. L. & GARCIA, Inára. *Bibliotheca do povo e das escolas: a circulação de ideias pedagógicas e a cultura material escolar em Portugal na segunda metade do século XIX. Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*; Maranhão, 22 -25 de agosto de 2010.

FELGUEIRAS, M. L. & POUBEL E SILVA, E. A implantação das escolas centrais em Portugal. In: VIDAL, D. G. (org.). *Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006, pp. 47-67.

FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 23, n. 81, pp. 21-47, Dec. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-73302002008100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 fev. 2020.

GASPAR DA SILVA, Vera; SOUZA, Gizele de & CASTRO, Cesar Augusto (orgs.). *Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*. Vitória: EdUFES, 2018.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. 2 ed. rev. e ampl. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2005.

LAWN, Martin & GROSVENOR, Ian. When in Doubt, Preserve: Exploring the Traces of Teaching and Material Culture in English Schools. *History of Education*, vol. 30, n. 2, pp.117-127, 2001.

MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo (1554 a 1910)*. Primeiro volume. Rio de Janeiro: Francisco Alves; São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1911-1912.

MEDA, Juri. A história material da escola como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico-educativa na Itália. *Revista Linhas*, vol. 16, n. 30, pp. 7-28, 2015.

NABO, Olímpia de Jesus de Bastos Mourato. *Educação e difusão da ciência em Portugal: a “Bibliotheca do Povo e das Escolas” no Contexto das Edições Populares do Século XIX*. Dissertação (Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local). Escola Superior de Educação de Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre, Portugal, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8402/1/Ol%C3%ADmpia%20de%20Jesus%20de%20Bastos%20Mourato%20Nabo.pdf>.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: A Biblioteca do Povo e das Escolas. *Revista Horizontes*, Bragança Paulista, USF, 2001, pp. 11-28.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de & MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, Niterói, vol. 13, n. 26, pp. 32-55, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 fev. 2020.

SILVA, Adriana M. Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Editora Plano, 2000.

SILVA, Francisco Ribeiro da. História da alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados. In: _____. *A história da educação em Espanha e Portugal*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993, pp. 101-121.

SOUZA, Rosa Fátima. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTA, M. L. (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez Editora, 2007, pp. 163-189.

VAQUINHAS, Irene & VARGUES, Isabel. A imprensa da Universidade no Liberalismo e na I República. In: FONSECA, Fernando *et al.* *Imprensa da Universidade de Coimbra: uma história dentro da história*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001, pp. 69-92.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Os caminhos da coleção Biblioteca do Povo e das Escolas traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 21, pp. 1-17, 2005.

VERDELHO, Telmo & SILVESTRE, João Paulo. *Lexicografia bilingue: A tradição dicionarística português-línguas modernas*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2011.

VIDAL, D. G. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: VIDAL, D. G. (org.). *Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006, pp. 3-14.

_____. Faces da obrigatoriedade escolar: lições do passado, desafios do presente. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de & GASPARD DA SILVA, Vera Lucia. (orgs.). *Obrigatoriedade escolar no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2013, vol. 1, pp. 11-20.

_____. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. *Revista Linhas*, vol. 18, n. 36, pp. 251-272, jan./abr. 2017.

WARNIER, Jean-Pierre. *Construire la culture matérielle: L'homme qui pensait avec ses doigts*. Paris: PUF, 1999.

CAPÍTULO 5

O ar do tempo: uso do passado e idealização de futuro nos paralelos 1922-2022

Inês Gouveia

Introdução

[...]
*Compositor de destinos,
tambor de todos os ritmos,
tempo, tempo, tempo, tempo*
[...]
*Por seres tão inventivo
e pareceres contínuo,
tempo, tempo, tempo, tempo
és um dos deuses mais lindos,
tempo, tempo, tempo, tempo.*
Caetano Veloso¹

Tempo é um tema instigante e complexo; matéria de diferentes formas de se compreender e explicar o mundo. Tempo, que também é uma divindade,²

1. VELOSO, Caetano. “Oração ao tempo”. *Cinema Transcendental*. Gravadora Verve, 1979.

2. Como dito na música de Caetano Veloso, Tempo também é uma divindade, cuja complexidade estrutura a visão de mundo de diversas comunidades, povos, nações, que resistem à imposição do tempo colonial ocidental. A esse respeito, vale consultar: SIMAS, Luiz Antônio & RUFINO, Luiz. *Fogo no mato: A ciência encantada das macumbas*. Rio

está implicado em tudo e, principalmente, com o poder que o nomina, distingue e organiza seus ciclos e intervalos. Apesar de “parecer contínuo”, nem sempre é essa a forma como o experimentamos. Há uma coexistência entre as várias formas como esse imponderável se apresenta: o tempo é cíclico, linear, quantitativo, qualitativo, social, natural, cumulativo, selecionável, religioso etc. Sendo continuidade, também é ruptura. Sendo ciclo, também é repetição. A forma como o apreendemos está relacionada à experiência coletiva, relativa ao tempo da vida e do trabalho, à condição concreta de se elaborarem e exercitarem planos de futuro, às datas nacionais, à repetição dos eventos. Contexto de tudo que há, a elaboração do tempo articula a história e a memória e, nessa relação, também as comemorações, enquanto eventos que disputam sua inserção num calendário comum.

Busca-se neste ensaio refletir sobre a elaboração do tempo, a partir de eventos que atravessam os “paralelos 22”: pandemias, comemorações da “independência”, vanguarda artística e guerras. Fragmentos do passado e do presente, que marcam um sentido de ciclo e espelhamento. O historiador francês Jacques Le Goff³ chama atenção para o fato de que as sociedades urbanas ocidentais vivem voltadas ao futuro, com seus planos, projetos e projeções. Encapsulado em 2020, no entanto, este ensaio exprime o seu próprio “ar do tempo”.⁴ Sabidamente, sua forma e conteúdo são evidências da experiência da suspensão parcial dos acordos formais que regulam o tempo social. Tomando isso em conta, a inquietação inicial que motivou a sua escrita foi: os sujeitos dos idos de 1922 deglutiram a sua experiência pandêmica de 1918? Como, diante de eventos celebrativos e catastróficos se pode elaborar sobre o futuro? Com qual expectativa? Qual a potência

de Janeiro: Mórula, 2018, pp. 9-16; 33-40; e também: YEMONJÁ, Mãe Beata de. *Caroço de Dendê: a sabedoria dos terreiros: como Ialorixás e Babalorixás passam seus conhecimentos a seus filhos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002; e PRANDI, Reginaldo. O candomblé e o tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 16, n. 47, pp. 43-58, out. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2020.

3. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990. Coleção Repertórios.

4. Essa expressão “ar do tempo” que dá título ao artigo e é utilizada ao longo do texto se refere à maneira como os sujeitos percebem o seu presente, de acordo com os eventos que os marcam.

da celebração na fundação de novos tempos e qual o papel das vanguardas artísticas na sua enunciação?

O olhar para as comemorações não pode se dar sem a projeção de um tempo melhor no futuro. Isso é o que resta evidente após a observação daqueles que se entenderam como *modernos* no início do século. Para construir esse sentido de esperança, tomamos em conta a perspectiva de Paulo Freire, que a vê como “um condimento indispensável à experiência histórica”, sem a qual não haveria história, “mas puro determinismo”.⁵ Com o interesse em disputar os sentidos dos tempos, das memórias e das celebrações, recoloço aqui algumas questões e indagações que, não sendo inéditas, ainda parecem ser pertinentes neste início de século.

Tempo e poder de celebração

Referindo-se às comemorações nacionais, Helenice Rodrigues da Silva afirma: “Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal”.⁶ Aludindo às comemorações do bicentenário da Revolução Francesa em 1989 e também às dos quinhentos anos da chegada dos portugueses à América, no ano 2000, a autora relembra que esse perfil de rememoração busca positivar as memórias e, para isso, extrai seus conteúdos violentos, suas marcas de “feridas coletivas”. No caso da França, Silva (que está em diálogo com autores considerados clássicos para o debate sobre o tempo, a exemplo de Paul Ricoeur) destaca que as celebrações do 1789 tiveram que deslembrar o período do Terror, de 1793. De modo análogo, as comemorações brasileiras, em suas projeções de fundação de outros tempos, têm deslembrado o genocídio dos povos indígenas e da população negra e outros rios de sangue do processo de

5. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 80. Essa referência decorre da elaboração que a artista *drag queen* e pedagoga Rita Von Runty (concebida por Guilherme Terreri Lima Pereira) formulou. RUNTY, Rita Von. *Esperança e Imaginação Política*, 2020. (22m 28s). Disponível em: <https://youtu.be/iqI7ZHVniSg>. Acesso em: 11 ago. 2020.

6. SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, vol. 22, n. 44, p. 431, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17/08/2020.

colonização e seus efeitos. Conforme a autora expõe, esse perfil de celebração é objeto do jogo político, ideológico e ético, e – é importante enfatizar – não só pelo exercício do Estado (mesmo que este pareça encabeçar esses grandes atos celebrativos), mas também do interesse privado, cujo capital financia os eventos e influi no tom de seu discurso.

Em determinados períodos históricos a necessidade coletiva de pensar um tempo novo se coloca, o que não significa que a capacidade de instituí-lo seja efetiva. Nos dias atuais no Brasil esse desejo se formula, o que podemos observar, por exemplo, a partir de Lília M. Schwarcz, no livro *Quando acaba o século XX*, publicado em 2020.⁷ A autora, conforme o título enuncia, busca circunscrever o passado, para além do calendário corrente, compreendendo que nestes anos 2020 estamos prestes, agora sim, a encerrar o século. O exercício de Schwarcz se inspira na elaboração de Eric Hobsbawm que, em *A Era dos Extremos*,⁸ destacou a Primeira Guerra Mundial como o marco divisório entre o século XIX e o XX. Essa busca de construção de um novo tempo teve no Brasil dos anos 1910 e 1920 aspectos particulares de sua própria história, implicados com os eventos e contextos internacionais. Como sabemos, a celebração do centenário da independência formal do Brasil com relação a Portugal, em 1922, foi principalmente materializada em dois eventos: a Semana de Arte Moderna em São Paulo e a Exposição Internacional no Rio de Janeiro.

A respeito das comemorações do centenário da “independência” que se passaram no Rio de Janeiro, a historiadora Marly Silva da Motta⁹ explicita que os sujeitos que transitavam na elite intelectual, artística e política se ocuparam de seu projeto desde os anos 1910. Para corresponder a essa expectativa, em 1920 foi publicado um decreto presidencial,¹⁰ que instituiu a celebração e, para

7. SCHWARCZ, Lília M. *Quando acaba o século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

8. HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

9. MOTTA, Marly Silva da. “Ante-sala do paraíso”, “vale de luzes”, “bazar de maravilhas”: a *Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro – 1922)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992, 22p.

10. BRASIL. Decreto n. 4.175, de 11 de novembro de 1920. Autoriza o Poder Executivo a promover, conforme melhor convier aos interesses nacionaes, a commemoração do Centenário da Independência Política do Brasil. *Diário Oficial da União* – Seção 1, Rio de Janeiro, 17 nov. 1920.

tanto, indicava a criação de uma comissão, ligada diretamente à presidência da República. Esse decreto apontava como prioridade a realização de uma exposição nacional na então capital federal. Ainda conforme Motta, esta, que ficou conhecida como Exposição Universal, teve destaque na cena geral das comemorações, entre setembro de 1922 e julho de 1923, e, para recebê-la, foram construídos vários palácios e pavilhões, dentre outras intervenções urbanas, a exemplo do arrasamento do Morro do Castelo.¹¹ Seu objetivo era dar vazão à expectativa de representação “de adiantamento e civilização nesses cem anos”.¹²

Os historiadores Krzysztof Pomian e Jacques Le Goff¹³ observam que a relação que se estabelece entre o presente e o passado nem sempre foi e é sentida como um contínuo. O presente nem sempre é o momento que naturalmente sucede o passado (imediate e distante) e dele herda seus conhecimentos, acúmulos e tradições. Há na história universal muitos exemplos de rupturas com o tempo progresso, associadas à transformação da ordem política, econômica, social, cultural, religiosa. Assim é que a elite renascentista na Europa do século XVI, por exemplo, “opta” por se desligar do seu passado em favor da “Antiguidade Clássica”, como se fosse possível extrair do tempo natural os séculos decorridos na história. Vivemos o tempo “depois de Cristo”, e essa é uma das expressões da capacidade da colonização em impor suas lógicas e estruturas. O corte do tempo exprime e simula uma ruptura com um passado, negando-o na mesma medida de sua força para instituir o que se enuncia como novo. Os sujeitos que são capazes de promover essa ruptura precisarão suturá-la, e tanto eles quanto as gerações seguintes precisarão lidar com as cicatrizes dessa operação.

11. Grandes eventos internacionais como esse impõem medidas de urbanização que resultam na maior segregação dos espaços. Ao imporem uma suposta modernização das áreas urbanas, são agentes da especulação imobiliária que historicamente está marcada pelas remoções, no Brasil e no mundo. A esse respeito, ver: BOGADO, Diana. Museu das Remoções da Vila Autódromo: Resistência criativa à construção da cidade neoliberal. *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 54, p. 10, 2017.

12. As festas do Centenário, *Jornal do Brasil*, 16/7/1920. Apud: MOTTA, Marly Silva da. “Ante-sala do paraíso”, “vale de luzes”, “bazar de maravilhas”: a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro – 1922), 1992, p. 5.

13. Cf. POMIAN, Krzysztof. *Tempo/Temporalidade. Enciclopédia Einaudi*, vol. 29. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1993; LE GOFF, Jacques. *História e memória*, 1990.

Como celebrar um século de conflitos e violências, vinculado a um sistema político e econômico de subordinação, de uma suposta independência, que não fora ela mesma um movimento de ruptura? E em 2022, ao reinserir o tema no debate público, o faremos como ruptura ou como continuidade e repetição? O que fazer quando é difícil se vincular ao tempo anterior, sem que seja possível realizar uma ruptura total? Motivada pela comemoração dos setenta anos da Exposição Internacional, Motta destacou o seguinte:

Este evento obrigava a sociedade brasileira, através de seus intelectuais, políticos e líderes, a se pensar novamente – afinal, que país era esse? Foram formuladas novas interpretações e renovadas as anteriores. Uma e outras voltadas para o entendimento do presente, porém obrigadas a voltar ao passado, buscando as continuidades e as rupturas, e a projetar o futuro, criando o país à altura do século XX.¹⁴

Chamam a atenção as palavras da autora que exprimem essa seleção obrigatória do passado, afinal, ele é que é celebrado, mas à luz da imposição do futuro sobre o presente, deste país que precisa estar “à altura do século XX”.¹⁵

Conforme explicita Pomian,¹⁶ o reordenamento do tempo é uma operação de exercício de poder. A respeito do poder político (que articula o interesse público e privado em torno do Estado), o autor destaca a Revolução Francesa, como evento de ruptura com o passado, e que para tal precisou se ocupar, com rigor, de selecionar aquilo que estava sendo legado. Visou-se assim uma descontinuidade discursiva e concreta, que, impedida de recusar totalmente o passado (incrustado inclusive nos bens móveis e imóveis),¹⁷ precisou recriá-lo à sua maneira. A instituição de um novo tempo implicou, naquele contexto, a alteração dos nomes dos meses e dos dias, reordenando-se a sua distribuição e sentido, instituindo outras datas no novo calendário da nação.

14. MOTTA, Marly Silva da. “Ante-sala do paraíso”, “vale de luzes”, “bazar de maravilhas”: a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro – 1922), 1992, p. 5.

15. *Ibidem*.

16. POMIAN, Krzysztof. *Tempo/temporalidade*. Enciclopédia Einaudi, vol. 29, 1993.

17. Não é à toa que as noções de memória e comemoração, educação, patrimônio, bem cultural e museu (e tantas outras) se alteraram, como algo que é indutor e induzido pela construção de um novo ciclo. A esse respeito, ver: CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2001.

A manipulação do tempo é possível, entre outros motivos, por sua condição relativa. É impossível aferi-lo sem que se adote algum parâmetro ou convenção. A sua divisão tem sempre correspondência com o contexto que o institui, a partir dos ciclos naturais e cósmicos. Historicamente se buscou medi-lo e controlá-lo, dividindo-o em intervalos previstos e constantes. Mas, como os ciclos naturais e cósmicos não são regulares, com alguma frequência os intervalos de tempo precisam ser “sincronizados”, tal como se passa na divisão ocidental atual com o ano bissexto.¹⁸ Ainda a partir de Pomian, recordamos que os calendários e outros instrumentos que quantificam o tempo possibilitam que os eventos sejam ordenados e representados (de modo absoluto), e que sejam assimilados no presente, quer estejamos falando de bilhões de anos ou da semana passada. O autor também destaca que, quer se trate do tempo “breve ou médio, ou do tempo cósmico, a topologia que lhe é atribuída depende das relações que se estabelecem entre o passado, o presente e o futuro, e sobretudo entre o passado e o futuro longínquo”. Nessa perspectiva, o tempo cíclico é dado quando o futuro longínquo é percebido como “idêntico” ao passado remoto e ambos são diferentes do presente.¹⁹ Ao observarmos o lugar do presente nessa relação, é possível identificar uma fase ascendente e uma fase descendente. Nas palavras do autor:

Quando se coloca o presente na primeira, o futuro próximo é objecto duma esperança, ao passo que o passado é concebido não como aquilo que fornece exemplos a seguir, mas como um período decorrido; é considerado de um ponto de vista superior. As coisas são muito diferentes quando julgamos viver numa fase descendente: projectamos então no futuro as nossas angústias e voltamo-nos para o passado a fim de imitá-lo na medida do possível. A mesma visão cíclica do tempo permite, pois, justificar comportamentos opostos em âmbitos tão diversos como a política, a arte ou o conhecimento.²⁰

18. POMIAN, Krzysztof. *Tempo/temporalidade*. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 29, 1993.

19. *Ibidem*, p 105. Apesar da palavra “idêntico”, fica claro que o autor reconhece que não há repetições exatas.

20. *Ibidem*.

Ainda na análise da topologia dos tempos, Pomian observa a possibilidade do estado parcialmente estacionário, quando passado, presente e futuro são apreendidos como supostos idênticos. O autor aponta que é parcialmente estacionário porque alude a alguma ruptura (no passado ou no futuro), que instaura o próprio tempo estacionário. Este é, por exemplo, “o tempo interno das utopias, em que, após o acto fundador que introduz uma ruptura entre o antigo e o novo, nenhuma mudança é mais possível”.²¹ O tempo das distopias é também o tempo parcialmente estacionário, que, após um ato fundador (como interrupção violenta), pasteuriza o passado, o presente e o futuro.

O exercício de análise que Pomian empreende, juntamente com outros autores, nos evidencia que os ciclos não são uma repetição, já que nem os ciclos naturais e cósmicos o são, a rigor. A ocorrência ou regularidades de determinados eventos, no entanto, pode possibilitar que haja esse estado de semelhança entre o passado e o futuro. A partir dos eventos que se colocam, os sujeitos são implicados nessa dinâmica (das fases ascendente e descendente), quer tenham consciência disso ou não.

De volta ao contexto da Exposição Internacional de 1922, observa-se que as instituições que detinham esse poder de estabelecer uma celebração pública e remarcar o tempo eram o Estado e as elites, associadas ao capital nacional e internacional. Não havia naquele contexto uma possibilidade real de recusa radical do passado, porque esses agentes, mesmo quando afirmavam o novo, resguardavam as estruturas políticas e econômicas, consolidadas no pretérito imediato e remoto. Com o ensejo de celebrar o século, embaladas no sentimento do ciclo ascendente do tempo, as elites simularam um passado glorioso, encobrindo-o com a exibição do futuro. A celebração, nesse caso, figura como uma dissimulação da elaboração do novo, que formula o futuro como repetição do passado.

Conforme Marly da Silva Motta explicita, o decreto de 1920, anteriormente referido, foi precedido pela proposta feita por “capitalistas internacionais” ao governo brasileiro para a realização de uma “exposição internacional de comércio e indústria”.²² Conforme aqueles que se debruçaram no tema

21. *Idem*, p. 106.

22. MOTTA, Marly Silva da. “*Ante-sala do paraíso*”, “*vale de luzes*”, “*bazar de maravilhas*”: a *Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro – 1922)*, 1992;

evidenciam, as exposições internacionais, *vitrines do progresso*, tiveram várias edições no século XIX na Europa. No Brasil, para os agentes que desenharam as celebrações de 1922, havia a necessidade de que o país ajustasse seu relógio, tornando-o *contemporâneo de seu tempo*. Motta destaca que a exposição:

[...] deveria cumprir a missão de expor o país à comunidade internacional nesse momento particularmente decisivo de rearticulação da economia e da política em escala mundial. Tratava-se, pois, de assegurar a “presunção legítima de documentar a nossa perfeita integração ao progresso geral das nações”.²³

A integração *perfeita* do Brasil ao progresso, neste caso, dissimula o tempo da Europa como algo absoluto e universal, como a única experiência possível, imposta a partir do tempo da produção capitalista.

Na expectativa da celebração em 1922, o Brasil era proclamado como um gigante, mas um gigante com lombrigas: “os grandes momentos da vida sugerem grandes idéias; o gigante vai fazer cem anos de vida independente. É possível de tomar um bom lombrigueiro”.²⁴ A metáfora sugere que algo deve ser expurgado para que seu projeto de futuro, figurado na Exposição Internacional, se realize. A lombriga é esse mal, um tanto quanto vexatório, mas não grave, que, sem se remexer muito, deve ser expelido sem comprometer a saúde do corpo. Mesmo considerando a perspectiva de um ciclo ascendente, é possível supor que, no ar do tempo dos anos 1920 no Brasil, a esperança positivada – como fé no progresso – encobria outros sentimentos sociais do passado suturado.

Tempo, celebração e gripe

Tomemos agora a análise do ar do tempo a partir de um evento que se impôs aos sujeitos dos anos 1920: a gripe *influenza* de 1918. No jornal *Correio Paulistano*, de 1º de novembro de 1918, João do Norte, pseudônimo

BRASIL. Decreto n. 4.175, de 11 de novembro de 1920.

23. MOTTA, Marly Silva da. “*Ante-sala do paraíso*”, “*vale de luzes*”, “*bazar de maravilhas*”: a *Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro – 1922)*, 1992, p. 11.

24. Para crianças adultas, *Careta*, XV (716), 11 mar. 1992, *apud*: MOTTA, Marly Silva da. “*Ante-sala do paraíso*”, “*vale de luzes*”, “*bazar de maravilhas*”: a *Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro – 1922)*, 1992, p. 11.

de Gustavo Barroso, escreveu uma coluna a respeito da doença, que naquele contexto atemorizava a vida em várias cidades pelo mundo. Vejamos a perplexidade do narrador:

Tudo o que se passou na guerra do Peloponeso, os habitantes do Rio de Janeiro atravessaram e ainda vão atravessando. [...] A peste mais sinistra, no entanto, é a referente ao enterramento dos mortos, mais grave talvez que a do tratamento dos vivos. [...] Houve, sem o menor exaggero, corpos apodrecendo nas casas e atirados ao meio das ruas, das próprias ruas por onde passam bondes. Da minha janella, tenho visto milhares de caixões de pinho simples, sem cobertura de panno ou dourados; caminhões cheios de cadáveres, quase nus, empilhados...²⁵

Conforme se observa, a relação de proximidade com a morte, como evento que se impõe na janela do espectador, é vista com pavor. Em outro ponto do texto, Barroso chama atenção para o fato de que, nas favelas e nos subúrbios, a situação era muito pior e que o governo havia sido ineficaz para organizar as providências para os vivos e para os mortos. Noutro trecho o narrador – que sustenta a crença e esperança no futuro – destaca:

Como todas as cousas boas e como todas as cousas más, a epidemia ha de passar. Mas a sua horrivel lembrança ha de ficar gravada na retentiva dos habitantes da mais formosa e infeliz capital do Brasil. E eu, embora viva cem annos, jamais hei de esquecer que vi, na minha terra, em pleno seculo XX, as scenas que Thucydides descreveu quatro séculos antes da era christã, mesmo aquellas contidas na phrase tristissima: “Cada um enterrava os seus mortos como podia”.²⁶

Esse intelectual conservador, que se assusta com a semelhança entre seu tempo “moderno” e outros que supunha mais atrasados, também aposta na capacidade cumulativa da memória. Não sabemos o quanto a gripe o marcou intimamente, mas o fato é que, exceto outras matérias escritas no mesmo período, não parece haver evidências da pandemia em sua trajetória posterior, em sua obra literária ou em seu projeto de memória (realizado

25. BARROSO, Gustavo [com o pseudônimo João do Norte]. A epidemia. *Correio Paulistano*. São Paulo, 1º nov. 1918.

26. *Ibidem*.

em grande medida a partir da criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, no bojo da celebração da “independência”). A ausência de fontes para se saber da importância do evento na vida desse indivíduo é um indicativo, considerando que ele se ocupou da escrita de si, conforme a historiadora Aline Montenegro Magalhães explicita.²⁷

A memória, longe de ser um acúmulo (como circunstancialmente supôs Barroso), age no reordenamento da experiência no tempo, e, em situações de trauma, isso fica ainda mais explícito. Conforme observa Paulo Endo,²⁸ numa perspectiva freudiana, a experiência do trauma cria a impossibilidade de lembrar e a impossibilidade de esquecer. Existe nesse caso uma memória encobridora, que age como mecanismo de defesa, favorecendo a manutenção de uma “zona de indistinção” entre o que não se pode lembrar e o que não se pode esquecer.²⁹ Esse estado de inviabilidade simultânea gera um “recalcamento eterno, alojando o esquecido não no passado, mas fora do tempo e da história e exilado da linguagem para sempre”.³⁰ Relacionam-se, em síntese, o impedimento de situar a experiência no tempo e na memória, o recalque e a repetição. Nas palavras de Seligmann-Silva: “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa”.³¹ Tem-se novamente a dimensão do ciclo, em que o futuro se prefigura no passado.

É possível supor que a pouca referência à gripe de 1918 nos anos seguintes tenha relação com um trauma social, diante do medo, luto, vergonha, desamparo, recalque, e com a perda circunstancial das referências que estruturam o tempo social. Diante das fontes e (à luz da experiência de 2020),

27. MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Troféus da guerra perdida: Um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso*. 268p. Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. A autora, que dedicou pesquisas de mestrado e doutorado a respeito do projeto de memória de Gustavo Barroso – entre outras coisas, o principal responsável pela criação do Museu Histórico Nacional –, não observa o cruzamento entre a biografia do conservador e a experiência da pandemia.

28. ENDO, Paulo. Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. *Revista USP*, São Paulo, n. 98, pp. 41-50, 2013.

29. *Idem*, p. 48.

30. *Idem*, p. 49.

31. SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2008, p. 69. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10/08/2020.

o constrangimento social também é causado pela evidência – inegável – de que ricos e pobres são distintamente afetados, e isso potencializa todas as mazelas das estruturas de opressão (em qualquer tempo). Esse constrangimento também se dá pela percepção de que os conhecimentos acumulados pelos *homens modernos* não foram/são capazes de impedir uma situação como esta. A crença na ciência, no progresso, a fé no futuro como um estágio evolutivo resta abalada. Voltemos ao relato de Barroso:

Sempre pensei que, actualmente estivessem mortas as grandes epidemias deante dos recursos da sciencia moderna: que a hygiene levada ao extremo, os conscienciosos e custosos estudos de pathologia e bacteriologia official fossem barreiras sufficientes para fazer recuar os bacillos insidiosos. Sempre estive certo de que a peste era um espantalho de papel, sepultado nas páginas do passado, do qual não deveriam ter o menor receio os homens maravilhosos dos dias do aeroplano, do sem-fio e do rádio, poderosamente armados de desinfectantes e do conhecimento profundo do corpo humano e de suas funções.³²

Conforme se observa, o autor mobiliza uma crença nas condições do presente (na ciência moderna, nos “homens maravilhosos” e higiênicos de seu tempo), como um tempo superior. Há aqui a certeza de que o conhecimento é algo que se acumula e, por isso, é natural que o presente seja favorecido com relação ao passado. Essa impressão dissimula as evidências históricas de que as rupturas podem bloquear e mesmo fazer retroagirem fluxos de elaboração artística, intelectual e científica³³. Ou seja, o tempo não é assegurado acúmulo.

As análises sobre a gripe de 1918 permitem perceber que esse engajamento na crença que valoriza os conhecimentos do tempo presente ocorre mesmo com aqueles e aquelas que estão cientes dos ciclos históricos das doenças. A esse respeito, observemos o que a doutora em clínica médica e professora Cristina Brandt Friedrich Martin Gurgel expôs sobre o cenário de 1918-1919, em artigo de 2013, sem o horizonte da nova pandemia de 2020:

32. BARROSO, Gustavo [com o pseudônimo João do Norte]. A epidemia, 1º nov. 1918.

33. POMIAN, Krzysztof. *Tempo/temporalidade*. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 29, 1993.

A despeito dessa epidemia ser quase centenária, estudos sobre uma possível imunodeficiência precedida ou causada pela infecção viral continuam a ser realizados. A possibilidade de um novo surto é factível, mas o número de respostas dadas pela ciência atual, apesar de não alcançar a totalidade, certamente seria muito maior.³⁴

Como se nota, aventando a chance de uma nova doença, de semelhantes proporções, a autora confia que os conhecimentos da ciência de então dariam resultados mais enérgicos no seu combate. Nos idos de 2020 nos certificamos de que o conhecimento científico, no passado ou no presente, não pode – por si só – dar garantia de um mundo melhor, que rompa com um suposto atraso do passado, assegurando que viveremos tempos de maior progresso, sem mortes em massa.

Entretempo: gripe e carnaval

Eventos como feriados, festas e celebrações – muitos dos quais instituídos no calendário pela força do tempo litúrgico cristão católico – constroem a dinâmica de um tempo cíclico, dentro da concepção atual do que é um ano. Na “antessala” de 1922, outro contexto que ganhou destaque no imaginário coletivo foi o carnaval de 1919. Os relatos sobre a festa popular indicam que esse evento reagiu às dores imediatas, ressentimentos e constrangimentos de 1918, como um riso que exprime constrangimento. A esse respeito, Domingos Guimaraens destaca que foi “uma espécie de carnaval da ressurreição”. Como evidência, o autor cita o relato de Nelson Rodrigues:

De repente, passou a gripe. Ninguém pensava nos mortos atirados nas valas, uns por cima dos outros. Lá estavam, humilhados e ofendidos, numa promiscuidade abjeta. A peste deixara nos sobreviventes não o medo, não o espanto, não o ressentimento, mas o puro tédio da morte.

Lembro-me de um vizinho perguntando: – “Quem não morreu na espanhola?”. E ninguém percebeu que uma cidade morria, que o Rio machadiano estava entre os finados. Uma outra cidade ia nascer. Logo

34. GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin. 1918: a gripe espanhola desvendada? *Rev. Bras. Clin. Med.* São Paulo, vol. 11, n. 4, p. 5, out.-dez. 2013.

depois explodiu o Carnaval. E foi um desabamento de usos, costumes, valores, pudores.³⁵

Parece que a celebração do carnaval (notadamente no Rio de Janeiro) trouxe a ocasião para exprimir a *alegria que se impôs* aos que sobreviveram, ante a expectativa de fim da doença. Também sobre esse carnaval Ricardo Augusto dos Santos, com base em relatos e outras fontes, afirma:

Uma festa, onde antes havia medo e morte. Segundo a descrição dos sobreviventes e vítimas, o medo e a presença avassaladora da morte levavam à alteração das normas sociais durante e após a epidemia.³⁶

A festa se dá como o ato que celebra a vida e sepulta uma morte *entediada* e constrangida. É uma memória que não pode verdadeiramente ser extraída, nem ser lembrada e elaborada e, nessa medida, como experiência coletiva, não pode ser superada.

Essa fissura da experiência coletiva talvez tenha implicado a obra *Carnaval*, de Manuel Bandeira (composta em 1919), a quem Mário de Andrade atribui um vislumbre do modernismo da década seguinte, conforme explicita Antonio Carlos Secchin.³⁷ Segundo o autor, essa fama pode ter sido construída em razão de o poema “Os sapos” (da obra *Carnaval*) ter sido lido durante a Semana de Arte Moderna em 1922, em São Paulo. Em função do centenário do livro de Manuel Bandeira, em 2019, Secchin retomou a obra, comparando *o carnaval literário e o literal*, observando que, apesar do tema festivo enunciado, os versos são *depressivos e melancólicos*.³⁸

35. RODRIGUES, Nelson, *apud* GUIMARAENS, Domingos. *Alphonsus de Guimaraens: na luta e na dança contra o vírus*. São Paulo: Botafogo, 2020, p. 25.

36. SANTOS, Ricardo Augusto dos. O Carnaval, a peste e a “espanhola”. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 1, p. 141, mar. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-59702006000100008&lng=en&rm=iso. Acesso em: 10/08/2020.

37. Conforme pondera Antonio Carlos Secchin, Manuel Bandeira afirmava que sua adesão ao movimento modernista se deu somente na década de 1930. SECCHIN, Antonio Carlos. Melancólico em livro de Bandeira, Carnaval em 1919 foi pura libertinagem. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/06/melancolico-em-livro-de-bandeira-carnaval-em-1919-foi-pura-libertinagem.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2010.

38. Curiosamente, considerando que o texto sobre o centenário da publicação de Manuel Bandeira foi publicado em 22 de junho de 2019, quando a pandemia de 2020 ainda não se

Tempo moderno

A respeito das “condições históricas de uma tomada de consciência do modernismo” na Europa, Le Goff elenca quatro aspectos relacionados: 1) a percepção de aceleração da história; 2) “a pressão que os progressos materiais exercem sobre as mentalidades contribuindo para transformá-las”; 3) a ocorrência de um choque exterior advindo do contato com outra realidade cultural, social, política e econômica; 4) e que a afirmação da modernidade “refere-se antes de mais nada a um meio restrito, de intelectuais e tecnocratas”.³⁹ O autor explicita que o primeiro aspecto envolve um conflito de gerações que ativa uma dinâmica historicamente identificada como a “querela entre antigos e modernos”. Nas palavras do historiador:

A oposição antigo/moderno, que é um dos conflitos através dos quais as sociedades vivem as suas relações contraditórias com o passado, agudece-se sempre que se trata de lutar contra um passado recente, um presente sentido como passado, ou quando a querela dos antigos e modernos assume as proporções de um ajuste de contas entre pais e filhos.⁴⁰

Conforme o autor explicita, nesse contexto o presente se manifesta pelo desejo de quebra com o passado. Ele argumenta ainda que os “partidários dos antigos” veem os modernos como signo da decadência. Os partidários dos modernos ou proclamam a igualdade entre as duas épocas ou destacam os modernos em sua capacidade de reelaborar o acúmulo trazido do passado, dentro de um sentido de progresso qualitativo. Na disputa pelo futuro nos anos 1920 no Brasil, a querela entre antigos e modernos foi reeditada. De um lado: a afirmação de uma modernidade conciliada com os valores do passado, representada por agentes conservadores (a exemplo do próprio Gustavo Barroso).⁴¹ De outro: a afirmação de um novo tempo, como uma ruptura simbólica com o passado, conforme os modernistas da Semana de 1922.

avizinhou, Antonio Carlos Secchin indagou sobre a gripe de 1918, se “teria sido assim tudo tão horrível”. *Ibidem*.

39. LE GOFF, Jacques. *História e memória*, 1990, p. 197.

40. *Idem*, p. 196.

41. Pode-se observar isso por meio da trajetória de Gustavo Barroso, analisada por Aline Montenegro Magalhães. A autora aponta como Barroso se alia a valores da modernidade, “para cultivar o passado, reivindicar respeito às tradições e divulgar suas posturas conservadoras”,

Segundo afirmam autores que se dedicam ao tema, o modernismo se inscreveu na história cultural do Brasil. Considera-se que a sua primeira fase esteja compreendida entre 1917 e 1940, e há também certo consenso quanto à Semana de Arte Moderna de 1922 como um evento gerador, em que se anuncia o movimento. Em consonância com demais autores, Ana Paula Simioni explica que em 1922 as/os modernistas se ocupavam em superar aquilo que parecia atrasado na cultura do país, em comparação com as vanguardas europeias. Conforme a autora, o grupo não procurava “reivindicar as particularidades da cultura brasileira, mas bem o contrário: desejavam compassar a cultura nacional, vista como atrasada, às experiências internacionais, consideradas cosmopolitas e progressistas”.⁴² Simioni explica ainda que o despertar de interesse pelas particularidades da expressão brasileira só veio anos depois, quando a partir da Europa a maior parte dos modernistas transformou sua “língua, temática e consciência”, embarcando na tendência de valorização das “culturas exógenas”.⁴³ No contexto da Semana de Arte Moderna, o grande pano de fundo era o sentido de progresso da São Paulo cosmopolita. Sem poder romper com o passado, o modernismo de 1922 também se aliena dele.

Conforme destaca Márcia Camargos, na Pauliceia “cantada por Mário de Andrade não cabiam estrofes que falassem da situação do povo e muito menos das revoltas incubadas, prestes a eclodir aquele ano”.⁴⁴ Compreende-se que, como agentes de uma elite intelectual e econômica (em gradações diversas), os modernistas de 1922 não traziam consigo a necessidade de dar vazão aos dramas sociais brasileiros. É curioso observar que mesmo a gripe *influenza* (que se impôs àqueles que estavam nos locais de grande contágio e deve ter impactado na visão de mundo dos agentes do modernismo) aparentemente não figura na produção artística e intelectual de modo explícito.

e explícita que seu esforço para instituir um novo tempo se ancorava na tradição, “como ponto de origem para o novo”. É fundamental remarcar que seu conservadorismo ideológico se exprime também como de um intelectual partidário do movimento integralista, a versão brasileira do fascismo (MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Troféus da guerra perdida: Um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso*, 2009, p. 98).

42. SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Modernismo brasileiro: entre a consagração e a contestação. *Perspective*, 2013, p. 3.

43. *Idem*, p. 4.

44. CAMARGOS, Marcia. *Semana de 22: entre vaia e aplausos*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 28.

Diante da impossibilidade de analisar os efeitos dessa experiência por meio da produção artística do período,⁴⁵ examinamos indícios de como a doença cruzou a vida do modernismo. Uma das evidências está no nascedouro do movimento, com a exposição de Anita Malfatti em 1917. Segundo a artista, à época ela fora estimulada por Di Cavalcanti e por Arnaldo Simões Pinto para realizar a mostra, que é considerada o evento aglutinador dos modernistas de então. O jornalista Simões Pinto, que não à toa não figura entre as personalidades célebres do período, morreu vítima da gripe.⁴⁶

Buscando fontes sobre a gripe de 1918 no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), encontramos apenas 7 (sete) documentos, dentre os quais 3 (três) da correspondência de Mário de Andrade. A epidemia é o tema principal da carta de Carlos, seu irmão mais velho, que pede calma a Mário e conta que estão tomando os cuidados. Diz ainda que responde com pressa, porque “nesta época de doença” a demora em ter notícias gera apreensão. Conforme explica, ele se apressa também porque as mortes de “empregados dos Correios” contribuíram para desorganizar os serviços postais. O tempo do trabalho banalizava o tempo da vida, o que é evidente em relação aos funcionários do correio, mas também para Carlos, que, apesar da preocupação e dos cuidados, conta que não paralisou seu trabalho e não podia fazer isso.⁴⁷

Ainda buscando referências a partir de Mário de Andrade, é possível supor que a sombra desse sentimento de 1918 tenha adentrado a trama de *Amar, verbo intransitivo*, publicado em 1927. Na obra, a personagem Maria

45. Impossibilidade porque exigiria uma pesquisa de fôlego na produção do período e também pela ausência de referência sobre a pandemia entre aquelas e aqueles que estudam modernismo, o que indica que essa evidência não é nada óbvia.

46. Arnaldo Simões Pinto foi avô de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, museóloga paulistana, que é referência quanto à teoria e à elaboração política da Museologia no Brasil. A morte precoce do jornalista (que desestruturou seu núcleo familiar, como se passou com muitos outros sujeitos do mesmo período), foi por nós identificada durante a pesquisa do doutoramento, que teve Waldisa Rússio como mote central. A respeito de sua participação no convite a Anitta Malfatti, ver: TRIZOLI, Talita. O caso Lobato x Malfatti: contendas de gênero e estética na década de 1920 no Brasil. *19&20*, Rio de Janeiro, vol. IX, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/criticas/amalfatti_lobato.htm. Acesso em: 10 jul. 2016.

47. Carta de Carlos de Moraes Andrade para Mário Raul de Moraes Andrade, 29 out. 1918. Arquivo IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, código de referência MA-C-CPL494.

Luiza padece de (uma) gripe e toda a sua família se mobiliza, com receio da gravidade do estado de saúde da criança. No entanto, depois de duas semanas de cuidados integrais, a melhora sucessiva faz parecer que a preocupação fora mais reflexo do exagero da família do que da gravidade da doença.⁴⁸ Não há na trama implicações importantes que decorram da moléstia. Na cidade da “faringite crônica de oitocentos mil paulistanos”, a gripe é vista como um evento isolado, sem nenhuma expressão social ou grave consequência.⁴⁹

Tempo, arte e guerra

É curioso que esse luto tenha sido pouco representado na produção cultural brasileira, diferentemente de outros eventos catastróficos. Retomo a análise de Seligman-Silva (2008), quando relembra que a literatura costuma ser “chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço”:

Da *Ilíada* a *Os sertões*, de *Édipo Rei* (Sófocles, [500 BC.] 1982) à *Guernica* (Picasso, 1937), de *Hamlet* (Shakespeare, [1602] 1936) ao teatro pós-Shoah de um Beckett, podemos ver que o trabalho de (tentativa) introjeção da cena traumática praticamente se confunde com a história da arte e da literatura.⁵⁰

A produção artística e cultural, de um modo geral, parece ter mais proximidade com a suposta morte gloriosa das guerras sangrentas.

O museólogo Mario Chagas recorda os diversos conflitos, movimentos e lutas armadas que marcaram o contexto da geração que concebeu a Semana de 1922.⁵¹ O autor insere a análise de *Há uma gota de sangue em cada poema*

48. Aludindo à atitude da personagem Fräulen, a governanta alemã que fora enfermeira da criança durante as duas semanas mais graves da gripe, com relação ao temor de sua mãe de que Maria Luisa pudesse morrer, o narrador da cena exprime: “Tem uma raiva dessas mães exageradas. Brasileiras”. ANDRADE, Mário de. *Amar, verbo intransitivo*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d., p. 98.

49. *Idem*, p. 67.

50. SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas, 2008, p. 70.

51. Conforme Mario Chagas destaca: a Revolta da Vacina (1904), a Revolta do Contestado (1912-16), a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa (1917), a Sublevação dos Tenentes (1922) (CHAGAS, Mario de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006, p. 13). Para se observar a profusão de conflitos, “revoltas”, lutas e movimentos sociais na história do Brasil e, particularmente

nesse pano de fundo das lutas, guerras e revoltas, e alude especificamente à Primeira Guerra Mundial, considerando que essa obra inicial de Mário de Andrade é de 1917. Na visão de Chagas, há nessa publicação uma perspectiva pacifista que, exaltando a paz, reconhece e se defronta com a gota de sangue. Conforme exprime Telê Porto Ancona Lopez, o poeta Mário de Andrade “é o pacifista que procura entender o mundo e a humanidade...”⁵² Ambos os autores e diversos outros estudiosos do modernismo, ao exprimirem o contexto geral em que a Semana de Arte Moderna se insere, destacam a importância da Primeira Guerra Mundial. Esse parece ser o grande evento de fundo no cenário global entre os anos 1910 e 1920. É interessante lembrar, entretanto, que a guerra não produziu mortes no território nacional. Quanto à gripe, estima-se que foram, no mínimo, 35 mil mortes, majoritariamente distribuídas entre Rio de Janeiro e São Paulo.⁵³

Cumprir notar que, além de marcar as celebrações e as vanguardas artísticas, a dominação colonial impõe também o tempo das suas guerras ao mundo.⁵⁴ Isso se passa tanto porque se arrasta a participação direta e indireta de diversos países, quanto porque a sua narrativa se propaga como uma memória que é emprestada aos sujeitos que não a viveram, mas sentem as suas palpitações. Ao *acertarmos o relógio* com a Europa ficamos submetidos mais aos seus traumas do que aos traumas nacionais. As guerras “mundiais” tiveram suas narrativas formuladas e positivadas a partir da perspectiva dos países dominantes. Outro aspecto que fez com que esses eventos se impusessem com ares de glória no tempo global é que deles resultaram tecnologias e conhecimentos científicos que foram incorporados à vida dos indivíduos, como signos da modernidade.⁵⁵ A pandemia não teve essa capacidade de se

no século XX, recomenda-se: GHON, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

52. LOPEZ, Telê Porto Ancona. A estreia poética de Mário de Andrade. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1993, p. 26. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11778/7207>. Acesso em: 10 jun. 2020.

53. GURGEL Cristina Brandt Friedrich Martin. 1918: a gripe espanhola desvendada?, 2013.

54. Fazemos aqui referência à Primeira Guerra Mundial, mas é importante complexificar essa análise compreendendo que a guerra é o próprio tempo da dominação colonial, que nunca cessou, conforme MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N1, 2020.

55. Dos muitos exemplos possíveis a esse respeito, há 2 (dois) que se relacionam diretamente com o tema deste texto: a radiodifusão e o relógio (na condição de objeto de uso pessoal) (HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX. 1941-1991*, 1995).

positivar como experiência, nem se valendo dos conhecimentos científicos que dela decorreram. A dor da morte pela doença não ganha uma narrativa de glória e superação. Conforme as palavras de Raul Seixas, na música “As profecias”:

Está em qualquer profecia/ Que o mundo se acaba um dia/ Sem fogo,
sem sangue, sem ás/ O mundo dos nossos ancestrais/ *Acaba sem guerras
mortais/ Sem glória de mártir ferido/ Sem um estrondo, mas com um
gemido.* (grifos nossos).⁵⁶

Tempo, tempo, tempo, tempo

Depois deste diálogo com autores e fontes citadas, vimos que os projetos de futuro, que se elaboram como expressão de um tempo novo, têm grande dificuldade em acomodar o passado. No entanto, apaziguá-lo discursivamente com promessas de futuros gloriosos não parece mais ser possível. O ciclo se recoloca. Mais uma geração testemunhou o fracasso dos acordos sociais, e os genocídios continuam. Como lidar com o trauma social? É sabido que a análise histórica só alcança verdadeiramente elaborar sobre o passado; entretanto, ousar supor que, em 2022 e nos anos seguintes, a experiência da pandemia será deslembada. Talvez, novamente, o carnaval – ou outra folia arranjada – seja capaz de simular a suspensão do tempo e “zerar o cronômetro”.

Toda celebração indaga sobre o tempo. Toda seleção do tempo é disputa. O tempo também é *compositor de destinos*. Nas celebrações de 2022 estamos na reedição da querela entre antigos e modernos e, tal como se passou, teremos o desafio e a oportunidade de mobilizarmos projetos de futuro. Consideramos ser possível produzir aí fissuras na imposição do tempo hegemônico, mobilizando a esperança em projetos que não se furtam em reparar o passado. E, nessa medida, é interessante lembrar que a Semana de 1922 foi um evento pontual, mas cuja repercussão atravessou o século, como um marco de ruptura simbólica. Conforme sabemos, sua potência também residia na sua característica de vanguarda, não alinhada com o pensamento

56. SEIXAS, Raul & COELHO, Paulo. “As profecias”. In: *As profecias*. Rio de Janeiro: Warner Music, 1978.

conservador hegemônico. E o que é a vanguarda de 2022? A exemplo do que se passou nos anos 1920, a direção que realmente aponta para o futuro não está nos espaços conservadores das academias. Um século depois, ao menos do ponto de vista simbólico, talvez tenhamos superado algumas repetições. Hoje é indispensável pensar a vanguarda que afirma a si mesma, a partir de seus próprios lugares de fala, que exprimem novas formas, saberes, cores, conteúdos e vocabulários. As expressões artísticas têm um potencial ímpar para sonhar, elaborar, planejar e experimentar novos tempos.

Como Le Goff alerta, no entanto, é importante ter em conta que as celebrações são, sobretudo, “apanágio dos conservadores”.⁵⁷ E, sendo assim, é preciso que haja uma disposição consciente para não nos voluntariarmos na crença de que o progresso científico e tecnológico nos libertará do ciclo. O engajamento com o tempo da Europa e dos Estados Unidos da América (e seus projetos de civilização) não nos fará pós-modernos. Talvez nos faça medievais (no sentido europeu), já que temos claro que o tempo não é evolutivo. Assim, celebrar a independência política de Portugal requer não apenas problematizar a condição em que esse processo se deu em 1822 e como foi encenado em 1922. Demanda fundamentalmente refletir sobre a independência política hoje e daqui em diante.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos de Moraes. Carta para Mário Raul de Moraes Andrade, 29 out. 1918. Arquivo IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, código de referência MA-C-CPL494.

ANDRADE, Mário de. *Amar, verbo intransitivo*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

BARROSO, Gustavo [com o pseudônimo João do Norte]. A epidemia. *Correio Paulistano*, São Paulo, 1º nov. 1918.

BOGADO, Diana. Museu das Remoções da Vila Autódromo: Resistência criativa à construção da cidade neoliberal. *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 54, p. 10, 2017.

57. LE GOFF, Jacques. *História e memória*, 1990, p. 463.

BRASIL. Decreto n. 4.175, de 11 de novembro de 1920. “Autoriza o Poder Executivo a promover, conforme melhor convier aos interesses nacionais, a comemoração do Centenário da Independência Política do Brasil”. *Diário Oficial da União* – Seção 1. Rio de Janeiro, 17 nov. 1920.

CAMARGOS, Marcia. *Semana de 22: entre vaías e aplausos*. São Paulo: Boitempo, 2002, 184 p.

CHAGAS, Mario de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Editora da Unesp, 2001.

ENDO, Paulo. Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. *Revista USP*, São Paulo, n. 98, pp. 41-50, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHON, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GUIMARAENS, Domingos. *Alphonsus de Guimaraens: na luta e na dança contra o vírus*. São Paulo: Botafogo, 2020.

GURGEL Cristina Brandt Friedrich Martin. 1918: a gripe espanhola desvendada? *Rev. Bras. Clin. Med.* São Paulo, vol. 11, n. 4, pp. 380-385, out.-dez. 2013.

HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990. Coleção Repertórios.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. A estreia poética de Mário de Andrade. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1993, pp. 19-32. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11778/7207>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Troféus da guerra perdida: Um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso*. 2009. 268p. Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N1, 2020.
- MOTTA, Marly Silva da. “Ante-sala do paraíso”, “vale de luzes”, “bazar de maravilhas”: a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro – 1922). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992, 22p.
- POMIAN, Krzysztof. *Tempo/Temporalidade*. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 29. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1993.
- PRANDI, Reginaldo. O candomblé e o tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 16, n. 47, pp. 43-58, out. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-69092001000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2020.
- RUNTY, Rita Von. *Esperança e Imaginação Política*, 2020. (22m 28s). Disponível em: <https://youtu.be/iqI7ZHVniSg>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- SANTOS, Ricardo Augusto dos. O Carnaval, a peste e a “espanhola”. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 1, pp. 129-158, mar. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-59702006000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10/08/2020.
- SCHWARCZ, Lilia M. *Quando acaba o século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- SECCHIN, Antonio Carlos. Melancólico em livro de Bandeira, Carnaval em 1919 foi pura libertinagem. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 de jun. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/06/melancolico-em-livro-de-bandeira-carnaval-em-1919-foi-pura-libertinagem.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2010.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2008, pp. 65-82. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-56652008000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10/08/2020.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, vol. 22, n. 44, pp. 425-438, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=So102-01882002000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17/08/2020.

SIMAS, Luiz Antônio & RUFINO, Luiz. *Fogo no mato: A ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Modernismo brasileiro: entre a consagração e a contestação. *Perspective*, pp. 1-17, 2013.

TRIZOLI, Talita. O caso Lobato x Malfatti: contendas de gênero e estética na década de 1920 no Brasil. *19&20*, Rio de Janeiro, vol. IX, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/criticas/amalfatti_lobato.htm. Acesso em: 10 jul. 2016.

VELOSO, Caetano. “Oração ao tempo”. *Cinema Transcendental*. Gravadora Verve, 1979.

YEMONJÁ, Mãe Beata de. *Caroço de Dendê: a sabedoria dos terreiros: como Ialorixás e Babalorixás passam seus conhecimentos a seus filhos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

CAPÍTULO 6

O pensamento econômico e sociológico sobre o desenvolvimento no Brasil: Interações entre dois campos em formação nos 1950 e 1960¹

Alexandre de Freitas Barbosa

O objetivo deste texto é desenvolver o argumento de que os campos do pensamento econômico e sociológico no Brasil se formam, a partir dos anos 1950, por meio de intercâmbios entre si. Em cada campo, surgem confrontos internos entre correntes de pensadores que delimitam o seu método de acordo com as suas formas de assimilação do pensamento ocidental, concepções de ciência e projetos para a economia e a sociedade. Aos confrontos internos se somam as convergências e divergências entre os campos que apontam para interações mútuas.

A primeira parte do artigo procura situar o campo do pensamento econômico e as principais correntes de pensamento no período de 1944 a 1964. Na segunda parte, o objetivo é situar o campo do pensamento sociológico partindo das diversas orientações sobre o significado da pesquisa social em um país periférico. Na terceira parte, procura-se sumarizar o ponto alto da fertilização mútua que ocorre entre os dois campos.

1. A primeira versão deste texto foi apresentada no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, organizado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), em julho de 2019, na cidade de Florianópolis.

A título de conclusão, o texto aponta que, no período pós-1964, a ciência social praticada por brasileiros e latino-americanos fornece a sua principal contribuição ao pensamento universal. Não obstante, a emergência deste campo interdisciplinar do pensamento – fruto do lento acúmulo de forças nas duas décadas anteriores que resultou num estilo de interpretação original – é sucedida pelo seu súbito ocaso nos anos 1980.

O campo do pensamento econômico

O campo do pensamento econômico surge no Brasil marcado por algumas peculiaridades. Primeiro, ele se estrutura em grande medida no aparato estatal. Segundo, o debate é inicialmente travado por engenheiros e advogados. Terceiro, ele não possui autonomia, vinculado que está ao “campo do poder” e ao “campo intelectual” mais amplo.

Não seria um exagero fincar a estaca do nascimento da economia política no Brasil nos anos de 1944 e 1945, quando tem lugar a chamada “controvérsia sobre o planejamento da economia brasileira”. Os argumentos utilizados pelos dois contendores revelam uma assimilação das teorias econômicas existentes. Esse processo de “filtragem” criativa leva à conformação de proposições antagônicas. Se é certo que existe debate econômico antes de 1930, ele aparece desprovido de uma “racionalidade econômica” que pudesse nortear os atores sociais e políticos.

A controvérsia tem início quando o industrialista Roberto Simonsen produz, em agosto de 1944, para o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), sob encomenda do ministro Alexandre Marcondes Filho, o documento “A planificação da economia brasileira”, associando planificação, industrialização e fortalecimento econômico nacional.

Ao mesmo tempo que sugere financiamento do governo dos Estados Unidos, Simonsen teme a “competição alienígena” por seu potencial perturbador para o processo de equipamento econômico da nação. Invoca ainda a presença da técnica e do capital estrangeiros e confere papel de proa ao Estado em virtude da “incapacidade de a iniciativa privada por si só promover a elevação da renda nacional no território brasileiro” de

modo a atender os “imperativos da nacionalidade”.² Nação e mercado são, portanto, os dois lados da mesma moeda. Daí porque Simonsen tenha sido considerado por Bielschowsky³ o “desenvolvimentista pioneiro”.

O texto de Simonsen recebe a réplica de Eugênio Gudin, seguido de tréplica e de réplica à tréplica. Gudin, por sua vez, bate na tecla de que a inflação elevada se originava de uma “situação de hiper-emprego e hiper-investimento”. E afirma que “não há plano possível sem ordem monetária”, sendo a questão-chave “a busca de capital [escasso] para os investimentos ‘proveitosos’”.⁴

Importa ressaltar que o debate sobre os meios (planificação x estabilidade monetária) está subsumido aos fins apregoados (desenvolvimento industrial x aumento da produtividade conforme a dotação de fatores produtivos), os quais estribam, por sua vez, em diferentes diagnósticos: subemprego (Simonsen) *versus* hiperemprego (Gudin). Se Gudin acusa Simonsen de ser refém da “mística do planejamento”, este retruca que o seu crítico se curva à “mística da produtividade”. Para Simonsen, o desenvolvimento industrial vem junto com o aumento da produtividade, enquanto para Gudin o aumento da produtividade deve se dar de acordo com a dotação de fatores produtivos, o que pode acarretar alguma expansão industrial, a depender dos capitais externos.

Estavam postos os termos do debate dos anos 1950, quando cada um desses argumentos seria esmiuçado, em todas as suas possibilidades, pelos dois grupos de técnicos – nacionalistas e mercadistas – gravitando em torno do Estado, no sentido de ampliar ou matizar a formulação inicial de Simonsen. Mesmo Roberto Campos – que procuraria adiante “recuperar” a influência de Gudin sobre o seu pensamento⁵ – está mais em sintonia até meados dos anos 1950 com o diagnóstico de Simonsen, ao qual procura emprestar maior

2. SIMONSEN, Roberto. “A planificação da economia brasileira”. In: SIMONSEN, Roberto & GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3 ed. Brasília: Ipea, 2010, pp. 39-41, 44-47.

3. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995, pp. 81-82.

4. GUDIN, Eugênio. “Rumos de política econômica”. In: SIMONSEN, Roberto & GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*, 2010, p. 87, 90-93, 109.

5. CAMPOS, Roberto. *A lanterna na Popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, pp. 237-239.

racionalidade econômica. Os termos do debate redefinidos adquirem novas roupagens no período de 1950 a 1964.

Mas como estão dispostos ambos os novos contendores no início dos anos 1950? O primeiro grupo dos técnicos nacionalistas girava em torno da Assessoria Econômica da presidência, criada por Vargas em março de 1951. O segundo grupo encontrava-se sediado no Ministério da Fazenda, onde fora instalada a Comissão Mista Brasil/Estados Unidos (CMBEU), desde julho de 1951, agrupando os técnicos mercadistas, cuja missão era a de estruturar os projetos que contariam com o financiamento dos Estados Unidos.

Sobre a definição de técnicos, o depoimento de Furtado nos parece esclarecedor:

Não diga tecnocratas [...] sim, técnicos é correto. Tecnocratas não existiam naquele tempo [...] Foi só nos anos 50 (e não no primeiro governo Vargas) que se formaram *técnicos em fins* [...]. O fato de que o homem tem objetivos não pode ser dissociado de sua capacidade de usar a razão [...]. É por isso que a distinção introduzida por Weber entre racionalidade dos meios e racionalidade dos fins é tão importante.⁶

Existe um amplo debate na literatura sobre a classificação dessas correntes de economistas. Bielschowsky ressalta o local de atuação como decisivo para entender os vários grupos de pensadores econômicos. Nesse sentido, diferencia os “desenvolvimentistas do setor público” entre “nacionalistas” e “não nacionalistas”,⁷ agregando ainda os desenvolvimentistas do setor privado. Paralelamente, e menos influentes na tomada de decisões estavam os neoliberais e socialistas, conforme a definição do autor,⁸ por possuírem vínculos menos sólidos com o setor público. Segundo o autor, é em torno dos “desenvolvimentistas” que se orientam o debate econômico e as opções de política econômica.

6. FURTADO, Celso. Depoimento para: SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 152.

7. A qualificação de “desenvolvimentistas não nacionalistas do setor público” é de BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, 1995, p. 34 e 103. O próprio autor indica que a utiliza por falta de “outro termo melhor”, para marcar a posição desse grupo de defesa irrestrita dos capitais estrangeiros, mas expressa no âmbito do setor público, no qual atuavam como servidores.

8. *Idem*, pp. 33-35.

Já Lourdes Sola (1998), partindo da definição seminal de Jaguaribe,⁹ prefere diferenciar os “técnicos desenvolvimentistas” em “nacionalistas” e “cosmopolitas”, termo este justificado pela aceitação plena, por parte dos últimos, da “integração no sistema de cooperação internacional dominado pelos Estados Unidos” (p. 140), o que pelo mesmo motivo faria com que fossem chamados pelos nacionalistas de “entreguistas”. Sola também enfatiza que ambos os grupos participavam ativamente da vida política a partir das posições ocupadas no aparelho estatal.¹⁰

Os neoliberais de Bielschowsky estão em sintonia com os “liberais cosmopolitas” de Jaguaribe. Os “nossos” técnicos nacionalistas aparecem, na classificação de Jaguaribe, como “nacionalistas desenvolvimentistas”,¹¹ da mesma forma que os “nossos” técnicos mercadistas são os “seus” “cosmopolitas desenvolvimentistas”.

Procuramos assim redefinir¹² as categorias utilizadas pela literatura de maneira a melhor precisar os debates e conflitos que permearam o período de 1945 a 1964, por nós alcunhado de “Brasil Desenvolvimentista”. Por que essa opção metodológica? O objetivo é situar as posições sociais e as premissas valorativas dos técnicos, ambos buscando ampliar o leque de forças sociais e políticas capazes de dar sustentação aos seus projetos alternativos. Como ressalta Sola, suas posições políticas eram suprapartidárias e suas ideias movidas por valores que filtravam suas soluções técnicas. Eram, antes de tudo, “produtores qualificados de ideologias”.¹³

Descartamos o termo “desenvolvimentista” para classificar os técnicos, pois este conceito não existia à época e por ele ter perdido significado após

9. As várias definições sobre os tipos de técnicos ou a classificação das correntes do “desenvolvimentismo” partem, em maior ou menor medida, de JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962, pp. 201-210.

10. SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: Edusp, 1998, pp. 52-53, 196.

11. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: entre 1930 e 1967*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, pp. 206-211. O autor amplia o alcance do conceito “nacionalismo desenvolvimentista”, ao aprofundar a sua estratégia econômica e apresentá-lo como uma ideologia democrática e social.

12. BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Brasil Desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo Almeida: projeto, interpretação e utopia*. São Paulo: Alameda, 2021, Introdução metodológica e Capítulo 3.1.

13. SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*, 1998, p. 151.

os anos 1990 em virtude dos seus vários usos pela literatura acadêmica e pela imprensa.¹⁴ A opção por mercadistas em vez de cosmopolitas se justifica pelo fato de que ambos os grupos tinham concepções sobre o desenvolvimento que implicavam modos diversos de inserção do país no sistema internacional, por meio de opções geopolíticas contrastantes. No caso dos nacionalistas, por exemplo, tratava-se de alterar “as relações de dependência” por meio da afirmação de uma “política externa independente”.

Quanto aos técnicos nacionalistas, não se deve perder de vista que eles se comportavam como “intelectuais orgânicos do Estado”,¹⁵ grupo mais amplo que engloba estes técnicos que se dedicavam às dimensões sociais, regionais e internacionais do projeto de desenvolvimento. Havia um “projeto-intepretação-utopia”,¹⁶ estruturado em torno de uma política de composição de classes, uma interpretação do subdesenvolvimento e uma utopia de aproveitamento das potencialidades nacionais por meio das reformas de base. A industrialização norteava essa perspectiva, encarada como meio, e não como fim em si mesmo.

No caso dos nacionalistas, a relação entre Estado e povo era intrínseca. A defesa do “povo” não significava que esse fosse visto como massa de manobra, pois ingressava na equação política geralmente como elemento, não necessariamente passivo, mas cuja ação e papel se encontravam previamente circunscritos ao planejamento do desenvolvimento. Por sua vez, os técnicos mercadistas encaravam o recurso ao povo como sinônimo de demagogia, sugerindo que o processo inflacionário seria estimulado pela ampliação exagerada do consumo, por meio dos subsídios fiscais e dos aumentos do salário mínimo.

Nesse sentido, os conflitos entre os dois grupos de técnicos – que espelhavam coalizões de classe distintas – eram transformados em conflitos intraburocráticos. Por mais que se soubessem partícipes de arcos distintos de alianças políticas, os técnicos nacionalistas e os mercadistas se conheciam, frequentavam-se e se respeitavam. A burocracia econômica estava em

14. BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Brasil Desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo Almeida: projeto, interpretação e utopia*. São Paulo: Alameda, 2021, Introdução metodológica.

15. *Idem*, Capítulo 1.4.

16. *Ibidem*.

formação, ocupando papel estratégico na construção da “ossatura material” do país,¹⁷ articulada em torno de estruturas econômicas centralizadas pelo poder estatal. Os técnicos possuíam um linguajar mais ou menos uniforme e comungavam das mesmas leituras. Estiveram no mesmo *front* durante a criação do BNDE; entre 1956 e 1959, continuaram atuando em cooperação, apesar dos crescentes conflitos; e a partir de 1959, distanciaram-se de maneira irreconciliável.¹⁸

A aposta metodológica de renomear essas correntes e investigar a transformação das suas posições sociais correlatas durante o período do Brasil Desenvolvimentista se explica pelo fato de que as ideias se transformam ao longo do processo, em conjunção com as novas posições sociais assumidas pelos pensadores e formuladores de políticas, repercutindo sobre os recursos de poder que possuem para levar a cabo os seus projetos.

Concordamos, nesse sentido, com Pedro Cezar Dutra Fonseca¹⁹ sobre a dupla natureza do conceito “desenvolvimentismo”, filiado tanto ao “mundo material” (conjunto de políticas e de atributos reais de um sistema econômico) como ao “mundo do pensamento, na medida em que este atua como um guia de ação a partir de ideias e valores comuns.

Adicionalmente nos propomos a abrir a couraça econômica – mas não economicista – de que se revestiu o conceito de desenvolvimento à época para revelar a sua complexidade valorativa. Dessa forma, torna-se possível explicitar a relação contraditória, e potencialmente dialética, entre o mundo material e o mundo do pensamento.

Em síntese, não há um mínimo denominador entre os “desenvolvimentismos” que supostamente orientaria a condução da política econômica. Pelo contrário, as posições sociais se transformam conforme as contradições renovadas pelo processo de industrialização. Ideias e políticas não correm em raias separadas, antes se misturam e se conflitam, a partir

17. Este conceito é de DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 83-84.

18. BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Brasil Desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo Almeida: projeto, interpretação e utopia*. São Paulo: Alameda, 2021, Capítulo 3.1.

19. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Desenvolvimentismo: A construção do conceito”. In: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins & CINTRA, Marcos Antonio Macedo (orgs.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Ipea, 2014, pp. 30,44, 48-49.

dessas posições sociais, emprestando um andamento próprio ao Brasil Desenvolvimentista. Não à toa, como se verá na segunda parte do artigo, os sociólogos “escolhem” os técnicos nacionalistas para fazer a crítica ao processo/projeto de desenvolvimento.

De maneira bastante sumária, procuramos apontar as principais diferenças entre os técnicos nacionalistas e os mercadistas, partindo do pressuposto de que a absorção da teoria econômica era operacionalizada com base em fundamentos éticos, culturais e históricos particulares.

No caso dos técnicos nacionalistas, a transformação social era o objetivo; a política, o terreno do qual não se podia fugir; e a economia um instrumento estratégico, encarado como condição necessária, mas não suficiente, para acionar a mudança histórica. O conhecimento sobre a economia – eixo estratégico do processo de autotransformação – se obtinha, na maioria dos casos, por meio do autodidatismo, lapidado no exercício de funções públicas nesta área. Portanto, grande parte desses economistas não o era por formação, mas quase por destino. Muito provavelmente, aí está uma das origens da sua concepção não economicista do processo de desenvolvimento.

Esses técnicos se agrupam, inicialmente, na Assessoria Econômica do presidente Vargas. Rômulo Almeida ocupava a chefia da Assessoria, composta por quadros como Jesus Soares Pereira, Ignácio Rangel, Cleanto de Paiva Leite e Tomás Pompeu Acioly Borges. Daí surgiram as principais iniciativas e instituições – Petrobrás, BNB, SPVEA, o embrião da Eletrobrás, dentre tantas outras – que catapultaram o processo de desenvolvimento econômico nos anos seguintes, junto com o BNDE. Os “boêmios cívicos”, como eram chamados, atuavam geralmente nos bastidores, concebendo os projetos e custurando seu apoio político e social.

Já os técnicos mercadistas aceitavam o planejamento parcial, defendiam mudanças na política econômica e o ingresso do capital estrangeiro.²⁰ Essa orientação era a marca dos técnicos mercadistas durante a sua atuação no BNDE, quando consideravam que o setor privado não podia andar com as suas próprias pernas sem o apoio parcial, porém estratégico do Estado. Lucas, Lopes, Roberto Campos e Glycon de Paiva – que já haviam participado da

20. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, 1995, pp. 39-40.

CMBEU, atuando todos como técnicos do serviço público – formavam o núcleo dos mercadistas.

Não se pode negar a influência dos economistas neoliberais para a conformação do campo do pensamento econômico no Brasil. Otavio Gouveia de Bulhões e Eugenio Gudín comandavam ou exerciam influência sobre boa parte das revistas especializadas, as Faculdades de Economia existentes e as colunas na grande imprensa da época. Portanto, a predominância dos neoliberais nas instituições de socialização do saber econômico – atuando em maior sintonia com os técnicos mercadistas, desde meados dos anos 1950 – era um fato.

Os técnicos nacionalistas, para se protegerem do cerco, criariam os seus próprios cursos, clube e revistas, numa atitude quase de resistência, contando com o apoio da Cepal, do BNDE, da Capes e de outras instituições públicas. Porém, não possuíam a chancela acadêmica, talvez em virtude de sua formação jurídica inicial ou do fato de que a “economia” era exercida como esforço de teorização sobre os problemas práticos que encontravam na burocracia estatal. Muitos sequer desenvolveriam carreira acadêmica na área. A Cepal forneceria a sustentação teórica às concepções deste grupo, que possuía ademais relações bastante próximas com a CNI.

A associação do grupo técnico em torno da Assessoria Econômica com outros importantes órgãos do aparelho estatal, o empresariado industrial e a própria Cepal²¹ – cujo poder de irradiação das suas ideias foi maior no Brasil do que nos demais países latino-americanos – lhes conferia capacidade de resistência em face da predominância dos neoliberais nos meios acadêmicos e na grande mídia.

Paralelamente, os técnicos nacionalistas desenvolviam alianças com outros segmentos da intelectualidade por meio de entidades – como o Ibesp e o Iseb – voltadas para a compreensão da realidade social brasileira e sua formação histórica.²² Daí a sua veia ensaística e seus enfoques globalizantes,

21. LEOPOLDI, Maria Antonieta. “O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954)”. In: SUZIGAN, Wilson & SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002, pp. 68-69.

22. LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no Governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, pp. 46-48.

em que o econômico se vincula ao não econômico, exigindo transformações estruturais e de longo prazo. Esse enfoque mais generalista, apesar do rigor técnico, cumpria o papel de estabelecer pontes entre os vários segmentos do setor público e da vida social, por meio da disseminação de uma ideologia nacionalista no país.

Os técnicos nacionalistas se organizariam, por exemplo, em torno de uma espécie de confraria, o Clube de Economistas, com a sua revista *Econômica Brasileira* – ambos criados em 1955 sob a liderança de Celso Furtado²³ –, justamente para criar um meio alternativo de veiculação das ideias do grupo. Fariam parte do clube e do corpo editorial da revista, além de Furtado, vários dos técnicos nacionalistas.

O objetivo da nova revista era justamente se contrapor à *Revista Brasileira de Economia* (RBE), comandada por Gudin e Bulhões. Logo no editorial do seu primeiro número, a revista defende “a complementação de um trabalho interpretativo no plano teórico” para a afirmação do economista brasileiro que “deve penetrar nos problemas gerais do desenvolvimento do subcontinente”. Essa tarefa se tornava mais complexa em virtude da “insuficiência de muitos dos instrumentos de análise”, mas também dos “esquemas teóricos” vigentes.²⁴

Já na geração seguinte, em vez de recorrerem ao autodidatismo, muitos dos economistas nacionalistas teriam a sua segunda formação como “técnicos em desenvolvimento” em cursos fornecidos pela Cepal a partir de meados dos anos 1950, e depois pelo escritório Cepal-BNDE no Rio de Janeiro, que os ministraria para agências de desenvolvimento em várias cidades do Brasil.²⁵ Esses cursos para formação de técnicos e especialistas em desenvolvimento justificavam-se pois as Faculdades de Economia estavam marcadas pela formação mais convencional.

23. FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985, p. 172.

24. *ECONÔMICA BRASILEIRA*, “Editorial”, Rio de Janeiro: Clube dos Economistas, n. 1, vol. 1, jan.-mar. 1955.

25. TAVARES, Maria da Conceição. “Depoimento 1982”. In: *Memórias do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, ano 3, n. 3, Rio de Janeiro, out. 2009, pp. 178-179. Ver KLÜGER, Elisa. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. 855 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 55.

No nosso entender, não procede a avaliação de que o debate econômico até meados de 1960 foi marcado “por amplo amadorismo e pela ausência de círculos teóricos acadêmicos de destaque”.²⁶ Ocorre que o debate econômico não se dava necessariamente no âmbito acadêmico, o que abria espaço para a disputa de proposições de cunho político e ideológico, sem menosprezo da objetividade e da análise das realidades econômicas e sociais, marca consagrada dos dois grupos de técnicos.

Portanto, não havia nada que se assemelhase a uma “comunidade dos economistas”. Mas até que ponto se pode falar de “uma identidade do economista como segmento da elite dirigente” no período, como se pergunta Maria Rita Loureiro?²⁷ Tudo indica que esta identidade – presente nos conceitos compartilhados e no acompanhamento do debate econômico ocidental – apresentava-se fraturada. Isso porque, não obstante comungarem os dois tipos de técnicos o mesmo universo de atuação, seus diferentes enfoques, motivações, espaços de sociabilidade e alianças políticas os empurravam, na melhor das hipóteses, para aproximações temporárias, relacionadas com o único objetivo comum de que comungavam: criar um Estado capaz de direcionar o processo de desenvolvimento econômico do país.

Assegurado este objetivo – que também era motivo de controvérsias, haja vista que a discordância sobre os meios não iludia uma diferença sobre os fins –, o desenvolvimento ficaria circunscrito à matriz econômica para os mercadistas, enquanto para os nacionalistas uma economia industrial apenas poderia se libertar do subdesenvolvimento por meio de um planejamento integral e coerente, envolvendo uma aliança com amplos segmentos da sociedade civil.

Nesse sentido, tudo indica que os técnicos nacionalistas e mercadistas, como integrantes das elites, procuravam aperfeiçoar as suas “armas retóricas”, durante o embate, no sentido de assegurar a maior coerência dos seus pressupostos. Por outro lado, processavam de maneira diversa o “depositório intelectual da sociedade”, em virtude da sua filiação a diversas tradições de

26. BARREIROS, Daniel de Pinho. *Estabilidade e crescimento: a elite intelectual modernoburguesa no caso do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2010, p. 126.

27. LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*, 1997, p. 23, 49.

pensamento cultural (não econômico) e pelo fato de estarem vinculados não a uma “comunidade genérica”, mas a grupos sociais distintos, com interesses potencialmente divergentes. Portanto, possuíam várias identidades enquanto segmentos das elites dirigentes, até porque as suas “plateias” divergiam,²⁸ apesar de buscarem conquistar, em última instância, a mesma superplateia do Estado. A economia era o meio que lhes permitia projetar fins diversos para a sociedade.

Frente à disjuntiva nação *versus* mercado, os nacionalistas apostavam na “nação”, não em detrimento do mercado, mas antes delimitando as suas vias possíveis de expansão. Jaguaribe acerta quando menciona que, para os técnicos nacionalistas, “a promoção do desenvolvimento econômico e a consolidação da nacionalidade eram dois aspectos correlatos do mesmo processo emancipatório”.²⁹

Já os mercadistas jogavam as suas fichas para transformar o “mercado” no mecanismo autopropulsor do desenvolvimento, o que não quer dizer que a nação, ao menos da maneira como a concebiam, tivesse sido descartada. Era antes compreendida como o território, de acordo com a “dotação de fatores produtivos” existente, no qual se deveria viabilizar a acumulação capitalista sob a liderança do capital externo. Esse projeto exigia uma transformação da estrutura social e política por meio da superação do “populismo”.

Para os mercadistas, a nação emergia como o ambiente particular ou o contexto, e não como a prioridade última. A sua configuração seria definida pelo próprio desenvolvimento do mercado que já assumia feições plenamente capitalistas e, portanto, se mostrava inacessível ao pensamento neoliberal e ao mundo dos livros-textos. Mas o apoio estatal, de caráter supletivo, ao “desenvolvimento econômico” – geralmente descrito por meio de variáveis de alto nível de agregação – destoava do desenvolvimento tal como proposto pelos técnicos nacionalistas.

28. Trata-se de uma leitura própria a partir da formulação instigante proposta por BARREIROS, Daniel de Pinho. *Estabilidade e crescimento: a elite intelectual modernoburguesa no ocaso do desenvolvimentismo*, 2010, pp. 90-95.

29. JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*, 1962, pp. 208-210.

A transformação do campo do pensamento econômico, bem como das ideias dos técnicos nacionalistas e mercadistas, pode ser acompanhada por meio do contraste entre as trajetórias de Roberto Campos e Celso Furtado, que espelham as posições sociais em transição na segunda metade dos anos 1950.

Em texto distribuído durante a Conferência da Cepal, em 1957, Roberto Campos, ao se referir ao “desenvolvimento econômico” na América Latina, ressalta que esse problema encerra “conteúdo dramático e urgência dolorosa”, sendo mais importante mesmo que “a justiça social e a estabilidade política”. A justiça social e a estabilidade política se resolvem com “mais produtividade”, atenuando a inevitável competição entre os grupos sociais. Admite ser necessário “dilatara o horizonte de oportunidade”, criando-se “os níveis de tolerância necessários para a operação dos controles políticos”.³⁰ A afirmação sobre os “controles políticos” sugere a concentração de poder, além de um questionamento, ainda em jargão técnico, das alianças que sustentavam a política brasileira.

No restante do texto, o economista ressalta a importância da “construção de clima para o setor privado [...] tão ou mais importante que a programação executiva do setor público”. Esta interpretação – diz ele, como se buscasse desferir um golpe nos técnicos nacionalistas que veem sua posição social desguarnecida – “se acentua no meu país [...] a despeito de incoerências, hesitações e contramarchas”.³¹

As quatro ilusões do desenvolvimento vêm em seguida: a “euforia inflacionista”, que exerce efeito negativo sobre a poupança global; a “ilusão transpositiva”, sugerindo que por “um passe de mágica” a poupança do setor privado possa ser substituída pela do setor público; a “ilusão redistributiva”, “insidiosa, por ser muito mais simpática”; e a “ilusão mecanicista”, referente à subestimação, no processo de substituição de importações, da importância do desenvolvimento do setor agrícola, mas também ao superinvestimento mecânico, em detrimento dos investimentos em educação. Suas linhas de ação referem-se, em grande medida, à necessidade de aumento da taxa de

30. CAMPOS, Roberto. *Ensaio de História Econômica e Sociologia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1976, p. 84.

31. *Idem*, p. 85-86.

poupança do setor privado nacional, auxiliada pelo crescente influxo de capitais estrangeiros.³²

Em *Perspectivas da economia brasileira*, Furtado transforma a provocação de Campos em uma espécie de convite para a busca de alternativas. Esse texto prenuncia o Furtado que ficaria conhecido na cena política posterior. Aqui ele já procura “determinar os elementos de uma política sistemática de desenvolvimento”.³³ Ainda não é o economista técnico que se dirige à nação. Isso porque o economista assume o lugar de destaque, ao apresentar os “desequilíbrios” que informam a dinâmica econômica recente. Ao contrário de Campos, em vez de predicar mudanças na política econômica, seu foco está na reestruturação institucional da máquina administrativa.

Nessa obra, resultado de um conjunto de palestras proferidas em 1957, Furtado avança em relação a algumas de suas formulações anteriores. O objetivo da política fiscal deve também objetivar a desconcentração na distribuição da renda. Nesse sentido, o regime de propriedade da terra é prejudicial ao desenvolvimento. Está inclusive comprovado estatisticamente, aponta o economista, que o desenvolvimento deve implicar desconcentração da distribuição de renda. O técnico, já vestindo a indumentária de sociólogo-historiador que caracterizaria a sua produção nos anos seguintes, aponta como uma classe ociosa – “decomposição parasitária da classe empresarial”, cujos padrões de consumo tendem a elevar-se, “em permanente emulação” – se cristaliza, tornando mais difícil elevar a taxa de poupança com os instrumentos fiscais correntes.³⁴ A extrema concentração – aparece como obstáculo ao desenvolvimento.

No seu entender, o crescimento pode ser favorecido pela entrada de recursos externos. Mas a influência desse fator tende a aumentar em virtude da necessidade de “assimilar a técnica criada por outros sistemas econômicos que lideraram o desenvolvimento industrial”. Pois o desenvolvimento será puxado basicamente pela poupança interna, o que permitirá, em tese, que

32. *Idem*, p. 90-95.

33. FURTADO, Celso. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012, p. 16, 21-22. A primeira edição é de 1958.

34. *Idem*, p. 56 e 58.

a “dependência tecnológica” seja superada pelo próprio desenvolvimento. Isso porque não será possível ao país alcançar “etapas superiores de desenvolvimento” sem a criação da própria tecnologia. A importância relativa das pesquisas deve, nesse sentido, avançar proporcionalmente mais do que o próprio desenvolvimento.³⁵ Furtado procura assim estabelecer um divisor de águas com Campos, seu novo adversário no *front* de batalha.

Ao final do texto, Furtado se lança na sua empreitada de propor uma programação mais ampla e efetiva para o sistema econômico. Paralelamente, desfere o ataque ao grupo de Campos: tomar a inflação brasileira como um problema de sobreinversão por meio do crédito imoderado e do desequilíbrio orçamentário seria colocar o problema em um tal “nível de generalidade”, que não condiz com a situação brasileira. Os remédios ortodoxos levariam, na sua concepção, à subutilização da capacidade produtiva.³⁶

É então que Furtado formula o que se transformaria, no período posterior, no mantra dos nacionalistas: “a estabilidade é objetivo fundamental, embora se deva subordinar a outro mais amplo que é o desenvolvimento”.³⁷

As iniciativas por ele propostas produzem, contudo, efeitos apenas no médio e longo prazo, além de exigirem uma reengenharia institucional do processo de planejamento, algo que não se mostraria factível no Governo JK e, menos ainda, nos dois governos subsequentes, por motivos sociais e políticos. Sobre a estrutura do Estado, afirma ser ela “resultado de uma precária adaptação às funções da velha maquinaria concebida na época do Estado liberal”.³⁸

Agora trava-se o embate entre novas posições sociais: de um lado, os “intelectuais estadistas” – Furtado é o tipo ideal deste personagem – se transformam em protagonistas políticos, buscando forjar consensos e apostando no “aprofundamento da democracia”; de outro, as “élites modernizadoras do capital”, já flertando com a opção autoritária, apostam em uma estratégia vinculada à exponenciação da acumulação de capital, desligada das pressões “nacionalistas” e “populistas”.

35. *Idem*, pp. 59-60.

36. *Idem*, pp. 75-78.

37. *Idem*, p. 79.

38. *Idem*, pp. 79-87.

Furtado e Campos – representantes dessas novas configurações que assumem os nacionalistas e mercadistas – expressam nas suas personalidades e trajetórias marcantes as rachaduras sofridas no âmbito dos técnicos do setor público. Essa nova segmentação no grupo dos técnicos revela as contradições do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ao viabilizar a construção de diversos horizontes ideológicos – e agora em disputa frontal – no intuito de assegurar a continuidade da industrialização.

As transmutações experimentadas no campo do pensamento econômico não se restringem apenas ao plano das ideias. Senão como explicar que Campos e Furtado, que participam juntos da criação do Grupo Mixto Cepal-BNDE, em 1953, seguem daí em diante trajetórias quase opostas e que se consumam em 1964, quando o primeiro se transforma no ministro do Planejamento do governo militar recém-instaurado e o outro é enviado para o exílio?

Processa-se então um novo período de rearranjo do campo do pensamento econômico, marcado pela presença de novas posições sociais: o tecnocrata, o economista acadêmico (quando emerge o confronto entre ortodoxos e heterodoxos) e os intelectuais exilados (dentro ou fora do país) do Estado e da universidade.

O campo do pensamento sociológico

O campo do pensamento sociológico também se estrutura a partir de um debate fundador. Tal como no caso do pensamento econômico, ele possui uma data e um local precisos: o II Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado em julho de 1953 no Rio de Janeiro. Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes são aqui escolhidos como as personalidades responsáveis por disputar a orientação metodológica do campo emergente.

Guerreiro Ramos participa como presidente da “Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais”³⁹ do referido Congresso. Suas recomendações não foram aceitas pelo plenário. É nesse momento que ele diferencia as duas correntes estruturantes do pensamento sociológico brasileiro: a “sociologia consular” e a “sociologia autêntica”. O seu tom é ferino, mas justificado, no

39. GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957, p. 77.

seu entender, pela “agressão de que teria sido alvo”.⁴⁰ Sugere então que se cortem “os cordões umbilicais que têm tornado essa disciplina um subproduto abortício do pensamento sociológico europeu e norte-americano”.

Segundo Guerreiro Ramos, a sociologia autêntica, apesar de se aproveitar da “experiência acumulada do trabalho sociólogo universal”, procura se servir dela “como instrumento de autoconhecimento e desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais”. Possui, assim, um propósito salvador e de reconstrução social, estando inspirada na “experiência comunitária vivida pelo sociólogo”, que lhe fornece sentido. E arremata: “desvinculada da realidade humana efetiva, a sociologia é uma atividade lúdica da mesma natureza do pif-paf”.⁴¹

O documento proposto pelo sociólogo baiano no Congresso apresentava sete recomendações, algumas delas no mínimo controversas. Alguns trechos são fortes no seu conteúdo propositivo. Vejamos alguns exemplos:

No atual estágio de desenvolvimento, em face das necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisa sobre minudências da vida social. O trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais.

No que concerne às populações indígenas e afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos.⁴²

Ao se referir ao trabalho dos sociológicos com relação às teorias formuladas em outras circunstâncias, Guerreiro diferencia as transplantações “predatórias” das “acelerativas”. Ele se situa neste segundo caso, enquanto os seu contedores se localizam no primeiro. Em vez de simplesmente utilizar as categorias formuladas pelos países desenvolvidos, Guerreiro sugere que

40. *Idem*, p. 75.

41. *Idem*, pp. 78-79.

42. *Idem*, p. 78.

elas devem estar imbricadas ao conceito de “fase”, que sugere um momento peculiar no processo de transformação dos países subdesenvolvidos, sempre utilizando a Cepal como referência. Daí não ser concebível uma prática *sociológica* “descomprometida do processo de acumulação de capital”. Deve ela ser útil ao “esforço de construção nacional”,⁴³ o que revela a sua compreensão de que o “capitalismo autônomo” marcha com a formação da nacionalidade. Os “avanços” do campo econômico, no seu entender, devem servir de referência ao campo sociológico.

A resposta de Florestan é sóbria e sem rodeios. Para o sociólogo paulista, predominam no cenário brasileiro noções extracientíficas sobre os problemas sociais. Estudos descritivos formulados a partir de uma posição interessada – neste último caso se encaixaria a “sociografia” de Guerreiro Ramos – ou meramente especulativos (sem base empírica ou resultado prático) acabam abrindo espaço para a veiculação de convicções ideológicas travestidas de sociologia. Estas abordagens seriam incapazes de dar conta da dupla tarefa do cientista social: “o conhecimento sociológico do Brasil e o progresso da sociologia como ciência”. Tal atitude, marcada pela “deformação filosófica”, impediria o equilíbrio entre “os intuítos empíricos, as ambições teóricas e os desígnios práticos [...] alvos centrais da investigação sociológica”.⁴⁴

Sobre as recomendações de Guerreiro Ramos no Congresso de 1953, Florestan as considera “inconsistentes” por colocarem em primeiro plano as obrigações do sociólogo em relação ao sistema de interesses e de valores da nação a que deve lealdade, negligenciando assim “as normas e valores do sistema científico”. Na sua perspectiva, trata-se de “formidável falácia”, por dar a entender que “todos os progressos alcançados pelos desenvolvimentos empírico-indutivos da investigação sociológica nos últimos setenta e cinco anos” seriam de escassa valia entre nós. Sobre “as minudências sociais”, Florestan rebate mostrando a necessidade de estudos locais, haja vista que a sociedade brasileira “congrega regiões com graus diferentes de desenvolvimento interno”, tanto em termos econômicos como socioculturais.

43. *Idem*, p. 88, 98, 100-101.

44. FERNANDES, Florestan. “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977, pp. 54-57, 69. Esse texto foi originalmente escrito em 1958.

Sem esses estudos, pergunta-se ele, como chegar às “estruturas nacionais e regionais”; a não ser por meio de “interpretações genéricas”?⁴⁵

Em síntese, alargar o campo de problemas cobertos pela sociologia, de maneira sistemática, parece ser a melhor forma de contribuir para elucidar a questão social brasileira. Segundo Octavio Ianni,⁴⁶ como prova da resistência ao “imperialismo acadêmico”, a problemática estudada pela sociologia uspiana não era informada pelas perspectivas predominantes no centro, e mesmo quando este foi o caso, como na pesquisa sobre as relações raciais, encomendada pela Unesco a Roger Bastide e Florestan, as conclusões refutaram o que se procurava comprovar, a saber, a tese da democracia racial.

Tal como fizemos no tópico anterior, nosso objetivo é frisar como cada concepção de sociologia condiciona diferencialmente a concepção de desenvolvimento. Para Florestan, o resgate da Nação que prepara o terreno para o “advento da democracia” não pode prescindir da crítica às “grandes utopias burguesas” e da sua manifestação em solo nacional por meio da “retórica demagógico-populista”.⁴⁷

Guerreiro Ramos responde, em 1963, a Florestan, no prefácio à segunda edição do seu livro *A redução sociológica*, a quem chama de “representante ilustre de nossa sociologia convencional”. No seu entender, a visão do seu colega adversário representa a “ideologia de professor de sociologia”. Por isso, ele seria incapaz de perceber a diferença entre a “ciência sociológica em ato” e a “ciência sociológica em hábito”. Para Guerreiro, por estar vestido no seu “hábito” de sociólogo, Florestan curva-se aos cânones da “hipercorreção”, não podendo realizar a conexão entre teoria e prática. Essa “atitude hipercorreta” deveria ser substituída pela “atitude crítico-assimilativa”.

Nos países periféricos, o sociólogo deveria libertar-se do “efeito de prestígio”, retirando as suas regras do contexto histórico em que se integra. A “utilização prática do saber sociológico”, por mais que empreste categorias

45. *Idem*, pp. 68-70.

46. IANNI, Octávio. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, pp. 26-30.

47. FERNANDES, Florestan. “A geração perdida”. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*, 1977, p. 246.

de fora, deve se nortear por “normas, valores e ideias que refletem a particularidade histórica de sua situação”.⁴⁸

O campo do pensamento sociológico, tal como no debate econômico, surge fraturado, mas aqui em virtude dos diferentes postos de observação e do que se entende como “compromisso do intelectual”. A análise das obras de Florestan e de Guerreiro Ramos deve ter como ponto de partida essa fratura.

Se Guerreiro Ramos assume “a tarefa de organização da sociedade brasileira”, por meio de uma atitude existencial e autoconsciente, que exprime, segundo a sua pretensão, o movimento da história; para Florestan esta atitude é ideológica e compromete a compreensão do movimento concreto do real nas suas várias potencialidades, algo apenas possível com “a ampliação do horizonte intelectual do investigador”.⁴⁹

Sobre a relação complexa entre ciência e ideologia, para o sociólogo paulista, ao menos até o início dos anos 1960, a equação pode ser definida da seguinte forma. A ciência não está separada da participação social, que deve ser “radical” por meio da “mobilização pela ordem” – indo até o limite das suas potencialidades – seja por meio do “radicalismo democrático” ou da “revolução pela ciência”.⁵⁰ Ele deve acenar para uma crítica ideológica dos grupos dominantes, mas também das classes populares, e apontar para as potencialidades utópicas do seu contexto histórico por meio da aplicação dos métodos científicos à compreensão da sociedade brasileira.

Já para Guerreiro Ramos, ciência e ideologia se justapõem. No prefácio à segunda edição de *A redução sociológica*, ele afirma de maneira categórica: “a consciência crítica da realidade nacional é fenômeno de psicologia coletiva”. “Nas condições prevaletentes”, prossegue Guerreiro Ramos, “esta não pode ter as qualificações de pensar rigoroso, seja sociológico, seja psicológico”, em virtude do reduzido grau de ilustração das massas. Quando muito, pode-se falar de um “modo subalterno e elementar do pensar rigoroso”. A ciência (em ato) deve estar vinculada à sua funcionalidade. E o cientista, nos limites

48. GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A redução sociológica – Introdução ao estudo da razão sociológica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1963, pp. 21-29.

49. OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995, p. 95 e 107.

50. FERNANDES, Florestan. “A geração perdida”. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*, 1977, p. 247.

do possível, deve “transcender os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra a sua expressão livre e autônoma”.⁵¹

Isso quer dizer que ele atua por cima da sociedade? Eis a sua resposta: a consciência coletiva de caráter crítico é um dado objetivo. Tampouco se trata de “anelo de uns poucos intelectuais preocupados em modelar um caráter nacional mediante processos, por assim dizer paretianos, pela manipulação de resíduos emocionais populares”, pois “o fenômeno tem suportes de massa”. O imperativo do desenvolvimento suscita a “consciência crítica”, permitindo uma “elevação [...] um desprender-se ativo das coisas, para adquirir liberdade em face delas”; e abrir o caminho para “um modo de ser novo do Brasil”, apenas possível em certa circunstância histórica.⁵²

Portanto, a ideologia parece aqui como uma forma condensada do saber científico. Essa concepção remonta às reflexões empreendidas no âmbito do Ibesp e do Iseb. Por mais que vários membros do grupo tenham seguido trajetórias teóricas e políticas diversas depois de 1958, a forma como utilizaram o conceito de ideologia permanece, em linhas gerais, semelhante. A liderança exercida por Hélio Jaguaribe, desde o Grupo de Itatiaia, revela-se decisiva.

No primeiro número da revista *Cadernos do Nosso Tempo*, de 1953, em artigo por ele assinado, depois de enunciar as facetas econômicas, sociais e culturais da “crise brasileira”, Jaguaribe apresenta um conjunto de soluções “dinâmicas” e “transcendentais”, as quais dependem da correspondência entre o processo do objeto e o sujeito por meio de uma perspectiva totalizante. A ideologia seria uma “crença adjetiva”, no sentido de que pode ser construída “por atos de inteligência e de vontade, embora dependa de condições objetivas de possibilidade”. Exige, portanto, a formulação de “uma pauta de valores articulados em torno de um projeto dotado de eficácia histórica”, algo que só pode ser comprovado *a posteriori*. Dessa forma, uma ideologia pode ter ou não êxito, a depender da “coerência programática” (projeto), mas também da sua capacidade de se tornar “força social”, aderindo à realidade que lhe confere sentido.⁵³

51. GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A redução sociológica: Introdução ao estudo da razão sociológica*, 1963, pp. 13-18.

52. *Idem*, pp. 57-61.

53. JAGUARIBE, Hélio. “A crise brasileira”. *Cadernos do Nosso Tempo*, ano 1, n. 1, out./dez. 1953, pp. 136-138, 143. O autor faz menção explícita a Mannheim, desde que “acrescidas as contribuições da filosofia e da sociologia existenciais”, destacando a influência de Ortega

No caso de Guerreiro Ramos – o que vale, em maior ou menor medida, para os demais integrantes do Iseb –, a dimensão do projeto (sujeito) avulta em face da compreensão do objeto. O sociólogo baiano, por exemplo, toma a dimensão objetiva quase como um dado, expresso empiricamente pela tríade “industrialização, urbanização e alteração do consumo popular”, sem problematizar as suas manifestações contraditórias. Ele próprio afirma “pôr de lado o problema das causalidades desses fenômenos”, o que significaria “perquirir que circunstâncias têm possibilitado o desenvolvimento do Brasil, à diferença do que acontece em outras regiões periféricas do mundo”,⁵⁴ precisamente a tarefa a que se dedica o cientista Florestan.

Em 1961, Guerreiro Ramos escreve no calor da hora um livro sobre a “crise do poder” no Brasil, logo após a eleição de Jânio Quadros. A sua compreensão da realidade brasileira em movimento encontra-se aqui aprofundada, assim como o seu projeto ideológico. Essa combinação, em vez de afastá-lo de uma postura científica, faz dele um “sociólogo em mangas de camisa [...] capaz de viver dos proventos de sua efetiva utilidade para o esforço de construção nacional”,⁵⁵ como já profetizara em 1957.

Quando fala de condições objetivas, ele se refere basicamente ao plano da economia, no seu entender, crescentemente internalizada e autônoma. O problema estaria nas instituições políticas e no aparato estatal que não refletem os anseios das novas categorias sociais – sintetizadas sob o guarda-chuva do “povo” – que constituem “a vanguarda do processo brasileiro”. O seu relato histórico é bem estruturado, mas em alto nível de generalização.

Para Guerreiro Ramos, a partir de 1930, muda a composição da minoria dirigente, abrindo espaço para “os reclamos do novo empresariado que a industrialização criou e do crescente assalariado de ‘colarinho e gravata’”, enquanto “a classe operária, embora em ascensão política, é contida na periferia do poder”. De forma mais nítida, a partir de 1950, com o retorno

y Gasset nas “suas teorias sobre crença e projeto para se chegar a um conceito de ideologia puramente histórico e sociológico”.

54. GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A redução sociológica: Introdução ao estudo da razão sociológica*, 1963, pp. 66-67.

55. GUERREIRO RAMOS, Alberto. “Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo (Prefácio a uma Sociologia Nacional)”. In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à sociologia brasileira*, 1957, p. 101.

de Vargas, “a classe média perde posições de vanguarda nas lutas sociais”, uma vez que “o próprio povo deixa de ser longínquo espectador das lides partidárias”.⁵⁶

O autor oferece duas definições para a categoria “povo”. Na primeira, mais vinculada à estrutura social, ele afirma que “na sua composição aparecem aqueles que vivem do aluguel da sua força de trabalho”, segmentos estes beneficiados pela ampliação do mercado interno. Na segunda, o “povo” aparece como entidade política, o que pode ser observado pela vitória eleitoral de Getúlio, JK e Jânio, sucessivamente, para concluir, de maneira pouco crítica, que “estaria apto ao exercício de funções dirigentes”.

É importante ressaltar que a posição social de Guerreiro Ramos exerce papel decisivo na sua prática sociológica. Isso porque a sua vinculação ao Estado e ao mundo da política era constitutiva da sua maneira de pensar. Funcionário do Dasp, tendo se integrado à Assessoria Econômica de Vargas e ao Ibsp/Iseb nos anos 1950, ele se filia ao PTB em 1960. Suas atividades docentes estão circunscritas aos cursos no Departamento Nacional de Infância nos anos 1940, na Escola de Administração Pública da FGV, desde 1952, e no Ibsp/Iseb, além dos cursos eventuais na Faculdade de Ciências Sociais da UFBA.⁵⁷

Portanto, seu vínculo com a sociologia é definido a partir de uma posição de quem, atuando a partir do Estado, procura não apenas compreender a sociedade, mas orientar a sua mudança a partir de uma circunstância histórica peculiar. Pesquisas importantes por ele conduzidas, como no caso da mortalidade infantil ou da mensuração dos padrões de vida no Brasil, foram realizadas quando trabalhara no Departamento Nacional da Criança e na Comissão de Bem-Estar Social, respectivamente. Não está, portanto, imbuído das exigências do método científico em processo de institucionalização no espaço acadêmico.

A trajetória de Florestan Fernandes em tudo se distancia da seguida por Guerreiro Ramos. O sociólogo paulistano situa o seu período de socialização

56. GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A crise do poder no Brasil – Problemas da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, pp. 28-31.

57. GUERREIRO RAMOS, Alberto. “Entrevista”. In: OLIVEIRA, 1995, p. 132, 140-141, 147, 153, 174.

acadêmica entre 1941 e 1953, abarcando o ingresso no ensino superior e as últimas etapas de “nobilitação acadêmica” que culminam com a sua livre-docência na cadeira de Sociologia I. Na etapa seguinte (1955-1969), passa a ser encarado como um “sociólogo de reputação profissional muito sólida”. Neste momento, o professor, o pesquisador e o formador de equipes de trabalho se associam, para imprimir a sua marca na sociologia tal como praticada no Brasil, pois o seu objetivo jamais fora o de criar “uma sociologia brasileira”.⁵⁸

Conforme sua avaliação, o grupo de mais de vinte pesquisadores da cadeira de Sociologia I teria inaugurado “uma nova era da investigação sociológica no Brasil”. Ao formularem conhecimentos suscetíveis de operarem como “técnicas racionais de consciência social [...] intensificava-se o elemento político intrínseco ao sociólogo, dentro de uma linha especificamente científica”.⁵⁹

A transformação da sociedade brasileira não era pregada no púlpito, mas aparecia no tratamento metuculoso de temas como o empresário industrial, o trabalho operário e o sindicato, o estudante, o homem livre na sociedade escravista, o Estado brasileiro e as correntes político-partidárias. O processo de pesquisa avançava com a formação de novos pesquisadores e a exigência de produção de “teses de alto padrão”. Nesse clima de autonomia científica, por meio da especialização e do intercâmbio com os pares, o “ato de ser universitário” se converteu em um vínculo real do sociólogo com “a condição humana no mundo capitalista subdesenvolvido”. Estavam assim esses intelectuais críticos da academia munidos de suas categorias para apontar os limites do “consenso geral” lançado pelas estruturas de poder da “comunidade política nacional”.⁶⁰

Esses sociólogos almejavam ser “os servidores da sociedade no processo de transformação da sua cultura”. Possuíam uma “obsessão política [...] que nascia da cultura e gravitava dentro dela”. Porém, a “experiência política” existente era monopolizada pelo “elitismo” dos que exerciam o comando das decisões dentro e fora da cidadela universitária. O “universo do discurso”

58. FERNANDES, Florestan. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*, 1977, p. 142, 178, 190.

59. *Idem*, pp. 187-198.

60. *Idem*, pp. 183-193, 197-202.

daqueles que transitavam junto ao poder “era outro”. Como não tinham pontos de apoio nos “dinamismos da sociedade”, Florestan e seus colegas formavam uma espécie de “subcultura” motivada pela “ideia abstrata de missão, de relação com a sociedade e com as gerações sucessivas”. Utilizavam-se de todo espaço cultural e político – que a “tolerância elitista” e a “inércia” puseram ao seu alcance – para absorver de maneira autônoma um padrão de trabalho intelectual e de organização institucional importado, mas adequado às circunstâncias brasileiras.⁶¹

Em junho de 1954, dois meses antes do suicídio de Vargas, Florestan Fernandes enfrenta um tema espinhoso em conferência pronunciada no Ibsp de Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, sob o título “Existe uma crise de democracia no Brasil?”.

Florestan foge do debate em torno de conceitos formulados no calor da hora e sem sustentação teórica, para lançar a seguinte pergunta: pode a “constituição da ordem legal democrática” se mostrar “coerente com as condições de existência do povo brasileiro”? De maneira corajosa, ele lança a hipótese de que, no Brasil, “a instauração da democracia não pode ser encarada como um processo incipiente em si”. Trata-se de “um processo em pleno devir”, porém marcado pela “combinação dos componentes democráticos e autoritários do Estado”. Não cabe, pois, uma “análise estática”, pois não se chegou ao “termo final da evolução do Estado brasileiro”, até porque “o meio social está em formação”. O que propõe é uma “formulação de caráter especificamente interpretativo”.⁶²

Quais os obstáculos à expansão do regime democrático no Brasil? – esta a questão a que se propõe, desafiando os “círculos sociais” com prestígio e poder que repetem a ladainha sobre “a crise de democracia”. Ora, a herança é pesada e vem, para não voltar muito no tempo, da Primeira República, quando as camadas populares se encontravam “alheadas da política”, cujo exercício se concentrava sob a forma de privilégio por parte dos “setores

61. FERNANDES, Florestan. “A geração perdida”. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*, 1977, pp. 216-228.

62. FERNANDES, Florestan. “Existe uma crise da democracia no Brasil?”. In: FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 3 ed. São Paulo: Difel, 1979, pp. 93-97. A primeira edição é de 1960.

esclarecidos” da nação. Em síntese, uns não identificam os seus interesses sociais com os destinos do Estado, outros o fazem em demasia.⁶³

Sobre as possibilidades da democracia, ele procura as variáveis decisivas e relacionadas com o “alargamento, na sociedade brasileira, da esfera de influência social e de atividade construtiva dos partidos e do governo”.

Para Florestan, não existe democracia sem a competição livre e irrestrita entre os partidos políticos. Assim, a sobrevivência de um partido deve ser tarefa de todos eles. Do contrário, o próprio regime democrático corre risco. No que diz respeito aos setores sociais mais à esquerda, de modo “a ativar e dirigir as atividades do governo”, os partidos precisam galvanizar as massas populares, “canalizando para fins políticos os anseios de reforma social”. Ora, isso não combina com a “perseguição sem quartel do comunismo”, nem com “a deturpação do trabalhismo e do socialismo pelos líderes políticos oportunistas”.⁶⁴

Ao final do artigo, Florestan toca em um tema estratégico, justamente aquele em que sua atuação teórica resvalaria, mais adiante, para o terreno da ação política, por meio da Campanha de Defesa da Escola Pública, no início dos anos 1960. Aqui ele discorre sobre “a intervenção do Estado no sistema brasileiro de educação, com objetivos propriamente políticos”. Até então, a “bandeira pedagógica” ficara, em grande medida, restrita à “formação das elites”, tão ao gosto das classes conservadoras. De acordo com o sociólogo paulista, trata-se de “um requisito de ordem econômica e prática”, mas insuficiente para a integração do país como uma “comunidade política”.⁶⁵

Florestan põe então o dedo na ferida: “as elites não podem ser criadas como flores em estufa”, antes nascem lentamente a partir de um processo de seleção que deve envolver amplos segmentos da sociedade. Cabe ao sistema educacional papel decisivo no sentido de alterar de modo positivo a articulação entre o Estado e as condições reais da Nação.

Tal como estruturada, ao contrário, a educação opera como “agência de evasão” nas áreas rurais, sendo incapaz de oferecer “preparação básica

63. *Idem*, pp. 98-103.

64. FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*, 1979, pp. 105-106.

65. *Idem*, pp. 108-110.

sólida para a vida ulterior dos educandos” nas áreas urbanas. Não contribui para forjar convicções definidas com o intuito de dar suporte a uma “consciência de afiliação nacional e dos direitos cívicos”, sem a qual não se constituem “ajustamentos políticos à vida política”. Aqui ele aponta o caminho: a necessidade de ministrar de “forma homogênea e universal”, na escola pública, um conjunto de conhecimentos indispensáveis, não apenas de cunho pedagógico, mas de modo a assegurar a socialização política minimamente autônoma dos segmentos situados na base da pirâmide social nos “diversos tipos de comunidades brasileiras”.⁶⁶

Portanto, uma avaliação ponderada sobre “a crise da democracia no Brasil” envolve uma análise sobre o funcionamento de algumas instituições – partidos políticos e sistema educacional – cuja reorganização pode incidir sobre a atuação estatal, atenuando as suas inclinações autoritárias e rompendo os diques que a separam da Nação.⁶⁷

Mais adiante, em 1959, Florestan profere uma conferência ministrada no auditório da Fundação Roberto Simonsen, da Fiesp e do Ciesp. O tema, “Obstáculos extraeconômicos à industrialização no Brasil”, significa um desafio não apenas à sistematização teórica, pois escrito quando o governo JK colhia apoio de todos os lados e o Plano de Metas avançava a pleno vapor.

Depois de destacar o esforço da industrialização no Brasil, que “merece ser encarado com entusiasmo e fundadas esperanças”, Florestan avança na direção contrária: “impõe-se uma alteração radical” na estratégia perseguida. Para fundamentar seu argumento, procede a uma análise das “inconsistências e debilidades do padrão brasileiro de desenvolvimento industrial”.⁶⁸

De maneira inovadora, Florestan aponta a industrialização como um processo que envolve mecanismos econômicos, culturais e societários típicos do florescimento de sociedades capitalistas. Pode, portanto, ser analisada em termos teóricos, desde que esmiuçadas as especificidades no caso brasileiro.⁶⁹

66. *Idem*, pp. 110-112.

67. *Idem*, pp. 115-116.

68. FERNANDES, Florestan. “Obstáculos extraeconômicos à industrialização no Brasil”. In: FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*, 1979, pp. 61-63.

69. *Idem*, pp. 63-66.

O empresário industrial brasileiro, por sua vez, deve ser destrinchado a partir da forma como se relaciona com o trabalho, do sistema de administração das empresas e do afã do ganho dissociado da adoção de novas técnicas de produção. Dessa forma, os principais beneficiários da industrialização tendem a se alinhar junto ao *statu quo*, inclusive demonstrando “desinteresse relativo por uma autêntica política de aceleração da industrialização”. Seus interesses sociais “entram em choque com os valores que alimentam a sua ideologia”. O resultado é “a utilização disfarçada do nacionalismo econômico” como instrumento de defesa dos seus “interesses particularistas”.⁷⁰ Aqui Florestan penetra no âmago dos conflitos que desnortearam os técnicos nacionalistas nas suas propostas de planejamento para o desenvolvimento, já que dispunham de escasso apoio efetivo por parte dos empresários.

Mas se a empresa industrial, tal como organizada no Brasil, possui aspectos irracionais e negativos para o conjunto da sociedade, a sua expansão também encontra restrições impostas pelo próprio meio social. Alguns desses fenômenos “retardativos” são o modo de entrosamento entre o campo e a cidade, limitando a formação de uma “economia de mercado, extensa, orgânica e diferenciada”, “atualmente” concentrada nos núcleos urbanos; o papel do Estado, que, apesar de ter sido estratégico para a expansão da indústria, não logrou exercer todas as funções que lhe cabiam na aceleração e orientação do processo de expansão econômica; além do limitado alcance da ciência e da educação, estratégicos para assegurar maior diversificação do sistema industrial.⁷¹

Florestan demonstra familiaridade com os textos produzidos pelos técnicos nacionalistas que destrinchavam os desafios econômicos do país, especialmente Furtado e Rangel. A sua crítica à “ideologia do progresso econômico”, assim como a sua defesa de uma “autêntica política de desenvolvimento econômico”, parecem estar sintonizadas com os textos dos técnicos nacionalistas. Esses economistas endossariam, por exemplo, sua afirmação de que “a intervenção do Estado acaba terminando onde ela deveria começar”. A sua principal diferença está na crítica à ideologia

70. *Idem*, pp. 78-81

71. *Idem*, pp. 81-86.

da industrialização como “símbolo de progresso social” e, portanto, supostamente capaz de favorecer todos os segmentos sociais, já que os seus influxos positivos se mostram severamente restringidos. Em síntese, a política de desenvolvimento se transformara na “política de expansão dos setores privilegiados”.

O principal problema reside nas atitudes sociais do empresariado industrial, caracterizado como integrante do *statu quo* e das classes dominantes e privilegiadas. Seu comportamento prático está dissociado das necessidades da industrialização enquanto processo de diversificação econômica e integração social, na medida em que esse segmento se favorece pelo controle social ao menos parcial do processo, impedindo assim a formação de uma ideologia mais afinada com os influxos positivos potenciais do processo de expansão industrial.

Aqui transparece o seu conhecimento dos embates no campo econômico, bem como a sua assimilação crítica por meio de uma perspectiva sociológica que vira de cabeça para baixo a problemática esposada pelos técnicos nacionalistas – a única corrente do campo econômico com a qual o debate aparentemente se mostrava possível.

A constatação a que chegamos pode ser assim resumida: se a sociologia acadêmica de Florestan apresentou maiores rendimentos – tanto em termos de pesquisas aplicadas, mas também de análises macroestruturais da sociedade brasileira, até porque seu enfoque era mais aberto no sentido de menos comprometido politicamente, permitindo-lhe projetar os vários cenários com suas respectivas potencialidades virtuais –, a sociologia da intervenção de Guerreiro Ramos hoje parece mais datada, não por ser mais “ideológica”, mas por ter “errado” o destino histórico que abraçou por meio de uma ciência que se arvorava a construtora do projeto nacional. Não obstante, por estar mais próxima do poder, compreendeu melhor os dilemas do Estado e antecipou as teses do populismo, inclusive de maneira menos rígida do que muitos dos sociólogos uspianos.

Os embates e diálogos entre os campos

Para o estudo da concepção de desenvolvimento elaborada pelos intelectuais críticos da academia, priorizamos o livro de Fernando Henrique Cardoso, que corresponde à sua tese de livre-docência em Sociologia, apresentada em 1963. Essa obra é fruto dos debates que empreende no próprio campo (com Hélio Jaguaribe) e com o campo do pensamento econômico (com Furtado). Parte do seu êxito advém da maneira como o autor navega por uma problemática comum aos dois campos.

Para Fernando Henrique Cardoso, se a relação entre a burguesia industrial e o capitalismo já se encontra fundamentada no âmbito do capitalismo concorrencial, falta expandi-la de modo a compreender duas situações distintas: a do “capitalismo monopolista das áreas altamente desenvolvidas” e a do “capitalismo marginal das regiões subdesenvolvidas”. No seu entender, a noção de sociedade subdesenvolvida só faz sentido a partir do desvendamento de uma “relação determinada entre um tipo particular de sociedade e outra que é desenvolvida”.⁷²

O desenvolvimento econômico na periferia altera não apenas a posição particular da sociedade “em desenvolvimento” no conjunto das sociedades, mas modifica internamente a posição das camadas sociais, resultando na transformação das estruturas de poder e das representações sobre o processo.⁷³ Se Furtado já se lançara na tentativa de dinamização histórica e sociológica do processo de desenvolvimento econômico, Cardoso pretende dar um passo adiante. O objetivo é destrinchar como a sociedade responde à economia e às suas transformações estruturais, sem pressupor de antemão que estas necessariamente atinjam o seu limite possível desejável.

Ora, o sistema econômico-social pode assumir diferentes trajetórias e configurações de acordo com as estratégias mobilizadas pelas várias camadas sociais, que orientam politicamente o comportamento das variáveis e políticas econômicas. O compromisso do sociólogo não é com a nação ali à frente. Reside antes na compreensão do processo de transformação social (desenvolvimento) a partir inclusive do desajuste entre as ideologias e os

72. CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1972, p. 19, 73-75.

73. *Idem*, p. 76.

interesses de classe efetivos, tal como enunciado antes por Florestan. Ora, são essas considerações que diferenciam uma “análise do desenvolvimento” de uma “sociologia do desenvolvimento”.⁷⁴

Fernando Henrique elege Jaguaribe e Furtado como seus principais interlocutores.⁷⁵ O primeiro teria sido o autor a formular com “maior largueza teórica” as relações entre as aspirações para o desenvolvimento e a mediação política da mudança econômica. Porém, de maneira insuficiente, como o autor trata de apontar.

Já Furtado, ao transcender o campo profissional do economista, “chega a sistematizar as mudanças que o desenvolvimento acarretou na estrutura da sociedade”. Contudo, ao apostar – o livro citado é *A pré-revolução brasileira* – na diferenciação do sistema industrial como garantia para a autonomia das decisões, “não discute que grupos nacionais e internacionais controlam o Estado e a indústria”. Conforme a análise de Cardoso, o economista parece assumir que “o principal centro de decisões é o Estado”, devendo a ideologia do desenvolvimento – ou seja, o “desenvolvimentismo” (as aspas são do autor) “concentrar as suas expectativas sobre a ação estatal”.

A crítica é procedente, ao menos até o momento em que afirma que a síntese furtadiana “retira da história o nervo político”, por supor que “a civilização industrial destrói a oposição dos interesses de classe e o choque entre as nações”. Nada mais longe do universo furtadiano que, tal como Jaguaribe, acreditava ser o Estado capaz de deslocar os interesses de classe contrários ao desenvolvimento nacional, reagrupando aqueles potencialmente favoráveis.

Ainda assim, é justamente neste ponto que a análise de Cardoso revela o seu caráter inovador. Nas condições de subdesenvolvimento, não se pode esperar que “a burguesia se constitua na mola propulsora do desenvolvimento e da modernização no Brasil”, já que a sua ação econômica não é conduzida por um tipo de “orientação valorativa que visse nas modificações estruturais da economia o seu objetivo principal e encarasse o lucro como um incentivo e alvo indireto”. Não existe no Brasil uma relação direta entre “burguesia” e “desenvolvimento”, tal como no período do capitalismo concorrencial nos

74. *Idem*, pp. 76-78.

75. *Idem*, pp. 79-85.

países desenvolvidos.⁷⁶ Esta relação, na periferia, daria margem a equívocos de várias ordens.

Para comprovar essa tese, o autor realiza duas perguntas indispensáveis para a compreensão do processo de desenvolvimento no país. Que tipo de movimento social mobilizou as aspirações em torno da “sociedade industrial moderna”? Segundo, que grupos sociais respondem pela tomada das decisões fundamentais, uma vez deslanchada a industrialização? Ou melhor, como se dá o controle do processo ou a dominação política?⁷⁷

No entender de Cardoso, as “reivindicações desenvolvimentistas” surgiram nos grupos técnicos das classes médias, fomentados pela presença de um novo interlocutor, “embora afônico”: as massas populares. Assim se quebraram as soluções rotineiras dos problemas nacionais, no segundo governo Vargas, quando os boêmios cívicos (ele não os menciona explicitamente) tiveram um papel de destaque. Os efeitos acumulativos oriundos da urbanização e da expansão de um setor industrial “incipiente e rotineiro” geraram, portanto, novos grupos sociais e a redefinição do estilo de política. Os novos segmentos das classes dirigentes “alargaram a consciência social dos problemas econômicos”, ao mesmo tempo que vincularam a sua solução à “sobrevivência política da nação” no quadro da democracia vigente. Mas as camadas populares não se engajavam em uma “situação econômica e social de classe”, o que vai se tornar o mantra dessa nova geração de sociólogos acadêmicos.⁷⁸

Tais elites intelectuais de extração pequeno-burguesa – o autor não consegue se furtar do tom pejorativo com que se refere a esses segmentos, ecoando o Marx dos escritos políticos – se exprimem por meio do “nacionalismo como uma ideologia ‘desenvolvimentista’ e ‘estatizante’”. No seu entender, valorizam de maneira abstrata o poder da razão e imaginam ser o Estado o representante da vontade coletiva postada acima das classes, o que se manifesta por meio das instituições estatais lançadas pela Assessoria Econômica de Vargas.

76. *Idem*, p. 79, 88-89.

77. *Idem*, pp. 86-87.

78. *Idem*, pp. 92-94.

Porém, já no governo JK, o Estado, “que nunca foi o ponto de encontro neutro do interesse de todos” – outra afirmação repetida de forma exaustiva e que se tornaria moeda comum entre os marxistas críticos do “desenvolvimentismo” –, passou a ser controlado pela aliança entre a burguesia industrial e os interesses agrários e financeiros tradicionais, subordinados à influência imperialista. A diferença é que agora não mais se podia excluir pura e simplesmente “o ponto de vista popular”.⁷⁹

De modo a adquirir maior poder de influência sobre essa aliança aparentemente disforme, a burguesia industrial acolheu o nacionalismo como mera ideologia, no sentido de falsa consciência da realidade,⁸⁰ como já fora apontado por Florestan em 1959.

Estava assim montada a trinca trágica nacionalismo-desenvolvimentismo-populismo que impediria a formação de uma sociedade de classes potencialmente capitalista na periferia, a única capaz de preparar o terreno para o socialismo. A ideologia do sociólogo acadêmico aparece de maneira sub-reptícia. Isso obviamente não invalida o seu esforço de interpretação que navega na tradição “desenvolvimentista”, para utilizar o conceito de sua lavra, na pretensão de superá-la. Apenas procuramos revelar, como ele faz com seus interlocutores, a sua própria dimensão ideológica, entrevista na disjuntiva reducionista “subcapitalismo ou socialismo” com a qual termina o livro, na medida em que a burguesia teria abdicado de exercer a “hegemonia plena da sociedade”.⁸¹

Essa atitude encontra respaldo na situação concreta de comportamento econômico acanhado da burguesia industrial frente aos dois suportes contraditórios que lhe dão sentido: inversões estrangeiras ou estatais. Em suma, “falta-lhes uma teoria que conduza coerentemente a ação”. O que não impede que tirem proveito da situação “de ser classe dominante economicamente sem ter o ônus de classe politicamente dominante”, o que sequer figura no seu horizonte de ação. Antes se acomodam do que conduzem o processo político.

79. *Idem*, pp. 95-97.

80. *Idem*, p. 97.

81. *Idem*, p. 198.

Se, no plano da ideologia, esta camada social se posta “do lado da nação”, na prática, “os seus interesses decidem por ela”. Oscila entre a ousadia e o imobilismo, entre a energia das massas populares e a vinculação aos interesses tradicionais que mantêm os instrumentos da dominação política. Comporta-se em relação ao poder como em uma “sociedade de quotas de participação”, na qual os segmentos populares contam no máximo com “ações preferenciais”.⁸²

Essa forte imagem – tal como a síntese que lhe é subjacente – faz implodir as possibilidades de uma “ideologia do desenvolvimento” capaz de empolgar uma mudança institucional no sentido de superar o Estado cartorial, tal como na utopia de Jaguaribe, aqui acompanhado de Rômulo, Furtado e dos intelectuais orgânicos do Estado.

No caso de Jaguaribe, por mais que reificasse os avanços da estrutura econômica, o processo político era percebido como “fator de atraso”, contra o qual poderiam agir “a vanguarda tecnocrática na administração pública, o setor dinâmico de empresários e o proletariado moderno” – desde que estivessem menos presos aos “interesses situacionais de classe” e mais orientados por “ideologias autênticas”, no sentido de mais adequadas aos requisitos potenciais do processo histórico. Isso exigiria uma mudança na estrutura político-partidária e na estrutura administrativa no sentido da “maior eficácia da consciência ideológica”, compartilhada por segmentos estratégicos do Estado e da sociedade.⁸³ Em outros termos, a luta pelo desenvolvimento era travada também no âmbito do Estado e da ideologia, que não era “desenvolvimentista” no sentido de expansão econômica pura e simplesmente. Portanto, “a dominação política pelos grupos tradicionais”, tal como apontada por Cardoso, não era um resultado necessário do processo.

Para Fernando Henrique, a burguesa industrial teria apoiado por meio do Plano de Metas a “única política cabível”, “pagando hoje [1963] o preço da aventura”. Não podia mais apostar na programação estatal, ao passo que se deparava com a radicalização do movimento operário. Cardoso, portanto,

82. *Idem*, pp. 178-180, 187-191.

83. JAGUARIBE, Hélio. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958, pp. 25-33, 50-53. Ver também JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*, 1962, pp. 81-82, 183, 191-195.

teoriza sobre o porquê da estratégia política da burguesia industrial não ter coincidido com “os seus puros interesses de classe” ou com aqueles que Jaguaribe chama de “autênticos”. O leite já foi derramado e os isebianos, e os intelectuais orgânicos do Estado como um todo, estão sentados no banco dos réus.

Entretanto, se o sociólogo “acertou” no resultado da história (ao menos no atacado), pelo ponto favorável de observação, inclusive em termos cronológicos, o que dizer dos intelectuais que se postavam junto ao Estado e às forças sociais encaradas como dinâmicas, antes que o Plano de Metas tivesse se tornado a “única política cabível”? Não poderíamos interpretar, alternativamente, essa escorregada determinista do sociólogo como um atestado de que o governo JK representou uma descontinuidade que marcaria profundamente a primeira metade dos anos 1960, não apenas no plano econômico, mas também nas aspirações sociais, no embate ideológico e na luta política então travada?

A argumentação de Cardoso é endossada pelo sociólogo Luciano Martins,⁸⁴ em livro de 1968, contando para tanto com o resultado de sua própria pesquisa junto a grandes e médios industriais brasileiros. Como o autor já se situa no pós-1964, o seu intuito é compreender “a crise objetiva do modelo desenvolvimentista”, tanto na teoria como na prática, tendo em vista que as suas expectativas não se realizaram. Martins caracteriza, de maneira concisa, a essência do “desenvolvimentismo” enquanto projeto a partir de três eixos: abrangência dos efeitos da industrialização (em termos sociais e espaciais), democratização da estrutura de poder e crescente autonomia política do país.

O esquema teórico estaria sustentado em uma “frente desenvolvimentista” que englobava setores empresariais e operários do complexo urbano-industrial, mais a parcela “nacional-desenvolvimentista” da burocracia civil e militar. No seu entender, o descolamento do modelo com relação à realidade se faz sentir especialmente após 1954, quando tem lugar a última fase do processo de industrialização iniciada em 1930.⁸⁵ Em vez de superado pela industrialização,

84. MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968, pp. 17-21, 27, 35-36.

85. *Idem* pp. 45-46.

o subdesenvolvimento teria imposto freios à sua continuidade, ao menos nos moldes desejados por seus formuladores.

Conforme o autor, o “desmentido formal ao modelo” ficara evidente no triênio 1961-1963. Os seus formuladores – Furtado aparece como a principal referência – tendiam a justificar a estagnação seja pelo esgotamento dos efeitos dinâmicos da substituição de importações, seja pela incapacidade dos atores políticos para efetuar a progressão do modelo. No entender de Martins, esse procedimento tende a priorizar a existência de “complicadores” ou “obstáculos” que, uma vez removidos, levariam à boa continuidade da estratégia de desenvolvimento. Já o enfoque alternativo a que Martins se filia desloca a análise dos “fatores exógenos”, com o objetivo de compreender os traços estruturais que permitem aprofundar a dinâmica do subdesenvolvimento, incluindo agora os retroefeitos que o novo modo de inserção na ordem mundial capitalista projeta no próprio seio das sociedades dependentes, apesar de industrializadas.⁸⁶

Em poucas palavras, tal como no enfoque de Cardoso, as condições exigidas para o sucesso do “modelo desenvolvimentista” – teóricas e políticas – “estavam além das possibilidades contidas no próprio esquema de ‘capitalismo periférico’ em que ele era concebido”.⁸⁷ De modo original, o autor concebe uma nova orientação “pós-desenvolvimentista”,⁸⁸ que segue os novos requisitos do processo de acumulação de capital, não mais em sintonia com a ampliação do sistema socioeconômico nacional, tal como se fossem duas linhas paralelas que passam a divergir.

Aqui um parêntese se faz necessário. A crítica ao “modelo desenvolvimentista” parte do pressuposto de que ele tenha existido. Porém, na prática, o que se chama de modelo é uma junção da análise de Furtado sobre o “modelo” de substituição de importações (mais no sentido de síntese do processo histórico e não de recomendações de política econômica), aliás, repleto de contradições e desequilíbrios, como ele cuidara de esmiuçar; com as políticas implementadas no governo JK – que, se contaram com a aprovação parcial dos técnicos nacionalistas, não se pode dizer que tenham sido eles

86. *Idem*, pp. 28-32, 37-40.

87. *Idem*, p. 32.

88. *Idem*, pp. 102-102, 118, 160-161.

os responsáveis pela sua condução, ao menos nos altos níveis decisórios; e com a defesa da programação do Estado por parte desses técnicos, que viam na diversificação produtiva a possibilidade de afirmação política e social de novos segmentos de classe, o que não seria feito de maneira espontaneísta, mas por um conjunto de reformas, muitas delas jamais executadas.

Dessa soma de elementos esparsos surgiu o “modelo desenvolvimentista” – cuja principal limitação foi justamente a de não ter se concretizado em um projeto nacional enraizado socialmente –, que seria submetido à análise crítica dos sociólogos acadêmicos. Talvez possa ser dito que a sua originalidade reside menos na criação de um modelo “fictício” do que na proposição de uma metodologia de compreensão da sociedade brasileira efetivamente robusta, a qual seria, em parte, tributária da reflexão sobre o subdesenvolvimento realizada pelos técnicos nacionalistas, especialmente por Furtado.

De fato, tal como salientado por Martins, o enfoque estruturalista de interpretação da realidade brasileira centrava-se nos aspectos econômicos – os quais eram analisados em sintonia com as transformações sociais e políticas, mas que não estavam ainda devidamente incorporadas à análise cepalina, a não ser no caso de Furtado, o primeiro economista a “sociologizar” as variáveis econômicas.⁸⁹ Tal esforço aparece de maneira mais evidente em *Dialética do desenvolvimento* (1964) do que em *A pré-revolução brasileira* (1962), já que a dimensão analítica avulta no livro de 1964 em face do fracasso da perspectiva utópica lançada na obra de 1962.⁹⁰

No livro de 1964, Furtado caminha, ainda que por outros meios, na senda do que viria a se chamar de “teoria da dependência”, mas naquele momento sem contar com o arsenal metodológico dos intelectuais críticos da academia. Isso porque o seu enfoque ainda se encontra permeado pelas avaliações do intelectual estadista que havia ocupado posição de relevo na política, apesar de já perceber as transfigurações do “social” no plano das ações políticas ou do comportamento econômico, conforme a formulação de Ianni.⁹¹

89. MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo/Rio de Janeiro: Xamã/Contraponto, 2005, pp. 163-164.

90. BARBOSA, Alexandre de Freitas. “Interpretando o fim do ciclo 1988-2016: pode a “parceria” Furtado e Florestan fornecer novas pistas teóricas e metodológicas para entender o presente passado?”. *Revista Novos Rumos*, vol. 57 n. 1, 2020.

91. IANNI, Octávio. *Sociologia da sociologia latino-americana*, 1971, pp. 33-35.

Durante o exílio, Furtado seria empurrado para uma posição que ele nunca havia almejado, a de acadêmico de centros de prestígio internacional, aprofundando a sua veia estruturalista, agora no sentido de compreensão da desigualdade orgânica do capitalismo internacional e de suas respectivas estruturas políticas e sociais no centro e na periferia.⁹² Triste ironia: os dois campos (econômico e sociológico) se mesclam depois da ruptura do processo histórico que fizera romper as muralhas das cidadelas de onde atuavam: o Estado e a academia.

O estudo de Cardoso sobre o empresariado industrial – dando continuidade às hipóteses lançadas por Florestan – revela-se estratégico quando se trata de analisar a mudança social que acompanha o processo de desenvolvimento em condições de subdesenvolvimento. Entretanto, vale lembrar que muita tinta se gastou sobre o dualismo das análises de inspiração cepalina,⁹³ que supostamente imaginavam de maneira ingênua que o setor industrial e moderno romperia como que em bloco os diques antepostos pelo setor agrário e arcaico. Essas críticas viraram lugar-comum na academia, a tal ponto que por vezes se esquece terem sido os economistas nacionalistas – especialmente Furtado e Rangel – os primeiros a fazer a crítica à visão etapista da teoria da modernização.⁹⁴

Emergência e ocaso de um novo campo da ciência social no Brasil

Ao longo dos anos 1970, no contexto da violência política da ditadura militar, os intelectuais orgânicos do Estado e os intelectuais críticos da academia perdem os seus postos de observação e de intervenção sobre a realidade.

Não obstante, suas perspectivas analíticas – apesar das diferenças metodológicas – caminham para uma problemática comum: compreender as estruturas de funcionamento do capitalismo no Brasil por meio de uma

92. OLIVEIRA, Francisco. *Navegação venturosa: Ensaio sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003, pp. 27-29.

93. São vários os exemplos. A título de ilustração, ver IANNI, Octávio. *Sociologia da sociologia latino-americana*, 1971, pp. 51-52.

94. BARBOSA, Alexandre de Freitas. “Interpretando o fim do ciclo 1988-2016: pode a ‘parceria’ Furtado e Florestan fornecer novas pistas teóricas e metodológicas para entender o presente passado?”, 2020.

avaliação integrada das dimensões econômicas, sociais e políticas e de uma análise dialética das transformações observadas no centro do capitalismo mundial e das suas projeções sobre a periferia.

É nesse momento que um estilo de interpretação histórico-estrutural do país apresenta seus resultados mais fecundos, colhendo as sementes plantadas no período anterior. Inaugurado com Caio Prado Jr., ganha fôlego com Furtado, Rangel e Florestan, é impulsionado pelos integrantes do grupo d'*O Capital*, para depois nutrir-se dos frutos maduros do Cebrap, com Paul Singer e Francisco de Oliveira, e dos quadros da Escola de Campinas sob a inspiração de Maria da Conceição Tavares nos anos 1970.⁹⁵ Com as novas reflexões de Furtado e Florestan ao longo desta década, esse estilo de interpretação atravessa os campos do pensamento econômico e sociológico, rompendo as suas fronteiras, e inaugurando um novo campo da ciência social no Brasil, em sintonia com o que se produzia no restante da América Latina.

Esse estilo de interpretação do Brasil foi soterrado quando a academia desertou, a partir dos anos 1980, dos programas de pesquisa contidos na “teoria do subdesenvolvimento” e “teoria da dependência”, por concebê-las equivocadamente como paradigmas fechados e falseáveis, surfando na onda do neopositivismo metodológico então predominante. Ao contrário, as assim chamadas “teoria do subdesenvolvimento” e “teoria da dependência” podem e devem ser encaradas como propostas metodológicas para o enfrentamento de uma problemática comum.

O próprio Furtado se dá conta disso ao longo dos anos 1970. Em obra cuja primeira edição data de 1980, o cientista social pós-economista encara a “teoria da dependência” como inserida numa visão global do capitalismo. Somente assim pode-se colocar a “problemática desenvolvimento-subdesenvolvimento” sob uma perspectiva ampliada, por meio de “uma aproximação entre a teoria da acumulação, a teoria da estratificação social e a teoria do poder”.⁹⁶ O programa de pesquisa lançado é fruto das múltiplas interações aqui

95. Partimos da hipótese de que esse estilo de interpretação histórico-estrutural comporta diferentes variantes teóricas. Essas diferenças são potencialmente fecundas pois permitem colocar num novo patamar o debate sobre os limites, dilemas e contradições do capitalismo subdesenvolvido e dependente vigente no país.

96. FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, pp. 21-30.

recuperadas e o seu exemplo mais acabado pode ser encontrado em *A revolução burguesa no Brasil*, obra de Florestan Fernandes publicada em 1974.

Portanto, se a produção acadêmica dos anos 1980/1990 avançou muito nas suas várias avenidas disciplinares, ela perdeu não apenas a veia crítica fundada na capacidade de totalização dos movimentos do real, mas também a perspectiva da intencionalidade do processo a partir da ação das forças sociais e políticas, aí incluídos os intelectuais. O Brasil virou um *case*, para consumo das redes de pesquisa transnacionais, uma operação que estilhou as conexões entre as estruturas econômicas, sociais e políticas, que passaram a ter vida autônoma.

Daí a conclusão de que chegamos ao ápice do pensamento universal quando a ciência social praticada no país se encontrava na sua adolescência. Em vez de amadurecimento, a vida adulta das nossas ciências sociais – bifurcadas em múltiplas tribos – sofreu um processo de regressão marcada pelo complexo de inferioridade.

A própria condição periférica deixou de ser problematizada, quando o discurso da “globalização” passou a obscurecer a estrutura hierárquica da economia-mundo capitalista em processo de reconfiguração. Mesmo o “neoliberalismo”, a “financeirização” e até o recente regresso do “populismo” – tão utilizados pelo “pensamento de esquerda” – parecem sugerir que estamos no mesmo diapasão dos países do centro. As reconfigurações do subdesenvolvimento e da dependência encontram-se fora do cardápio da esquerda acadêmica, em grande medida recolonizada em termos metodológicos.

Em ensaio de 1999, Enzo Faletto relata a sua vinda ao Brasil para participar do seminário “A Teoria da Dependência: 30 anos depois”. Depois do eclipse, ela retornava a título de celebração, auxiliada pela conjuntura: um dos seus formuladores fora guindado à presidência do Brasil. Apesar de fornecer algumas explicações para o súbito esquecimento da “teoria”, o pensador chileno parece lamentar-se do seu destino, na medida em que, nas suas distintas formulações, “ela surgira para explicar como o tipo de desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos aparecia estreitamente vinculado às modalidades sob as quais se processavam as

distintas formas de inserção no processo histórico do sistema econômico do capitalista internacional”⁹⁷.

Que o golpe de 2016 no Brasil dê início a um processo de retomada desta tradição fecunda, afinal algo precisa brotar dessa nova aberração histórica! Não se trata de voltar no tempo, mas de abrir outras opções à vida adulta para além das oferecidas pelas múltiplas escleroses. O compromisso com a totalidade e com intencionalidade da história – se auxiliado por um enfoque histórico-estrutural com categorias abertas e entrosadas numa perspectiva metodológica crítica – pode imprimir novo sentido à atividade intelectual no país. Precisamos desestabilizar os avanços moleculares das ciências sociais, tão ciosas de sua autonomia, para em seguida incorporá-los a partir de uma abordagem sistêmica dos desafios estruturais da sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Alexandre de Freitas. “Interpretando o fim do ciclo 1988-2016: pode a ‘parceria’ Furtado e Florestan fornecer novas pistas teóricas e metodológicas para entender o presente passado?”. *Revista Novos Rumos*, vol. 57 n. 1, 2020.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Brasil Desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo Almeida: projeto, interpretação e utopia*. São Paulo: Alameda, 2021.

BARREIROS, Daniel de Pinho. *Estabilidade e crescimento: a elite intelectual moderno-burguesa no ocaso do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: entre 1930 e 1967*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

97. FALLETO, Enzo. “De la teoría de la dependencia al proyecto neoliberal: el caso chileno”. In: *Dimensiones sociales, políticas y culturales del desarrollo*. Santiago: Catalonia, 2007, pp. 48-50.

- CAMPOS, Roberto. *Ensaio de História Econômica e Sociologia*. 3 ed. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1976.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1972.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ECONÔMICA BRASILEIRA, “Editorial”. Rio de Janeiro: Clube dos Economistas, n. 1, vol. 1, jan.-mar. 1955.
- FALLETO, Enzo. “De la teoría de la dependencia al proyecto neoliberal: el caso chileno”. In: *Dimensiones sociales, políticas y culturales del desarrollo*. Santiago: Catalonia, 2007, pp. 48-50.
- FERNANDES, Florestan. “A geração perdida”. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- FERNANDES, Florestan. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- FERNANDES, Florestan. “Existe uma crise da democracia no Brasil?”. In: FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 3 ed. São Paulo: Difel, [1960] 1979.
- FERNANDES, Florestan. “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros” [1958]. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- FERNANDES, Florestan. “Obstáculos extraeconômicos à industrialização no Brasil”. In: FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 3 ed. São Paulo: Difel, [1960] 1979.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Desenvolvimentismo: A construção do conceito”. In: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins & CINTRA, Marcos Antonio Macedo (orgs.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Ipea, 2014.
- FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.
- FURTADO, Celso. Depoimento para: SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, [1958] 2012.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A crise do poder no Brasil: Problemas da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

GUERREIRO RAMOS. *A redução sociológica: Introdução ao estudo da razão sociológica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1963.

GUERREIRO RAMOS. “Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo (Prefácio a uma Sociologia Nacional)”. In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. “Entrevista”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.

GUDIN, Eugênio. “Rumos de política econômica”. In: SIMONSEN, Roberto & GUDIN, Eugenio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3 ed. Brasília: Ipea, 2010.

IANNI, Octávio. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JAGUARIBE, Hélio. “A crise brasileira”. *Cadernos do Nosso Tempo*, ano 1, n. 1, out./dez. 1953.

JAGUARIBE, Hélio. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.

JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

KLÜGER, Elisa. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. 855 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. “O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954)”. In: SUZIGAN, Wilson & SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no Governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

- MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo/Rio de Janeiro: Xamã/Contraponto, 2005.
- MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- OLIVEIRA, Francisco. *Navegação venturosa: Ensaio sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- SIMONSEN, Roberto. “A planificação da economia brasileira”. In: SIMONSEN, Roberto & GUDIN, Eugenio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3 ed. Brasília: Ipea, 2010.
- SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição. “Depoimento 1982”. In: *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, ano 3, n. 3, Rio de Janeiro, out. 2009, pp. 178-179.

CAPÍTULO 7

Contribuições da obra de Milton Santos para os estudos discursivos da técnica algorítmica: uma introdução ao problema dos objetos técnicos como partícipes da produção dos sentidos

Luciana Salazar Salgado

Uma breve apresentação do problema

A análise do discurso de tradição francesa, que legou caminhos diversos conforme os estudos tenham enfatizado o sujeito, a história ou a língua, sempre se definiu pela necessidade constitutiva de uma teoria social, exigindo que o desenvolvimento dos trabalhos recorra à Sociologia, à História, à Filosofia, eventualmente à Antropologia, mas poucos são os casos do recurso à Geografia, que tem no estudo do espaço, precisamente na forma como a sociedade se organiza espacialmente, o centro de sua episteme. Aqui, apresentamos as linhas de força de um programa de pesquisa que estuda a criação e o consumo de objetos editoriais propondo que se descrevam as redes estabelecidas pelos objetos técnicos e, assim, sua “potência semântica” na distribuição dos dizeres. Milton Santos é o teórico fundamental desse projeto.

Assim, este programa de pesquisa se inscreve no quadro da análise do discurso de tradição francesa (AD), numa posição firmada nestes termos:

Pode-se dizer que a AD é uma teoria da leitura, ou melhor, que ela formula uma teoria da leitura que se institui rompendo fundamentalmente com a análise de conteúdo, por um lado, e com a filologia (e também com a hermenêutica), por outro. Seu rompimento com a linguística tem essa conotação: é na medida em que a linguística reivindica uma semântica como um de seus componentes que se pode dizer que a AD rompe com ela. [...] A AD não aceita que palavras, expressões ou estruturas sintáticas pudessem ter sido garantia de sentido, que a linguística histórica recuperaria. Nem que os autores de outros tempos pudessem ter dito tudo e só o que queriam, bastando conhecê-los e à sua época para decifrar o sentido de um texto. [...] A AD rompe com a concepção de sentido como projeto de autor; com a de sentido originário a ser descoberto; com a concepção de língua como expressão das ideias de um autor sobre as coisas; com a concepção de texto transparente, sem intertexto, sem subtexto; com a noção de contexto cultural dado como se fosse uniforme.¹

Trata-se de uma teoria de base empírica, que aborda a produção dos sentidos como efeitos que se estabelecem nas relações parafrásticas de enunciados em circulação social. Ou seja: os sentidos são disputados socialmente, na forma como se retomam, se rechaçam, co-ocorrem; são, portanto, historicamente situados e submetidos a coerções que a própria língua impõe, submetida, ela também, a essas balizas sincrônicas e diacrônicas.

A essa perspectiva, acrescenta-se uma dimensão dos dizeres ainda pouco explorada: os aspectos da inscrição material desses enunciados. Segundo essa hipótese de trabalho, as materialidades inscricionais participam da produção dos sentidos ou, mais precisamente, favorecem certos sentidos, eventualmente apagando outros. Em outros termos, entende-se que a circulação dos discursos implica uma *formalização material* incontornável:

1. POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, vol. 3, pp. 358-360.

Retomemos a oposição original “matéria-forma”, isto é, “conteúdo-continente”. A ideia básica é esta: se vejo alguma coisa, uma mesa, por exemplo, o que vejo é a madeira em forma de mesa. É verdade que essa madeira é dura (eu tropeço nela), mas sei que perecerá (será queimada ou decomposta em cinzas amorfas). Apesar disso, a forma “mesa” é eterna, pois posso imaginá-la quando e onde eu estiver (posso colocá-la ante minha visada teórica). Por isso a forma “mesa” é real e o conteúdo “mesa” (a madeira) é apenas aparente. Isso mostra, na verdade, o que os carpinteiros fazem: não apenas informam a madeira (quando impõem a forma da mesa), mas também deformam a ideia de mesa (quando a distorcem na madeira). A fatalidade consiste também na impossibilidade de ser fazer uma mesa ideal.²

Depreendemos daí que toda inscrição material de um texto (visto como enunciado ou, nos famosos termos ducrotianos, um dito amarrado a um dizer) deforma-o em alguma medida, pondo em circulação a realidade possível, apreensível no seu modo de informar a matéria. *Iracema*, de José de Alencar, não é um texto sempre idêntico a si mesmo, se consideramos que em alguma medida se refaz nas suas várias formas de materialização: na sua edição da Livraria José Olympio, de 1965, comemorativa do centenário da primeira publicação, com as famosas ilustrações de Poty sobre papel-cartão, o texto foi elevado à categoria de obra de arte, circula em leilões; numa coleção paradidática da Editora Ática, o texto, que atende ao mais recente Acordo Ortográfico, se oferece num livro fininho, cuja capa segue o padrão da coleção, apresentando notas com explicações que projetam um público leitor em formação; num PDF em plataformas de compartilhamento, ele supõe leitura corrida numa tela – sendo que as telas variam, é bom lembrar – e não se faz acompanhar de paratextos; no *audiobook* da TocaLivros, é narrado por Laura Mayumi, e foi lançado em um lindo box de edição colecionável, ou pode ser baixado em um aplicativo da editora; na gravação feita pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil, que está disponível na plataforma

2. FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. Organização de Rafael Cardoso. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p. 26.

YouTube, a voz de Drauzio de Oliveira, com suas inflexões peculiares, impõe um novo *ethos* ao personagem Martim...³

Ou seja, com esses parâmetros conceituais, consideramos que os sentidos das palavras não são definíveis *a priori*, mas construídos por aproximações a outros termos; conforme as condições de produção do que se enuncia, entendemos que o que um texto “quer dizer” não é nunca algo retomável como uma unidade de significação fixa, reproduzível com exatidão. Mas também não é uma variação espraiada ao indizível, visto que todo texto está balizado pelas memórias que evoca ao se pôr numa dada forma de aparecimento. Essa totalidade apreensível é feita de vários elementos distinguíveis e de instâncias diversas.

No caso de um texto escrito, podemos pensar em expedientes como a paragrafação ou a forma de organizar tópicos, títulos e subtítulos, enumerações e nas relações entre esses expedientes; podemos pensar em cores (ou na falta delas), na tipografia, nos respiros e efeitos gráficos, e nas materialidades que dão suporte a este ou àquele tipo de circulação; podemos pensar também em modos de abrir e de encerrar um fluxo textual, há ainda o tom do texto, o momento em que é proferido ou lido, os esforços de interpretação que exige e todas as suas reverberações e ressonâncias.⁴ E não há planos privilegiados, uma vez que o eventual privilégio de algum desses elementos é já um efeito de sentido que encontrará ratificações em outros planos, como a falta de relevo de certos outros elementos. E, então, se podemos pensar em um discurso como um conjunto de restrições semânticas indissociáveis de um conjunto de práticas sociais e históricas, entendemos que é sempre multimodal a composição dos materiais textuais que circulam socialmente, por isso vibra neles uma força que caracteriza uma dada comunidade discursiva: nos textos,

3. SALGADO, Luciana Salazar. Um *ethos* para Hércules: considerações sobre a produção dos sentidos no tratamento editorial de textos. *Gragoatá*, Niterói, n. 21, pp. 373-389, 2006.

4. Os termos são mobilizados conforme a fenomenologia da imagem poética de Gaston Bachelard: “As ressonâncias se dispersam nos diferentes planos da nossa vida no mundo, a repercussão nos chama a um aprofundamento de nossa própria existência. Na ressonância, ouvimos o poema, na repercussão nós o falamos, pois é nosso. A repercussão opera uma virada no ser. Parece que o ser do poeta é nosso ser. A multiplicidade das ressonâncias sai, então, da unidade do ser da repercussão.” (BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução de Remberto Francisco Kuhnen, Antônio da Costa Leal, Lídia do Valle Santos Leal. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 99. Coleção Os Pensadores).

linearizações de discursos, pulsa uma vitalidade que lhes confere, nas suas formas de inscrição, uma identidade social.⁵

Levamos em conta, ainda, que: i) há uma análise do discurso vicejante no Brasil, muito especialmente ligada à comunicação social;⁶ ii) essa análise do discurso, embora rompa com as teorias subjetivantes na sua origem, põe-se hoje, fortemente, questões relativas à responsabilidade do lugar discursivo em que emerge uma confluência dos dizeres⁷ iii) essa responsabilidade se desenha numa conjuntura interdiscursiva em que os objetos técnicos, mais do que em qualquer outro período, orientam os fluxos de distribuição dos discursos; de fato, são eles mesmos “portadores de discursos”.⁸

Importa, para tanto, compreender as atuais relações entre materialidades textuais (em que se textualizam os discursos), aspectos da criação e da recepção constitutivos dessas materialidades e, assim, contribuir para os estudos do discurso, esperando, também, poder contribuir para outras ciências humanas e sociais nas quais o discurso é também uma questão, mais precisamente um *enjeux*, para usar um termo caro à AD ao referir a complexidade do que está “em jogo” na produção dos sentidos.

Uma geografia do discurso

Ocorre que as teorias sociais mais frequentemente mobilizadas nesse quadro teórico não têm contemplado a problemática dos objetos técnicos em circulação. Aqui, propomos olhar para eles como eixo explicativo da distribuição dos dizeres e, portanto, de poderes. Em breves linhas, pode-se dizer que propomos ver, na formalização material dos textos, como as formações discursivas, sabidamente tributárias das formações ideológicas, são, por isso mesmo, expressões das formações econômicas. Propomos, desse modo, prosseguir na produtividade das formulações do geógrafo Milton Santos para os estudos do discurso, porque entendemos ser de proveito

5. MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar & SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez (orgs.). Circulação de discursos. Revista *Delta*, vol. 29, número especial, São Paulo, 2013.

6. FIGARO, Roseli (org.). *Comunicação e análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.

7. MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

8. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 18 ed. São Paulo: Record, [2000] 2009.

inovador para os estudos da linguagem o que decorre de sua reflexão sobre a problemática *pensamento único versus pensamento universal*, que se inscreve numa certa tradição da semiologia dos objetos.⁹ Entendemos que há, aí, implicações que nos permitem dar um passo adiante, em termos epistemológicos, ao aproximarmo-nos de uma teoria social que é também uma teoria sobre o espaço, sobre os fluxos que o animam, sobre os objetos promotores desses fluxos, que são também por eles produzidos – um paradoxo constitutivo.

No que diz respeito às articulações entre objetos e sujeitos, trata-se de mobilizar as noções de *tecnoesfera* e *psicoesfera* como um par em reatamento: a esfera constituída pelos objetos fabricados e difundidos na organização social, visto que o processo civilizatório está diretamente ligado à produção de objetos cada vez mais específicos em suas funcionalidades; e uma esfera consequente, mas não coincidente, de sensações, impressões, imaginários e valores que, afinal, são o sustentáculo da produção de objetos. Pretendemos, com isso, pensar detidamente nos aspectos da inscrição material dos textos, que são atualizações de discursos e que circulam – e ao circular é que produzem sentidos, ganham volume e promovem o rumor público. Essa proposta abarcante da circulação de discursos é possivelmente necessária ao exame de fenômenos como, entre tantos outros que têm surpreendido as formas de parametrização comunicacional até então consagradas, a eleição de governos ditos democráticos que são efetivamente tirânicos, cuja estratégia eleitoral se vale da psicomетria obtida na manipulação dos dados de uma sociedade fortemente dataficação. Esses fenômenos incluem a inextricável relação do que se diz com como se diz, incluídos aí os objetos técnicos implicados na distribuição dos dizeres. Neste caso, a portabilidade dos dispositivos digitais envolvidos na coleta de dados e na distribuição de serviços e produtos que os manipulam é notória. O celular e as redes sociais geridas por corporações são agentes centrais dessa trama, configurando o que Shoshana Zuboff (2019) define como *capitalismo de vigilância*, a emergência

9. *Ibidem*.

de um novo paradigma: serviços gratuitos são sustentados pela concessão de dados pessoais.¹⁰

Consideramos, assim, que uma característica fundamental do atual período são os gestos intersubjetivos que põem em primeiro plano os objetos técnicos que conectam sujeitos, produzindo uma verdadeira sintaxe dos objetos, característica do que podemos referir mais apropriadamente como *aceleração contemporânea*, uma condição ligada a ritmos de deslocamento de corpos, mercadorias e ideias.¹¹ Trata-se de entender que novos materiais e formas de energia alimentam uma expansão demográfica que convive com a explosão de uma urbanidade baseada no consumo, em que a quantidade de objetos que “dizem quem somos” explode também. Descartáveis por definição, portanto em processo permanente de substituição, as embalagens são um dado muito elucidativo:¹² nelas há discursos jurídicos (o que é obrigatório dizer sobre o produto), médicos (indicações e contraindicações), ecológicos (instruções de descarte e atestados de origem), entre outros, que se coadunam com certos traços modelados (faces longilíneas, por exemplo) em certos materiais (como os reciclados de alto padrão) e, juntos, localizam socialmente seu portador. Os objetos técnicos, e não só os sujeitos, definem-se em lugares delimitados na teia interdiscursiva e potencializam essa fluidez. Trata-se,

10. “Zuboff (2019) afirma que sob o capitalismo de vigilância, os meios de produção correspondem aos meios de modificação comportamental. Ela denomina o poder dessas empresas ‘instrumentarismo’, definindo-o como a instrumentação e instrumentalização do comportamento humano com o propósito de modificar, prever, monetizar e controlar. A autora afirma ainda que capitalismo de vigilância não é apenas uma faceta diferente do capitalismo e sim um golpe contra a democracia, não no sentido político de um golpe de Estado (*coup d’Etat*), mas de um golpe involuntário e inconsequente (*coup des gens*) perpetrado por indivíduos fascinados por tecnologia em movimento de derrubada dos direitos humanos em troca de agilidade tecnológica.” (GUIRAU, Marcelo Cizaurre & FERREIRA, Ana Elisa S. C. da S. Minority Report e o governo da distopia algorítmica. *PragMATIZES*, Niterói, ano 10, n. 19, pp. 232-248, set. 2020). Cf. ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: Public Affairs, 2019.

11. SANTOS Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

12. A esse respeito, Sírio Possenti, no artigo “Ler embalagens”, conclui que “a partir de textos e de suportes aparentemente banais, pode-se saltar para a alta filosofia, a propósito de dois de seus temas clássicos, cada vez mais relacionados entre si, a linguagem e o sujeito” (POSSENTI, Sírio. Ler embalagens. In: *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009, p. 49).

então, de um efeito de sentido produzido por objetos a que chamamos *técnicos* porque têm essa característica sistêmica que define um modo de viver produzido, engenhado e, ao mesmo tempo, produtor, engenheiro. Nos termos do geógrafo Milton Santos, trata-se de *conjuntos de sistemas de objetos indissociáveis de conjuntos de sistemas de ações*.¹³

Se entendemos que esses conjuntos de sistemas de objetos e de ações, mutuamente implicados, se instituem historicamente, logo entendemos que o atual período se configura na aceleração da definição desses conjuntos, na medida em que, dentro deles, se redefinem os próprios sistemas tanto quanto seus elementos – objetos e ações – se redefinem. É a lógica dos percursos superpostos, que suprime as referências de continuidade, duração, contiguidade. Uma nova relação espaço-tempo se institui com cada conjunto (como na *web*, por exemplo) de sistemas de dispositivos (como *notebooks*, *softwares*, banda larga, provedores, plataformas) que fazem dos capitais, das imagens, dos valores ubíquidades: virtualmente, tudo e todos podem estar em toda parte a todo tempo.

Entende-se disso que novas culturas se impõem, geradoras dessa intensa demanda por ubiquidade, que, não sendo plenamente realizável, torna o presente insuficiente, fugidio: de um tempo de simultaneidades resulta o efeito de um espaço sem fronteiras, e vice-versa. Nossa hipótese de trabalho é que essas culturas estão diretamente ligadas a certos conjuntos de sistemas de objetos e, vividas como sensação arrebatadora, são da ordem da materialidade, ou seja, são materialmente produzidas. Em termos discursivos, definamos assim: conjuntos de dispositivos (objetos técnicos) em articulação sistêmica geram certas disposições (subjeticções) que também sobre eles recaem.

Evidentemente, pensar sobre *cultura* abre para muitos campos e, em cada um deles, para debates e definições que, mais ou menos transitórias, procuram dar conta da produção simbólica tanto no que concerne à ancestralidade (assumindo continuidades ou rupturas com a tradição), quanto às condições mais imediatas de vida (cultura de um país, de uma região, de uma empresa). No caso dos fluxos textuais, da perspectiva discursiva mobilizada aqui, podemos vê-los como percursos de produção de sentidos que são objetos de

13. SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. 5 ed. São Paulo: Edusp, [1994] 2008, pp. 30 et passim.

cultura. Os editoriais são, assim, modelares: trata-se de sofisticados objetos técnicos que, por definição, preparam-se para uma vida pública ensejando interlocução.

Considerando o atual estágio da organização racional do mundo industrializado (inteligência artificial, indústria 4.0 etc.), e a divisão do trabalho que a constitui com a atribuição de funções entre sujeitos e objetos, vemos alterarem-se formas de sociabilidade, que fazem conviver um certo pluralismo ligado às noções de autonomia e de liberdade (de indivíduos, grupos, comunidades, nações) e uma crescente normatização das suas formas de participação e pertencimento, com a permanente tensão suscitada pela proliferação de fontes de fragmentação (novos fluxos de pessoas, novas formas de emprego, novas necessidades de formação e qualificação).

Entende-se, com isso, que toda a produção de cultura está afetada, porque está chamada a mostrar “diversidade”, mas isso só é possível com o desenvolvimento de precisos instrumentos de domínio eletrônico do tempo, que permitem a observação e a medição dos públicos, das flutuações de seus comportamentos, numa contundente padronização. De fato,

não há cultura sem mediação, não há identidade sem tradução. Cada sociedade retranscreve os signos transnacionais, adapta, os reconstrói, reinterpreta, reterritorializa-os, “ressemantiza-os”. E isso em diversos graus, de acordo com os campos, segundo o “coeficiente de internacionalização”, como diriam Durkheim e Mauss, das sociedades e dos grupos. [...] Visão reticular da organização social, retorno ao sujeito em seu estatuto de ator, aos mediadores e intermediários, aos vínculos intersubjetivos, aos rituais do cotidiano, aos saberes comuns, às artes de fazer dos usuários ou praticantes, às identidades de proximidade e às inscrições múltiplas.¹⁴

Desse modo, as tecnologias da informação e da comunicação trazem ao período elementos inéditos, já que, além dos eixos das sucessões e das coexistências,¹⁵ impõem a ubiquidade, um efeito de simultaneidade

14. MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2005, pp. 97-98.

15. SANTOS Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção*, 1996.

espaçotemporal que é explorado na acumulação de capitais em diferentes setores econômicos e também simbólicos. De muitos modos isso afeta a produção cultural, pondo questões cruciais para as políticas públicas de incentivo, entre outras iniciativas formadoras, emancipadoras... subjetivantes, enfim.

Com base nesse entendimento, vemos que a complexidade que estabelece os conjuntos de sistemas não é neutra, e sim historicamente delineada, socialmente negociada, ideologicamente instituída:

Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso. O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas, e o discurso como base da ação comandada de fora impelem os homens a construir a sua história através de práxis invertidas. Assim, todos nos tornamos ignorantes. Esse é um grande dado do nosso tempo. Pelo simples fato de viver, somos, todos os dias, convocados pelas novíssimas inovações a nos tornarmos, de novo, ignorantes; mas também a aprender tudo de novo...¹⁶

A potência difusora de tudo o que se conhece e do tanto que se desconhece tem a ver, então, com os sistemas de objetos que configuram conjuntos em suas dinâmicas históricas, inextricavelmente ligadas aos sistemas de ações, que também configuram conjuntos em suas dinâmicas históricas. Importa frisar que, quando se diz *inextricavelmente*, não se está designando uma relação de correspondências biunívocas. Essa é a complexidade da sintaxe dos objetos e dos processos de subjetivação. São indissociáveis, mas presididos por combinatórias complexas.

Com isso, é possível chegar às noções centrais para o entendimento desta perspectiva: há uma *tecnoesfera* geradora de uma *psicoesfera*, isto é, de disposições (crenças, valores, formas de comunhão com o Universo) delineadas em conjuntos de sistemas de ações, que recaem, por sua vez, sobre as técnicas e as normas que vivificam os objetos componentes da tecnoesfera, geradora de uma psicoesfera... Um moto-contínuo, não fosse a história.¹⁷

16. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, p. 87.

17. SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*, [1994] 2008, pp. 30 et passim.

No que concerne a essa correlação como definidora da contemporaneidade, citamos a seguir um excerto que parece bastante esclarecedor do que se disse:

Quando James Joyce publicou *Ulisses*, em 1922, e revolucionou todas as nossas expectativas quanto ao que os livros devem ser, estava sendo assim tão diferente do próprio Gutenberg? Não se podia ver isso na época, mas Joyce era um técnico altamente qualificado que andou fazendo experiências com uma máquina-livro, levando-a a fazer coisas que nunca fizera. [...] do nosso ponto de observação ele poderia perfeitamente ser visto como um programador que escreveu códigos para a plataforma da máquina impressora. Joyce escreveu *software* para um *hardware* originalmente materializado por Gutenberg. Se invertermos o ângulo, a analogia se sustenta igualmente bem: a remodelação da tecnologia do manuscrito das penas e dos escribas operada por Gutenberg foi um ato criativo tão profundo quanto o monólogo final de Molly Bloom em *Ulisses*. Ambas as inovações resultaram de saltos criativos sensacionais e ambas mudaram nossa maneira de ver o mundo. Gutenberg construiu uma máquina que Joyce “envenenou” com uma programação inovadora, e Joyce alardeou como sua uma variação de um tema que, originalmente, fora de autoria do próprio Gutenberg. Ambos foram artistas. Ambos foram engenheiros. Só os quatrocentos anos que os separam encobriram sua condição partilhada.¹⁸

Nos termos com que trabalhamos aqui, podemos dizer que são culturas que se produzem no batimento entre uma tecnosfera constituída por dispositivos ubíquos e universalizantes e uma psicosfera constituída por disposições fluidas e dúcteis. Do que resulta uma potência difusora sem precedentes. Pensemos, por exemplo, nos *trend topics* das redes sociais, que pautam jornais televisivos e impressos, os quais, por sua vez, são reproduzidos nos portais e comentados na blogosfera, alimentando o rumor público, constitutivo de posicionamentos. Assim se produz a aceleração contemporânea, assim ela produz a própria noção de contemporaneidade largamente difundida.

18. JOHNSON, Steven. *A cultura da interface*. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, [1997] 2001, p. 8.

Cibercultura e cultura digital

Há, nesta altura, mais um acréscimo teórico a fazer, uma diferenciação que se tem mostrado muito produtiva na operacionalização das análises: na perspectiva acima detalhada, é possível falar mais precisamente – em vez de usar o plural *culturas digitais*, tão difundido – em *cibercultura* e *cultura digital*, considerando que a técnica de que se desdobram tecnologias características das atuais relações entre objetos e sujeitos assume, na tecnoesfera hoje hegemônica, dois efeitos distintos na produção da psicosfera: uma de fechamento (com ênfase nas questões de segurança etc.), outra de abertura (com ênfase nas possibilidades de compartilhamento etc.). Evidentemente, há cruzamentos importantes entre elas, que produzem, segundo o raciocínio que propomos, o que Santos refere por *confusão dos espíritos*.¹⁹ Basicamente, uma dinâmica dos sentidos que gera perplexidade, decorrente de uma anomia social que, de uma só vez, demanda muitas análises de conjuntura e, na sua profusão, não delimita com clareza a própria conjuntura em análise.

Trata-se de considerar os dois pilares da atual unicidade técnica.²⁰ A técnica algorítmica, hoje hegemônica, está baseada em *protocolos*, sem os quais os fluxos de texto (mais especificamente, quaisquer pacotes de informação) não circulam, e na *propagabilidade*, a função definidora das conexões que exponencializam a constituição de sociedades em rede.

Os protocolos, instrumentos de controle estritos, são os viabilizadores dos fluxos e, por definição, são também os filtros, selecionam com precisão os dados; a propagabilidade, razão de ser do desenvolvimento das técnicas

19. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, [2000] 2009.

20. Santos propõe quatro elementos constitutivos da globalização dos fluxos de informação, das ações e dos objetos no tempo presente: um *motor único* (ainda que existam os motores econômicos nacionais ou regionais, estão todos submetidos a uma dinâmica unificadora); a *unicidade técnica* (sem a qual não se viabilizaria o motor único, visto que ele se institui justamente na fluidez da malha técnica planetária de base algorítmica); a *cognoscibilidade planetária* (que resulta de todas as relações implicadas no motor único e, ao mesmo tempo, as afeta, uma vez que a unicidade técnica esquadrinha todo o globo e, assim, tudo pode – virtualmente – ser conhecido); a *convergência dos momentos* (geradora da experiência de aceleração, uma vez que essa malha técnica permite que se conheça o acontecer de alhures e se procure prever movimentos, manipulando variáveis da conjuntura com vistas a garantir proveitos futuros). (SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, [2000] 2009).

distributivas, promove o estabelecimento de comunidades fluidas e de largo alcance. Em termos de cultura, vista como cultivo de práticas ligadas a certos objetos que encarnam valores e crenças, entendemos que decorre da atual tecnoesfera globalizante a produção de uma psicoesfera de atrito entre cibercultura e cultura digital.

Os aspectos mais afinados à semântica dos protocolos, herdeiros da cibernética desenvolvida desde os anos 1950, portanto à sofisticação dos sistemas de controle, produzem uma *cibercultura*, efetivamente ligada às formulações anteriores ao advento dos dispositivos digitais civis, que privilegiam os aspectos de filtragem e seleção. Desenvolvimentos tecnológicos típicos da cibercultura são *login* e senha como documento a ser apresentado na entrada de quase todos os ambientes hoje disponíveis; licenças de *softwares* proprietários, que, de tão codificados para evitar sua apropriação indevida, exigem processadores cada vez mais potentes, máquinas com cada vez mais memória etc. É uma cultura que tem a ver com grupos fechados ou com tecnologias de fechar grupos, selecionar membros, bloquear membros, por reconhecimento de certos termos ou imagens nas mensagens, por exemplo. Ou seja, é uma cultura que se estabelece em torno da semântica da segurança como valor fundamental. O que põe problemas importantes como os revelados pelo *WikiLeaks*, que propõe transparência para os governos e corporações e privacidade para os cidadãos, defendendo a inversão da lógica que hoje opera a unicidade técnica.²¹

Já os aspectos mais ligados à propagabilidade remontam ao mundo ético da cultura *hacker* dos anos 1980, de base universitária, interessada no compartilhamento de materiais diversos; privilegiam, assim, as formas de

21. Julien Assange, um dos fundadores do *WikiLeaks* e o mais importante preso político desde 2018, em seu confinamento vigiado no consulado equatoriano que, a princípio, o acolhera, e agora, em prisão britânica, com risco de extradição para os Estados Unidos, sofre tortura numa espécie de punição exemplar que o Ocidente dito civilizado vem empreendendo. Nesta altura, para muitos grupos de trabalho em todo o mundo, a defesa de Assange coincide com a defesa das democracias, de suas dimensões comunicacionais e jurídicas, que têm funcionado no mundo todo como moralizadoras e legalizadoras de regimes fundados no *lawfare* avalizado pelas mídias corporativas, as jornalísticas e as de entretenimento. Uma obra relativamente recente é bastante esclarecedora dessas relações: ASSANGE, Julien. *Quando o Google encontrou o WikiLeaks*. São Paulo: Boitempo, 2015. “Um cabo de Guerra acirrado, que nos abre as portas para a alarmante revelação de um nada admirável mundo novo.” (quarta-capa).

partilha de conteúdos, ensejando uma cultura da portabilidade a serviço da multiplicação, uma cultura propriamente digital, nativamente digital. Desenvolvimentos tecnológicos típicos da cultura digital são os do *software* de código aberto; as licenças *Creative Commons* e outras vertentes do *Copyleft*; a Ciência Livre e as plataformas de partilha; a bandeira *criptopunk*, que defende que todos saibamos encriptar nós mesmos nossas mensagens, entre outros gestos de autonomia digital. A cultura digital tem a ver com os tutoriais que partilham todo tipo de experiência e conhecimento adquirido, com as plataformas que permitem ao usuário customizar a programação, com sistemas como o *Linux*, navegadores como o *Thor*, buscadores como o *Duck-Duck Go...* para citar os mais conhecidos, pois há muitos. Por isso, é uma cultura que supõe *softwares* elaborados para compatibilidades, leves, pouco exigentes de *hardwares* sofisticados.

Um exemplo da produtividade dessa diferenciação na psicosfera produzida pela malha da tecnoesfera hegemônica hoje é a expressiva circulação de *fake news* e a criação de agências de checagem: espalham-se notícias falsas com tremenda facilidade, mas desde que os detentores da distribuição de notícias permitam; criam-se, então, agências verificadoras que supostamente devem avaliar conteúdos para esses detentores da distribuição, e sua função é guiada por critérios do que se deve filtrar. Eventualmente, à cultura digital (fundamentalmente voltada à dispersão) sobrepõe-se a cultura cibernética (fundamentalmente dedicada à seleção). E disso pode decorrer, por exemplo, o que se tem chamado de “nova censura”: filtros estabelecidos com critérios que podem falhar ou ser inadvertidamente manipulados impedem a circulação de conteúdos legítimos, em termos de sua validade informacional – o recente caso do terço benzido pelo Papa Francisco para ser entregue ao preso político Luiz Inácio Lula da Silva é emblemático.²² A cibercultura está, segundo esse raciocínio, centrada nos dispositivos, no funcionamento dos objetos técnicos, e a cultura digital, nas disposições, nas ações dos atores sociais.

22. Ver, por exemplo, Agências de checagem, ‘fake news’ e censura se encontram na guerra política. *Rede Brasil Atual*, 13 jun. 2018 (<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/06/agencias-de-checagem-o-fake-news-e-a-censura-se-encontram-na-guerra-politica>, último acesso em: 10 set. 2020).

Considerações finais

Essa perspectiva confronta, conforme propõe Milton Santos, a relação entre o estado das técnicas e o estado da política e entende que é desse modo que se pode descrever uma conjuntura de distribuição dos dizeres, dos sentidos que neles vibram e descrevem o real – ou disputam a descrição do real.

Há também as condições de consumo, pois as águas de um discurso correm à jusante sem perder sua relação com o que vai a montante, bem entendido. Isso já está bastante estabelecido nas análises do discurso que se desdobraram do projeto dos primeiros tempos da disciplina, em meados do século passado. O que se impõe agora, no tempo presente, como novidade talvez, em boa medida por imposição das novas tecnologias digitais que se fizeram hegemônicas, é que a dimensão das materialidades inscricionais seja considerada na produção dos sentidos, na sua relação com a dupla memória que todo discurso, por definição, deve gerir, apontando para uma filiação e ensejando uma linhagem, isto é, retomada. A memória discursiva, nestes termos, não está desvinculada das inscrições materiais implicadas em seu funcionamento.

Referências bibliográficas

- AGÊNCIAS DE CHECAGEM, ‘fake news’ e censura se encontram na guerra política. *Rede Brasil Atual*, 13 jun. 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/06/agencias-de-checagem-o-fake-news-e-a-censura-se-encontram-na-guerra-politica>. Acesso em: 10 set. 2020.
- ASSANGE, Julien. *Quando o Google encontrou o WikiLeaks*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução de Remberto Francisco Kuhnen, Antônio da Costa Leal, Lídia do Valle Santos Leal. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Coleção Os Pensadores.
- FIGARO, Roseli (org.). *Comunicação e análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.

- FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. Organização de Rafael Cardoso. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- GUIRAU, Marcelo Cizaurre & FERREIRA, Ana Elisa S. C. da S. Minority Report e o governo da distopia algorítmica. *PragMATIZES, Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói, ano 10, n. 19, pp. 232-248, set. 2020.
- JOHNSON, Steven. *A cultura da interface*. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, [1997] 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.
- MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2005.
- MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar & SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez (orgs.). Circulação de discursos. *Revista Delta*, vol. 29, número especial, São Paulo, 2013.
- POSSENTI, Sírio. Ler embalagens. In: *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.
- _____. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, vol. 3, pp. 353-392.
- SALGADO, Luciana Salazar. Um ethos para Hércules: considerações sobre a produção dos sentidos no tratamento editorial de textos. *Gragoatá*, Niterói, n. 21, pp. 373-389, 2006.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. 5 ed. São Paulo: Edusp, [1994] 2008.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 18 ed. São Paulo: Record, [2000] 2009.
- ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: Public Affairs, 2019.

CAPÍTULO 8

Acessibilidade em museus: reflexões teóricas sobre as mudanças do pensamento museológico que contribuíram com a inclusão de pessoas com deficiência e novos públicos

Viviane Sarraf

A origem dos museus está fundamentalmente ligada ao período do fim da Idade Média e início do Renascimento na Europa. Nesse período, surgiram os primeiros museus, que em seu momento inicial eram particulares e ao longo da história foram progressivamente abertos aos cidadãos. Nas práticas de gestão e extroversão desses espaços, o sentido da visão e o desprezo pelos sentidos de proximidade (audição, tato, olfato, paladar) faziam parte de uma construção social, religiosa e política ligada aos preceitos da burguesia, classe social em plena ascensão.

Segundo Clark,¹ com base nos ensinamentos de Santo Agostinho e na filosofia de Aristóteles e Platão, diversas teorias religiosas, sociais e políticas foram construídas considerando a visão o sentido mais apropriado para o conhecimento, para a compreensão e para o julgamento dos fenômenos naturais e do surgimento da tecnologia.

1. CLARK, S. *Vanities of the Eyes*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Conforme os textos de Platão, a visão era a única mediação possível entre a alma e o corpo. Para Aristóteles, a visão era a correspondência direta com a realidade; assim, todos deveriam ver da mesma maneira.

Pela localização dos olhos no topo da cabeça, a visão era considerada o guia dos demais sentidos e o canal de recepção do belo e da criação divina. A ligação da visão com a criação divina também trazia a expressão dos olhos como “janelas da alma”. A principal característica simbólica da visão era sua facilidade de ligação com a espiritualidade, diferente dos sentidos de proximidade “carnais” e “erotizados”, como o tato, o paladar e o olfato. Segundo esse pensamento, o mundo era o que “aparentava” ser, a acuidade da visão era fundamental para o bom relacionamento com a sociedade, e a noção de visão coletiva era uma das formas de controlar tudo aquilo que poderia ser diferente.

Os artistas e cientistas consagrados do período do Renascimento produziam obras e experiências para serem apreciadas pela visão. A busca incessante pela proximidade com a natureza, que religiosamente simbolizava a criação divina, concentrava-se em tentar ser o mais parecido possível visualmente, imitando a realidade por meio dos meios de comunicação visual disponíveis no período: pintura, desenho, gravuras e o início do desenvolvimento das tecnologias de criação de imagens em movimento: as lanternas mágicas e os aparelhos concebidos para produzir efeitos de imitação dos fenômenos naturais.

Sobre o encantamento e a tentativa de imitar artificialmente o sentido da visão, Clark² realiza uma exegese da história dos pintores gregos Zeuxis e Parasius, relatada por Platão em um de seus textos. A história contava que os dois pintores, Zeuxis e Parasius, buscavam atingir a “perfeição” com suas pinturas, aproximando-as ao máximo de imagens reais, com o objetivo de confundir a visão do espectador, causando dúvida quanto à sua autoria (por parecer tão real que não poderia ser feita por um humano). Para tirar a prova de quem era o melhor pintor, resolveram fazer uma competição: cada um fazia uma pintura, e a que melhor se parecesse com a realidade daria a um deles o título.

2. *Ibidem.*

Zeuxis trouxe uma pintura de cachos de uvas. Assim que desembalhou o quadro, alguns pássaros vieram bicar a obra, acreditando que eram frutas de verdade. Parasius trouxe um quadro embrulhado. Zeuxis, orgulhoso de sua pintura, que enganara até mesmo as criaturas da natureza, pediu para o rival desembalar a sua. Parasius afirmou não ser possível desembalar, pois sua pintura representava o embrulho. Era tão perfeita que Zeuxis não notou que se tratava de uma pintura e se deu por vencido, pois havia conseguido enganar os olhos dos pássaros, mas Parasius conseguira enganar os olhos de um pintor.

Na ciência não era diferente. As invenções do período estavam voltadas para tecnologias de criação de imagens estáticas e em movimento. Foi nessa ocasião que surgiram a “lanterna mágica” e outros aparelhos para a produção de imagens fantasmagóricas em movimento, os embriões do cinema de animação. Com o uso de elementos como luz, água, sombra e objetos, era possível apresentar espetáculos visuais incríveis, que entusiasmavam e assustavam plateias de nobres e burgueses.

Apesar do conceito social dominante de primazia da visão, no fim do Renascimento começaram a surgir os primeiros indícios de uma crise da visibilidade na cultura ocidental moderna. As disputas de poder e por seguidores entre a Igreja Católica e a Protestante (instituições que utilizavam largamente a produção de imagens como meio de comunicação e dominação) começaram a se acusar mutuamente sobre o uso apelativo de imagens falsas, levantando dúvidas quanto às suas doutrinas. Alguns exemplos são as acusações da Igreja Protestante contra a Igreja Católica, de manipular milagres como o aparecimento de lágrimas e sangue humanos em olhos de esculturas de santidades. As discussões teológicas evoluíram para as acusações e intrigas sobre a incapacidade do homem de criar imagens para representar Deus, pois seria impossível representá-lo, por sua perfeição dentro dos dogmas das religiões em questão.

A partir dessas batalhas filosóficas no campo religioso, que, por sua vez, tinham poder supremo sobre reinos e movimentos de expansão e ampliação de impérios, a audição passou a ser considerada o melhor sentido para disseminar a mensagem divina, sob a justificativa de ser mais afeito à espiritualidade, ao aprendizado e à transmissão dos ensinamentos da religião.

Mesmo com a ocorrência da crise da visibilidade, nos séculos XVII e XVIII, no século XIX os movimentos neoclássicos trouxeram à tona novamente as bases do pensamento iluminista com os ideais de Platão e Aristóteles, que preenchem a cultura ocidental com imagens visuais. Logo no início do século XX, as tecnologias de reprodução e circulação de imagens deram continuidade a uma sociedade da visão e das aparências, perpetuando-se, assim, até a segunda metade do século XX, ocasião na qual uma nova crise da visibilidade começou a surgir, principalmente em teorias da filosofia intelectuais, no meio artístico e consequentemente nos museus.

Os museus em suas configurações originais e “clássicas” tendiam a praticar e incentivar formas de comunicação restritivas e unidirecionais, uma vez que seu surgimento data da Idade Moderna, período de afirmação do sentido da visão como símbolo da razão, conforme explicitado anteriormente. Sobre essa afirmação, constata Pomian³ que: “Definiu-se a colecção como um conjunto de objectos expostos ao olhar. Mas ao olhar de quem? Subentendia-se que se tratasse do olhar dos homens”.

O fenômeno do colecionismo pode ser considerado o embrião dos museus. Foi a partir dos primeiros ideais de ampliação de territórios físicos e culturais que o ato de colecionar passou a se tornar uma prática comum entre os indivíduos abastados nos países e regiões da Europa. Burgueses, nobres e eclesiásticos começaram a adquirir e colecionar objetos que representavam seus estatutos sociais e religiosos de dominação cultural. Por alguns séculos, essas colecções ficavam fechadas nas residências, palácios e igrejas, restritos ao acesso de seus detentores ou daqueles considerados dignos de compartilhar seus tesouros.

A partir do século XVIII, essas colecções começam a ser difundidas, causando curiosidade e desejo de conhecimento, como constata o trecho a seguir.

Os objetos mantidos fora do circuito das actividades económicas acumulavam-se não só nos templos, mas também nas residências dos detentores do poder: os embaixadores levavam-lhes presentes, que

3. POMIAN, K. *Colecção Enciclopédia Einaudi*, vol. 1. Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 63.

eram por vezes mostrados às multidões que assistiam à sua chegada, e sempre aos cortesãos; afluíam também aí tributos e despojos. Todos esses objectos, depositados nos tesouros e guardados com muito cuidado, não eram, em geral, acessíveis, e a sua exibição tinha apenas lugar em festas e cerimônias, ou então nos cortejos fúnebres e nos desfiles de coroação, isto é, em todas as ocasiões que requeressem uma ostentação de fausto. Expunham-se então aos olhos de um público maravilhado pedras preciosas, tecidos, joias objectos artísticos em metais preciosos etc. Era assim não só nas monarquias orientais, mas também, como se verá, nos países da Europa medieval.⁴

Os primeiros museus têm sua origem na cultura ocidental, próxima à época do Renascimento, entre o final do século XV e o início do século XVII. Com o surgimento da burguesia e dos conceitos de dominação cultural provenientes de seu estatuto social, o desejo do colecionismo se espalhou pela Europa, não apenas entre as famílias burguesas de destaque econômico, mas também entre os nobres e os representantes do poder eclesiástico.

Esses primeiros museus eram chamados de “gabinetes de curiosidades”, pois as coleções particulares continham um pouco de tudo: objetos científicos, animais e plantas exóticas, vindos de outros continentes ou que apresentavam aberrações genéticas, obras de arte, livros raros, objetos pertencentes a figuras importantes ou misteriosas. Progressivamente, esses gabinetes foram se configurando de acordo com o gosto desenvolvido por seus donos em: gabinetes de pintura, gabinetes de escultura, gabinetes botânicos e outras variações.

O que caracterizava todos os gabinetes, entretanto, era a exposição da coleção completa, que ocorria em vitrines, em mesas, no chão e pendurada em paredes inteiras, do chão ao teto. Tudo precisava estar exposto às vistas do dono e seus visitantes – um “deleite” para a visão.

O ato de deleitar também era considerado uma percepção de caráter intelectual, uma forma de distinguir aqueles que tinham maior acesso à educação e à cultura.

4. *Idem*, p. 58.

A representação mística da experiência estética pode fazer com que a graça da visão artística, designada por “olho”, seja reservada aristocraticamente, por alguns, a determinados eleitos, enquanto outros a outorgam, com liberalidade, aos “pobres de espírito”.⁵

A fruição era considerada a apreciação por meio dos sentidos de proximidade: tocar (com as mãos, lábios, lágrimas; cheirar, ouvir) era relegado às relações carnavais daqueles que não tinham acesso aos conhecimentos culturais eruditos, pessoas menos favorecidas, que representavam a maior parte da população.

No pensamento religioso medieval, São Tomás de Aquino questionava o distanciamento entre fruição e deleite, defendendo que a fruição não era apenas natural da potência apetitiva, mas, também, própria do intelecto, pois cada sentido colhia o fruto de suas manifestações. Para as ordens religiosas, a exposição pública de suas coleções e aquisições ligadas a personagens sacros afirmavam o sentido religioso de proximidade e identificação por meio da fruição sensorial. Segundo Pomian:⁶ “Os fiéis não se contentavam em olhá-las, tocavam nos relicários e cobriam-nos de beijos, pois o contacto tornava mais segura a acção miraculosa da relíquia”.

A partir do final do século XVIII, algumas das coleções, religiosas e particulares, começaram a ganhar espaços de exposição públicos, abertos a toda a população. No entanto, devemos ressaltar que nesse período, mais precisamente em 1790, estar “aberto a toda a população” tinha uma conotação muito diferente do que entendemos atualmente.

Nessa época, as pessoas que hoje formam parte significativa do público dos museus (idosos, crianças, jovens e famílias de classe média) estavam completamente excluídas da participação em atividades dessa natureza. As crianças e jovens eram como pequenos adultos: precisavam trabalhar ou cumprir compromissos sociais junto às suas famílias (no caso das classes dominantes), e era muito raro ter idosos na população, pois a estimativa de vida era muito baixa. Em relação ao que consideramos “público familiar”, hoje formado prioritariamente pela classe média, esse não existia, pois na divisão

5. BOURDIEU, P. *Amor pela arte*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 17.

6. POMIAN, K. *Coleção Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, 1984, p. 60.

de classes não havia espaço para tal fenômeno social. As sociedades dividiam-se basicamente em servos, senhores, clero e artesãos (que não chegavam à condição equiparada à atual “classe média”). O público desses espaços de cultura era formado, portanto, por membros das classes dominantes, em sua maioria homens que chegavam ao ensino superior ou ascendiam socialmente por títulos de nobreza ou acúmulo de posses.

Durante o século XIX e a primeira metade do século XX, os museus permaneceram distantes de grande parte da população. Suas atividades estavam principalmente focadas na preservação das coleções. No que diz respeito à comunicação, as ações estavam voltadas à exposição de suas crescentes coleções, pois em alguns casos museus nacionais reuniam coleções burguesas, nobres e eclesíásticas, para a apreciação visual e restrita ao público especialista e de origem nas elites (salvo raríssimos casos).

Guarnieri, ao discorrer sobre os museus do período medieval em comparação com os embriões da Antiguidade, representados principalmente pelo Museu de Alexandria, afirmou: “Entretanto, como os demais museus da Antiguidade, fica restrito ao acesso de poucos: substitui os sacerdotes e sacerdotisas por cientistas e filósofos, o sagrado pelo científico e um restrito público de devotos por um outro, não menos seletivo, de jovens nobres”.⁷

No contexto cultural dos séculos XX e XXI, mesmo com a abertura para a população geral e com os novos desafios de conscientização em relação ao pertencimento e à inclusão social, enfrentados em termos regionais e acompanhados pelo International Council of Museums (ICOM), é possível encontrar ações que denunciam a origem elitizada dos espaços de cultura: preservação e discurso baseado na comunicação vertical, em que a dominação cultural é afirmada pela exploração excessiva da visão e inteligência.

Já no século XXI, é possível encontrar indícios da crise da visibilidade no campo dos museus, na arte e na cultura. Podemos citar como exemplos as

7. GUARNIERI, s.d., *apud* BRUNO, C. *Waldisa Russio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. Colaboração de Maria Inês Lopes Coutinho e Marcelo Mattos Araújo. São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010b, p. 247.

fotografias do artista cego Evgen Bavcar;⁸ o romance *Ensaio sobre a cegueira*,⁹ de José Saramago, que foi adaptado para o cinema pelo diretor Fernando Meirelles; os Museus do Diálogo/Dialogue in the Dark,¹⁰ espaços de reflexão e convívio com a ausência da visão, criados pelo jornalista alemão Andreas Heinecke; e o pensamento do filósofo francês Paul Virilio sobre a “cegueira voluntária” na arte contemporânea, que substituiria a busca pela representação artística por meio das novas tecnologias de imagem.¹¹

Mudanças para atrair novos públicos

O lugar de culto e adoração do passado, ocupado por mais de cem anos pelos museus, começa a entrar em crise no início do século XX, sob a influência direta de períodos de recessão econômica, governos absolutistas (de extrema direita e esquerda) e nos períodos da Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

A forma de comunicação predominantemente vertical e visual, inerente aos museus provenientes da herança aristocrática de suas origens, passa a ser questionada no âmbito filosófico da ação cultural e da museologia, a partir da década de 1930, uma vez que as instituições passam a verificar ações de degradação e o vandalismo, por parte da população jovem, que considerava aqueles espaços representantes das consequências sociais sofridas diretamente em suas famílias e comunidades.

Em meados da segunda metade do século XX, o Conselho de Cultura e Patrimônio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), preocupado com a devastação cultural proveniente

8. Fotógrafo, filósofo e professor de estética e história da arte, esloveno, cego desde os doze anos de idade.

9. Livro de ficção do artista português José Saramago, que narra uma epidemia de cegueira branca nos indivíduos de uma sociedade e sua reorganização com a nova condição imposta pela “doença”.

10. Os Museus do Diálogo são uma rede de espaços culturais criados pelo alemão Andreas Heinecke, para estimular a experiência de vivenciar o ambiente urbano sem a visão pelos visitantes.

11. Trecho adaptado de minha dissertação de mestrado, citando afirmações observadas em Paul Virilio (*L'art à perte de vue*. Paris: Éditions Galilée, 2005, p. 34). Cf. SARRAF, V. P. *Reabilitação do museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2008.

das guerras mundiais e com o pouco apreço popular aos museus por parte da população jovem, começou a tomar algumas medidas em caráter de emergência para salvamento das coleções históricas, artísticas e científicas das nações europeias. Algumas dessas medidas foram: a criação do International Council of Museums – ICOM em 1948, a realização de encontros, seminários e publicações para discutir os rumos dos museus e dos monumentos históricos no século XX e a necessidade do desenvolvimento do potencial educativo e comunicativo fundamental à manutenção desses espaços.

A atuação do ICOM, que passou a ser o órgão regulador da proteção ao patrimônio cultural e ao exercício profissional da museologia, extrapolou o continente europeu e conquistou espaço nas antigas colônias, principalmente no continente americano, asiático e, posteriormente, na África e na Oceania. Como principal desafio, considerou que seria necessário transformar os museus em espaços atrativos e educativos para a população geral, trazendo ideias e projetos das áreas de educação, comunicação e entretenimento aos espaços sobreviventes das grandes guerras e das guerras civis.

Durante o século XX, os museus surgidos a partir das grandes coleções reais, eclesiásticas e particulares começaram a enfrentar uma concorrência de preferências de seus públicos (membros das classes dominantes, estudantes e artistas) com os meios de comunicação em massa: a TV, o rádio e a mídia impressa, integrantes de grandes corporações de difusão da informação.

No final da década de 1960, a Revolução Cultural na Europa desencadeou um movimento estudantil que propunha manifestações contra as instituições representantes do poder político e cultural, entre elas os museus.

O ICOM, que nessa ocasião tinha como principal desafio validar a existência e a atuação dos museus para a preservação do patrimônio cultural, propôs uma série de encontros, seminários e reuniões técnico-científicas para auxiliar os gestores dessas instituições a refletirem sobre as formas de conquistar novos visitantes e atrair a atenção da população.

Entre as décadas de 1950 e 1990, seminários e encontros que reuniram teóricos e representantes dos museus debateram principalmente a “função educativa” e a “ação comunicadora”, pela urgência de programar ações que levassem o público de volta a esses espaços.

Concomitante a esse movimento surgiu uma nova vertente teórica: a Nova Museologia, que em suas reflexões apresentava oposição à base tradicional da museologia, na qual as coleções eram o centro de atuação e existência dos museus. Em sua base filosófica, propôs um novo mote para os museus: ter como centro de atuação e relações as pessoas, o público – indivíduos de uma metrópole ou cidade urbanizada, considerando também regiões rurais, litorâneas, comunidades nativas e populações de territórios não urbanizados.

Corroborando a teoria da Nova Museologia, foram criados entre as décadas de 1960 e 1980 novos modelos de museus, desvinculados da preservação de coleções materiais como centro das relações. São esses os museus comunitários – espaços culturais dentro de bairros e comunidades com especificidades sociais; os ecomuseus – espaços culturais de manutenção de hábitos culturais de determinadas comunidades rurais e litorâneas; e os museus de território – que visavam à preservação de paisagens naturais e modificadas pela ação humana. Algumas dessas instituições pioneiras continuaram sua atuação e permanecem como exemplos representativos do movimento.

Esses museus se diferenciavam radicalmente dos modelos anteriores. Eram e, em alguns casos, ainda são museus sem coleções históricas, artísticas ou científicas de grande valor financeiro. A proposta de musealização, ou preservação, não tinha relação direta com a formação e conservação de coleções, e o patrimônio cultural preservado por essas instituições era imaterial ou intangível, dizia respeito a propor reflexões e discussões acerca da ação de determinados indivíduos sobre um ambiente específico, seja em termos naturais, sociais ou culturais.

Podemos realizar uma musealização retirando o objeto de seu contexto (museu tradicional) ou pondo-o *in situ* ou em seu ecocontexto e sua ecodinâmica (ecomuseu)... O museu tem sempre como sujeito e objeto o homem e seu ambiente, o homem e sua história, o homem e suas ideias e aspirações. Na verdade, o homem e a vida são sempre a verdadeira base do museu, que faz que o método a ser utilizado em Museologia seja essencialmente interdisciplinar, posto que o estudo do homem, da

natureza e da vida, depende do domínio de conhecimentos científicos muito diversos.¹²

As diretrizes da Nova Museologia relacionadas com o público também ocasionaram mudanças no pensamento dos gestores dos grandes museus, uma vez que a crise de audiência levou esses espaços a buscarem estratégias diferenciadas de atração e fidelização de novos visitantes. O ICOM também contribuiu para a disseminação desses novos conceitos, propondo novas ações culturais e educativas para os grandes museus, legitimando a mudança de foco de atuação dos museus: o público como centro das relações museológicas.

Essa tendência encontra-se presente em reflexões, discussões e delineamento de parâmetros de atuação em documentos provenientes de encontros e seminários promovidos pelo Comitê de Museus da Unesco e posteriormente pelo ICOM durante a segunda metade do século XX.

Apresentamos aqui alguns desses exemplos, intitulados pelos conceitos geradores que se perpetuam como referências na área de museologia e preservação do patrimônio cultural.

Função educativa e meio de comunicação

No Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, realizado no Rio de Janeiro em 1958, foram colocados problemas essenciais para a transformação do museu em um elemento dinâmico dentro da sociedade. A consideração do museu como um espaço adequado para a educação formal conferiu-lhe a capacidade de inserção dentro da comunidade. Os técnicos participantes de diferentes países concluíram, entre outras questões, que:

Havia de vencer-se o tradicionalismo do museu conservatório de objetos, onde se mostravam as curiosidades produzidas pelo homem ou pela natureza, para transformá-lo em um meio de comunicação atrativo que pudesse incidir nos problemas reais da comunidade.¹³

12. GUARNIERI, s.d., *apud* BRUNO, C. *Waldisa Russio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*, 2010b, p. 125.

13. ARAUJO, M. M. & BRUNO, M. C. O. (orgs.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995, p. 9.

Esse conceito apresentava os espaços museais como meios de comunicação, que, por sua vez, precisam ser transformados com a intenção de estabelecer canais de aproximação com seu público.

A afirmação de que o museu tinha como desafio debater os problemas reais da comunidade representava uma grande transformação nas bases teóricas e práticas da museologia e da ação cultural. Essa ideia sinalizou o embrião do movimento da Nova Museologia e abriu a reflexão sobre a mudança de atuação dos museus diante do seu público, tirando-o do papel passivo de guardião de coleções materiais.

Mudança de linguagem e comunicação acessível

Ainda no Seminário da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus de 1958, pontuou-se a necessidade de promoção de mudanças nas formas tradicionais de exposição, citando casos de exposição ecológica, que levava em consideração o contexto de coleta do objeto, e exposição polivalente, que adequava a mensagem para um nível médio de visitantes com recursos audiovisuais e didáticos. Esse apontamento pode ser considerado o preâmbulo do desenvolvimento de propostas de mediação e comunicação acessível nos museus:

O fenômeno exposição, como tal, vem passando por uma série de mudanças, conforme os contextos históricos, e é evidente que as inovações tecnológicas apareçam sustentando as novas montagens e alterando o seu perfil tradicional. Hoje, o discurso museográfico não é apenas visual, mas plurissensorial.¹⁴

É importante ressaltar que o “discurso plurissensorial” das exposições, presente nesse trecho, não contemplava uma comunicação multissensorial acessível para pessoas com deficiência, considerando os diversos sentidos humanos. Entretanto, no contexto do período, o advento dos equipamentos audiovisuais já representava uma modernização na linguagem museológica. Nas diretrizes da Nova Museologia, a comunicação sensorial em sentido amplo era proporcionada pela natureza dos espaços de cultura abertos e

14. *Idem*, p. 14.

integrados ao território, com seus temas ligados aos hábitos, à cultura e às manifestações populares de comunidades apartadas dos grandes centros urbanos e sociais.

Desenvolvimento humano e social

Os conceitos desenvolvidos durante as reuniões e documentos elaborados com apoio e organização do ICOM também afirmavam a necessidade de mudança de linguagem por parte dos museus, com o claro objetivo de validação social e apoio no desenvolvimento comunitário e humano, alterando o papel dos espaços de preservação do patrimônio cultural na vida das pessoas, agregando mais valor à sua atuação.

Em 1992, com a Declaração de Caracas, proveniente de um Encontro Regional na América Latina, a comunicação foi considerada um elemento-chave para o desenvolvimento de estratégias de acessibilidade para os diferentes públicos dos museus e espaços culturais e para a mudança do discurso vertical da museologia tradicional para um discurso horizontal e participativo que possibilitaria, de fato, considerar os indivíduos como centro de atuação. Segundo as ideias levantadas nessa reunião:

Que o museu deve refletir as diferentes linguagens culturais em sua ação comunicadora, permitindo a emissão e a recepção de mensagens com base nos códigos comuns entre a instituição e seu público, acessíveis e reconhecíveis pela maioria;

Que o processo de comunicação não é unidirecional, mas um processo interativo, um diálogo permanente entre emissores e receptores, que contribui para o desenvolvimento e enriquecimento mútuo, e evita a possibilidade de manipulação ou imposição de valores e sistemas de qualquer tipo...

Que o museu é um importante instrumento no processo de educação permanente do indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento de sua inteligência e capacidade crítica e cognitiva, assim como para o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo sua identidade, consciência crítica e autoestima, e enriquecendo a qualidade de vida individual e coletiva.

Que não pode existir um museu integral, ou integrado na comunidade se o discurso museológico não utilizar uma linguagem aberta, democrática e participativa.¹⁵

Ao afirmar que a linguagem dos museus precisava estar integrada aos desafios sociais inerentes à democratização cultural e à inclusão social, pessoas que até então eram consideradas “públicos especiais” passam a ser foco de atenção e de ações que garantissem sua real integração e participação nos ambientes culturais e nos discursos expositivos.

Nesse âmbito, a partir do final do século XX e início do século XXI, os espaços culturais começaram a desenvolver projetos e programas visando à inclusão social de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, com base no Movimento Internacional de Inclusão Social, que tinha como lideranças pessoas com diversas deficiências (físicas, sensoriais e cognitivas), empoderadas pelo maior acesso à educação, profissionalização e inserção cultural e que lutavam pela eliminação de barreiras físicas e sociais que excluía seus pares de diversas esferas sociais.

Pensamos, portanto, que, para atrair os visitantes com deficiência ou qualquer outra pessoa, são necessárias estratégias que lhes proporcionem as suas identidades, assegurando que suas experiências no entorno, no acesso e no interior do museu verdadeiramente preencham suas necessidades e expectativas.¹⁶

Na primeira década do século XXI, os museus passaram a se preocupar com a inclusão de outros públicos para os quais esses espaços ainda representavam dificuldades físicas e cognitivas: as crianças pequenas (com suas famílias, nos finais de semana, nas férias e nos feriados), os idosos e as populações com acesso restrito à cultura.

Por meio da análise dos novos desafios inerentes ao exercício da museologia, é possível compreender a origem de algumas das estratégias atuais investidas para garantir a presença qualificada do público, que têm como

15. *Idem*, p. 40.

16. COHEN, R.; DUARTE, C. R. & BRASILEIRO, A. Acessibilidade e sensorialidade nas ambiências museais brasileiras. In: Seminario de Investigación en Museología de los Países de Lengua Portuguesa y Española, 2, 2010, Buenos Aires. *Anais*. Buenos Aires, Comité Internacional del ICOM para la Museología, 2011, p. 246.

características principais: o acesso, a interação e a mudança na linguagem das exposições e dos produtos culturais. Mesmo assim, ainda são raros os casos de instituições que consigam reunir as três principais diretrizes apresentadas e ainda considerar a comunicação sensorial uma possibilidade para alcançar esses objetivos.

O que é espaço expositivo? É o dimensionamento físico da ação museal. É ambiente e atmosfera. A maneira como distribuímos, como interpretamos e agenciamos condiciona a ação museológica. Espaços fechados, íntimos, reservados, e espaços abertos, amplos, extrovertidos, são reflexos culturais... Não temos procurado apenas recriar ambientes, mas criar ambiências, usando recursos auditivos (músicas, ruídos, sons evocativos), olfativos (odores, cheiros), táteis (áreas de objetos tangíveis), ênfase aos recursos visuais (ilusões de ótica, apelo aos multimeios etc.), incluindo o uso de referências espaciais: ver de cima, de baixo, à linha do horizonte, de perto, a distância...¹⁷

Alguns espaços, na tentativa de tornar sua linguagem democrática e participativa, mergulharam na sedução das novas tecnologias de imagem e comunicação, o que os fez parecerem mais atrativos em um momento inicial. A inovação, entretanto, está mais concentrada nos meios do que na forma de propor estratégias de comunicação e mediações acessíveis, ou no desenvolvimento de produtos com temáticas voltadas às preferências populares. O resultado dessa postura é o surgimento de visitantes únicos, que não criam elos com o museu e não voltam a visitá-lo, uma vez que a sedução pelos meios midiáticos se basta em uma experiência única.

Entretanto, mesmo que em número reduzido, existem exemplos de museus que têm investido nas estratégias de acessibilidade e comunicação sensorial em ambientes que conseguem estabelecer diálogos com o patrimônio cultural, por meio de recursos antenados com as tecnologias contemporâneas de forma harmoniosa e inclusiva, beneficiando não somente pessoas com deficiências físicas, sensoriais e cognitivas, mas também todos os visitantes, incluindo os idosos, famílias com crianças e adolescentes, população de baixa renda e em situações sociais menos favorecidas.

17. GUARNIERI, 1986, *apud* BRUNO, C. *Waldisa Russio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*, 2010b, p. 141.

Acessibilidade em Museus – Conceitos atuais

Para que os museus sejam universalmente acessíveis, devem oferecer pleno acesso aos seus espaços e conteúdos para todos os visitantes, independente de suas condições sociais, sensoriais, cognitivas ou físicas.

O conceito de acessibilidade é muito abrangente. Em um momento inicial do surgimento do termo, no âmbito do Movimento Internacional de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência, na década de 1980, foi compreendido como eliminação de barreiras físicas/arquitetônicas de um espaço construído, posteriormente foi definido como possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento de produtos e serviços gerais. Atualmente a acessibilidade é compreendida como um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.¹⁸

No âmbito do acesso ao patrimônio cultural e dos museus, a acessibilidade deve ser considerada de forma universal, para que as pessoas com deficiência e novos públicos sejam beneficiados por novas concepções que melhorem o acesso físico, comunicativo, informacional, atitudinal para garantir experiências inclusivas e que corroborem com o pertencimento cultural.

Muitos profissionais de museus têm algumas ideias equivocadas sobre a aplicação integral da acessibilidade. Questões como: É mais caro? Vai alterar meu estilo de design? Vai complicar minha gestão? Pode ser prejudicial ou menos cômoda para os visitantes normais?

Mas o que é um visitante normal? Se algo que caracteriza a sociedade é precisamente sua diversidade, que é a norma e não a exceção da dimensão humana. Assim, não se trata de integrar no museu os que são diferentes, mas partir do pressuposto de que todos somos, todos temos capacidades e necessidades diferentes.¹⁹

Para que a Acessibilidade deixe de ser um desejo presente no discurso dos gestores culturais e se transforme em uma realidade que mude de fato

18. LBI – Lei Brasileira de Inclusão, 2015.

19. RUIZ, A. E. & LLEDÓ, C. B. *Manual de accesibilidad e inclusión em museos y lugares del patrimonio cultural y natural*. Asturias: Ediciones Trea, 2013 (tradução minha).

o espaço físico e as estratégias de comunicação e mediação, é necessário considerar medidas que adotem o Desenho Universal – conceito criado por engenheiros e arquitetos nos Estados Unidos na década de 1970 e usado como base conceitual para o desenvolvimento de normas e serviços que garantam a acessibilidade universal, consiste no desenvolvimento de projeto de produtos e ambientes para serem usados por todos sem necessidade de adaptação ou recurso exclusivo para pessoas com deficiência.²⁰

A vantagem de adotar o Desenho Universal como parâmetro para o desenvolvimento de medidas que garantam o acesso para todos os públicos do museu é permitir que as adequações físicas, comunicacionais e a criação de novas estratégias de atração de visitantes sejam adequadas para todas as pessoas, independente de suas características pessoais, idade, ou habilidades, uma vez que os recursos que adotam esses parâmetros usam uma escala larga de preferências e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários, para que qualquer ambiente ou produto possa ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do corpo do indivíduo, postura, mobilidade e suas aptidões sensoriais e intelectuais.

O Desenho Universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas. A ideia é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços, serviços e produtos.²¹

A acessibilidade universal não se restringe a oferecer produtos e serviços adequados às diferentes disposições dos visitantes. Também é importante criar oportunidades de acesso que extrapolem os espaços físicos do museu e que influenciem e proponham adequações ao percurso de chegada do visitante e ao entorno: desde o acesso à informação por meio da consulta a *websites* até a chegada física ao espaço e a comunicação das ações culturais e educativas, não deixando de informar sobre opções de transporte, alimentação, estacionamento e presença de outras ofertas culturais nas imediações.

20. CARLETTO, A. C. & CAMBIAGHI, S. *Desenho universal: um conceito para todos*. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2008.

21. *Ibidem*.

Um museu que deseja ser inclusivo de fato atende os diversos públicos em todas as suas ofertas públicas. Nesse sentido, as áreas de curadoria, educação, programas comunitários e comunicação têm papel-chave na construção de estratégias de acesso intelectual ao conteúdo das exposições e das coleções. Não basta que profissionais de arquitetura e *design* de exposições eliminem as barreiras físicas. A eliminação das barreiras comunicacionais, de fruição e atitudinais é atribuição dos curadores, programadores e educadores, pois esses profissionais possuem conhecimentos e experiências que permitem propor, criar e desenvolver discursos expositivos, recursos e atividades de mediação acessível e multissensoriais que acessem os vários sentidos de percepção. A interação multissensorial com as exposições e ações educativas apresenta benefícios estendidos a outros visitantes, que podem utilizar suas diferentes capacidades para criar elos com o patrimônio cultural.

Conclusões

Mesmo sabendo que nós, seres humanos, percebemos o mundo através de todos os nossos sentidos, a comunicação museológica e as estratégias de mediação cultural permanecem explorando excessivamente a visão, deixando de lado toda a riqueza de relações que podem ser estabelecidas de maneira acessível e inclusiva.

No caso dos visitantes com deficiência, muitos só conseguem ter acesso às exposições e às propostas de mediação do museu por meio de recursos de comunicação e atividades educativas concebidas especialmente para suas necessidades.

A fim de eliminar as barreiras de acesso ao conteúdo dos espaços culturais, é necessário o uso de criatividade e dos recursos multissensoriais e multimodais, para garantir o acesso das pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, perdas sensoriais, transtornos de desenvolvimento e dificuldades de aprendizado e convívio.

Em sua mais recente evolução, os recursos desenvolvidos para beneficiar as pessoas com deficiência começam a ser compartilhados e estendidos aos demais visitantes, viabilizando assim a acessibilidade universal, que considera a eliminação de barreiras físicas, de comunicação, informação, fruição e atitude.

O desenvolvimento do pertencimento cultural, que é um dos principais desafios dos museus na atualidade, pode lançar mão das atribuições básicas da acessibilidade em museus, investindo em espaços acolhedores e ergonômicos, discursos mais democráticos e recursos de comunicação e mediação multissensoriais, e tem o poder de envolver e cativar diferentes indivíduos.

Referências bibliográficas

ARAUJO, M. M. & BRUNO, M. C. O. (orgs.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

BOURDIEU, P. *Amor pela arte*. São Paulo: Edusp, 2003.

BRUNO, C. (org.). *O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados*. São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010a.

_____. *Waldisa Russio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. Colaboração de Maria Inês Lopes Coutinho e Marcelo Mattos Araújo. São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010b.

CARLETTI, A. C. & CAMBIAGHI, S. *Desenho universal: um conceito para todos*. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2008.

CLARK, S. *Vanities of the Eyes*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

COHEN, R.; DUARTE, C. R. & BRASILEIRO, A. Acessibilidade e sensorialidade nas ambiências museais brasileiras. In: Seminário de Investigación en Museología de los Países de Lengua Portuguesa y Española, 2, 2010, Buenos Aires. *Anais*. Buenos Aires, Comitê Internacional del ICOM para la Museología, pp. 237-255, 2011.

INSTITUTE FOR HUMAN CENTERED DESIGN. *Our History*, 2012. Disponível em: <http://humancentereddesign.org/about-us/our-history>. Acesso em: 4 abr. 2015.

MOUTINHO, M. *et al. Sobre o conceito de museologia social*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1993. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 1.

- POMIAN, K. Coleção *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1. Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- RUIZ, A. E. & LLEDÓ, C. B. *Manual de accesibilidad e inclusión em museos y lugares del patrimonio cultural y natural*. Asturias: Ediciones Trea, 2013.
- SARRAF, V. P. *Reabilitação do museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. *A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros: estratégias de mediação e acessibilidade para as pessoas com suas diferenças*. Tese de doutorado em Comunicação e Semiótica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.
- _____. *Acessibilidade em espaços culturais: mediação e comunicação sensorial*. São Paulo: Educ; Fapesp, 2015.
- VIRILIO, Paul. *L'art à perte de vue*. Paris: Éditions Galilée, 2005.

CAPÍTULO 9

O Brasil e os brasis no Antropoceno: bifurcações à vista

Stelio Marras

Para Amnéris Maroni – e sua atenção sociocósmica.

Precisamos, precisamos esquecer o Brasil!
Tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado,
ele quer repousar de nossos terríveis carinhos.

O Brasil não nos quer! Está farto de nós!
Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.
Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?

Carlos Drummond de Andrade,
“Hino nacional”, in: *Brejo das Almas*

A diversidade, e não a unidade, está no coração das coisas
Gabriel Tarde, *Monadologia e sociologia*

A diversidade biológica e a diversidade cultural eram e são
inimigas do progresso.

Anna L. Tsing, *Viver nas ruínas*

O Brasil não conhece o Brasil

O Brasil nunca foi ao Brasil

[...]

O Brasil não merece o Brasil

O Brasil tá matando o Brasil

*Jereba, saci
Caandrades, cunhãs, ariranha, aranha
Sertões, Guimarães, bachianas, águas
E Marionaíma, arirariboia
Na aura das mãos de Jobim-açu
Uô-uô-uô-uô
[...]
Do Brasil, S.O.S. ao Brazil
Aldir Blanc e Maurício Tapajós,
“Querelas do Brasil”*

Que diligentes ombros sustentarão, agora, esse céu imenso e
fissurado que, receamos pela segunda vez numa longa história,
possa desabar sobre as nossas cabeças?
Michel Serres, *O contrato natural*

*If I am right, the whole of our thinking about what we are and what
other people are has to be restructured.*
Gregory Bateson,
An Ecology of Mind – a film by Nora Bateson

1. O futuro desde o fim

Decerto ecoarei boa parte de minha geração ao lembrar ter crescido sob a promessa de um Brasil que ainda seria, ainda viria. Era o tal “país do futuro” que chegaria para superar sua existência arremedada e embaraçosa, isso que tão frequentemente, mas ainda hoje, se qualificava, com toda a carga negativa, como “subdesenvolvido”, “atrasado”, “periférico”. O redentor futuro, imaginava-se, inclusive nas obras de ficção dessa época em que o tempo parecia correr mais lento, aquele tal futuro devia ser lá pelos anos 2000. E eis que estes anos chegaram, já um emblemático 2022 despontando no horizonte, quando agora o colapso ecossistêmico do planeta, em pleno e acelerado curso, põe em causa os hábitos e os habitats, superestruturas e infraestruturas, visões de passado e futuro até então minimamente estáveis, como também as pertinências do Estado-nação, tais os imperativos da autonomia e da soberania nos seus territórios circunscritos. Que será, doravante, daquelas

pertinências quando os pertencimentos ao mundo se veem constringidos a revisões radicais? Quanto a nós, que será do Brasil, que será dos brasis¹?

O chamado por reconsiderar nossos vínculos à Terra,² por um renovado arraigamento a um só tempo local e global, responde à própria emergência do Antropoceno, esta época geo-histórica que fornece as evidências – “interferências humanas que deixam pegadas na terra e no clima”³ – sobre os agravos da civilização tecnoindustrial ao clima e aos ecossistemas, gerando agravos à habitabilidade (e não só à humana, evidentemente). Ou, ainda mais, o Antropoceno, essa época da “descomunal perturbação humana”,⁴

1. Perrone-Moisés observa que “‘brasis’ é expressão corrente, nos documentos portugueses do século XVI, para se referir aos nativos da colônia sul-americana. Conforme a expansão colonial atinge novos territórios e populações indígenas diversas, a expressão vai cedendo lugar a etnônimos diversos. Recuperam a expressão os autores brasileiros chamados indianistas do século XIX” (PERRONE-MOISÉS, B. Os Brasis em Lévi-Strauss. *Revista Diacrítica* – Série de Filosofia e Cultura, n. 23/2, Universidade do Minho. Minho/Portugal, 2009). Inspiro-me em Renato Sztutman (a quem sou muito grato) para um uso mais abrangente de “brasis” (comunicação pessoal), de modo a abarcar, como pretendo, vastos grupos espalhados por todo o Brasil, já existentes ou por vir, que se vejam ou não como mestiços. Entendo que a unidade dos “brasis” se dá na diversidade que cultivam. Tal diversidade, no forte do termo, aponta para modos alternativos de fazer mundo com o mundo (e não contra ele). Sugiro que a figuração unitarista do “brasileiro” opõe-se à dos “brasis” – ambos, a partir de agora, grafados sem aspas. Ao público leitor caberá avaliar o alcance heurístico pretendido com esse par de opostos na economia do presente texto.

2. Sirvo-me aqui da distinção de Latour entre “Terra” e “terra”: “Por convenção, ‘terra’, em minúsculo, corresponde ao quadro tradicional da ação humana (humanos na natureza), e ‘Terra’, em maiúsculo, a uma potência de agir na qual se reconhece algo como uma função política” (LATOUR, Bruno. *Où atterrir? Comment s’orienter en politique*. Paris: La Découverte, 2017, p. 140).

3. TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019, p. 163. “A crise de habitabilidade de nossos tempos é algo diferente – e é essa diferença que é sinalizada no termo *Antropoceno*. O Antropoceno não marca a aurora da perturbação humana. Como venho mostrando, a perturbação humana pode fazer parte dos ecossistemas resilientes do Holoceno, como as matas camponesas. O Antropoceno marca, em vez disso, uma quebra nas coordenações, algo que é muito mais difícil de corrigir. Somos empurrados para novas ecologias de proliferação da morte.” (*Idem*, p. 112).

4. *Idem*, p. 246. Acho bom já sinalizar que não me parece bem correta a definição do Antropoceno como, digamos, pegada geológica dos humanos, já que esses humanos (os modernos, em particular, mas qualquer outro, de modo geral) nunca agiram senão em íntima associação com não humanos tecnológicos de toda espécie. Essa particular associação é que confere humanidade, supostamente universal, aos humanos modernos. É ela que confere a escala e a velocidade de suas ações. O Antropoceno não marca, pois, a interferência da espécie em uma natureza supostamente pura e intocada, derivando por si. Espécies e ambientes se constituem mutuamente desde sempre no “planeta simbiótico” (MARGULIS, Lynn. *Symbiotic Planet: a New Look at Evolution*. New York: Basic Books, 1998). Portanto, não é bem o humano ou sua cultura que aqui está em causa, mas sim, como sempre, um

de sua vez perturba a facilidade de se aplicarem, sem maior cerimônia, nossas usuais separações entre sociedade e natureza, organismo e ambiente, ação e cenário, biótico e abiótico, animado e inanimado, pessoas e coisas, local e global, termos aí ontologicamente concebidos (pelos “modernos”, “humanos” ou “povo da Natureza”, precisamente)⁵ como apartados um do outro, cada qual dizendo respeito a um suposto domínio já agregado e circunscrito em suas próprias formas e forças. Mas o Antropoceno indica que essas agregações vão celeremente se desagregando. Destes seus despojos, novas bifurcações à vista.

Encarar essas fissuras (do tempo, do espaço, da imaginação...), como encarar a terra figurada em Gaia,⁶ o planeta como simbiótico,⁷ eis tudo de que se trata quando, como aqui, nos colocamos a tarefa de repensar o Brasil, reiluminando-o desde esse seu futuro sombrio. Tal visada tem como um dos seus mais importantes efeitos redesenhar, com nitidez crescente, o mapa que redistribui aliados e adversários, amigos e inimigos⁸ e as guerras que virão. Bifurcações: abrir-se ao cosmos insurgente, à “intrusão de Gaia”,⁹ ou fechar-se ainda mais nas já antigas e cada vez mais ineficientes proteções? O ponto é que os acontecimentos socioambientais impõem escolhas à altura de sua gravidade, o que inclui e explica reações também à altura, tal a dos negacionismos correntes. Causas e efeitos passam a se confundir e a se retroalimentar quando “um acontecimento produz uma

imbróglgio, um hábitat, uma ecologia, tal este humano tecnocientífico associado a ditames mercadológicos sob proteção e promoção estatal. Daí que mudar hábitos exige mudar hábitats. Mas hábitats humanos nunca se afirmaram senão emaranhados com não humanos...

5. Sobre a ecologia política que informa o sentido desses termos, ver: LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo: UBU Editora, 2020a. Note-se aqui a sinonímia que estou forçando entre “modernos”, “humanos”, “povo da natureza”, “povo da mercadoria”. Ou seja, tomar “humanos” e “natureza” como categorias nativas dos modernos.

6. LOVELOCK, James & EPTON, Sidney. *The Quest for Gaia*. *New Scientist*, vol. 65, n. 935, pp. 304-307, London, 1975; LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*, 2020a.

7. MARGULIS, Lynn. *Symbiotic Planet: a New Look at Evolution*. New York: Basic Books, 1998.

8. LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista De Antropologia*, vol. 57, n. 1, pp. 11-31, São Paulo, 2014. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2014.87702>.

9. STENGERS, I. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

bifurcação e, inversamente, uma bifurcação gera um acontecimento”.¹⁰ Assim é que se podem inaugurar outros regimes políticos a partir do emergente “Novo Regime Climático”,¹¹ objeto das não menos emergentes ciências do Sistema-Terra, exigindo a abertura urgentíssima da política ao cosmos, a desestabilização epistemológica e ontológica da modernidade.¹² Ou, quem sabe, num átimo de esperança panglossiana, a conversão do humano moderno aos terranos, como do brasileiro aos brasis, que, como tais, aceitem refazer vida e morte a partir das ruínas do capitalismo¹³ – isto é, por dentro mesmo dessa engenharia de modernização do mundo. E sobretudo a partir de suas consequências, face a elas.

Tudo agora parece banhar-se em incertezas inéditas, o horizonte de futuro mostrando-se puro enigma diante de bifurcações que vão se insinuando, tomando novas formas a cada vez e se multiplicando diante de nós – convocando-nos. Estados-nações, por exemplo, irão recrudescer ou se arrefecer em resposta às consequências dos referidos agravos? Bem, as hostes do atual reacionarismo político no Brasil e no mundo parecem já

10. SERRES, Michel. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 121. Devo observar, em tempo, que esse esforço de apontar a emergência de bifurcações em pares de oposição inspira-se, em boa parte, naquilo que Antonio Candido reconheceu no modo de argumentação de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*: a “metodologia dos contrários”, por sua vez inspirada no “critério tipológico de Max Weber”. Trata-se, em Holanda via Candido, da “exploração de conceitos polares”, de modo a que “a visão de um determinado aspecto da realidade histórica é obtida, no sentido forte do termo, pelo enfoque simultâneo dos dois; um suscita o outro, ambos se interpenetram e o resultado possui uma grande força de esclarecimento” (CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 12-13). Projeto aqui essa metodologia para uma história a partir de um temível futuro que tão rápido se avizinha e que por isso mesmo nos convoca a rever nossas mais arraigadas bases de pensamento e sensibilidade. O intuito é prestar alguma colaboração à urgente tarefa de repovoar nossa imaginação com os inumeráveis mundos possíveis mobilizados pelos tipos polares, entre eles e além deles. Sua caracterização responde a uma estratégia metodológica antes que a um fundamento ontológico. São dualidades a serviço de multiplicidades.

11. LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*, 2020a.

12. Sobre o conceito de modernos (modernidade, modernização, modernismo) e sua relação inescapável com a escalada de destruição ecológica do planeta, cf. Latour (*Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique*. Paris, La Découverte, 1991; *Politiques de la nature: comment faire entrer les sciences en démocratie*. Paris: La Découverte, 1999; e *Où atterrir? Comment s'orienter en politique*, 2017).

13. TSING, Anna. *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*. Princeton: Princeton University Press, 2015.

ter tomado o seu partido. Quanto aos demais, responderemos aos referidos constrangimentos ecossociológicos com mais solidariedade e estratégias simbióticas ou, ao contrário, também cederemos aos apelos por ainda mais competitividade e parasitismo? Aterramento em Gaia ou escapismo?¹⁴ O que irá prevalecer? O Brasil seguirá reduzindo os brasis ao brasileiro genérico do Estado e do Mercado, gente do desenvolvimento e do crescimento, ou saberá florescer em suas mil particularidades, suas gentes do envolvimento com a Terra e da desaceleração da marcha modernista do progresso? Quem e quantos serão? Quando? Como? Haverá tempo? Claro enigma que se renova “sob o céu flamante”¹⁵ – tal, digamos, o de um metálico Drummond recuperado ao rés do chão mineral, ele mesmo posto agora diante de Gaia.¹⁶

Esse temeroso novo futuro já não é nada parecido com aquele um dia acalentado. Pois o que mesmo comemorar em 2022 se tal efeméride nada ou pouco dirá sobre esse porvir terrificante da terra feral tornada aterradora?¹⁷ Aqui defendo que os “paralelos 22” do passado e do presente devam urgentemente mirar em seu siamês de um futuro 2122 para que, alinhados, refaçam sentidos e devidamente respondam aos reiterados anúncios de que o céu se encontra prestes a desabar.¹⁸ Ou dizer: encarar esse futuro da civilização moderna e modernizadora no Brasil impõe recuperar,

14. LATOUR, Bruno. *Où atterrir? Comment s'orienter en politique*, 2017.

15. “[...] e se há no beijo estéril um soluço esquivo e refochado, cinza em núpcias, e tudo é triste sob o céu flamante (que o pecado cristão, ora jungido ao mistério pagão, mais o alanceia), baixemos nossos olhos ao designio da natureza ambígua e reticente: ela tece, dobrando-lhe o amargor, outra forma de amar no acerbo amor”. (ANDRADE, Carlos Drummond de. *Rapto*. In: *Claro enigma*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1951). No esforço de fazer a poesia de um Drummond soprar sentidos, hoje, aos leitores sensíveis à dramática ecossistêmica do planeta, direi que também o amor, para além dos semelhantes, pede para que “baixemos nossos olhos” à Terra, pede abrir-se ao mundo, já não mais vasto quanto mais vai sendo devastado pelo ardor da conquista e do controle, do bem-estar seletivo às expensas do bem comum geral.

16. Cf. Wisnik (*Maquinação do mundo: Drummond e a mineração*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018) e, como nota de rodapé, Marras (Drummond do mundo: uma resenha de *Maquinação do mundo: Drummond e a mineração*, de José Miguel Wisnik. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 73, pp. 268-274, 2019a).

17. Que se considerem aqui, desde já, os dois sentidos assumidos pelo caráter aterrador de Gaia: o que aterroriza e o que convoca voltar-se à terra. Entendo que os modos de conjugar esses sentidos é que determinará destinos e desenlaces do porvir.

18. Pode-se topar com o insistente tema do desabamento do céu em Michel Serres (*O contrato natural*, 1990), com seu esforço de retorcer a língua branca, como ainda no monumental livro de Kopenawa & Albert (*A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo:

sob olhar renovado, aquele passado do modernismo artístico. Nele fazer ecoar os imperativos contemporâneos do lugar de fala dos minoritários em conjugação à, digamos, fala do lugar. Quanto aos gritos de independência política de 1822, se eles podiam continuar nos gritos de independência artística de 1922, quais outros gritos (qual mesmo independência?) ecoarão em um 2122? Dentre estes, certamente os ensurdecidos gritos do próprio mundo,¹⁹ tais os de um rio Ipiranga submerso pelo asfalto, morto e contaminado, que dificultarão enormemente, conforme se pode recolher por infindas medições e mediações (científicas, xamânicas, teológicas, artísticas, políticas etc.), a opção irresponsável e irrealista que pretenda não ouvi-los, que pretenda negar num só golpe a política e as ciências no torvelinho infernal da pós-verdade.²⁰ Ou que pretenda, enfim, recusar recomeços do mundo desde o fim.²¹

Como seja, entre estes e aqueles gritos, um grande divisor histórico-geológico se ergue para confrontar toda vã projeção continuísta assentada na convicção de que se trata apenas de uma “crise”²² ecológica que vai passar ou que será resolvida por nossos responsáveis, como ainda pelos avanços tecnocientíficos baseados numa tortuosa esperança prometeica. Ou, dizem ainda, será resolvida pela natureza ela mesma, por sua evolução indiferente a nós, conforme creem diversos extratos do negacionismo climático (e, portanto, político) que campeiam mundo afora. Estes são os “sonâmbulos”²³

Companhia das Letras, 2015), já reverberando céu e mundo, espíritos e floresta na língua Yanomami dirigida de volta aos brancos.

19. “Grito de um mundo maltratado” (STENGERS, *Une autre science est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond/La Découverte, 2013, p. 106).

20. MARRAS, Stelio. O vozerio da pós-verdade e suas ameaças civilizacionais. In: AMOROSO, M.; CABRAL DE OLIVEIRA, J.; EMPERAIRE, L.; MARRAS, S.; MORIM DE LIMA, A. G. & SHIRATORI, K. (orgs.). *Voices vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta*. São Paulo: Editora UBU, 2020a [no prelo].

21. MARRAS, Stelio. O mundo desde o fim: desafios expiatórios da modernidade. In: COUTINHO, Francisco; ALZAMORA, Geane & ZILLER, Joana (orgs.). *Dossiê Bruno Latour*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2020b [no prelo]. Coleção Debates Contemporâneos.

22. Diferentemente de qualquer outra crise, diz Stengers, a chamada crise ecológica “não é um momento ruim que vai passar” (*No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*, 2015, p. 41). Observo, a propósito, que as crises, dignas do nome, têm o dom de borrar fronteiras ou acentuá-las. Bifurcações!

23. STENGERS, I. *Une autre science est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences*, 2013.

os “escapistas”,²⁴ praticantes de uma tétrica “*planetaridade Exit*”,²⁵ de costas para Gaia e de frente para Marte, plantados em filosofias antropocêntricas e emancipacionistas da história orientada pela flecha unilinear do progresso, modernistas reacionários em grande parte, ainda incapazes de transitar da “primeira” à “segunda história”.²⁶

Sim, mas para os despertos de desde sempre ou de agora, eles já prontos ou dispostos a “sonhar outros sonhos”,²⁷ para os cultivadores de vínculos sociocósmicos entre-respondentes, tecidos na imanência de regimes de “coaprendizagem coletiva”,²⁸ para os que já recusam dobrar a natureza como condição para, desde então, dobrar-se com ela, para estes que enfim passam a se interessar pela redação de contratos naturais contra o asfixiante contrato social, contra a evidência de que “a nossa cultura tem horror ao mundo”,²⁹ tudo agora e depois não poderá mais se passar como antes. Para estes, o jogo de dependências e independências, de pertinências e pertencimentos, de trocas e participações³⁰ modifica-se tão profundamente quanto o fundo da atmosfera e dos oceanos, dos solos e dos genomas. Terranos ou terrestres são aqueles que reconhecem, com toda clareza, que as mutações ecológicas correspondem mutações políticas. Já o renitente humano moderno, este se dedica ao tenaz esforço de desconhecer qualquer imagem de mundo que não renonha o humano destacado do mundo.

Os destinos de povo e mundo dos modernos, contudo, vão se recusando tomar senão como entrelaçados quando adotamos a figuração de Gaia na compreensão do planeta. Gaia é essa nova sensibilidade que inevitavelmente

24. LATOUR, Bruno. *Où atterrir? Comment s'orienter en politique*, 2017.

25. CHAKRABARTY, D. & LATOUR, B. Conflicts of Planetary Proportions: a conversation. Who Needs a Philosophy of History? A Proposition Followed by a Response from Dipesh Chakrabarty, in “Historical Thinking and the Human”. *Journal of the Philosophy of History*, vol. 14, n. 3, 2020, eds. Marek Tamm & Zoltán Boldizsár Simon. Acessível em <http://www.bruno-latour.fr/article.html>.

26. STENGERS, *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*, 2015.

27. STENGERS, *Une autre science est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences*, 2013, p. 125.

28. *Idem*, p. 70.

29. SERRES, Michel. *O contrato natural*, 1990, p. 14.

30. MARRAS, Stelio. Troca e participação na era do fim: revisão de conceitos à força dos constrangimentos ecológicos-ambientais. In: DIAS, Susana; WIEDEMANN, Sebastian & RODRIGUES DE AMORIM, Antonio Carlos (orgs.). *Conexões Deleuze e cosmopolíticas e ecologias radicais e nova terra...* Campinas: ALB; FE/Unicamp, pp. 151-180, 2019b.

acarreta efeitos políticos imediatos para aqueles que a reconhecem e se colocam de frente a ela. Modos de pertencer ao mundo alteram-se porque serão outros os modos de participar do mundo – serão outras, portanto, as fronteiras entre organismos e *seus* ambientes.³¹ Quando clima e ecologia invadem com tal presença a política e a geografia, toda outra ordem de questões passa a primeiro plano. Assim, perguntaremos, por exemplo, o que será da nacionalidade diante de Gaia? Difícil prever o que será de tais pertencimentos nacionais-estatais, eles que se definem pela apropriação do geográfico, quando agora a terra (geo) é que parece se apropriar dos humanos – mas de um modo inédito e em resposta à alta domesticação e exploração do planeta.³²

Quais perfis e nomes, no megadiverso Brasil, assumirá esse “povo por vir”, esse “novo povo” face a uma “nova terra”,³³ esse “povo que falta”³⁴ e que

31. Que aí se considere, exemplarmente, a fecundidade da etologia de Jacob Von Uexküll (*Dos animais e dos homens*, s/d) e sua noção de *Umwelt*, ou mundo próprio, que substitui a oposição entre, de um lado, os organismos biológicos, e, de outro, o ambiente único, dado e externo (isto que, já há algum tempo, aprendemos a denominar, com Viveiros de Castro e Latour, de *mononaturalismo*). Ou, para falar com a “neomonadologia” aberta do heterodoxo filósofo e sociólogo Gabriel Tarde, organismos e ambientes se constituem mutuamente em regimes de “possessão recíproca” (*Monadologia e sociologia e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, [1895] 2007). No mesmo sentido, Danowski e Viveiros de Castro assim formulam: “o ambiente de cada organismo, e portanto de todos os organismos, são os demais organismos (o ambiente como sociedade de sociedades, como no mundo ameríndio?)” (*Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis, Desterro: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014, p. 120).

32. Para compreender as desorientações de pensamento e sensibilidade contemporâneas, e assim indicar outras orientações da política em resposta ao cosmos perigosamente respondente, Latour lembra que “sempre falamos de geopolítica como se o prefixo ‘geo’ designasse apenas o quadro no qual se desenvolve a ação política. Ora, o que está em vias de mudança é que o ‘geo’ designa doravante um agente que participa plenamente da vida pública”. Eis por que, segue Latour, “toda a desorientação atual vem desse surgimento de um ator que desde então reage às ações dos homens e interdita aos modernizadores saber onde se encontram, em qual época, e sobretudo qual papel eles passarão a jogar” LATOUR, Bruno. *Où atterrir? Comment s’orienter en politique*, 2017, pp. 56-57.

33. DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980; *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1992.

34. Antes de concluir o livro com um trecho de “Gilles Deleuze, esse sobrinho uterino de Oswald de Andrade”, Danowski & Viveiros de Castro assim escrevem na língua de Deleuze: “Falar no fim do mundo é falar na necessidade de imaginar, antes que um *novo mundo* em lugar deste nosso mundo presente, um *novo povo*; o povo que falta. Um povo que creia no mundo que ele deverá criar com o que de mundo nós deixamos a ele” (*Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*, 2014, p. 159).

seja capaz de tremer a velha língua,³⁵ “povo de Gaia”³⁶ em contraste ao “povo da Natureza”,³⁷ ao “povo da mercadoria”?³⁸ Com que força esses brasis, isto é, os brasileiros Gaia-orientados, enfrentarão as inevitáveis guerras entre mundos que um paralelo ano de 2122 poderá historiar? Clara bifurcação à vista: aceitar ou recusar o céu flamante e sua ameaça de desabar sobre nossas cabeças parece ser o nome do jogo que se inicia quando o fim – ou os muitos fins e seus muitos medos³⁹ – passa a ocupar, com crescente insistência, qualquer sã imaginação. Tudo que se pode prever, ao máximo realismo, é a guerra multifacetada entre os tão diversos terranos não modernos ou ex-modernos e o tão pouco diverso humano moderno – guerra a ser urgentemente declarada com todas as letras.⁴⁰ Eis o que há por vir em um mundo pobre de porvir. No ocaso do Brasil, acaso virão os brasis?

O problema é mesmo de tempo. Não bem de um tempo social, nem bem de um tempo natural, mas de ambos inelutavelmente entrelaçados um no outro. Se jamais o social e o natural se sustentaram por si, como se fossem autônomos ou exteriores um ao outro, a época do Antropoceno, agora e crescentemente, não mais permitirá que se tome um sem o outro em toda e qualquer ação que se possa nomear de responsável. Tempo quente, que revira ontologias e epistemologias, ciência e política, artes e teologias,

35. “O escritor se serve de palavras, mas criando uma sintaxe que as introduz na sensação, e que faz gaguejar a língua corrente, ou tremer, ou gritar, ou mesmo cantar: é o estilo, o ‘tom’, a linguagem das sensações ou a língua estrangeira na língua, a que solicita um povo por vir, oh! gente do velho Catawba, oh! gente de Yoknapatawpha! O escritor torce a linguagem, fá-la vibrar, abraça-a, fende-a, para arrancar o percepto das percepções, o afecto das afecções, a sensação da opinião — visando, esperamos, esse povo que ainda não existe.” (DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O que é a filosofia?*, 1992, p. 228). O tema da língua por vir, assim dizendo, é frequente em Deleuze, como no seu abecedário: “Precisamos, às vezes, inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova” (DELEUZE, Gilles. *O abecedário de Deleuze. Entrevistas*. Claire Parnet. Canal franco-alemão de TV Arte, 1994-1995). Dispensável, a essa altura, notar o quão é imprescindível a invenção de novas palavras para novos povos e novos mundos.

36. LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*, 2020a.

37. *Idem*.

38. KOPENAWA, D. & ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, 2015.

39. DANOWSKI, Débora & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*, 2014.

40. Guerras, eu diria, não bem contra indivíduos ou grupos, mas contra, sopra Stengers, “o que lhes dá autoridade” (STENGERS, I. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*, 2015, p. 44).

ética e direito em caminhos antes tão parcamente suspeitados, mas hoje à espera urgente de pavimentação, já que incontornáveis. Qual espaço irá corresponder a esse tempo? O das barreiras territoriais? O das sanitárias, impotentes, diante da emergência crescente e descontrolada das zoonoses?⁴¹ Qual dique poderá conter o avanço dos oceanos na praia humana? Qual tecnologia protetiva evitará a invasão dos refugiados climáticos? Com que indiferença voltar as costas aos magotes humanos amontoando-se atrás de cercas ou naufragando nos mares? Qual suficiente muralha erguer contra a atmosfera carbonizada?⁴² Quais “enclaves fortificados”⁴³ resistirão íntegros e impenetráveis? A que preço? Onde, enfim, será crível e eficaz traçar linhas de separação e contenção? Difícil, senão contrariando toda lucidez, que ainda nos femos nas imagísticas que tanto animaram os antigos futuros, aqueles dos séculos XIX e XX. Elas não resistirão, nem de longe, ao século XXI.

Quanto ao “país do futuro”, o que será dele se, no Antropoceno e em presença de Gaia, pouco soubermos além de evocar maquinalmente a unidade-Brasil casada a todo seu repertório modernizador? Qual unidade supostamente já formada e unificadora, pretensamente capaz de totalizar em si (o Brasil) suas diferenças (os brasis), vingará? Ainda a utopia da civilização mestiça nos alegres trópicos? Mas o Brasil com “z”, este do agronegócio apoiado pelas grandes nações ricas do globo, o Brasil transcendente aos brasis, o Brasil “acima de tudo”, essa unidade vai se mostrando progressivamente tóxica quanto mais vai sendo apropriada pela mecânica de reduzir os brasis ao brasileiro.

Sim, mas a unidade sempre esbarra em diferenças resistentes ou ressurgentes. Às vibrantes convocações atuais por retomar e rearticular as diferenças chamadas de *classe*, *gênero* e *raça* somam-se agora, não menos vibrantes e rebeldes, as diferenças chamadas *ecológicas*. Gaia e seus mil

41. Sobre as íntimas e tão perigosas relações entre a deterioração dos ecossistemas e a emergência de zoonoses, há já farta literatura. Cf., por exemplo, Wallace (*Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Editora Elefante, 2020).

42. Bifurcação: “Viveremos nós dentro dos muros das nossas cidades ou debaixo da cúpula das constelações? Em qual dos dois? Em qual deles, num ou noutro, nos encontramos?”. (SERRES, Michel. *O contrato natural*, 1990, p. 100).

43. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos Cebrap*, n. 47, 1997.

nomes,⁴⁴ seus mil povos e seus mil solos, sinalizam essas diferenças em estado explosivo. Em reação, a sanha unificadora, tal a da unidade-Brasil, dedica-se a negar quaisquer apelos ditos ecológicos a modos outros de fazer mundo *com* o mundo, e não, insisto, *contra* o mundo. Bem se sabe que em nome do Brasil genérico e unitarista, já antes e não menos agora, os brasis, particulares e múltiplos, foram e são sufocados, sistematicamente desarticulados e fragilizados ao longo de sua história de deliberado murchamento.⁴⁵ A qual Estado, uno por origem e vocação, fazer corresponder o (re)florescimento das diversidades? Diante de novas guerras, também novos devem ser os esforços por promover paz social – isto é, desse social que não termina nas franjas do humano, tal como sempre foi, mas que só agora, já à beira do precipício, os modernos podemos devidamente considerar. É uma chance. Não haverá muitas.

2. Outras divisas e divisões

Enquanto isso, o Brasil, essa quimera, vê-se perdendo novas chances históricas e políticas. Isto é, geo-históricas e geopolíticas. O país da Amazônia e do Cerrado, da Mata Atlântica e da Caatinga, dos Pampas e do Pantanal tinha tudo (quanto ainda terá?) para liderar a devida passagem da modernização para a contramodernização do mundo e da vida. Tudo para, como poucos, saber encarar Gaia, trazê-la como a grande aliada política e, assim, poder aspirar a uma distribuição de virtudes a um só tempo sociais e naturais ao compassar humanos e não humanos em ritmos e escalas, velocidades e volumes, qualidades e quantidades que honrem a ambos, honrando a vida sob o signo da simbiose. O Brasil da alta biodiversidade combinada à sua alta sociodiversidade era (ainda será?) a chave para transpor as enganosas

44. Referência ao colóquio internacional denominado “Os mil nomes de Gaia – do Antropoceno à idade da Terra”, ocorrido na Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, entre 15 e 19/9/2014, realizado pelo Departamento de Filosofia da PUC-Rio e pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e concebido por Deborah Danowski, Eduardo Viveiros de Castro e Bruno Latour. Cf. <https://osmilnomesdegaia.eco.br/>.

45. Um panorama dessa longa história das rebeliões populares no Brasil pode ser conferido em Dantas (Epílogo. Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011).

contradições entre a economia e a ecologia, o social e o ambiental, os direitos humanos e os direitos de não humanos, o bem estar e o *buen vivir*.⁴⁶

Parece claro que essa passagem não se dará simplesmente alternando a política – da direita à esquerda ou vice-versa. Nem tampouco, ou simplesmente, eliminando a diferença entre uma e outra.⁴⁷ Mas sim, sugiro, renovando uma e outra. Renovar as diferenças, eis do que se trata. Do contrário, e por provável, tanto a esquerda quanto a direita da tradição política modernista seguirão aderidas aos ditames do desenvolvimento, crescimento e progresso, cada qual defendendo o que entende ser o melhor para o indivíduo e para a sociedade dos humanos. Mas e o mundo? A cultura seguirá nutrindo horror a ele?⁴⁸ E os não humanos, sem os quais os humanos não passam, não vivem nem morrem? Como bem disse Davi Kopenawa, líder xamânico Yanomami, “sem floresta não tem história”.⁴⁹ Também assim diremos sobre a crescente perda de sentido em promover direitos humanos sem que esse honroso e secular esforço se acompanhe da promoção dos direitos de não

46. Têm se multiplicado os estudos, como os etnográficos pós-coloniais, que apontam como nos países andinos vigorosas respostas locais-globais altermundialistas, tão conceituais quanto práticas, como as do “buen vivir” e do “vivir bien”, confrontam as “alternativas infernais” (PIGNARRE & STENGERS, *La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement*. Paris: La Découverte, 2005), tal, por exemplo, a “feitiçaria capitalista”, que opõe desenvolvimento e pobreza, progresso ou morte. Para indicar alguns desses estudos, ver: DE LA CADENA (*Earth Beings, Ecologies of Practice across Andean Worlds*. Durham: Duke University Press, 2015), SCHAVELZON (*Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir. Dos Conceptos Leídos desde Ecuador y Bolivia Post-Constituyentes*. Quito: Abya Yala/Clacso, 2015) e MEDINA (Suma qamaña, vivir bien y de vita beata. Una cartografía boliviana. In: *La Reciprocidad*, 2011).

47. Compreendo a reorientação política visada por Latour (*Où atterrir? Comment s’orienter en politique*, 2017), para quem tanto a direita quanto a esquerda, uma vez diante de Gaia, encontram-se igualmente despreparadas, mas dirijo de sua receita, esta que prevê o sumário abandono, por obsoleta, dessa oposição. Seria, como se diz, livrar-se do bebê junto com a água suja do banho. Como não reconhecer, pergunto, que é do lado da esquerda política que se situam as principais matrizes intelectuais e práticas históricas inspiradas em princípios e sentimentos de solidariedade, simbiose, empatia por outrem, mútuo socorro, cooperativismo? De onde esperar, senão dessa longa e caudalosa tradição de resistência e afirmação de direitos, que esses seus princípios, antes forjados para a promoção de trocas sociais justas, possam doravante se derramar para o mundo e fundar, no mesmo passo, trocas cósmicas justas? Daí que a própria noção de troca pede alargamento (MARRAS, Stelio. *Troca e participação na era do fim: revisão de conceitos à força dos constrangimentos ecológicos-ambientais*, 2019b).

48. SERRES, Michel. *O contrato natural*, 1990.

49. DIAS JR., Carlos M. & MARRAS, Stelio. Fala Kopenawa! Sem floresta não tem história [Entrevista]. *Revista Mana*, vol. 25, n. 1, pp. 236-252, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=Soi04-93132019000100236&lng=en&nrm=iso.

humanos nesse milênio iniciado sob o signo do fim. Nada de direito social sem direito ambiental. O ponto é que vamos aprendendo, a duras penas, este imperativo ético (melhor, geo-ético) que se pode derivar da época do Antropoceno: a consideração inelutavelmente conjunta de ambos os direitos.

Tudo acontece como se rápida e progressivamente fôssemos constrangidos a nos valer de muito mais pudor e escrúpulo, cautela e atenção ao evocarmos a unidade-Brasil, esta figura tão comprometida com ideais consagrados de Estado e nação, promotora do idêntico (tal o brasileiro), não raramente obrando contra as diferenças (tais as dos brasis). Já parece pura disrupção com a realidade atar-se a essa unidade de análise, assim sem mais, como se, a essa altura, o Brasil ainda pudesse seguir repousando nessa suposta autoevidência, ou como se ainda vivêssemos aquela preponderante mansidão do Holoceno, quando natureza ou mundo não passavam de cenário para o protagonismo, tão aliás “tipicamente americano”, do “velho homem humano”, ele “chegando, passando, atravessando;⁵⁰ele avançando a marcha civilizatória, reiterando o estatal e o nacional orientados pela teleologia do *progresso*, isto que se define como nome da rejeição a alternativas, nome vocacionado a repelir e mutilar a imaginação de outros mundos possíveis. Sim, mas essa idade da Terra que vai ganhando nova medida pelas perturbações descoordenadas que dão origem e definição ao Antropoceno tem o condão de tudo despedaçar em sua rota. Só consigo imaginar que resiliência inventiva e esperança para as próximas gerações venham daqueles que aceitem o inevitável choque. Às elites mundiais que rejeitam o choque de Gaia e as evidências do Antropoceno, negando-lhes a face, restarão, quem sabe, alguns disputadíssimos *bunkers* subterrâneos, como no Vale do Silício, cavados para a proteção contra a Terra revolta e os revoltados desterrados, tais os refugiados climáticos.

Diante desse futuro particularmente grávido de incertezas, a indicação que aqui vai se afirmando, quase à guisa de presságio, é a de que o Brasil do Antropoceno reunirá enormes chances de se estilhaçar, sem garantias de

50. Os versos são de Caetano Veloso (1992), em sua canção “Americanos”, do disco fonográfico *Circuladô Vivo*. Nos últimos versos, o poeta cancionista pretende que os americanos “sentem que algo se perdeu/ algo se quebrou/ está se quebrando”. Se foi pressentimento do artista, pode-se dizer que se tornou hoje um claro sentimento que se compartilha mundo afora em relação ao maior país poluidor e antissustentável do planeta.

destinação, em mil brasis insurgentes e ressurgentes. Quais poderão ser suas divisões e divisas? De que maneira irão ou não articular entre si as potências de agir humanas e não humanas face a uma Gaia respondente, como nunca, aos desequilíbrios da modernização planetária? Haverá de florescer por aqui uma multifacetada, digamos, Gaia Brasilis? Que se indague insistentemente: tais brasileiros Gaia-orientados, os brasis, eles virão? Com quais forças e formas, quais armas e aliados, contra quem? Sendo inevitável a “guerra de mundos”,⁵¹ tal a que opõe seus humanos a seus terranos, “povo da Natureza” a “povo de Gaia”, seguiremos perguntados: com que magnitude e expressão essas guerras vão se assumir no país amazônico que se torna central na regulação climática do planeta, central às ciências do Sistema-Terra, nesse país agora diante do Antropoceno e do “Novo Regime Climático”? O país da periferia do desenvolvimento econômico passa a ocupar o centro do desafio do envolvimento ecológico – desafio este de reencontrar liberdade e emancipação nos vínculos ecologicamente instruídos. Seguiremos movidos pela hipócrita ou ingênua caridade de proteger a Natureza ou nos deslocaremos do antropocentrismo para enfim reconhecer que, ao inverso, é a Natureza, já Gaia, que pode nos proteger? Bifurcam-se as divisas das lutas e os caminhos que redistribuirão nossas divisões.

Os desequilíbrios que, julgávamos, permaneciam lá fora – como aquilo que os economistas chamam de “externalidades negativas” –, vão furiosamente se avizinhandando no mais íntimo dos habitats humanos, vazando para dentro da esfera antropocêntrica porque se tornaram ontologicamente rebeldes demais aos excessos tanto em relação às práticas de domesticação quanto às que avançam sobre o silvestre segundo os imperativos guiados pela escala da produtividade que disciplina e amalgama, num só desígnio, as forças do Estado, do Mercado e da Tecnociência. Mas, ora, tudo se desarranja sob a força da “intrusão de Gaia”,⁵² daquilo que, antes passível de ser tomado como objeto de nossa livre manipulação e controle, revela-se agora como sujeito, isto que aliás nunca foi outra coisa, mas que, antes, podíamos, os modernos, controlar e negligenciar. Que o diga, de novo, o tempo desestabilizador

51. LATOUR, Bruno. *War of the Worlds. What about Peace?* Chicago: Prickly Paradigm Press, 2002.

52. STENGERS, I. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*, 2015.

das pandemias virais, estas que, já ontem e hoje (e certamente amanhã), respondem pelos avanços desmedidos e globalizados da alta domesticação de espécies confinadas e pela não menos perigosa aproximação, despudorada e desimpedida, junto a espécies selvagens. A emergência dos *prions* anômalos, no caso da “doença da vaca louca” (encefalopatia espongiforme bovina), e a emergência do novo coronavírus, no caso da covid-19, dão testemunho, cada qual em seus extremos, de ambos os perigos.

No momento de redação final deste texto (agosto de 2020), em plena pandemia do referido novo coronavírus, e tendo o Brasil já se tornado epicentro mundial de contaminação e óbitos, vamos assistindo a uma desaceleração forçada e inédita (dada a sua conectividade e escala mundiais) da maquinaria da economia globalizada, tal em resposta, ainda que momentânea, à alta transmissibilidade desse vírus causador de graves e sistêmicas doenças. Por força das chamadas mudanças climáticas e de toda sorte de descalabro ambiental e ecológico, apelos à desaceleração da “‘Grande Máquina’ capitalista”⁵³ vinham se avolumando por toda parte – nas ciências, na política, na sociedade civil, nas artes, embora nunca em uníssono, e também nunca sem reações negacionistas as mais alucinadas. Ainda assim, parecia inimaginável (para muitos, ao menos) que fosse de fato possível desacelerar tão rapidamente.⁵⁴

Se até aqui se debatiam opções de vias a tomar, velocidades e escalas que reimprimir, agendas e acordos multilaterais a assinar e cumprir, tudo lento e de curso improvável, eis que a covid-19, por sua virulência e letalidade, veio dar realidade palpável e possível ao antes tido como improvável, senão impossível. Algo se quebrou, excedeu, escapou, transbordou. É pois bem

53. WISNIK, José Miguel. *Maquinação do mundo: Drummond e a mineração*, 2018.

54. Não me canso de lembrar, bem a propósito, a famosa sensação referida pelo filósofo esloveno Slavoj Žižek, durante o movimento “Occupy Wall Street”, em 2011, em Manhattan, Nova York: “*It is easy for us to imagine the end of the world – see numerous apocalyptic films – but not the end of capitalism*”. Contudo, hoje, nove anos depois, a pandemia do novo coronavírus, espalhando vulnerabilidade em proporções planetárias, tornou repentinamente imaginável o que antes permanecia como duramente refratário à imaginação, tal a súbita desaceleração da produção capitalista de mundo. Essa nova sensação informa precisamente o entendimento, lançado no calor da hora, de Bruno Latour, no qual me fio aqui (LATOURE, Bruno. *Imaginer les gestes-barrières contre le retour à la production d’avant-crise*. AOC, 30 mar. 2020b. Disponível em: <https://aoc.media/opinion/2020/03/29/imaginer-les-gestes-barrieres-contre-le-retour-a-la-production-davant-crise/>).

apropriada a designação de *spillover* aos saltos evolutivos de patógenos animais para humanos, as zoonoses. E como a origem das pandemias zoonóticas não se deixa explicar senão pelo cruzamento de agências humanas e não humanas em situação de perturbação descoordenada, torna-se plausível supor, no Brasil-*plantation* que implacavelmente deteriora seus grandes biomas, como o da Amazônia, da Mata Atlântica e do Cerrado, “a crescente probabilidade de que o país se torne o foco das próximas pandemias zoonóticas”,⁵⁵ novo *hotspot* de infecções virais ou não virais, conhecidas ou desconhecidas. É um análogo do céu que desaba sobre nossas cabeças. Ou como um *deus ex machina* que inesperadamente, ou nem tanto, irrompe já no mais comezinho de nosso cotidiano, sem que, contudo, determine os desenlaces de nossos dramáticos enredos socioambientais.

Bifurcações: quais aberturas ou fechamentos à imaginação e a outras possibilidades de convívio entre viventes e mundo vão se dar por aqui? É preciso reaprender a sentir e pensar a partir das florestas sob desmate, da diversidade de fauna e flora em risco de extinção em massa, da erosão e desertificação dos solos, dos efeitos terríveis e já incalculáveis das paisagens tomadas por monoculturas sob pesticidas e toda sorte de agrotóxicos controlados por grandes corporações mundiais, da ameaça aos “rios aéreos” tropicais reguladores de clima e chuvas, da contaminação desenfreada de rios, lagos e oceanos, do rompimento do tecido atmosférico, do acelerado degelo, em alguns casos já irreversível, das calotas polares,⁵⁶ como ainda das zoonoses emergentes, das bactérias super-resistentes, da devastação ecossistêmica por onde quer que se lance o olhar, enfim dos “desgarrados

55. MARQUES, Luiz. A pandemia incide no ano mais importante da história da humanidade. Serão as próximas zoonoses gestadas no Brasil?. *Jornal da Unicamp*, 5 maio 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp//index.php/noticias/2020/05/05/pandemia-incide-no-ano-mais-importante-da-historia-da-humanidade-serao-proximas>.

56. É notável que as bifurcações sejam postas pelos próprios pontos de inflexão no desmatamento da Amazônia (a partir do qual a floresta corre o risco de se savanizar indefinidamente), como ainda, noutro exemplo, no degelo da Groelândia (cujo avanço vai tornando impossível a recomposição do gelo). Essas e outras tantas e semelhantes evidências têm sido diariamente alardeadas por cientistas e jornalistas especializados (para referir apenas a estes) em toda sorte de veículos acadêmicos e não acadêmicos pelo mundo. Entende-se bem, aliás, o porquê de o reacionarismo modernista atacar as ciências, que são, para nós, aparelhos de fonação de ecologias, climas e ambientes.

da terra” e “levantados do chão”⁵⁷ – desse chão que, respondente ao céu não menos ameaçador, se abre sob nossos pés. Qual caminho minimamente lúcido e responsável pode ser traçado sem que se considerem centralmente esses não humanos sem os quais os humanos jamais se sustentaram? Outros pactos com o cosmos respondente pedem passagem.⁵⁸ Outros contratos a partir de outros contatos. Outras “co-respondências”.⁵⁹ Outros pudores para outros poderes. Enfim, outras divisas no mundo arruinado. A terra morre, viva a Terra! Morre o Brasil, vivam os brasis!

3. Fraqueza e fortaleza do vulnerável

Também comum para minha geração foi sempre ouvir – mais positivamente do que negativamente, e atravessando todo espectro político – que o Brasil era celeiro do mundo. Dos anos 1970 para cá, os chamados produtos primários passaram a se denominar, por vários setores, incluindo os da imprensa, de *commodities*, já que vieram crescendo em escala industrial, veloz e volumosa, voltada ainda mais ao comércio externo. Aos grãos, cereais e minérios passou a se somar também, com acentuada presença, a produção pecuária. A orientação produtiva do tipo *plantation*, operando no Brasil desde o primeiro século de colonização, antes com mão de obra escrava e depois com mão de obra barata, não seria outra, no seu sentido geral, em relação à carne animal. O chamado agronegócio brasileiro atinge as raias da grande escala produtiva – tendo hoje o Brasil, conforme o IBGE, mais cabeças de gado do que de gente. Tudo que, em sua rota, se interpõe como alternativa, imprimindo desacelerações e comedimentos, tudo aí se candidata a inimigo do progresso, desse repulsor nato de alternativas. Tais inimigos, órfãos da terra e do trabalho, de suas ecologias e sociologias vitais e criativas, tornam-se então vulneráveis. Restará apenas sucumbir?

57. Cf. “Levantados do chão”, canção de Milton Nascimento e Chico Buarque para o livro *Terra*, de 1997.

58. MARRAS, Stelio. Virada animal, virada humana: outro pacto. *Scientiæ Studia*, São Paulo, vol. 12, n. 2, 2014.

59. MARRAS, Stelio. Co-respondências: imperativos da produção tecnocientífica contemporânea. In: DOMINGUES, Ivan (org.). *Bioteχνologias e regulações: desafios contemporâneos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

Como coisas e pessoas costumam se acompanhar, umas e outras ganham, na produção do tipo *plantation*, semelhante figuração escalável. Difícil desconhecer, pois, que a redução de pessoas a indivíduos e populações participa decisivamente da redução dos existentes ao escalável. É o brasileiro genérico assim reduzido pelo Brasil uno. É o que se vê nos campos e nos corpos perfilados pela monocultura de seres e ideias,⁶⁰ humanos e não humanos.⁶¹ Em compasso mercadológico, tudo aí deve ser rápido, desimpedido, homogêneo, uniforme, replicável, substituível, pouco diverso. O propagandeado Brasil grande, aquele “tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado”, conforme o poeta mineiro, esse Brasil que “quer repousar de nossos terríveis carinhos”, ele, contudo, pretende que sua força resida nesta velocidade e escala de tipo *plantation*. E, no entanto, mostra-nos esta pensadora da escalabilidade, Anna Tsing (2019), não há força de escala que alcance total completude.

Sim, algo sempre escapa, ultrapassa, multiplica-se e se diferencia – como aliás podemos derivar da noção de natureza do filósofo pragmatista William James, segundo a qual “a natureza não é senão o nome do excesso”.⁶² Por toda parte, vê-se que também na ordenação grupal humana dá-se o mesmo: transbordamentos potenciais, diferenças que não cessam de se diferenciar, excessos ameaçando romper os enquadramentos. Da Identidade fixa do Registro Geral, tão atada ao Estado, podem-se esperar pletóricas ressurgências de identidades móveis entre os brasis adentro? Dos iguais a si mesmos poderão brotar criativos devires que retracem conexões entre passado e futuro, não mais ditadas pelo primado do progresso unilinear que distinga tão facilmente atrasados de avançados, subdesenvolvidos de desenvolvidos, periféricos de centrais? Do brasileiro genérico, indagaremos enfim, escaparão os brasis originais?

60. SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

61. A economias de *plantation* correspondem mentalidades de *plantation*, coisas escaláveis a pessoas escaláveis. O modo *plantation* a que submetemos outras espécies acaba por nos submeter. Somos todos seres da *plantation*.

62. A frase ganhou estatuto de epígrafe no livro de Latour (*Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*, 2020a), do qual a retiro para citar aqui.

Pode-se esperar (e para isso trabalhar) que os escapes venham de dentro mesmo das “ecologias simplificadas” da *plantation*,⁶³ como de dentro mesmo do capitalismo, à sua maneira no centro ou na periferia. Que venham – em resposta às monoculturas industriais tóxicas – as policulturas e os regimes multiespécies simbióticos. Parece mais que evidente que o modo *plantation* de reprodução humana e não humana se define pela abstração de ecologias particulares, abstração de seus constrangimentos socioambientais locais, tal como condição para a industrialização e a exportação veloz e em quantidade escalar de *commodities* para toda parte do mundo.⁶⁴ Sim, mas também por todo lado o *common*,⁶⁵ respondendo à escalabilidade *plantation*, ensaia emergir da *commodity*, o comum querendo rebelar-se à apropriação, desamalgamar-se, destacar-se dela, como a Natureza transfigurando-se em Gaia, os bens e recursos encantando-se ecologicamente, as vulnerabilidades humanas ganhando força e figuração inéditas quando se aliam às vulnerabilidades não humanas.⁶⁶ É preciso investir bastante na surdez e na cegueira, na desinformação e na pós-verdade para se continuar evitando a premente “necessidade de uma ética coletiva face à fragilidade do mundo”.⁶⁷

Do brasileiro sairão os brasis? Disso depende o florescimento de outras noções e práticas de independência e emancipação – tecidas *com*, e não *contra*, viventes e mundo. Sim, há por onde, já que os brasis, manifestos ou potenciais, ainda podem exibir tantas particularidades que, por si, já ameaçam correr a contrapelo da produção acelerada, homogênea, serial, linear, reduzida à grande escala *plantation*-orientada. Ali onde vingam diferenças tais e irredutíveis, ali mesmo a abstração da monetização encontra sérias dificuldades para se impor e se desenvolver. Diferenças (no mais do

63. TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019, p. 226.

64. “As *Plantations* disciplinam os organismos como recursos, removendo-os de seus mundos de vida. Os investidores simplificam as ecologias para padronizar seus produtos e maximizar a velocidade e a eficiência da replicação. Os organismos são removidos de suas ecologias nativas para impedi-los de interagir com espécies companheiras; eles são feitos para coordenar apenas com réplicas – e com o tempo do mercado.” (*Idem*, p. 235)

65. DARDOT, P. & LAVAL, C. *Commun: Essai sur la révolution au XXI^e siècle*. Paris: Éditions La Découverte, 2014.

66. É o caso, por exemplo, da vigorosa produção agroecológica, Brasil afora, do Movimento dos Sem Terra.

67. SERRES, Michel. *O contrato natural*, 1990, p. 124.

termo, não as que logo se deixam converter em novas mercadorias, tais as customizadas) podem se mostrar responsivas e resistentes, podem se arvorar em impedimentos, ainda que sempre combatidos a ferro e fogo, à precificação monetária de entes e seres, ao contínuo esforço de abstraí-las de suas origens e consequências, esforço de se apagarem rastros de produção e ignorar pegadas ecológicas. Ativos econômicos e atividades ecológicas defrontam-se sem remissão.

Diferenças nos modos de fazer mundo são a pedra no meio desse caminho que se pretende rápido, autoevidente, inconteste. Mas como, em pleno Antropoceno registrado nas estratigrafias, diante de Gaia e das exigências do “Novo Regime Climático”, recusar que agora o caminho não pode mais se dar senão, digamos, pelo meio da pedra?⁶⁸ Agora os modernos podemos topar, como nunca antes, com evidências as mais factuais de que o comum (*commun*, *commons*, bens comuns) sempre deu liga e condição de existência à comunidade. Jamais a comunidade humana foi apenas comunidade de humanos. Jamais autônoma, autorregulada, encerrada em si, respondendo apenas a si mesma. Era preciso que os mediadores não humanos fossem tomados como “meros intermediários”⁶⁹ – isto é, carregadores mudos de forças técnicas e naturais já prontas e compostas, domesticadas de uma vez por todas, utilitárias impassíveis e de comportamento previsível – para que se sustentasse o antropocentrismo modernista, sua imagem de autonomia e autocracia. Mas eis que agora tais forças e formas passam a exibir comportamentos e feições imprevisíveis, complexos, não lineares, multiplicadores de bifurcações, animados e altamente perigosos, moventes e vulneráveis. Se os terranos (não mais modernos), se os brasis (não mais o brasileiro) aceitamos essas novas propriedades desse cosmos particularmente perturbado pelas atividades dos humanos-tecno-capitalistas-do-tipo-*plantation*, então funda-se e fundamenta-se aí, e a partir daí, a razão por

68. MARRAS, Stelio. No meio da pedra, um caminho: impactos ambientais na ecologia antropológica. *Revista Florestan*, São Carlos (SP), UFSCar, ano 2, n. 4, pp. 25-34, dez. 2015.

69. LATOUR, Bruno. *Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte, 1991, p. 189.

que ancorar a força das vulnerabilidades no desafio já civilizacional de fazer brotarem jardins das ruínas.⁷⁰

Se o Brasil está para a escalabilidade, os brasis, povo aí e por vir, estarão para a não escalabilidade. Onde mais depositar nossas melhores apostas? Nada é mais perigoso à proliferação bárbara e sem peias do capital do que as diferenças que resistem à padronização, a esse modo de reprodução que depende da clonagem de fisionomias e consciências, a essa monocultura das formas e dos sentidos, a essa disciplina que alinha humanos e não humanos, cultivadores e cultivados sob o signo da produção baseada em poucas variedades – tal o brasileiro do Brasil, tal a soja do Cerrado, tal o gado do Mato Grosso. Mas o sentido histórico que a época do Antropoceno instrui põe em reviravolta o que antes se aceitava como indiscutivelmente forte e fraco, robusto e frágil, protegido e vulnerável. Imaginação fissurada.

Ecologias políticas opostas se afrontam. Daí já não ser tão fácil lançar críticas, assim sem mais, que denunciem as diferenças rebeldes à pura lógica de mercado. O que era tão fácil depreciar como folclorismo, entraves ao desenvolvimento, imagem da falta e da pobreza, do atraso e do subdesenvolvimento, pode ganhar outra linha de força ao se conectar com as consequências da modernização capitalista planetária. O que eram apenas culturas diante da Natureza tornam-se potentes agentes de resposta a essa época, o Antropoceno, que por definição implode a diferença ontológica entre cultura e natureza. Novas alianças à vista. Uma vez que vulneráveis humanos coadunam-se a vulneráveis não humanos, que segurança alimentar e segurança ecológica passem a se formular conjuntamente, desde então as concretudes reunidas se fortalecem, a alienação abstracionista se enfraquece, a vulnerabilidade passa a ser agente ativo, propositivo, fonte de outras ciências e políticas possíveis, outros mundos e humanos. Outros brasis por aqui.

Não há males e reverses que impeçam, senão ao contrário, a imaginação desse outro Brasil politicamente ecologizado, à justa altura de sua magnitude e diversidade ecológica e social. Que seria do Brasil se seus tão diversos brasis

70. “*Ruins are now our gardens*”, escreve Anna Tsing (Blasted Landscapes (and the Gentle Arts of Mushroom Picking). In: KIRKSEY, E., ed. *The Multispecies Salon*. Durham: Duke University Press, 2014, p. 87).

socioambientados eclodissem? Opor o brasileiro do “*Plantationoceno*”⁷¹ aos brasis do Antropoceno é discernir uma guerra de mundos em curso. Essa guerra tem neste país coalhado de diferenças o solo dos mais propícios onde ser decretada e desdobrada, porque aqui as contradições se escancaram a olhos vistos, tal o fosso da desigualdade social estruturada em séculos de escravidão humana, tal a modernização a fórceps, a trator e motosserra, dinamizadas por um capitalismo bárbaro, desregulamentado, violento. Tudo aqui reúne os elementos que, associados, ameaçam a estabilidade desse grande celeiro mundial, sob a qual é mantida toda sorte de abusos, explorações, iniquidades, mais-valia social e natural.

Não será nada exagerado, em suma, imaginar o Brasil – do brasileiro e dos brasis – como paisagem humana-e-não-humana particularmente vocacionada a desenvolver enredos de fins e reinícios de mundo. Ou, finalmente, de mundos, no plural. “Um tal protagonismo por aqui?” – perguntarão os incrédulos –, “neste país periférico destinado à exportação de produtos primários?” Sim – direi, inspirando-me em Anna Tsing –, precisamente aqui onde da alta escalabilidade, nunca conclusa de uma vez por todas, pode rebentar, como resposta, uma constelação de atividades não escaláveis. A novidade é filha das tensões. Todo gigantismo cria e traz em si suas próprias fraquezas e vulnerabilidades, podendo o comunal desfraldar-se do descomunal,⁷² como

71. Conforme Haraway, “em uma conversa gravada para *Ethnos*, na Universidade de Aarhus, em outubro de 2014, os participantes coletivamente geraram o nome *Plantationoceno* para a transformação devastadora oriunda de diversos tipos de fazendas com tendências humanas, pastos e florestas em plantações extrativas e fechadas, baseadas em trabalho escravo e outras formas de trabalho explorado, alienado e, geralmente, deslocado espacialmente. [...] Os estudiosos já entendem que faz tempo que o sistema de plantação baseado no trabalho escravo foi o modelo e motor dos sistemas de produção à base de máquinas ávidas pelo consumo de carbono, frequentemente citados como ponto de inflexão para o Antropoceno. [...] O *Plantationoceno* prossegue com crescente ferocidade na produção global de carne industrializada, no agronegócio da monocultura, e nas imensas substituições de florestas multiespecíficas, que sustentam tanto os humanos quanto os não humanos, por culturas que produzem, por exemplo, óleo de palma” (HARAWAY. Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *Revista ClimaCom – Vulnerabilidade* [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016, nota 7, sem paginação).

72. De súbito, o tido como invulnerável pode ter toda sua pujança arruinada em pouquíssimo tempo por patógenos invisíveis que arrasam plantações transgênicas e reses superdomesticadas com seus perfis genômicos tão mais vulneráveis quanto menos biodiversos. Desde então, a segurança alimentar de populações inteiras desloca-se para ecologias antes tidas como vulneráveis, pobres, atrasadas, subdesenvolvidas, periféricas.

o alimento das *commodities*, o agroecológico do agrotóxico, a policultura da monocultura, o diverso do uniforme, os minifúndios dos latifúndios, as cooperativas dos conglomerados, o cuidado da negligência, a desaceleração da aceleração produtiva. Países ditos “em desenvolvimento”, ecológica e economicamente posicionados como o Brasil, podem abrir outras bifurcações ali onde só parecem restar as “alternativas infernais”,⁷³ ali onde só haveria o tudo ou nada do crescimento, do progresso como narrativa imperial, sem oposição, e sem o qual, conforme pretende a divisa da bandeira, não poderá haver ordem. Mas é no caráter particularmente inconcluso do Brasil que pode residir sua maior sorte. Não é dado historicamente que as mazelas coletivas produzam sempre novos autoritarismos, novas faces fascistas, reacionarismos da pior estirpe.

Do inferno social e ecológico pode emergir todo o seu contrário.⁷⁴ Virão os brasis esconjuram o brasileiro? Vanguardas ecopolíticas à vista? Poderão

Parece claro que os desastres ecossociais da produção *plantation*-orientada – como os tão conhecidos casos históricos da batata na Inglaterra e da borracha na Amazônia – tendem a se repetir em uma frequência tamanha que tornará insustentável a civilização tal como a conhecemos. Tsing chama a atenção para as perigosas relações entre o modo *plantation* de (re)produção e a virulência de patógenos: “Em ecologias mais comuns os patógenos tornam-se menos virulentos com o passar do tempo, à medida que se ajustam à dinâmica populacional de suas presas. Na *plantation*, no entanto, a oferta de corpos é constantemente atualizada. Não há motivo para os patógenos reduzirem sua virulência”. Autora central dos chamados *estudos multiespécies*, Tsing observa os efeitos da *plantation* em gerar “organismos alienados e desengajados, incluindo seres humanos”, que se “multiplicam sem considerar os arranjos de vida multiespécies” (TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*, 2019, p. 236). É de se perguntar se um saber público pós-pandemia do novo coronavírus poderá absorver semelhante lição. No mesmo passo, perguntar-se ainda se o mercadológico aprenderá, em tempo, que os rendimentos só poderão doravante seguir se forem acompanhados de comedimentos. Saberá escapar, por exemplo, da “armadilha da soja” (BICUDO DA SILVA *et al.* *The Soybean Trap: Challenges and Risks for Brazilian Producers. Frontiers in Sustainable Food Systems*, 2020)? Nada da escalabilidade da soja fora da não escalabilidade das redes multiespécies que podem lhe dar sustento a médio e longo prazo. Ou seja, nada mais de sustentação econômica sem sustentabilidade ecológica. Nada mais de produtividade sem *planetaridade*.

73. PIGNARRE, Philippe & STENGERS, Isabelle. *La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement*. Paris: La Découverte, 2005.

74. Ou como aponta o dialético Buarque de Holanda nesse seu livro clássico que foi sendo reescrito desde 1936: “[...] a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação” (*Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 p. 180). No mesmo sentido, e debruçando-se sobre o niilismo contemporâneo, Pelbart procura valer-se do avesso do niilismo, do avesso como resistência que emerge do próprio niilismo (PELBART, P. PÁL. *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento*. São

os lugares de fala se associar virtualmente às falas dos lugares? Ambas as falas, conectadas de infinitas maneiras, farão valer suas vulnerabilidades em novos modos de pensar, sentir, responder, agir? Os brasis sobreviverão ao Brasil? O tempo dirá, pois é mesmo de tempo que se trata – de seus sentidos meteorológicos e históricos, geológicos e antropológicos conspirados.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. Rapto. In: *Claro enigma*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1951.

BICUDO DA SILVA *et al.* The Soybean Trap: Challenges and Risks for Brazilian Producers. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, vol. 4, 2020. <https://www.frontiersin.org/journals/sustainable-food-systems>.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos Cebrap*, n. 47, 1997.

CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHAKRABARTY, D. & LATOUR, B. Conflicts of Planetary Proportions: a conversation. Who Needs a Philosophy of History? A Proposition Followed by a Response from Dipesh Chakrabarty, in “Historical Thinking and the Human”. *Journal of the Philosophy of History*, vol. 14, n. 3, 2020, eds. Marek Tamm & Zoltán Boldizsár Simon. Acessível em <http://www.bruno-latour.fr/article.html>.

DANOWSKI, Débora & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis, Desterro: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014.

DANOWSKI, Débora; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & LATOUR, Bruno. *Colóquio Internacional Os Mil Nomes de Gaia – do Antropoceno à Idade da Terra*, Fundação Casa de Rui Barbosa, Departamento de Filosofia da PUC-Rio, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu

Paulo: n-1 edições, 2013). Digamos: se o niilismo é refém da deriva mecânica dos prováveis, seu avesso aponta para a criação viva de possíveis. São dois registros: um segue de braços dados com o inconsequente, outro devota atenção à arte do cuidado. Um segue resolutivo e veloz, outro hesita e desacelera.

Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 15 a 19 set. 2014. <https://osmilnombresdegaia.eco.br/>.

DANTAS, Monica Duarte. Epílogo. Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

DARDOT, P. & LAVAL, C. *Commun: Essai sur la révolution au XXI^e siècle*. Paris: Éditions La Découverte, 2014.

DE LA CADENA, Marisol. *Earth Beings, Ecologies of Practice across Andean Worlds*. Durham: Duke University Press, 2015.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980.

_____. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. *O abecedário de Deleuze*. Entrevistas. Claire Parnet. Canal franco-alemão de TV Arte, 1994-1995.

DIAS JR., Carlos M. & MARRAS, Stelio. Fala Kopenawa! Sem floresta não tem história [Entrevista]. *Revista Mana*, vol. 25, n. 1, pp. 236-252, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132019000100236&lng=en&nrm=iso.

HARAWAY. Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *Revista ClimaCom – Vulnerabilidade* [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016.

HOLANDA, Chico Buarque de & NASCIMENTO, Milton. Levantados do chão. In: HOLANDA, Chico Buarque de. *Terra* [álbum compacto], 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LATOURE, Bruno. *Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte, 1991.

_____. *Politiques de la nature: comment faire entrer les sciences en démocratie*. Paris: La Découverte, 1999.

_____. *War of the Worlds. What about Peace?* Chicago: Prickly Paradigm Press, 2002.

_____. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista De Antropologia*, vol. 57, n. 1, pp. 11-31, São Paulo, 2014. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2014.87702>.

_____. *Où atterrir? Comment s'orienter en politique*. Paris: La Découverte, 2017.

_____. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo: UBU Editora, 2020a.

_____. Imaginer les gestes-barrières contre le retour à la production d'avant-crise. *Aoc*, 30 mar. 2020b. Disponível em: <https://aoc.media/opinion/2020/03/29/imaginer-les-gestes-barrieres-contre-le-retour-a-la-production-davant-crise/>. LOVELOCK, James & EPTON, Sidney. The Quest for Gaia. *New Scientist*, vol. 65, n. 935, pp. 304-307, London, 1975.

MARGULIS, Lynn. *Symbiotic Planet: a New Look at Evolution*. New York: Basic Books, 1998.

MARQUES, Luiz. A pandemia incide no ano mais importante da história da humanidade. Serão as próximas zoonoses gestadas no Brasil?. *Jornal da Unicamp*, 5 maio 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp//index.php/noticias/2020/05/05/pandemia-incide-no-ano-mais-importante-da-historia-da-humanidade-serao-proximas>.

MARRAS, Stelio. Virada animal, virada humana: outro pacto. *Scientiæ Studia*, São Paulo, vol. 12, n. 2, 2014.

_____. No meio da pedra, um caminho: impactos ambientais na ecologia antropológica. *Revista Florestan*, São Carlos (SP), UFSCar, ano 2, n. 4, pp. 25-34, dez. 2015.

_____. Co-respondências: imperativos da produção tecnocientífica contemporânea. In: DOMINGUES, Ivan (org.). *Bioteχνologias e regulações: desafios contemporâneos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

_____. Drummond do mundo: uma resenha de *Maquinação do mundo: Drummond e a mineração*, de José Miguel Wisnik. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 73, pp. 268-274, 4 set. 2019a.

_____. Troca e participação na era do fim: revisão de conceitos à força dos constrangimentos ecológicos-ambientais. In: DIAS, Susana; WIEDEMANN, Sebastian & RODRIGUES DE AMORIM, Antonio Carlos (orgs.). *Conexões Deleuze e cosmopolíticas e ecologias radicais e nova terra...* Campinas: ALB; FE/Unicamp, pp. 151-180, 2019b.

_____. O vozerio da pós-verdade e suas ameaças civilizacionais. In: AMOROSO, M.; CABRAL DE OLIVEIRA, J.; EMPERAIRE, L.; MARRAS, S.; MORIM DE LIMA, A. G. & SHIRATORI, K. (orgs.). *Vozes vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta*. São Paulo: Editora UBU, 2020a [no prelo].

_____. O mundo desde o fim: desafios expiatórios da modernidade. In: COUTINHO, Francisco; ALZAMORA, Geane & ZILLER, Joana (orgs.). *Dossiê Bruno Latour*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2020b [no prelo]. Coleção Debates Contemporâneos.

MEDINA, Javier. Suma qamaña, vivir bien y de vita beata. Una cartografía boliviana. In: *La Reciprocidad*, 2011. Disponível em: <http://lareciprocidad.blogspot.com/2011/01/suma-qamana-vivir-bien-y-de-vita-beata.html>.

PELBART, P. PÁL. *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento*. São Paulo: n-1 edições, 2013.

PERRONE-MOISÉS, B. Os Brasis em Lévi-Strauss. *Revista Diacrítica – Série de Filosofia e Cultura*, n. 23/2, Universidade do Minho. Minho/Portugal, 2009.

PIGNARRE, Philippe & STENGERS, Isabelle. *La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement*. Paris: La Découverte, 2005.

SCHAVELZON, S. *Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir. Dos Conceptos Leídos desde Ecuador y Bolivia Post-Constituyentes*. Quito: Abya Yala/Clacso, 2015.

SERRES, Michel. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

STENGERS, I. *Une autre science est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond/La Découverte, 2013.

_____. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

- TARDE, G. *Monadologia e sociologia e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, [1895] 2007.
- TSING, Anna. Blasted Landscapes (and the Gentle Arts of Mushroom Picking). In: KIRKSEY, E (ed.). *The Multispecies Salon*. Durham: Duke University Press, 2014.
- _____. *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- _____. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.
- UEXKÜLL, Jacob von. *Dos animais e dos homens*. Lisboa: Edição “Livros do Brasil”, s/d.
- VELOSO, Caetano. “Americanos”. In: *Circuladô Vivo*, Polygram, 1992.
- WALLACE, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- WISNIK, José Miguel. *Maquinação do mundo: Drummond e a mineração*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Sobre os autores

Alexandre de Freitas Barbosa é professor de História Econômica e Economia Brasileira do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), coordenador do Núcleo Repensando o Desenvolvimento do LabIEB e bolsista de Produtividade CNPq (categoria 2).

Diana Gonçalves Vidal é professora titular de História da Educação na FEUSP, diretora do IEB-USP, pesquisadora 1 A do CNPq, Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE) e líder do Projeto temático FAPESP *Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...)*.

Inês Gouveia é professora do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, doutora em Museologia e Patrimônio, mestra em Memória Social e historiadora. Esteve na articulação da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, entre 2013 e 2019. Seu campo de atuação é o direito à memória e patrimônio, com especial interesse na representação da diversidade cultural.

Jaime Oliva é docente do IEB-USP, onde coordenou o programa de pós-graduação. Liderou o projeto *Como pensar o Brasil hoje* em parceria com o Sesc-TV dando origem à série Galáxias – olhares sobre o Brasil (2015). É geógrafo e publicou, entre outros títulos, *Cartografia* (Melhoramentos, 2013) e *Espaço comunicativo e fratura social* (Fino Traço, 2020), em parceria com Luciana Salazar Salgado.

Luciana Salazar Salgado é professora associada, atua no Programa de Pós-Graduação do IEB e nos Programas de Estudos de Literatura e em Linguística da UFSCar. Lidera o Grupo de Pesquisa Comunica (UFSCar/Cefet-MG) no âmbito do LABEPPE – Laboratório de Escritas Profissionais e Processos de Edição, cujas pesquisas se voltam aos objetos editoriais digitais e seus correlatos no tempo presente.

Luciana Suarez Galvão possui graduação e mestrado em Economia, doutorado em História Econômica e livre-docência em Formação Econômica e Social do Brasil. Atualmente é professora do Instituto de Estudos Brasileiros e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH-USP.

Monica Duarte Dantas é professora livre-docente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Autora de *Fronteiras movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos* (2 ed. rev. Intermeios, 2020); *Da Corte ao confronto: capítulos de história do Brasil oitocentista* (Fino Traço, 2020); *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos do Brasil do século XIX* (org., 2 ed. Alameda Editorial, 2018).

Stelio Marras é professor de Antropologia do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), membro do Centro de Estudos Ameríndios (CESTA-USP) e co-coordenador do Laboratório de Estudos Pós-Disciplinares (Lapod-USP).

Viviane P. Sarraf fez pós-doutorado em Museologia – USP, é professora do Programa de Pós-Graduação e pesquisadora colaboradora – Auxílio JP-FAPESP do IEB-USP. Professora do MBA em Gestão de Museus da Universidade Cândido Mendes e coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa de Acessibilidade em Museus. Fundadora/Consultora na Museus Acessíveis e Membro do Conselho Deliberativo do Parque Cientec-USP.



COORDENAÇÃO EDITORIAL: Betânia G. Figueiredo

DIAGRAMAÇÃO E CAPA: Amanda Paim do Carmo

REVISÃO: IEDA LEBENSZTAYN

FORMATO: 15,5 x 22,5 cm | 366 p.

TIPOLOGIAS: Minion Pro e Myriad Pro.

O desafio contemporâneo de refletir criticamente sobre a realidade brasileira, em perspectiva inter/ multi/ trans e pós-disciplinar, materializa-se nos títulos que integram a **Coleção Estudos Brasileiros**, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, na Série **Paralelos 22**, publicada pela **Editora Fino Traço**.

Pensar a América portuguesa e o Brasil, a partir de apurada perspectiva epistemológica, pressupõe a ampliação, o adensamento e a interconexão de diferentes enfoques teóricos e metodológicos capazes de propiciar a apreensão de experiências coletivas e individuais, desvelando áreas de investigação fronteiriças ou ainda pouco exploradas. Supõe, igualmente, a compreensão das múltiplas temporalidades que constituem o processo histórico, tensionadas entre continuidades e rupturas. Impõe um olhar, simultaneamente abrangente e verticalizado, sobre questões econômicas, políticas e geográficas, e sua configuração social, étnica/ racial e de gênero, contemplando alteridades e diversidades, assim como sobre sua conformação educacional, cultural, literária, artística e religiosa, em um mundo globalizado.



[pós) IEB

